

Relatório anual
Demonstrações Financeiras
e Relatório de Gestão
consolidados 2017



Índice



Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão consolidados 2017

1

Relatório de Gestão consolidado 2017	4
Situação da instituição	5
Evolução e resultado dos negócios	10
Liquidez e recursos de capital	36
Principais riscos e incertezas	44
Circunstâncias importantes ocorridas após o encerramento do exercício	46
Informação sobre a evolução previsível	46
Atividades de P+D+i	49
Aquisição e alienação de ações próprias	50
Outras informações relevantes	51
Relatório de governança corporativa	57

2

Demonstrações financeiras consolidadas 2017	107
---	-----

3

Informa de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas 2017	247
--	-----

1

Relatório de Gestão consolidado 2017



O conteúdo do Relatório de Gestão Consolidado (doravante, o Relatório), apresentado a seguir, foi elaborado conforme as recomendações do “Guia de elaboração do relatório de gestão das entidades listadas”, publicado pela Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV).

A definição e o cálculo das Medidas Alternativas do Rendimento (MAR) empregadas no Relatório, que correspondem àquelas medidas financeiras não definidas ou descritas no escopo das

informações financeiras aplicáveis, podem ser consultados no site: <https://www.mapfre.com/corporativo-pt/acionistas-investidores/investidores/informacao-financeira/medidas-alternativas-rendimento.jsp>

Alguns dos números incluídos neste relatório foram arredondados. Portanto, podem surgir discrepâncias nas tabelas entre os totais e as quantidades listadas devido a esse arredondamento.

Situação da instituição

Modelo de negócio

A Visão da MAPFRE é ser A SEGURADORA GLOBAL DE CONFIANÇA, um conceito que diz respeito tanto à sua presença geográfica como ao vasto leque de produtos seguradores, resseguradores e de serviços que comercializa em todo o mundo. Aspira liderar os mercados em que opera por meio de um modelo de gestão próprio e diferenciado, fundamentado no crescimento rentável, com uma orientação clara e decidida ao cliente, tanto particular como empresarial, com um foco multicanal e uma profunda vocação de serviço.

Para isso, a MAPFRE:

Aposta decididamente no crescimento, tanto em volume de negócios como em desenvolvimento geográfico, obtendo uma rentabilidade adequada e suficiente em seus negócios. A MAPFRE continuará aumentando sua presença em mais países e Áreas Regionais para se tornar uma empresa global, além de se fortalecer naqueles que, tradicionalmente, tem sido seus mercados preferenciais.

Realiza sua gestão com eficiência e melhora de forma permanente a produtividade, reduzindo custos estruturais continuamente para se tornar mais competitiva.

Gerencia profissionalmente os riscos assumidos, garantindo crescimento e resultados sustentáveis.

Orienta seu desenvolvimento diversificando sua carteira de negócios seguradores, resseguradores e de serviços, como um método para fortalecer o crescimento e minimizar os riscos.



Integra um gerenciamento global com uma ampla capacidade de execução local, garantindo o equilíbrio adequado entre a atuação corporativa e o desenvolvimento empresarial em cada país. Para isso, a MAPFRE dispõe de uma organização corporativa que aproveita as economias de escala, desenvolvendo seus planos de negócio de uma forma homogênea, adaptando-se, ao mesmo tempo, com flexibilidade aos mercados onde opera.

Disponibiliza a toda a organização os recursos existentes, aproveitando assim as sinergias obtidas ao compartilhar o talento, os processos e as ferramentas.

Promove a especialização na gestão como via permanente de otimização dos resultados e de melhoria da qualidade do serviço.

🔗 A Missão é ser uma equipe multinacional que trabalha para avançar constantemente no serviço e desenvolver a melhor relação com nossos clientes, distribuidores, fornecedores, acionistas e a sociedade em geral. Um compromisso de melhoria constante realizado nos seguintes Valores, que nos ajudam a desenvolver a Missão e alcançar a Visão



Estrutura organizacional e boa governança

A) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A MAPFRE é uma multinacional global que desenvolve, principalmente, atividades de seguro e resseguro, operando em um total de 45 países nos cinco continentes.

A matriz do Grupo é a sociedade holding MAPFRE S.A., cujas ações são negociadas nas bolsas de Madri e Barcelona e faz parte os índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

MAPFRE S.A. é filial da CARTERA MAPFRE S.L. Sociedade Unipessoal, 100% controlada pela Fundación MAPFRE.

As atividades empresariais do Grupo são realizadas através da estrutura organizacional integrada por quatro Unidades de Negócio (Seguros; Assistência, Serviços e Riscos Especiais; Global Risks; e Resseguro); três Áreas Territoriais (IBÉRIA, LATAM e INTERNACIONAL); e seis Áreas Regionais (Ibéria (Espanha e Portugal), Brasil, LATAM Norte, LATAM Sul, América do Norte, EURÁSIA (Europa, Oriente Médio, e Ásia – Pacífico).

A Unidade de Negócio de Seguros está organizada de acordo com as Áreas Regionais da MAPFRE, que representam as unidades geográficas de planejamento, suporte e supervisão na região.

A atividade das diferentes Unidades de Negócio é complementada pela das Áreas Corporativas (Finanças, Investimentos, Recursos Humanos, Meios e Coordenação Institucional, Suporte para Negócios, Auditoria Interna, Estratégia e M&A, Secretaria Geral e Assuntos Jurídicos, e Negócio, Clientes e Inovação), que têm competências globais em funções de desenvolvimento, implementação e acompanhamento das políticas corporativas globais, regionais e locais para todas as empresas da MAPFRE no mundo.

A adesão das diferentes sociedades da MAPFRE a um grupo empresarial envolve, independentemente da autonomia jurídica delas, sua integração de fato em uma estrutura orgânica que regula sua inter-relação, a coordenação de suas atividades e a supervisão das sociedades que ocupam uma posição dependente pelas que possuem uma posição controladora e, em última instância, pela entidade matriz.

O Conselho de Administração da MAPFRE S.A. é o órgão superior de direção e supervisão do Grupo na sua totalidade. Possui uma Comissão Delegada que age com todos os seus poderes, exceto os que não são delegáveis por Lei, os Estatutos ou o Regulamento do Conselho de Administração, e três Comitês Delegados (Auditoria e Conformidade, Nomeações e Remunerações e Risco).

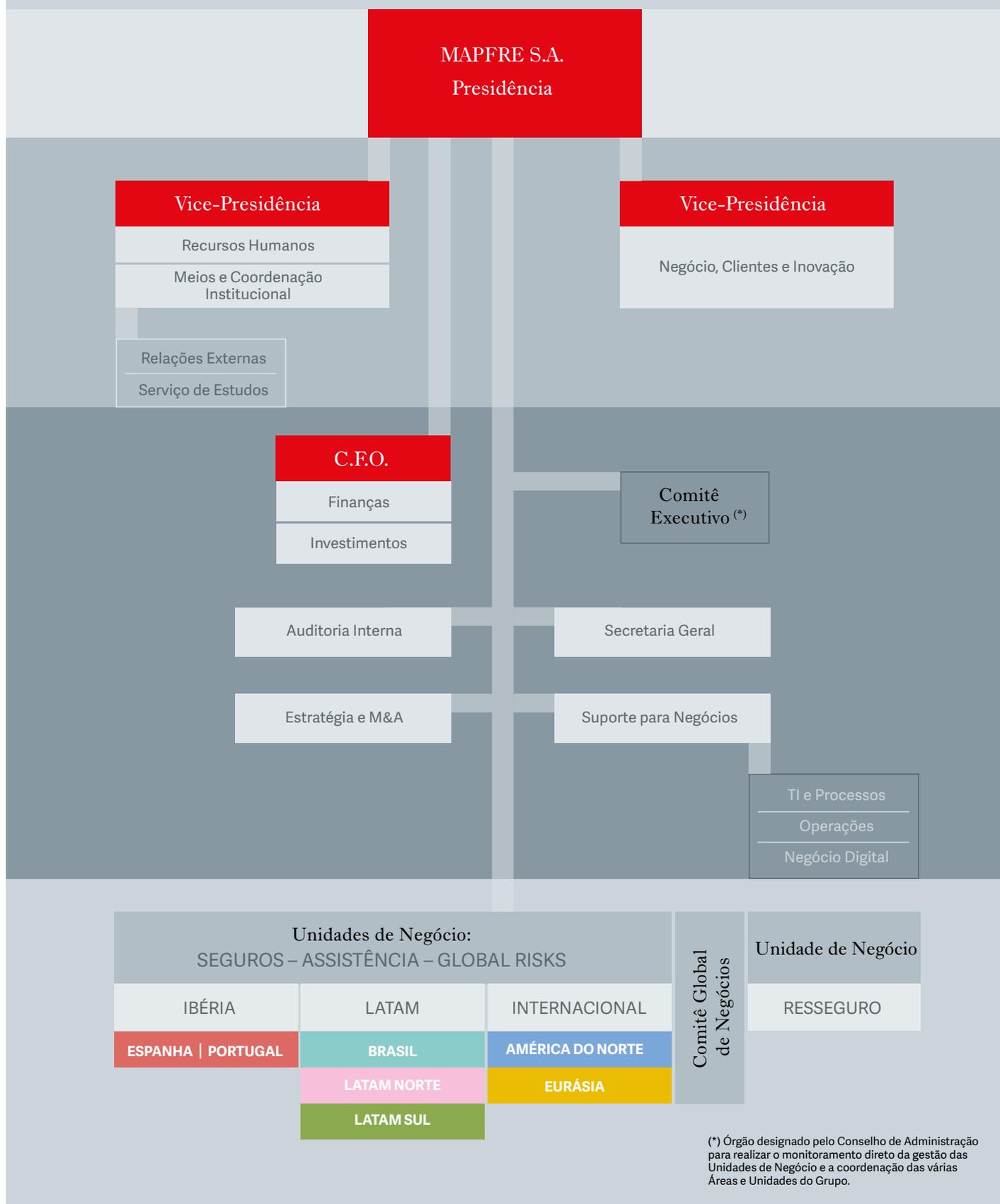
O Comitê Executivo é o órgão que exerce, por designação do Conselho de Administração, a supervisão direta da administração das Unidades de Negócio e a coordenação das várias Áreas e Unidades do Grupo. Além disso, o Comitê Global de Negócios é responsável por analisar o desenvolvimento dos negócios de seguro e dos serviços do Grupo em todo o mundo, cumprir os planos definidos e propor ações corretivas ou de aprimoramento desses planos.

A administração, coordenação e supervisão das atividades das Unidades e Áreas são realizadas pelos Comitês de Diretoria Locais, Regionais e das Unidades de Negócio, bem como pelo Comitê Executivo, segundo seu âmbito de atuação respectivo.

Cada Sociedade Filial possui órgãos de governança próprios, cuja estrutura e complexidade dependem da relevância das suas atividades e, se for o caso, das disposições legais aplicáveis. Normalmente contam com um Conselho de Administração e, quando a relevância das atividades desempenhadas o exigem, uma Comissão Executiva, órgãos estes que são substituídos por dois Administradores nas sociedades de propósito específico ou de pequeno porte.

Isto é acompanhado pelo organograma do Grupo vigente:

Organograma



B) BOA GOVERNANÇA

A MAPFRE tem mantido, desde o seu início, uma aposta constante e decidida pela adaptação das melhores práticas de governança corporativa. As práticas de boa governança da MAPFRE são orientadas para a criação de valor econômico e social apoiado no longo prazo. O objetivo da empresa é assegurar a estabilidade financeira e proteger os interesses dos acionistas, maximizando o impacto positivo sobre o conjunto da sociedade.

A MAPFRE é regida pela Lei de Sociedades de Capital e pelo Código de Boa Governança das sociedades cotadas da Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV).

Além disso, dispõe de Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais, aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE, que junto com seus estatutos sociais e o Regulamento do Conselho de Administração, definem a estrutura, a composição e as funções que devem ter seus órgãos de governança e constituem o marco mínimo de cumprimento obrigatório para todas as entidades que integram o Grupo MAPFRE e seus respectivos órgãos de governança. A MAPFRE também conta com um conjunto de políticas corporativas que complementam seu sistema de governança¹.

Com relação ao Código de Boa Governança das sociedades cotadas da CNMV, em 31 de dezembro de 2017, a MAPFRE cumpre 89,06% das recomendações totalmente e 98,37% total ou parcialmente.

O Relatório Anual de Governança Corporativa 2017 oferece uma explicação detalhada sobre a estrutura do sistema de governança da MAPFRE e de seu funcionamento na prática², com o conteúdo mínimo previsto no artigo 540 do Texto Reformulado da Lei de Sociedades de Capital.

Funcionamento

Durante o exercício 2017, as atividades do Grupo foram desenvolvidas por meio de suas Unidades de Negócio.

A Unidade de Negócio de Seguros é organizada seguindo a estrutura de Áreas Territoriais e Regionais.

A Área Territorial IBÉRIA coincide com a Área Regional Ibéria, composta por Portugal e Espanha. A Área Territorial LATAM subdivide-se nas Áreas Regionais Brasil, LATAM Norte (Costa Rica, El Salvador; Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá

e República Dominicana) e LATAM Sul (Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). A Área Territorial INTERNACIONAL é composta pelas Áreas Regionais América do Norte (Canadá, Estados Unidos e Porto Rico), EURÁSIA (engloba as operações na Europa, exceto Espanha e Portugal, no Oriente Médio, África, Austrália, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Singapura e Taiwan).

A rede distribuição da MAPFRE é a maior do setor de seguros da Espanha e uma das maiores de um grupo financeiro na América Latina. A MAPFRE aposta, de forma decidida, em manter suas próprias redes nos países em que opera, sendo elas compatíveis com os demais canais de distribuição. O foco no cliente, a oferta global de produtos e a adaptação às particularidades jurídicas e comerciais de cada um dos mercados onde está presente são algumas das chaves do sucesso do seu modelo.

No fim de 2017, a rede mundial de distribuição da MAPFRE possuía 12.860 agências. Sua composição é detalhada a seguir:

Agências	2017	2016
IBÉRIA		
Diretas e Delegadas	3.091	3.078
Seguros bancários	2.436	3.181
Subtotal IBÉRIA	5.527	6.259
LATAM		
Diretas e Delegadas	1.789	1.831
Seguros bancários	5.051	5.847
Subtotal LATAM	6.840	7.678
INTERNACIONAL		
Diretas e Delegadas	493	481
Subtotal INTERNACIONAL	493	481
TOTAL DE AGÊNCIAS	12.860	14.418

No encerramento do exercício, a presença da MAPFRE se destaca com 2.999 agências na Espanha, 917 no Brasil e 397 na Turquia.

¹ Os Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE e demais normas corporativas estão disponíveis no site da sociedade (www.mapfre.com).

² Para obter mais informações, consulte o Relatório Anual de Governança Corporativa 2017, que integra este Relatório de Gestão.

No decorrer de 2017, mais de 84.000 mediadores, incluindo agentes, delegados e corretores, colaboraram na distribuição de produtos. A tabela a seguir exibe o modo como esse grupo está composto:

Rede comercial	2017	2016
IBÉRIA		
Agentes	10.119	10.176
Delegados	2.666	2.666
Corretores	5.229	5.365
Subtotal IBÉRIA	18.014	18.207
LATAM		
Agentes	16.324	14.977
Delegados	4.294	5.803
Corretores	33.835	33.102
Subtotal LATAM	54.453	53.882
INTERNACIONAL		
Agentes	10.325	10.479
Delegados	102	100
Corretores	1.436	1.358
Subtotal INTERNACIONAL	11.863	11.937
TOTAL DA REDE COMERCIAL	84.330	84.026

As redes próprias da MAPFRE são complementadas pela capacidade de distribuição conferida pelos acordos fechados com várias entidades, principalmente os de banco de seguros (BANKIA, BANKINTER, BANCO CASTILLA-LA MANCHA (filial de LIBERBANK), BANCO DO BRASIL, BHD LEON e BANK OF VALLETTA, entre outros). Ao longo do ano de 2017, a MAPFRE distribuiu seus produtos através de 7.487 agências de seguros bancários (das quais 2.436 estão situadas na Espanha, 4.871 no Brasil e 180 na República Dominicana). Além disso, a MAPFRE mantém um total de 1.796 acordos de distribuição, entre os quais se destacam os acordos com entidades financeiras (156), concessionárias de automóveis (1.502), centros comerciais e empresas de serviços (98).

Na atividade de seguros, a MAPFRE é a maior seguradora espanhola do mundo, com uma participação de 14,3% no negócio de Não Vida e de 6,5% no negócio de Vida no mercado espanhol. Além disso, é a décima primeira maior seguradora da Europa, com presença em praticamente todos os países da América Latina, região na qual é o grupo de seguros líder em seguros Não Vida, com participação de 7,6% no mercado (de acordo com os dados do exercício de 2016, os mais recentes disponíveis). Além disso, a resseguradora do Grupo (MAPFRE RE) está no 16º lugar no ranking mundial de resseguro e, no ramo de Assistência, a MAPFRE é a quarta maior empresa do setor no mundo.

Evolução e resultado dos negócios

Contexto econômico e evolução dos mercados seguradores

Contexto econômico

ASPECTOS GERAIS

A atividade econômica mundial cresceu 3,4% em 2017, em um ciclo mais sincronizado e que se acelerou tanto nas economias desenvolvidas quanto nas emergentes. Este dado mostra um crescimento global sólido apoiado por políticas monetárias ainda frouxas por parte dos bancos centrais do G4 (Estados Unidos, Japão, Zona do Euro, Reino Unido), embora nos Estados Unidos o Federal Reserve já se encontre em processo de elevação de taxas de juros e tenha definido uma rota de redução de seu balanço, por sua vez, o Banco Central Europeu (BCE) já anunciou seu cronograma de normalização monetária.

Considerando a robustez da economia global, o crescimento mundial para 2018 manterá o ritmo de 2017, com previsão de que fique em cerca de 3,7%, com uma aceleração na contribuição de mercados desenvolvidos (já acima de 2%) e dos mercados emergentes (por volta de 4,9%), estes últimos liderados pela resiliência no crescimento na China e pela saída da recessão do Brasil e da Rússia. Em termos gerais, observa-se uma convergência dos indicadores reais em direção às expectativas, protagonizados pelo comércio mundial, o investimento em equipamentos e, em alguns países, pelo investimento residencial.

Os Estados Unidos e a Zona do Euro seguem as dinâmicas próprias de países desenvolvidos (2,7% e 2,1% para 2018, respectivamente), enquanto a China mantém sua agenda de desaceleração controlada até cerca de 6,3% em 2018. O contexto dos demais mercados emergentes é variado, dependente do ambiente mundial e, em especial, da política monetária dos EUA e de fatores idiossincráticos do âmbito político e geopolítico.

A política desempenhou um papel fundamental nos países desenvolvidos em 2017, mas o ciclo político dos países emergentes (com destaque para a América Latina), terá seu ápice em 2018 com eleições na Colômbia, Brasil e México, e na Argentina no próximo ano. Além disso, em 2017 foram consolidadas as recuperações cíclicas do Brasil e da Rússia, ao mesmo tempo que o efeito da política econômica dos Estados Unidos sobre o México tenha sido, por hora, menor do que o previsto.

A inflação, que se acelerava nos mercados desenvolvidos durante a primeira metade do ano, perdeu força devido a uma desaceleração da inflação subjacente e das expectativas salariais até o final de 2017, embora sejam vislumbrados leves indícios de

recuperação no início do ano. Além disso, se o preço do petróleo for mantido em 2018 nos níveis atuais, pode ser possível que haja uma contribuição positiva do aumento da inflação ao longo do ano. Por hora, o dinamismo no emprego nos países desenvolvidos não está se traduzindo em ganhos reais dos salários, o que é preocupante em termos de política monetária ao colocar em jogo a relação entre crescimento e inflação. A inflação global ficou em cerca de 3,5% ao final do quarto trimestre de 2017, o que eleva a média acima de 3% na totalidade do ano, com um registro próximo a 2% nos mercados desenvolvidos e 4,5% nos mercados emergentes.

O Federal Reserve dos Estados Unidos subiu as taxas de juros em dezembro, levando a faixa alta do objetivo até 1,5%. A renovação da presidência e do conselho do Federal Reserve permite antecipar um certo continuísmo na rota de gradualidade da trajetória de altas futuras. De maneira mais relevante, o Federal Reserve definiu o cronograma para a normalização de seu balanço, que embora seja estimado como gradual (aproximadamente 1,3 trilhão de dólares em três anos, o que equivale a um terço do stock acumulado desde a crise), terá repercussões sobre a liquidez e o custo do financiamento global. Por outro lado, o BCE anunciou em outubro que ampliará o programa de compra de ativos por nove meses (até setembro de 2018), porém, baixará o ritmo de compras para 30 bilhões de euros. Além disso, já foi antecipado o cronograma de normalização monetária na Europa, descartando-se, assim, qualquer alta de taxas de juros antes do final de 2019.

Por sua vez, nos mercados emergentes se mantém a divergência das políticas monetárias entre os países. No México, espera-se um viés igual ou menos restritivo da política monetária do Banco Central, considerando o melhor panorama da inflação. Não obstante, a necessidade de acomodar a incerteza política e das negociações comerciais com os Estados Unidos, ao mesmo tempo que o possível incentivo fiscal extraordinário resultante dos terremotos de setembro, poderia alterar essa previsão. No Brasil, em função da baixa inflação e da ainda incipiente atividade econômica, continua o afrouxamento monetário com um corte na taxa de juros de meio ponto percentual em dezembro, ficando no nível mais baixo de sua história recente (7%). A Turquia, por sua vez, voltou a aumentar a taxa de juros da facilidade marginal de crédito com o propósito de controlar sua divisa, atualmente fortemente depreciada em torno de 3,8 TRL/USD.

A seguir é apresentada uma análise mais detalhada dos mercados mais relevantes nos quais a MAPFRE opera:

ZONA DO EURO

O produto interno bruto (PIB) da Zona do Euro demonstra uma visível aceleração ao crescer a um ritmo de 2,8% no terceiro trimestre, o que situa a estimativa para o conjunto de 2017 em 2,4% (a/a), com a Espanha e a Alemanha liderando o crescimento, enquanto na França e na Itália também é observada uma

aceleração da atividade. Claramente, a recuperação sincronizada do ciclo econômico mundial e os estímulos monetários na Zona do Euro estão produzindo resultados positivos. Em relação a 2018, estima-se um crescimento do PIB de 2,1%. As exportações estão contribuindo decisivamente para o crescimento após o aumento do investimento no terceiro trimestre, enquanto o consumo mantém um certo marasmo e ainda tem margem para melhorar. A inflação média de 2017 terminou em 1,4% e a inflação subjacente em 0,9%, abaixo do objetivo do banco central. O índice Euro Stoxx 50 finalizou o ano com uma alta de 6,5%, até 3.504 pontos, diante da publicação de dados positivos sobre a atividade e revisão da alta do crescimento que se vê impulsionada pela recuperação sincronizada mundial.

O BCE, por sua vez, avalia os resultados obtidos em termos de crescimento na Zona do Euro, porém, considerando que a inflação continua sem se aproximar do objetivo, decidiu estender o programa de compra de ativos até setembro de 2018, embora com redução no ritmo de compras de 60 para 30 bilhões de euros. Por hora, apesar de ter anunciado o cronograma de normalização monetária, ainda não se fala de redução do balanço e tampouco de alta nas taxas de juros. A previsão é de que altas de juros somente começarão a acontecer após o final do programa de compras e a normalização da taxa de depósitos (segunda metade de 2019). Embora a atividade econômica continue sólida, há riscos que poderiam mudar o cenário rapidamente. Alguns deles são uma saída desordenada do Reino Unido da União Europeia e o eventual ressurgimento do "risco de convertibilidade³" vinculado às eleições italianas e às negociações do pagamento da dívida grega (que deverão ser retomadas em 2018).

ESPAÑHA

A Espanha continua na liderança do crescimento entre grandes economias da Zona do Euro. Após registrar um crescimento de 3,1% (a/a) no terceiro trimestre de 2017, estima-se um crescimento de igual magnitude na totalidade do ano. Entre os principais fatores que contribuíram para essa solidez estão a confiança dos consumidores e investidores, as condições monetárias frouxas e a criação de emprego (a taxa de desemprego baixou para 16,4% no terceiro trimestre). As exportações e o investimento são os componentes mais dinâmicos da demanda agregada. Vale destacar que o investimento residencial começou a aumentar graças à reativação do crédito hipotecário, assim como os fluxos de investimento institucional no setor imobiliário. Por sua vez, o consumo se manteve forte, apesar de estar

3 A Comissão Europeia e os países da Zona do Euro estão conscientes dos defeitos de elaboração da União Monetária e que, no longo prazo, colocam em risco a sobrevivência do Euro. Por isso, a Alemanha e a França estão liderando um projeto que passa por uma maior união fiscal, política, bancária e regulatória. Isso passa, entre outros aspectos, por ter um supervisor bancário comum, um mecanismo de resolução bancário único, um fundo de garantia de depósitos, uma harmonização fiscal, um crescente orçamento comum e a possibilidade de emitir eurobônus. Alcançar esses objetivos passaria naturalmente por uma maior união política.

desacelerando; para aumentar seria preciso existir maiores ganhos reais de renda disponível por meio de aumentos salariais ou de algum tipo de incentivo fiscal, e não somente recorrer à poupança. Em relação a 2018, é possível antecipar uma leve desaceleração do crescimento, entre outros motivos, pelo abalo que poderia ocorrer na confiança dos investidores e consumidores por conta da instabilidade na Catalunha (cujo efeito estimado de entre -0,2% e -0,5% no crescimento será confirmado com atraso ao longo de 2018), assim como pela alta dos preços do petróleo, que causará erosão na renda disponível. O Índice IBEX 35 se comportou mal a partir de maio (devido à instabilidade na Catalunha e às preocupações no setor bancário, incluindo a crise do Banco Popular), terminando o ano nos 10.044 pontos, com uma alta de 7,4%.

ESTADOS UNIDOS

O crescimento do PIB dos Estados Unidos no quarto trimestre (3,2%) confirmou a solidez dessa economia, o que permite prever que encerrará o ano com um crescimento de 2,3%, impulsionado pelo consumo doméstico e o investimento. Com informações até novembro, o emprego continuou a se fortalecer, com a taxa de desemprego em 4,1% e a de subemprego em 8,1%. Contudo, apesar da solidez do mercado de trabalho, destaca-se a moderação do crescimento da massa salarial tanto em termos nominais quanto reais, o que, por hora, faz com que a renda disponível real cresça 1,9% e o consumo seja sustentado fundamentalmente com base na erosão da poupança (a taxa de poupança está situada em 2,9%).

Apesar da convergência entre indicadores reais e expectativas, ainda se destaca o fato de que indicadores como a produção industrial (+3,4% a/a) e a capacidade utilizada (77%) estejam distantes da exuberância demonstrada pelo índices de gestores de compras (PMIs), os quais continuam em ascensão sustentados pela expectativa de materialização da política reflacionária do governo. Em dezembro, a inflação ficou em 2,1%. Chama a atenção que a inflação subjacente se mantenha baixa (em 1,8%), indicando que as expectativas salariais estão ancoradas e cientes da extrema moderação nos preços dos serviços (especialmente os digitais). A orientação atual do Federal Reserve tem consciência disso. A política monetária (que está se endurecendo, embora em níveis expansivos) demonstra cautela com relação à baixa inflação. Na reunião de outubro, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) anunciou o montante e o cronograma do processo de normalização do balanço do Federal Reserve, com expectativa de redução em um terço dos ativos em balanço (1,3 trilhão de dólares) durante os próximos três anos, a partir de outubro. Embora em sua reunião de dezembro o Federal Reserve tenha subido a taxa de juros em 0,25 pontos percentuais até situá-los em 1,5%, a narrativa de suas atas e a reconfiguração alcançada com o novo presidente (Jerome H. Powell) trazem expectativa de que a gradualidade será mantida. Assim, são esperadas duas altas adicionais nas taxas de juros ao longo de 2018.

A taxa de juros de 10 anos ficou em 2,4% no final do ano, mas a previsão é de um achatamento gradual da curva devido à compressão mais acentuada do prêmio por prazo dada a ausência de inflação de fundo e a persistência no risco de duração. Conseqüentemente, o dólar terminou o ano abaixo da previsão de dezembro e ficou em cerca de 1,20 USD/EUR, especialmente em função do estreitamento de diferenciais de taxas longas com a Zona do Euro. Por sua vez, o Índice S&P500 terminou o ano em 2.674 pontos, refletindo uma alta de 19,4% em USD (4,8% em euros).

BRASIL

No Brasil, o PIB cresceu 1,4% interanualmente no terceiro trimestre de 2017, confirmando a saída da recessão, com o qual a previsão de crescimento médio para o ano ficaria em 1,1% interanualmente, com previsão para 2018 de um crescimento do PIB até 2,5%. O avanço registrado na economia brasileira se apoiou, fundamentalmente, em um melhor comportamento do consumo e do investimento. Por outro lado, a sustentada redução da inflação (ficando em 3% interanualmente em dezembro) permitiu ao Banco Central recortar as taxas de juros sete vezes ao longo de 2017, situando a SELIC (taxa de juros de intervenção) em 7% em dezembro. Se a inflação continuar a ser moderada, a previsão é que o Banco Central brasileiro manterá as taxas de juros bem próxima, mesmo abaixo, desse 7% em 2018, culminando, assim, na última fase de seu afrouxamento monetário, pois é previsível que comece a subir as taxas no próximo ano.

Por outro lado, o país precisa continuar as reformas estruturais para equilibrar as contas públicas (embora o déficit primário tenha cumprido o objetivo da administração ao ficar em -2,5% do PIB em 2017, e o déficit total neste ano seja estimado em -8,5% do PIB), torná-las sustentáveis e fortalecer sua classificação creditícia. As reformas mais importantes são as do sistema previdenciário e a fiscal, essenciais para a redução do déficit e a sustentabilidade da dívida. Em outubro de 2018 haverá eleições presidenciais, portanto, não é possível antecipar nenhuma reforma adicional antes dessa data. Ainda assim, a administração do presidente Michel Temer conseguiu aprovar outras reformas estruturais que, embora de menor dimensão, são importantes para fortalecer a confiança no país. No mercado de ações, o Índice BOVESPA celebrou o final da recessão econômica subindo 26,9% no ano, em moeda local (9,3% em euros) até atingir 76.402 pontos.

TURQUIA

A Turquia se encontra sob pressão dos mercados devido à perda de apetite dos investidores estrangeiros por seus bônus. O bônus a 10 anos está com uma rentabilidade de 11,7%, enquanto a curva das taxas dos bônus em moeda local segue invertida. Entre outros fatores, isso se deve a um complexo contexto político interno e a um aumento da tensão com a União Europeia e Estados Unidos, que levaram a Turquia, em novembro,

a se retirar de manobras militares conjuntas da OTAN. Nesse contexto, a libra turca acelerou sua tendência depreciatória até próximo a 4 TRL/USD, uma vez que a depreciação foi corrigida recentemente. A inflação se mantém fora do objetivo do Banco Central (que é de 5%), ficando em 12,9% em novembro, embora a taxa de juros de referência do Banco Central esteja em 8% (recompra a 1 semana), a taxa efetiva da política econômica, que é correspondente à facilidade marginal de crédito, está situada acima de 13%.

O crescimento da economia turca se sustentou graças às políticas de estímulo e, particularmente, à provisão de crédito garantido pelo Estado, o que manteve uma taxa de crescimento do PIB trimestral acima de 2% até o terceiro trimestre do ano e, embora tenha começado a perceber uma moderada desaceleração, é descontado um crescimento do PIB para o conjunto do ano próximo a 5,8%. Por sua vez, o índice da bolsa BIST100 se revalorizou 21,5% em euros e 48,8% em moeda local, até atingir 142.000 pontos.

MÉXICO

A economia mexicana se contraiu -0,3 por cento no terceiro trimestre de 2017, anulando o crescimento de +0,3 por cento registrado no trimestre anterior. Isso acentua uma estimativa para o conjunto do ano ligeiramente inferior ao seu crescimento de longo prazo, em cerca de 2,3 por cento anualmente. Para esta desaceleração contribuiu uma contração no setor manufatureiro (petróleo, construção e têxtil) e um adiamento do investimento como consequência da incerteza ligada ao estancamento das negociações comerciais com os Estados Unidos e o Canadá (NAFTA). Este último produziu uma nova depreciação do peso até os 19 MXN/USD (em comparação com os 17,7% do trimestre passado). A previsão é que a taxa cambial, na ausência de novos shocks, se mantenha na faixa de 19-18 MXN/USD ao longo de 2018, com maior margem para a depreciação à medida que se aproximar a conclusão da negociação do NAFTA e tiver início a campanha eleitoral.

A inflação ficou em 6,8 por cento em dezembro, como resultado, em parte, da depreciação do peso, embora ainda resistindo ao impacto do ajuste local do preço da gasolina, e da materialização de efeitos salariais de segundo ciclo. Por outro lado, o Banco do México subiu as taxas de juros em 0,25 pontos percentuais em sua reunião de dezembro até 7,25% e, a partir dos dados da inflação, atividade e taxa cambial, ainda não há motivos para antecipar uma reversão. No entanto, tudo isso será revisável em função do endurecimento das condições monetárias nos Estados Unidos. Por fim, o Índice IPC da Bolsa Mexicana de Valores encerrou o ano em 49.354 pontos, tendo subido 8,13% em moeda local (-0,5% em euros).

Evolução dos mercados de seguros

MERCADO ESPANHOL⁴

Ao final de 2017, os prêmios emitidos de seguro direto do mercado de seguros espanhol tiveram uma ligeira queda de 0,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O bom comportamento dos ramos de Não Vida (crescimento de 3,9 por cento) se vê amortizado pela variação negativa dos prêmios de Vida, que tiveram queda de -5,6 por cento.

Conceito	dez/17	dez/16	% Var. 17/16
Vida	29.401	31.136	(5,6%)
Não Vida	33.992	32.703	3,9%
Total de Seguro Direto	63.392	63.840	(0,7%)

Valores em milhões de euros

Embora em um ritmo menor do que em 2016, o segmento de Não Vida continua demonstrando crescimentos na maioria dos ramos, com um bom comportamento em Automóveis, Saúde e Multirriscos, os de maior volume em prêmios. Assim como em 2016, os aumentos em tarifas e as maiores vendas de veículos novos favoreceram o crescimento do seguro de automóveis (3,4 por cento).

Conceito	dez/17	dez/16	% Var. 17/16
Automóveis	10.922	10.566	3,4%
Saúde	8.058	7.730	4,2%
Multirriscos	6.881	6.734	2,2%
Resto de ramos Não Vida	8.131	7.673	6,0%
Total Não Vida	33.992	32.703	3,9%

Valores em milhões de euros

Os prêmios do seguro de Vida tiveram queda de 5,6 por cento, com um comportamento simples por parte do seguro de Vida Risco e uma redução de 6,5 por cento de Vida Poupança, modalidade que representa 85 por cento do negócio deste segmento. Em relação ao negócio de Vida, por seu caráter individual ou coletivo, segundo os últimos dados publicados em setembro de 2017, a emissão de individuais teve queda de 3,8 por cento, apesar do bom comportamento dos Unit-Linked que tiveram crescimento de 66 por cento, assim como a de Vida coletivos que teve queda de 6,5 por cento.

Com dados de setembro de 2017, a rentabilidade técnica dos ramos de Não Vida demonstrou deterioração relativa em comparação com o mesmo período do ano anterior, como resultado de um aumento da sinistralidade em 1,3 pontos percentuais. Ao contrário do que ocorreu no ano de 2016, no qual houve uma importante melhora no índice combinado dos seguros

⁴ Fonte: ICEA.

Multirriscos, nos nove primeiros meses de 2017 o índice combinado deste ramo aumentou 8,3 pontos percentuais, devido, principalmente, ao aumento da sinistralidade, como consequência das condições climáticas adversas dos primeiros meses deste ano. Pelo contrário, o seguro de Automóveis e Saúde melhorou seu resultado técnico.

Conceito	TOTAL NÃO VIDA		AUTOMÓVEIS		MULTIRRISCOS		SAÚDE	
	set/17	set/16	set/17	set/16	set/17	set/16	set/17	set/16
Sinistralidade	71,9%	70,6%	77,8%	79,7%	65,0%	57,5%	80,4%	81,0%
Despesas	22,0%	22,0%	18,5%	19,3%	31,6%	30,8%	11,9%	12,1%
Índice Combinado	93,9%	92,6%	96,3%	99,1%	96,6%	88,3%	92,3%	93,1%

Por outro lado, em dezembro de 2017 as provisões técnicas dos seguros de Vida atingiram 183,519 bilhões de euros, o que representa um aumento de 3,2 por cento em comparação com dezembro do ano anterior. Por sua vez, o patrimônio dos Fundos de Investimento cresceu 11,7 por cento nesse mesmo período, o que evidencia uma menor aversão ao risco do poupador espanhol. Por fim, o volume de ativos gerenciados pelos planos de aposentadorias subiu para 111,077 bilhões de euros em 2017, com uma alta interanual de 4%.

Conceito	dez/17	dez/16	% Var. 17/16
Seguros de vida	183.519	177.818	3,2%
Fundos de investimentos	262.847	235.418	11,7%
Fundos de aposentadoria	111.077	106.839	4,0%
Total	557.443	520.075	7,2%

Valores em milhões de euros



Conselho de Acionistas 2017

MERCADOS LATINO-AMERICANOS

O quadro a seguir mostra a variação dos volumes de prêmios emitidos em relação ao mesmo período do ano anterior nos principais mercados seguradores da América Latina, de acordo com as informações mais recentes disponíveis:

País	Data	Não Vida	Vida	Total
Argentina	set/17	27,1%	9,0%	24,2%
Brasil	nov/17	2,5%	8,0%	5,9%
Chile	set/17	5,8%	(3,5%)	(0,2%)
Colômbia	set/17	7,9%	14,0%	9,8%
México	set/17	17,2%	4,9%	11,4%
Peru	nov/17	(2,9%)	5,4%	0,5%
Porto Rico	jun/17	(8,1%)	16,3%	(6,2%)

Fonte: Serviço de Estudos da MAPFRE com dados do órgão de supervisão do país respectivo.

Segundo os últimos dados publicados pelos organismos supervisores latino-americanos referidos em junho, setembro e novembro de 2017 (últimas informações disponíveis), a maioria dos mercados da região aumentaram seu volume de prêmios em termos nominais, com diferentes comportamentos em cada um

dos países e segmentos: enquanto em alguns tenha ocorrido abrandamento de seu crescimento, em outros, sobretudo nos mercados menores, estão sendo produzidos crescimentos de dois dígitos. No entanto, três dos maiores mercados, Porto Rico, Chile e Peru, tiveram quedas em suas receitas por prêmios.

Ao longo de 2017, o segmento Não Vida demonstrou um comportamento positivo em praticamente todos os países da América Latina, com exceção do Equador, Peru e Porto Rico. No caso do Peru, Automóveis e Incêndios, os ramos de maior volume, sofreram queda, enquanto em Porto Rico, houve grande influência da redução dos prêmios do seguro de Saúde. No México, a renovação da apólice integral de seguros da Petróleos Mexicanos (PEMEX) influiu na importante alta dos ramos de Não Vida no país.

O seguro de Vida, por sua vez, demonstrou o seguinte comportamento nos três maiores mercados: sofreu abrandamento de seu crescimento no principal mercado da região, o Brasil, pela perda de impulso do produto Vida gerador de benefício livre (VGBL), cresceu 4,9% no México e teve redução no Chile devido à queda dos prêmios de rendas vitalícias.

A evolução do seguro de Automóveis foi positiva na maior parte dos mercados latino-americanos, com exceção do Brasil e do Peru. Em relação ao Brasil, em dezembro de 2016 o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) aprovou a proposta da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), de novas tarifas do seguro obrigatório de Automóveis, que começaram a ser aplicadas em janeiro de 2017 e que representaram uma importante redução em relação às tarifas que estavam vigentes, motivo que explica a queda dos prêmios dessa garantia no seguro de Automóveis.

OUTROS MERCADOS

Estados Unidos

Nos Estados Unidos, segundo informações disponíveis da Associação Nacional de Comissionados de Seguros (NAIC) correspondentes ao primeiro semestre de 2017, os seguros de Não Vida tiveram um crescimento de 4,7%, os seguros de Vida de 3,9% e os de Saúde de 6% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O bom comportamento da economia dos EUA está contribuindo para esses crescimentos. Além disso, avança o processo de normalização monetária. Portanto, há avanço na alta das taxas de juros e em sua transmissão ao longo da curva, o crescimento dos negócios de Vida poderia acabar sendo limitado, criando, entretanto, um ambiente menos favorável, apesar do bom comportamento da economia dos EUA.

Turquia

Na Turquia, com números de junho de 2017 (últimos disponíveis), o mercado de seguros apresentou um crescimento de 9,3%. O seguro de automóveis continua a ser a principal linha de negócio dentro dos seguros de Não Vida, porém, perdeu peso relativo em relação às demais linhas de negócio, representando 47% dos prêmios totais de Não Vida, em comparação com 55% do período anterior. O principal motivo está na queda dos prêmios de danos a terceiros no ramo de automóveis (de -23,3%),

compensada em parte pelo crescimento da garantia de danos próprios que, embora represente uma porcentagem menor dos prêmios, tem crescimento de 22%. Vale assinalar que o estabelecimento de um sistema de controle de preços no seguro obrigatório de automóveis também está influenciando negativamente nesse comportamento. Por sua vez, ganham peso relativo as linhas de Saúde e Acidentes, além da Residencial e de Comércio, cujos prêmios estão com crescimentos próximos a 20%.

Evolução do negócio

Receita por operações

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)
Prêmios emitidos e aceitos totales	23.480,7	22.813,2	2,9%
Receitas financeiras dos investimentos	2.801,7	3.056,3	(8,3%)
Receitas de entidades não seguradoras e outras receitas	1.701,3	1.222,6	39,1%
Total de receitas consolidadas	27.983,7	27.092,1	3,3%

Valores em milhões de euros

As receitas consolidadas do Grupo atingiram 27,984 bilhões de euros, com um aumento de 3,3%, e consolidam a tendência de crescimento dos últimos anos.

Os prêmios de seguro direto e resseguro aceito, que constituem a parte fundamental das receitas, subiram para 23,480.7 bilhões de euros, com um crescimento considerável de 2,9%, com base principalmente no aumento dos prêmios na Espanha, México, América Central e na Unidade de Negócio de Global Risks.

A evolução dos prêmios enquadra-se na linha estratégica do Grupo de "crescimento rentável", destinada a melhorar a rentabilidade principalmente dos seguros de Não Vida. Por isto, durante 2017, continuamos cancelando apólices não rentáveis, que atingiram um valor aproximado de 530 milhões de euros, principalmente em Automóveis e Seguros Gerais, o que limita parcialmente o crescimento.

O aumento dos prêmios de Não Vida chegou a 2,6%, enquanto o dos prêmios de Vida tiveram um aumento relevante de 4,2%. Por tipo de negócio, em Não Vida, Automóveis é o mais relevante, com 7,271 bilhões de euros em prêmios e 1,4% de crescimento devido à redução das carteiras principalmente no Brasil, México e na Turquia. Em segundo lugar está a área de Seguros Gerais, com 6,322 bilhões de euros e 10,3% de crescimento, impelidos pela apólice da PEMEX no México, no valor de 545 milhões de dólares. Saúde e Acidentes está posicionado em terceiro lugar, com prêmios no valor de 1,231 bilhão, representando 1,2% de redução.

As receitas dos investimentos brutos chegaram a 2,801.7 bilhões de euros, abaixo da cifra do exercício passado devido ao ambiente repetitivo de baixas taxas de juros na Europa e à queda das taxas no Brasil e em outros países da LATAM, bem como às mais-valias financeiras menores.

Finalmente, as outras receitas que abrangem em grande parte aquelas das atividades não seguradoras e as receitas não técnicas espelham um aumento devido principalmente a receitas mais altas, em função das diferenças positivas no câmbio e do cancelamento de uma provisão para pagamentos contingentes no canal de seguros bancários na Espanha pelo valor de 29 milhões de euros, por não ter sido possível atingir objetivos de longo prazo em certo nível.

Resultados

O quadro anexo apresenta um resumo da conta de resultados consolidada em dezembro de 2017, demonstrando os diferentes componentes do benefício da MAPFRE e sua comparação com o mesmo período do ano anterior.

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)
NEGÓCIO DE NÃO VIDA			
Prêmios emitidos e aceitos	18.154,5	17.699,8	2,6%
Prêmios atribuídos líquidos	14.255,0	14.158,7	0,7%
Resultado técnico	267,9	370,5	(27,7%)
Receitas financeiras líquidas	616,6	922,0	(33,1%)
Outras receitas e despesas não técnicas	61,4	(60,8)	--
Resultado do negócio de Não Vida	945,8	1.231,8	(23,2%)
NEGÓCIO DE VIDA			
Prêmios emitidos e aceitos	5.326,2	5.113,3	4,2%
Prêmios atribuídos líquidos	5.054,6	4.879,5	3,6%
Resultado Técnico	(581,6)	(640,6)	9,2%
Resultado financeiro e outras receitas não técnicas	1.301,3	1.387,5	(6,2%)
Resultado do negócio de Vida	719,7	746,9	(3,6%)
Resultado de outras atividades	(132,3)	(133,5)	0,9%
Ajustes por hiperinflação	(24,5)	(40,0)	38,7%
Lucro antes de impostos	1.508,7	1.805,2	(16,4%)
Imposto de renda	(410,3)	(560,0)	(26,7%)
Resultado após impostos de atividades interrompidas	0,0	0,0	--
Resultado do exercício	1.098,4	1.245,2	(11,8%)
Resultado atribuível a sócios externos	397,9	469,7	(15,3%)
Resultado atribuível aos acionistas controladores	700,5	775,5	(9,7%)

Valores em milhões de euros

O lucro atribuível atingiu 700,5 milhões de euros, com uma redução de 9,7% principalmente em função dos seguintes eventos ocorridos durante o exercício de 2017:

1. O impacto dos eventos catastróficos ocorridos, especialmente no terceiro trimestre, representou um custo líquido de 125,6 milhões de euros.
2. A queda das receitas financeiras líquidas se deve principalmente à redução das taxas no Brasil e em outros países da LATAM, assim como o já recorrente ambiente de baixas taxas de juros na Europa.
3. O cancelamento de determinados ativos e passivos, principalmente ativos intangíveis e provisões para riscos e despesas contabilizados em 2011 como consequência da aliança de seguros bancários realizada no Brasil, que teve um impacto positivo líquido de 28 milhões de euros para o resultado do Grupo. Esse efeito é refletido nas linhas de receitas financeiras e outras receitas e despesas não técnicas.
4. A aprovação da reforma fiscal nos Estados Unidos, com uma redução da taxa impositiva que afeta as nossas entidades nesse país a partir do ano de 2018 e requer que todos os ativos e passivos fiscais sejam atualizados ao final de 2017 para esta nova taxa fiscal. O efeito líquido representou uma diminuição dos passivos fiscais e, portanto, um aumento do resultado líquido do Grupo MAPFRE por montante de 37,8 milhões de euros.

NÃO VIDA

Os resultados de Não Vida atingiu 946 milhões de euros, com uma redução de 23,2% sobre o exercício anterior.

O exercício 2017 foi afetado pelos furacões Harvey, Irma e Maria, que tiveram impacto no litoral atlântico da América do Norte e no Caribe no terceiro trimestre, os dois terremotos ocorridos no México em setembro e o "El Niño Costeiro", que impactou o Peru e a Colômbia em fevereiro. O impacto líquido (custo retido após impostos e parceiros externos) dessas catástrofes naturais sobre o resultado atribuível ao Grupo MAPFRE em 31 de dezembro de 2017 é de 125,6 milhões de euros para as entidades seguradoras e de 183,8 milhões de euros incluindo a MAPFRE RE.

Receita consolidada 2017

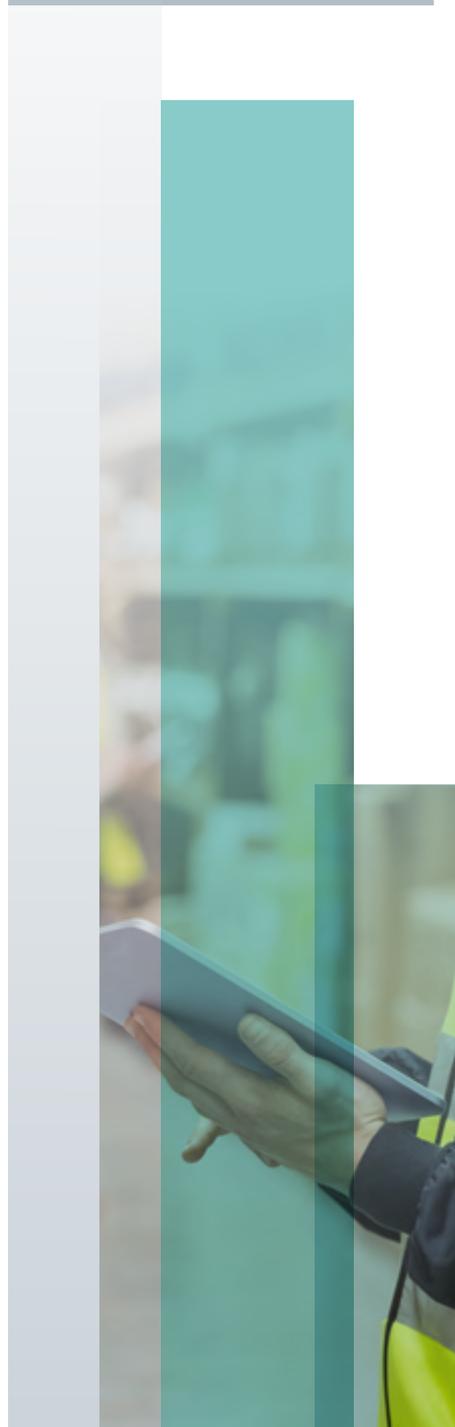
27.984

milhões de euros

Prêmios de seguro direto e resseguros

23.480,7

milhões de euros



A seguir é apresentado um detalhe por evento e sociedade da MAPFRE que foi afetada por essas catástrofes:

EFEITOS ANTES DE IMPOSTOS E MINORITÁRIOS:

	MAPFRE GLOBAL RISKS	Porto Rico	Colômbia E Peru	EUA	México	Rep. Dominicana	Subtotal	MAPFRE RE	Total
Furacão Harvey	15,0	---	---	---	---	---	15,0	10,2	25,2
Furacão Irma	25,0	24,5	---	1,7	---	---	51,2	7,9	59,1
Furacão Maria	22,5	29,2	---	---	---	1,1	52,8	37,5	90,3
Terremotos no México	14,0	---	---	---	2,0	---	16,0	22,4	38,4
Eventos catastróficos	76,5	53,7	---	1,7	2,0	1,1	135,0	78,0	213,0
El Niño Costeiro	26,6	---	3,2	---	---	---	29,8	6,3	36,1
TOTAL DE EVENTOS CATASTRÓFICOS	103,1	53,7	3,2	1,7	2,0	1,1	164,8	84,3	249,1

Valores em milhões de euros

EFEITOS APÓS IMPOSTOS E MINORITÁRIOS:

	MAPFRE GLOBAL RISKS	Porto Rico	Colômbia E Peru	EUA	México	Rep. Dominicana	Subtotal	MAPFRE RE	Total
Furacão Harvey	11,3	---	---	---	---	---	11,3	7,0	18,3
Furacão Irma	18,8	19,6	---	1,1	---	---	39,5	5,4	44,9
Furacão Maria	16,9	23,3	---	---	---	0,4	40,6	25,8	66,4
Terremotos no México	10,5	---	---	---	1,4	---	11,9	15,3	27,2
Eventos catastróficos	57,5	42,9	---	1,1	1,4	0,4	103,3	53,5	156,8
El Niño Costeiro	19,9	---	2,4	---	---	---	22,3	4,7	27,0
TOTAL DE EVENTOS CATASTRÓFICOS	77,4	42,9	2,4	1,1	1,4	0,4	125,6	58,2	183,8

Valores em milhões de euros

Esses eventos tiveram um impacto direto na sinistralidade de Não Vida do Grupo, a qual atinge 70,7% (0,7 pontos percentuais acima do exercício anterior).

Além dos eventos listados, outras situações aconteceram durante o exercício e tiveram impacto sobre o resultado de Não Vida. Entre elas, se destacam:

1. Melhora considerável no resultado do ramo de automóveis na Espanha.
2. Melhoras no resultado técnico da maior parte dos ramos e países da LATAM e EURÁSIA.
3. Resultados inferiores aos esperados no ramo de Automóveis nos Estados Unidos, Brasil e México, principalmente devido à elevada frequência de sinistralidade.
4. Coincidência durante o ano de vários sinistros de intensidade na carteira da MAPFRE GLOBAL RISKS.

VIDA

Os resultados de Vida atingiram 720 milhões de euros, com uma redução de 3,6% sobre o exercício anterior. O destaque é a contribuição aos lucros por parte da IBÉRIA, tanto por sua melhora nas margens quanto pelo efeito do cancelamento de uma provisão para pagamentos contingentes no canal de seguros bancários por um montante de 29 milhões de euros. Também é importante destacar a contribuição para os lucros dos produtos de risco comercializados por meio do canal bancário no Brasil, apesar das dificuldades do contexto econômico no qual operam nossas sociedades no referido país.

Por outro lado, a finalização da aliança da MAPFRE e do Banco CISS gerou uma mais-valia líquida contábil de 5,8 milhões de euros e a venda pela MAPFRE PERU de sua carteira de rendas vitálicas proporcionou uma mais-valia líquida ao Grupo MAPFRE de 4 milhões de euros.

OUTROS ASPECTOS

O imposto de renda diminuiu significativamente, derivado das seguintes causas:

1. Como efeito dos melhores resultados do exercício derivado dos eventos catastróficos e da queda no resultado recorrente do Brasil.
2. A atualização para a nova taxa impositiva dos impostos diferidos do passivo das nossas sociedades nos Estados Unidos, como consequência da recente aprovação da reforma fiscal neste país, o qual gerou uma despesa menor por imposto de 37,8 milhões de euros.

Por fim, também há uma queda no resultado atribuível dos parceiros externos, principalmente derivada do menor resultado proporcionado por nossa operação seguradora no Brasil.



MAPFRE Investor Day 2017

Balanço

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Ágio	1.883,0	1.990,0
Outros ativos intangíveis	1.539,9	1.808,9
Outras imobilizações	271,1	293,6
Tesouraria	1.864,0	1.451,1
Imóveis	2.171,4	2.277,8
Aplicações financeiras	42.003,2	42.540,9
Outros investimentos	1.437,3	1.272,2
Investimentos Unit-Linked	2.320,1	2.014,0
Participação do resseguro nas provisões técnicas	4.989,6	3.934,4
Créditos de operações de seguro e resseguro	5.006,7	5.191,6
Impostos diferidos	296,8	335,3
Ativos mantidos para a venda	155,6	911,2
Outros ativos	3.630,8	3.860,7
TOTAL ATIVO	67.569,5	67.881,8
Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	8.611,3	9.126,5
Sócios externos	1.901,4	2.317,0
Patrimônio líquido	10.512,7	11.443,5
Dívida financeira	2.327,4	2.202,9
Provisões técnicas	47.814,1	47.240,1
Provisões para riscos e despesas	661,7	752,8
Dívidas de operações de seguro e resseguro	2.190,7	1.998,8
Impostos diferidos	588,0	730,7
Passivos mantidos para a venda	1,1	690,3
Outros passivos	3.473,7	2.822,7
TOTAL PASSIVO	67.569,5	67.881,8

Valores em milhões de euros

Os ativos alcançaram 67,570 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e foram reduzidos em 0,5% em comparação com o ano anterior. As flutuações mais relevantes são analisadas a seguir:

1. A diminuição do montante em dezembro de 2017 dos ativos intangíveis tem sua origem na redução ao valor recuperável dos fundos de comércio de consolidação e outros ativos intangíveis procedentes do negócio de Não Vida no Brasil, assim como da depreciação do dólar e do real brasileiro, moedas nas quais estão denominados os principais ativos intangíveis contidos no balanço ao final do exercício.

2. As variações em aplicações financeiras, assim como nos epígrafes de Ativos e Passivos por operações de seguro e resseguro, são produzidas pelo próprio processo de gestão do negócio. O aumento nas provisões técnicas e na participação do resseguro nas provisões técnicas obedece ao aumento das reservas brutas pelo registro dos sinistros dos eventos catastróficos ocorridos em setembro e a correspondente cessão aos resseguradores; por sua vez, o aumento da participação do resseguro nas provisões técnicas também está originado pela emissão da apólice da PEMEX no México, com uma elevada porcentagem de cessão aos resseguradores.

3. Como consequência da comunicação do Banco CEISS do exercício da opção de compra sobre a totalidade das ações titulares do Grupo nas entidades Duero Vida e Duero Pensiones, em 31 de dezembro de 2016 os epígrafes de "Ativos e Passivos mantidos para a venda" incluíam ativos pelo montante de 879,90 milhões de euros e passivos associados por montante de 689,28 milhões de euros, correspondentes a ambas as entidades dependentes.

Em 2017, na epígrafe do balanço "Ativos mantidos para a venda" figura exclusivamente o valor razoável do ativo derivado do contrato de compra e venda, como consequência disso, foi registrada uma mais-valia líquida contábil de 5,8 milhões de euros.

4. As variações no patrimônio líquido correspondem ao benefício do período e à distribuição de dividendos, assim como as variações no valor dos investimentos disponíveis para a venda e diferenças de conversão de estados financeiros denominados em moedas diferentes do euro.

Fundos administrados

Os quadros a seguir mostram a evolução da economia administrada, que inclui tanto as provisões técnicas das empresas de seguros de Vida quanto as provisões de Vida das entidades de seguros multirramo, que são incluídas no balanço consolidado do Grupo:

Além das operações de seguro de Vida, a MAPFRE gerencia a poupança dos seus clientes por intermédio de fundos de pensão e fundos de investimento.

ECONOMIA ADMINISTRADA

Os detalhes e a variação da economia administrada que engloba ambos os conceitos serão mostrados no quadro a seguir:

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variación (%)
Provisões técnicas de Vida	28.718,9	29.173,1	(1,6%)
Fundos de aposentadoria	5.082,1	4.684,1	8,5%
Fundos de investimentos e outros	5.203,9	4.631,5	12,4%
Subtotal	39.004,9	38.488,8	1,3%

Valores em milhões de euros

As informações sobre economia administrada em 2016 e 2017 não incluem a UNIÓN DUERO VIDA e a DUERO PENSIONES, tendo em vista que, nessas datas, já estavam classificadas em ativos mantidos para venda.

A variação da economia administração em relação a dezembro do exercício passado é um reflexo de:

1. Redução das provisões técnicas de Vida devido à queda da carteira por vencimentos, principalmente no canal de seguros bancários na Espanha.
2. Redução do valor da economia administrada no Brasil e em outros países não pertencentes ao Espaço Europeu devido à depreciação das suas moedas.
3. Crescimento em fundos de pensões e fundos de investimento, como resultado da estratégia aplicada pela MAPFRE de dar um impulso ao "Asset Management", como alternativa aos produtos de Vida-Poupança tradicionais, cuja procura pelos clientes sofreu redução dentro do cenário atual de baixas taxas de juros.

ATIVOS GERENCIADOS

O quadro a seguir mostra a evolução dos ativos gerenciados, incluindo a carteira de investimento do Grupo como um todo e os fundos de pensões e de investimentos, que apontam 2,1% de crescimento:

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)
Carteira de investimento	49.796,0	49.556,0	0,5%
Fundos de aposentadoria	5.082,1	4.684,1	8,5%
Fundos de investimentos e outros	5.203,9	4.631,5	12,4%
TOTAL	60.082,0	58.871,7	2,1%

Valores em milhões de euros

 Crescimento em fundos de pensões e fundos de investimento, fruto da estratégia da MAPFRE para impulsionar o "Asset Management" como alternativa aos produtos tradicionais de Vida-Poupança

Principais indicadores

RENTABILIDADE SOBRE FUNDOS PRÓPRIOS (ROE)

O índice de rentabilidade (ROE), representado pela proporção entre o lucro líquido atribuível à matriz (deduzindo-se a participação de sócios externos) e seus fundos próprios médios, ficou em 7,9% (8,8% em 2016).

ÍNDICES DE GESTÃO

O índice combinado mede a incidência dos custos de gestão e da sinistralidade de um exercício sobre os respectivos prêmios. No ano de 2017, esse índice ficou em 98,1%, o que indica um aumento de 0,7 pontos percentuais em relação ao exercício anterior.

O próximo quadro descreve os principais índices de gerenciamento por unidades de negócio:

	DESPESAS ⁽¹⁾		SINISTRALIDADE ⁽²⁾		COMBINADO ⁽³⁾	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
IBÉRIA	20,9%	21,6%	72,8%	72,9%	93,7%	94,5%
LATAM NORTE	32,8%	34,0%	65,2%	68,2%	98,0%	102,3%
LATAM SUL	36,4%	37,0%	60,4%	62,1%	96,9%	99,1%
BRASIL	34,5%	31,5%	61,6%	62,7%	96,1%	94,2%
AMÉRICA DO NORTE	25,5%	25,6%	79,4%	75,4%	104,9%	101,0%
EURÁSIA	23,2%	26,7%	77,7%	80,5%	100,9%	107,3%
MAPFRE RE	28,6%	29,0%	66,2%	65,0%	94,8%	94,0%
MAPFRE GLOBAL RISKS	31,1%	27,9%	104,3%	69,6%	135,4%	97,5%
MAPFRE ASISTENCIA	36,6%	31,5%	67,1%	70,5%	103,7%	102,0%
MAPFRE S.A.	27,5%	27,4%	70,7%	70,0%	98,1%	97,4%

1. (Despesas de exploração líquidas de resseguro – outras receitas técnicas + outras despesas técnicas)/Prêmios líquidos de resseguro. Valores relativos ao seguro de Não Vida.

2. (Sinistros do exercício líquida de resseguro + variação de outras provisões técnicas + participação em benefícios e estornos) / Prêmios líquidos de resseguro. Valores relativos ao seguro de Não Vida.

3. Taxa combinada = Taxa de gastos + Taxa de sinistralidade. Valores relativos ao seguro de Não Vida.

Informações por Áreas Regionais e Unidades de Negócio

ÁREAS REGIONAIS

A MAPFRE administra seu negócio de seguros por meio de seis Áreas Regionais que englobam diversos países geograficamente próximos uns dos outros e que compõem as diversas operações dos negócios de SEGUROS, ASSISTÊNCIA e GLOBAL RISKS.

O quadro a seguir mostra os números referentes aos prêmios e resultados, bem como o índice combinado de Não Vida.

PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Conceito	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016
IBÉRIA	7.403,9	7.139,4	3,7%	525,2	582,3	-9,8%	93,9%	94,0%
BRASIL	4.734,3	4.587,4	3,2%	127,9	144,4	(11,5%)	96,1%	94,2%
LATAM NORTE	1.848,1	1.343,2	37,6%	26,5	38,8	(31,7%)	99,5%	100,9%
LATAM SUL	1.827,5	1.877,8	(2,7%)	64,4	5,2	--	98,2%	100,2%
AMÉRICA DO NORTE	2.788,0	2.902,4	(3,9%)	15,3	80,0	(80,9%)	106,4%	100,3%
EURÁSIA	2.552,0	2.700,7	(5,5%)	(62,2)	(123,1)	49,4%	107,2%	107,9%

Valores em milhões de euros

Os prêmios e os resultados mostram uma evolução muito favorável em IBÉRIA, com um desempenho excelente no campo dos automóveis e na contribuição de resultados da Espanha ao Grupo

Os aspectos de maior destaque são os seguintes:

1. Os prêmios e os resultados mostram evolução muito favorável na área IBÉRIA, com excelente desempenho no ramo de automóveis e na contribuição da Espanha para os resultados do Grupo.

2. O BRASIL demonstra, em comparação com o ano passado, o efeito favorável da revalorização da média da taxa de câmbio do real brasileiro quanto a prêmios, embora não tenha havido crescimento na moeda original. A queda do resultado é consequência de um resultado financeiro mais baixo devido à redução taxa de juros, ao aumento das despesas de aquisição e da alta sinistralidade em Automóveis em 2017 no Brasil.

3. A LATAM NORTE mostrou em dezembro 37,6% de crescimento em prêmios devido à emissão da apólice da PEMEX, que tem cobertura temporária de 2 anos. O lucro da região aponta ao resultado discreto do México devido ao alto índice combinado de Automóveis e ao impacto dos eventos de catástrofes no negócio de GLOBAL RISKS.

4. A LATAM SUL teve crescimento nos resultados graças à evolução favorável no negócio de seguros na Colômbia e no Peru. Em compensação, essa melhoria foi afetada pelo impacto negativo da ocorrência de sinistro grave no Peru no negócio de GLOBAL RISKS, resultado das fortes chuvas do efeito climatológico "El Niño Costeiro".

5. Na AMÉRICA DO NORTE, a contenção do crescimento em prêmio e resultados menores devido à alta sinistralidade do ramo de Automóveis nos Estados Unidos e ao impacto dos eventos catastróficos no negócio de seguros e de GLOBAL RISKS, que tiveram forte repercussão econômica nos resultados de Porto Rico.

6. A EURÁSIA decresceu em prêmios principalmente na Turquia, como consequência da contenção de crescimento no seguro obrigatório de Automóveis. Em resultados, é necessário salientar a melhoria extraordinária da Turquia, bem como a evolução mais favorável do negócio na Itália. Apesar disto, a EURÁSIA apresenta perda de 62,2 milhões de euros devido aos resultados negativos de ASSISTÊNCIA no Reino Unido e a diversos sinistros intensos no negócio de GLOBAL RISKS. A sociedade indonésia ABDA foi integrada ao negócio a partir do mês de junho de 2017.

UNIDADES DE NEGÓCIO

A MAPFRE estrutura seu negócio por meio de quatro unidades de negócio: Seguros, Resseguro, Assistência e Negócios Globais.

O quadro a seguir mostra os números referentes aos prêmios, resultado atribuível e índice combinado de Não Vida por unidade de negócio:

PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Conceito	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016
IBÉRIA	6.960,2	6.704,5	3,8%	511,5	535,9	(4,6%)	93,7%	94,5%
LATAM	8.017,9	7.385,4	8,6%	229,4	192,1	19,4%	96,6%	96,6%
INTERNACIONAL	4.398,2	4.593,4	(4,2%)	88,0	8,3	--	103,6%	103,1%
TOTAL SEGUROS	19.376,3	18.683,3	3,7%	828,9	736,3	12,6%	97,4%	97,6%
RE	4.222,4	4.234,7	(0,3%)	162,7	186,1	(12,6%)	94,8%	94,0%
ASISTENCIA	983,5	1.066,8	(7,8%)	(68,4)	(56,4)	(21,4%)	103,7%	102,0%
GLOBAL RISKS	1.257,4	1.212,2	3,7%	(66,3)	47,3	--	135,4%	97,5%
Holding, exclusões e outras	(2.359,0)	(2.383,8)	1,0%	(156,3)	(137,8)	(13,4%)	--	--
MAPFRE S.A.	23.480,7	22.813,2	2,9%	700,5	775,5	(9,7%)	98,1%	97,4%

Valores em milhões de euros

As variações de maior destaque são as seguintes:

1. Os prêmios apontam crescimento significativo em todas as unidades de negócio, exceto em ASSISTÊNCIA, principalmente como consequência da reestruturação de seu negócio, e de INTERNACIONAL, devido à contenção do crescimento dos prêmios na América do Norte e pelo volume menor de emissões de prêmios na Turquia, discutida acima.

2. Os resultados tiveram evolução positiva nas entidades de seguros nas áreas IBÉRIA, LATAM e INTERNACIONAL, nas quais as unidades de negócio de seguros apresentaram crescimento de 12,6% no resultado no encerramento de dezembro de 2017.

3. A MAPFRE RE continua contribuindo positivamente para o Grupo em termos de prêmios e de resultados, atingindo 162,7 milhões de euros de lucro em dezembro de 2017, apesar dos eventos catastróficos ocorridos no exercício e que geraram um custo líquido atribuído de 58,2 milhões de euros para essa sociedade.

4. A MAPFRE ASISTENCIA foi muito afetada pelas perdas provenientes do Reino Unido e pela reestruturação do seu negócio.

5. A GLOBAL RISKS foi afetada negativamente pelas catástrofes ocorridas no exercício e que tiveram um custo líquido atribuído de 77,4 milhões de euros para essa sociedade, bem como pela sinistralidade de alta intensidade que vem ocorrendo ao longo de todo o exercício.

 Os resultados tiveram uma evolução positiva nas companhias de seguros na IBÉRIA, LATAM e INTERNACIONAL, com um crescimento das unidades de negócio de seguro no resultado no final de dezembro de 2017 12,6%

Entidades de Seguros

IBÉRIA

Abrange as atividades da MAPFRE ESPAÑA e de sua filial em Portugal, e as atividades do negócio de Vida gerenciadas pela MAPFRE VIDA e suas filiais de seguros bancários.

Os prêmios da IBÉRIA, cresceram

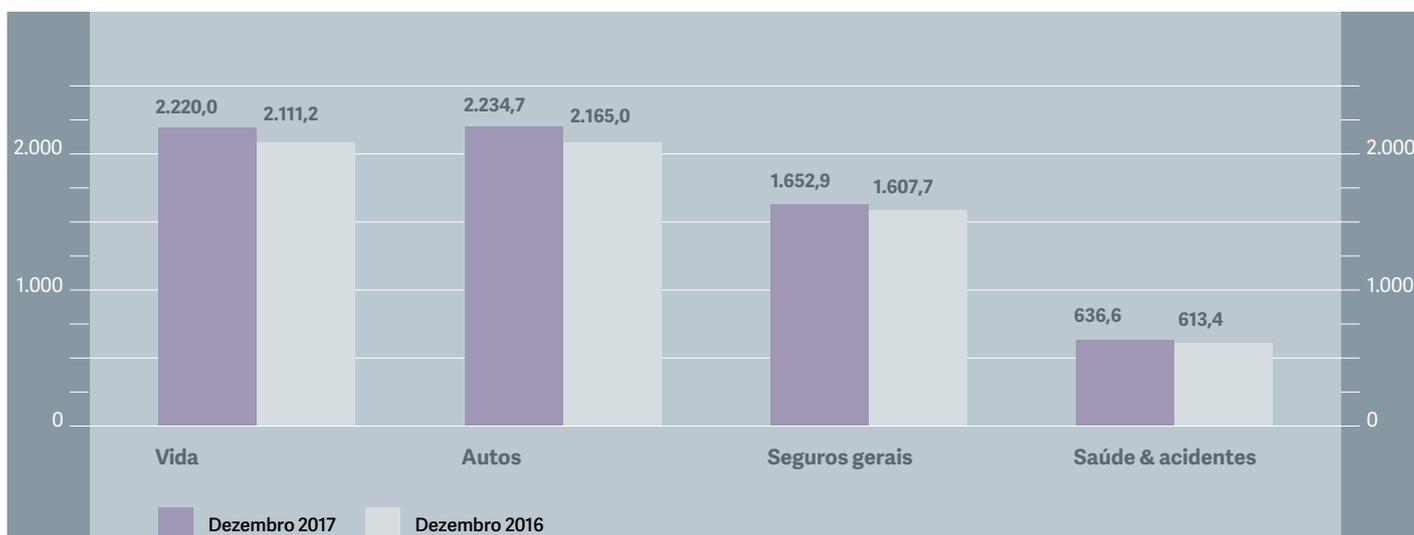
▲ 3,8%

INFORMAÇÕES POR PAÍSES

Conceito	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016
IBÉRIA	6.960,2	6.704,5	3,8%	511,5	535,9	(4,6%)	93,7%	94,5%
ESPAÑA	6.820,6	6.564,3	3,9%	515,0	535,0	(3,7%)	93,4%	94,2%
PORTUGAL	139,6	140,2	(0,4%)	(3,5)	1,0	--	112,1%	106,3%

Valores em milhões de euros

PRÊMIOS EMITIDOS NOS PRINCIPAIS RAMOS



Valores em milhões de euros

Excelente comportamento dos prêmios da IBÉRIA, com um crescimento de 3,8%.

Os prêmios de Não Vida cresceram 3,2% e refletem a boa evolução do negócio de Automóveis, Saúde, Responsabilidade Civil e da maior parte dos ramos de Não Vida particulares e de empresas. Isso permitiu compensar a menor emissão do Seguro Agrário Combinado.

Os prêmios de Vida crescem 5,2%, graças ao ramo de poupança das seguradoras bancárias. Este crescimento é bastante notável se considerarmos que, em 2016, foi emitida uma apólice de poupança de coletivos por um montante de 133 milhões de euros, sem que, em 2017, tenham sido registradas operações de natureza similar.

A seguir, são apresentadas as participações de mercado na Espanha* e em Portugal em dezembro e setembro de 2017, respectivamente:

Espanha	dez/17	dez/16	Portugal	set-17	set-16
Automóveis	20,0%	19,9%	Automóveis	2,4%	3,3%
Saúde	6,4%	6,4%	Total Não Vida	2,0%	2,7%
Outros Não Vida	14,3%	15,0%	Total Vida	0,8%	0,7%
Total Não Vida	14,3%	14,5%	TOTAL	1,3%	1,4%
Total Vida	6,5%	6,3%			
TOTAL	10,7%	10,5%			

* Participações de mercado estimadas com base em dados provisórios publicados pela ICEA, onde são considerados apenas os prêmios emitidos seguro direto. São incluídos os prêmios da MAPFRE GLOBAL RISKS.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO



Valores em milhões de euros

O resultado atribuído da IBÉRIA atinge 511,5 milhões de euros, com uma queda de 4,6% sobre o exercício anterior. Também é importante considerar que no ano passado foi registrada uma mais-valia líquida de impostos pelo montante de 88 milhões de euros no último trimestre do exercício, pela venda da torre MAPFRE.

O resultado técnico do negócio de Não Vida melhora como consequência da contenção do índice de sinistralidade e da redução da taxa de despesas, o que melhora graças à rigorosa política de contenção de custos vigente nos últimos anos na Espanha. É importante ressaltar a melhora significativa do índice combinado de automóveis, situado em 90,8% ao final do exercício de 2017 e a redução ao valor recuperável do índice combinado de seguros gerais afetado pelas condições climáticas adversas.

O negócio de Vida reflete uma importante melhora em seu resultado devido ao cancelamento de uma provisão para pagamentos contingentes no canal de seguros bancários por um montante de 29 milhões de euros antes de impostos (27,2 milhões de euros após os impostos).

Por outro lado, foram registradas mais-valias financeiras líquidas por 86,7 milhões de euros (102,2 milhões em dezembro de 2016), principalmente em renda variável.

A MAPFRE na Espanha realizou, durante o quarto trimestre, um plano de demissões voluntárias para os funcionários da MAPFRE ESPAÑA, MAPFRE VIDA e MAPFRE TECH, cujo gasto atingiu 35 milhões de euros.

Por fim, durante 2017, foram realizadas operações imobiliárias que geraram um lucro líquido de 36 milhões de euros na MAPFRE ESPAÑA (88 milhões de euros em 2016 pela venda da Torre MAPFRE).

LATAM

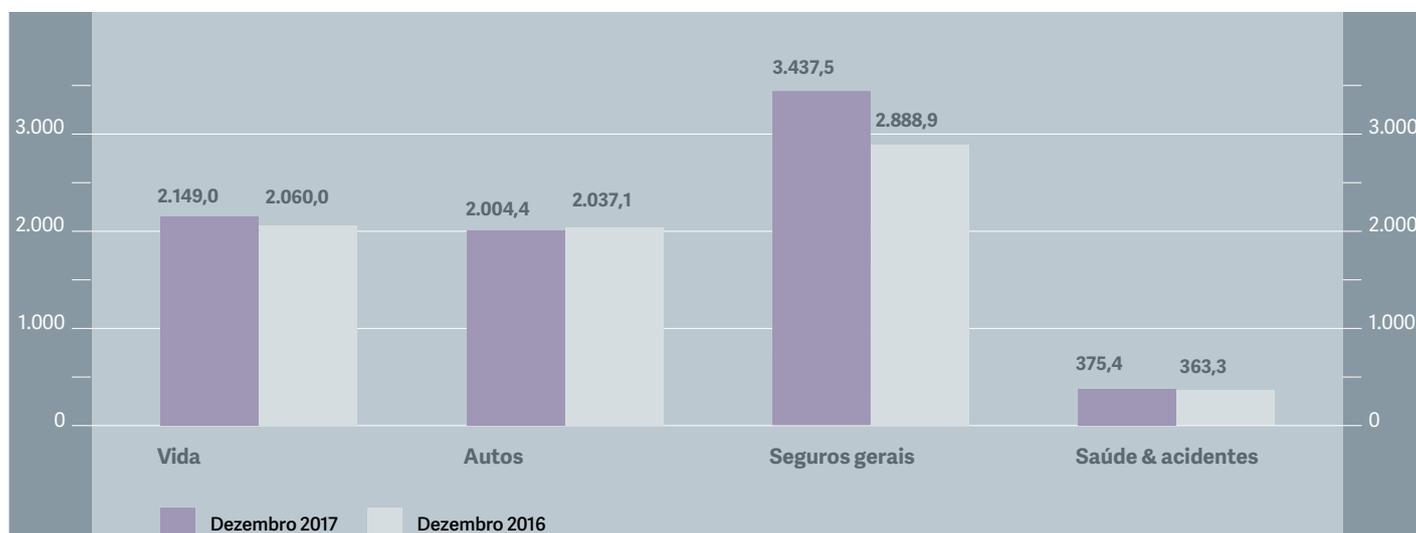
Abrange as áreas regionais BRASIL, LATAM NORTE e LATAM SUL.

INFORMAÇÕES POR REGIÕES

Conceito	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016
BRASIL	4.546,9	4.392,8	3,5%	125,4	141,3	(11,3%)	96,1%	94,2%
LATAM NORTE	1.772,1	1.269,0	39,6%	33,8	34,2	(1,4%)	98,0%	102,3%
LATAM SUL	1.698,9	1.723,6	(1,4%)	70,2	16,5	--	96,9%	99,1%

Valores em milhões de euros

PRÊMIOS EMITIDOS NOS PRINCIPAIS RAMOS



Valores em milhões de euros

O crescimento de prêmios reflete a favorável evolução do México pela emissão da apólice da PEMEX, dos países da América Central e República Dominicana. Além disso, o volume de prêmios no Brasil se viu favorecido pela valorização do real brasileiro perante o euro, de 3,6%.

Em dezembro de 2016, a MAPFRE ficou mais uma vez no primeiro lugar do ranking de grupos de seguros de Não Vida na América Latina, com uma participação de mercado de 7,6%.

A seguir, é mostrada a participação do mercado no seguro direto Não Vida nos diferentes países principais da região:

País	Ranking (em dez/2016)	Participação no mercado ⁽¹⁾	Data de participação no mercado
Argentina	17	2,0%	set/17
Brasil	2	13,6%	nov/17
Chile	6	7,1%	set/17
Colômbia	8	5,4%	set/17
México	7	7,5%	set/17
Peru	3	19,6%	nov/17
Porto Rico	7	3,3%	jun/17

(1) Valores conforme os últimos dados disponíveis para cada mercado.

Fonte: Serviço de Estudos da MAPFRE com dados do órgão de supervisão do país respectivo.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

O resultado atribuído na área territorial da LATAM teve melhora em dezembro de 2017, devido ao aumento dos lucros da LATAM SUL, graças à favorável evolução dos negócios do Peru e da Colômbia. Por outro lado, o estancamento do resultado da LATAM NORTE tem sua origem na elevada sinistralidade do México no ramo de automóveis. O Brasil apresenta uma desfavorável evolução como consequência da queda do resultado financeiro devido à baixa nas taxas de juros, ao aumento das despesas de aquisição e do elevado índice combinado de automóveis.

🔗 Em dezembro de 2016, a MAPFRE ficou no primeiro lugar no ranking do grupo de seguradoras de Não-Vida na América Latina

INTERNACIONAL

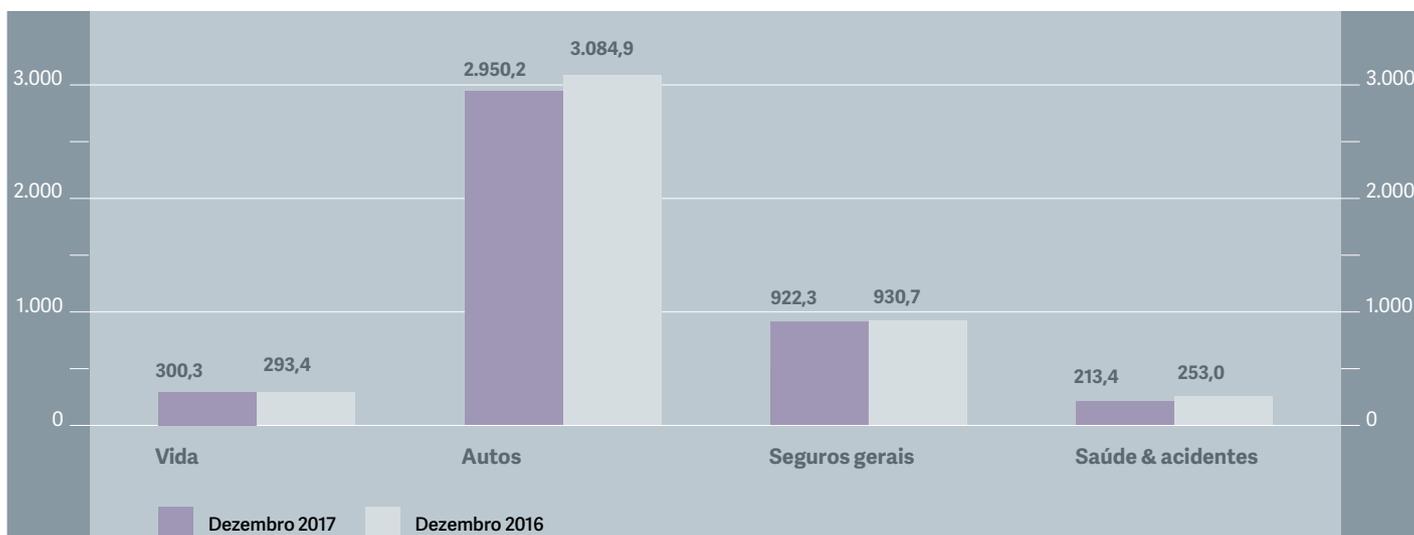
Engloba as áreas regionais da AMÉRICA DO NORTE e EURÁSIA.

INFORMAÇÕES POR ÁREAS

Conceito	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)	Dezembro 2017	Dezembro 2016
AMÉRICA DO NORTE	2.528,5	2.623,3	(3,6%)	48,7	77,3	(37,0%)	104,9%	101,0%
EURÁSIA	1.869,7	1.970,0	(5,1%)	39,3	(69,0)	157,0%	100,9%	107,3%

Valores em milhões de euros

PRÊMIOS EMITIDOS NOS PRINCIPAIS RAMOS



Valores em milhões de euros

Os prêmios de INTERNACIONAL sofreram queda na AMÉRICA DO NORTE em 3,6%, principalmente devido à diminuição do volume de negócio fora de Massachusetts, nos EUA, e a uma menor emissão em Porto Rico, afetada pelos eventos catastróficos ocorridos no exercício. Por outro lado, os prêmios foram reduzidos em 5,1% na EURÁSIA devido a uma menor emissão na Turquia.

A seguir, são demonstradas as cotas da MAPFRE na Área Territorial Internacional segundo os últimos dados disponíveis publicados em cada país.

No estado de Massachusetts nos Estados Unidos, as participações no mercado são as seguintes:

Ramo	MASSACHUSETTS	
	dec-16	dec-15
Automóveis	22,6%	23,0%
Total Não Vida	11,6%	11,7%
Total Vida	0,0%	0,0%
TOTAL	3,2%	3,1%

Fonte: SNL

Na região da EURÁSIA:

Ramo	ALEMANHA		ITÁLIA		MALTA		TURQUIA	
	dez/16	dez/15	jun/17	jun/16	dez/16	dez/15	jun/17	jun/16
Automóveis	1,1%	1,1%	2,7%	2,8%	36,2%	28,7%	8,7%	10,2%
Total Não Vida	0,3%	0,3%	1,4%	1,5%	32,5%	27,5%	7,6%	8,3%
Total Vida	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	76,0%	70,8%	0,3%	0,3%
TOTAL	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	60,0%	51,1%	6,5%	7,4%

Fonte: Associação de seguros do país respectivo

Ramo	FILIPINAS		INDONÉSIA	
	dez/16	dez/15	set/17	set/16
Automóveis	5,3%	5,6%	5,2%	5,6%
Total Não Vida	3,1%	3,2%	2,0%	2,2%
Total Vida	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	0,9%	0,8%	0,6%	0,7%

Fonte: Órgão de supervisão do país respectivo

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

O resultado atribuído da AMÉRICA DO NORTE está afetado pelos furacões Irma e Maria, que tiveram um impacto relevante em Porto Rico, Ilhas Virgens e na Flórida. Por outro lado, a positiva evolução do resultado atribuído da EURÁSIA tem sua origem em um significativo crescimento do resultado na Turquia em função da atualização de tarifas e da redução da sinistralidade em Automóveis, assim como da diminuição das perdas provenientes do negócio na Itália.

MAPFRE RE

Resseguradora global, é a empresa de resseguros profissional do Grupo MAPFRE.

A MAPFRE RE oferece serviços e capacidade de resseguro, proporcionando todos os tipos de soluções de resseguro de acordos e facultativos, em todos os ramos de Vida e Não Vida.

PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)
Prêmios emitidos e aceitos	4.222,4	4.234,7	(0,3%)
- Não Vida	3.565,7	3.586,5	(0,6%)
- Vida	656,7	648,2	1,3%
Prêmios atribuídos líquidos	2.999,7	2.691,8	11,4%
Lucro bruto	221,2	252,8	(12,5%)
Imposto de renda	(58,6)	(66,8)	(12,3%)
Sócios externos	0,0	0,0	–
Resultado líquido atribuído	162,7	186,1	(12,6%)
Taxa combinada	94,8%	94,0%	0,8 p.p.
Taxa de gastos	28,6%	29,0%	(0,5 p.p.)
Índice de sinistralidade	66,2%	65,0%	1,2 p.p.

Valores em milhões de euros

COMPOSIÇÃO DOS PRÊMIOS

O detalhamento do peso da distribuição dos prêmios em dezembro de 2017 é o seguinte:

	%		%
Por tipo de negócio		Por Cedente	
Proporcional	80,6%	MAPFRE	44,4%
Não proporcional	13,4%	Outras cedentes	55,6%
Facultativo	6,0%	Por Ramos	
Por região		Danos	49,3%
IBÉRIA	16,3%	Vida e acidentes	19,5%
EURÁSIA	50,2%	Automóveis	21,8%
LATAM	17,8%	Transportes	3,5%
AMÉRICA DO NORTE	15,8%	Outros ramos	5,9%

É importante mencionar o elevado contributo para o resultado da carteira de riscos não catastróficos MAPFRE RE mostrando excelentes níveis de rentabilidade

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

O resultado líquido alcançou 162,7 milhões de euros, com uma queda de 12,6% devido aos eventos catastróficos do exercício, que tiveram um custo líquido atribuído para esta sociedade de 58,2 milhões de euros e a seguinte distribuição por evento:

	MAPFRE RE
Furacão Harvey	7,0
Furacão Irma	5,4
Furacão Maria	25,8
Terremotos no México	15,3
El Niño Costeiro	4,7
TOTAL	58,2

Valores em milhões de euros

É importante mencionar a grande contribuição para o resultado da carteira de riscos não catastróficos da MAPFRE RE, que apresenta excelentes níveis de rentabilidade.

O aumento do prêmio imputado no quarto trimestre do exercício tem sua origem na variação da provisão para prêmios não consumidos, fundamentalmente do negócio XL, associado a uma melhor estimativa da sinistralidade esperada do negócio, a partir das informações históricas adicionais obtidas durante este ano.

O resultado financeiro se mantém abaixo do exercício anterior em função da realização de menores ganhos financeiros. Os ganhos financeiros líquidos realizados em dezembro atingiram 38,1 milhões de euros, em comparação com 42,2 milhões de euros do ano anterior, principalmente em renda variável.

MAPFRE GLOBAL RISKS

Unidade especializada do Grupo que gerencia programas globais de seguros de grandes multinacionais (por exemplo, apólices que cobrem riscos de aviação, nucleares, de energia, responsabilidade civil, incêndios, engenharia, transporte e fiança).

PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Variação (%)
Prêmios emitidos e aceitos	1.257,4	1.212,2	3,7%
Prêmios imputadas netas	333,1	336,1	(0,9%)
Lucro bruto	(89,8)	49,9	--
Imposto de renda	23,6	(2,7)	--
Sócios externos	0,0	0,0	--
Resultado líquido atribuído	(66,3)	47,3	--
Taxa combinada	135,4%	97,5%	37,9 p.p.
Taxa de gastos	31,1%	27,9%	3,2 p.p.
Índice de sinistralidade	104,3%	69,6%	34,7 p.p.

Valores em milhões de euros

EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

Os prêmios da MAPFRE GLOBAL RISKS atingiram 1 bilhão, 257,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A evolução por áreas regionais mostra o crescimento do negócio subscrito na LATAM NORTE e EURÁSIA, onde foram registrados crescimentos de prêmios de dois dígitos.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

MAPFRE GLOBAL RISKS encerra o exercício de 2017 com perdas significativas. A redução ao valor recuperável do índice combinado situado em 135,4% reflete o aumento da sinistralidade que alcança 104,3% (34,7 pontos percentuais a mais que o mesmo período do exercício anterior), principalmente devido aos eventos catastróficos que tiveram um custo líquido atribuído de 77,4 milhões de euros e pela sinistralidade de alta intensidade que ocorreu ao longo do exercício e que se materializa em grandes sinistros ocorridos nos seguintes locais: EURÁSIA, como consequência de um incêndio em uma refinaria em Abu Dhabi e um sinistro em uma planta de alumínio em Omã e na LATAM NORTE, pelo afundamento de uma plataforma de geração elétrica no Panamá.

O custo líquido atribuído para esta sociedade dos eventos catastróficos ocorridos em 2017 apresenta a seguinte distribuição:

	MAPFRE GLOBAL RISKS
Furacão Harvey	11,3
Furacão Irma	18,8
Furacão Maria	16,9
Terremotos no México	10,5
El Niño Costeiro	19,9
TOTAL	77,4

Valores em milhões de euros

Por outro lado, também ocorreu um aumento nas despesas de 3,2 pontos percentuais e, ao final de dezembro, ficaram em 31,1% devido a um aumento nas despesas de aquisição, tanto pela pressão do mercado sobre as comissões pagas às cedentes quanto pelas comissões recebidas pela retrocessão ao resseguro.

O resultado técnico reflete o mencionado aumento da sinistralidade e das despesas. O resultado financeiro apresenta ganhos financeiros líquidos de 9,4 milhões de euros (19 milhões de euros no mesmo período de 2016).

Comportamento positivo da SOLUNION, com crescimento em prêmios e resultados.

Por fim, em dezembro de 2017, as sociedades da MAPFRE GLOBAL RISKS e da SOLUNION firmaram um acordo por meio do qual a primeira se compromete a desenvolver as ações necessárias para conseguir que seus atuais clientes do ramo de caução renovem suas apólices com a SOLUNION a partir de 1º de janeiro de 2018, deixando, assim, de operar a MAPFRE GLOBAL RISKS nesse ramo e limitando a atividade à gestão do run-off. A contraprestação por este acordo representou o registro de uma receita extraordinária de 5 milhões de euros antes de impostos para o Grupo.

Os prêmios da
MAPFRE GLOBAL RISKS
totalizaram

1.257,4
milhões de euros

Este é um aumento de

▲ 3,7%

MAPFRE ASISTENCIA

Unidade especializada em assistência em viagem e na estrada, e em outros riscos especiais do Grupo.

PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Varição (%)
Receitas operacionais	1.113,5	1.156,3	(3,7%)
- Prêmios emitidos e aceitos	983,5	1.066,8	(7,8%)
- Outras receitas	130,0	89,5	45,3%
Prêmios imputadas netas	712,4	804,0	(11,4%)
Resultado de outras atividades	(24,4)	(40,9)	40,5%
Lucro bruto	(56,8)	(54,9)	(3,5%)
Imposto de renda	(10,0)	(0,4)	--
Sócios externos	(1,6)	(1,1)	46,6%
Resultado líquido atribuído	(68,4)	(56,4)	(21,4%)
Taxa combinada	103,7%	102,0%	1,6 p.p.
Taxa de gastos	36,6%	31,5%	5,0 p.p.
Índice de sinistralidade	67,1%	70,5%	(3,4 p.p.)

Valores em milhões de euros

EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

A diminuição das receitas e dos prêmios na unidade de ASSISTÊNCIA é consequência, principalmente, da atual reestruturação do negócio. Estão sendo adotadas medidas no negócio de Assistência e no negócio de Seguros de Viagem, como o cancelamento de negócios deficitários, elevação de tarifas e renegociação de condições econômicas com alguns grandes clientes, que estão impactando a evolução do crescimento das receitas e dos prêmios.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

A perda em dezembro de 2017 atingiu 68,4 milhões de euros. A redução ao valor recuperável do índice combinado, situado em 103,7%, se deve principalmente ao aumento do peso das despesas, tanto de administração (motivado pela queda do volume de negócio) como das despesas de aquisição (por maiores custos de comercialização procedentes do aumento do negócio de agregadores).

Melhora do índice de sinistralidade, situado em 67,1%, representando 3,4 pontos percentuais a menos do que o mesmo período do exercício anterior, embora o índice ainda seja muito elevado devido às perdas procedentes do Reino Unido em função dos desvios de reservas dos negócios de Seguros de Viagem e Riscos Especiais.

Em dezembro, está provisionado o custo do encerramento e liquidação de várias companhias de serviços da MAPFRE ASISTENCIA, assim como a saída da MAPFRE ASISTENCIA do Japão, tudo isso por um montante líquido conjunto de 10,4 milhões de euros.

Fatos corporativos relevantes

Primeiro trimestre 2017

> ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Realização da Assembleia Geral de Acionistas, na qual foram determinados como principais eixos de crescimento para 2017 o avanço da transformação digital, uma maior análise dos negócios menos rentáveis e o impulso da rede de distribuição.

Além de aprovar as contas do ano de 2016, a assembleia também aprovou o dividendo relativo aos resultados do ano de 2016, que atinge 0,145 euros brutos por ação, dos quais 0,06 euros foram abonados como dividendo intermediário. A MAPFRE destinou ao pagamento dos seus acionistas 447 milhões de euros referentes aos resultados do exercício de 2016, 11,5% a mais do que no ano anterior.

> MAPFRE CONCLUI UMA EMISSÃO DE DÍVIDA SUBORDINADA

A MAPFRE concluiu com êxito uma colocação de títulos de dívida subordinada a 30 anos, com a opção de amortização aos 10 anos, no valor de 600 milhões de euros, com uma taxa de juros fixa definida em 4,375% durante os primeiros dez anos.

Segundo trimestre 2017

> OPÇÃO DE VENDA DE AÇÕES DA DUERO VIDA E DUERO PENSIONES

Em 8 de junho de 2017, a MAPFRE VIDA e o Banco CEISS formalizaram um contrato de compra e venda de ações em virtude do qual a MAPFRE transferiu ao Banco CEISS a totalidade da participação que possuía por meio de sua filial MAPFRE VIDA, representativa de 50% do capital social, nas companhias UNIÓN DUERO VIDA e DUERO PENSIONES, por um preço conjunto de 141,7 milhões de euros. O encerramento definitivo da transação está sujeito à autorização da Diretoria Geral de Seguros e Fundos de Pensões.

Como consequência da perda de controle em junho de ambas as entidades, a avaliação delas foi registrada em valor justo, refletindo-se no balanço por seu valor líquido no lote de ativos mantidos para a venda. O resultado positivo líquido contábil ao final de junho foi de 5,8 milhões de euros.

> AQUISIÇÃO DE 31% DA ABDA

Com data de 12 de junho de 2017, a MAPFRE adquiriu uma participação adicional à que tinha de 31% do capital da seguradora indonésia PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK (ABDA). A aquisição, que representa um investimento de 90,3 milhões de euros, foi realizada por meio da MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. Com esta aquisição, a MAPFRE, que já era titular de 20% do capital da ABDA, alcança uma participação majoritária na sociedade e o controle de sua gestão.

A MAPFRE registrou a um valor justo a participação original de 20% que mantinha na referida sociedade, avançando para reconhecer um efeito positivo de 13,5 milhões de euros líquidos de impostos na conta de resultados consolidada do Grupo ao final de junho de 2017.

> AMPLIAÇÕES DE CAPITAL EM SOCIEDADES DO GRUPO

MAPFRE INTERNACIONAL S.A.: ampliação de capital de 135 milhões de euros, integralmente desembolsados e destinados à compra da participação de 31% das ações da ABDA e ao desembolso da primeira etapa do aumento de capital da DIRECT LINE Italia.

DIRECT LINE Italia: ampliações de capital pelo montante total de 90 milhões de euros, totalmente desembolsados, destinados a cobrir perdas de exercícios anteriores e elevar o nível de solvência da companhia.

Terceiro trimestre 2017

> EVENTOS CATASTRÓFICOS DO TERCEIRO TRIMESTRE

No último dia 25 de setembro, a MAPFRE informou, por meio de um fato relevante, o impacto dos recentes furacões Harvey, Irma e Maria no litoral atlântico da América do Norte e do Caribe, de dimensão e frequência excepcionais, e dos terremotos que atingiram o México, estimando um custo líquido depois dos impostos e minoritários entre 150 e 200 milhões de euros sobre o resultado atribuível do exercício, conforme as estimativas preliminares feitas pela empresa.

No fechamento do exercício, o Grupo confirma que o custo retido desses eventos está na parte inferior do intervalo, sendo que o custo retido líquido, na data da elaboração deste relatório, era de 156,8 milhões de euros.

> OPA ABDA

Por ocasião da tomada de controle da ABDA no mês de junho, a MAPFRE, conforme previsto na normativa indonésia, realizou a formulação de uma oferta pública de aquisição de ações. No

mês de setembro, finalizou o processo da OPA sobre as ações da ABDA, levando a MAPFRE a alcançar 62,3% da participação nessa sociedade.

A aquisição de 42,3% do capital da ABDA em 2017 representou um desembolso em torno de 121 milhões de euros.

> AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA DA DÍVIDA SUBORDINADA DE JULHO DE 2017

No dia 24 de julho de 2017, a MAPFRE realizou a amortização antecipada da totalidade da "1ª emissão de títulos subordinados da MAPFRE S.A.", segundo indicado na Nota de Valores da emissão de títulos subordinados.

Quarto trimestre 2017

> ACORDO CARTEIRA CAUÇÃO ENTRE MAPFRE GLOBAL RISKS E SOLUNION

Em dezembro, as sociedades MAPFRE GLOBAL RISKS e SOLUNION firmaram um acordo por meio do qual a MAPFRE GLOBAL RISKS se compromete a desenvolver as ações necessárias para conseguir que seus atuais clientes do ramo de Caução renovem suas apólices com a SOLUNION a partir de 1º de janeiro de 2018, deixando, assim, de operar no ramo de Caução, limitando sua atividade à gestão do run-off.

A contraprestação deste acordo representou um resultado extraordinário de 5 milhões de euros antes de impostos para o Grupo.

> AMPLIAÇÕES DE CAPITAL EM SOCIEDADES DO GRUPO

Durante o quarto trimestre de 2017 foram realizadas ampliações de capital na MAPFRE ASISTENCIA S.A. e na MAPFRE COLOMBIA SEGUROS GENERALES, em montantes de 50 e 11,5 milhões de euros, respectivamente, destinados a elevar o nível de solvência de ambas as companhias.

> RESTRUTURAÇÃO DOS NEGÓCIOS NOS ESTADOS UNIDOS

Em 1º de dezembro de 2017 a MAPFRE anunciou a reestruturação de seus negócios nos Estados Unidos, com base na qual reduzirá a presença geográfica de seu negócio ao planejar a saída dos estados de Nova York, Nova Jersey, Kentucky, Tennessee e Indiana, com o objetivo de atingir um crescimento mais rentável, alinhando-se assim à política global do Grupo.

Além disso, a MAPFRE concentrará seus esforços nos ramos de negócio principais (Automóveis e Residência) e na transformação digital do negócio, com o lançamento da Verti USA.

> INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS REGIONAIS DA EMEA E APAC EM EURÁSIA

Foi realizada para integrar as operações da MAPFRE nas regiões da EMEA e APAC em uma nova regional denominada EURÁSIA, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Questões relativas ao meio ambiente, segurança e ao pessoal

Meio Ambiente

Uma das ações que permite que a MAPFRE gere confiança em seus grupos de interesse é a promoção de um ambiente sustentável para o desenvolvimento da sua atividade.

Durante 2017, a MAPFRE continuou a realizar ações para cumprir com os novos compromissos assumidos na Política Ambiental, aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. e revisada em 2015 para incorporar novos compromissos como a preservação da biodiversidade e a luta contra as mudanças climáticas.

Em termos de Gestão ambiental, a MAPFRE desenvolver ações sob as diretrizes definidas no triplo Sistema Integrado de Gestão Ambiental, Energético e de Pegada de Carbono (doravante SIGMAYE), em conformidade com as normas internacionais ISO 14001, ISO 50001 e ISO 14064.

As características transversal e global do SIGMAYE permitem estabelecer objetivos corporativos e específicos em nível local, assegurando o cumprimento da legislação vigente de aplicação e proporcionando critérios mínimos de cumprimento em países nos quais a legislação esteja menos desenvolvida.

Até o momento, no quesito ambiental, as certificações já chegam a 35 sedes de entidades do Grupo na Espanha, Brasil, Colômbia, México, Porto Rico, Paraguai, Portugal, Argentina e Chile. Além disso, e durante 2017, está sendo realizada a adaptação do Sistema de Gestão Ambiental Corporativo às novas exigências da Norma UNE-EN-ISO 14001:2015 nos referidos países.

Em relação à Pegada de Carbono, a expansão do alcance da UNE-EN-ISO 14064 segue seu curso, com a verificação dos inventários de pegada de carbono das entidades localizadas na Espanha, Porto Rico, Colômbia e Portugal.

Em relação à atenuação e adaptação às mudanças climáticas, continua a execução das ações definidas no Plano Estratégico de Eficiência Energética e Mudanças Climáticas com o objetivo de reduzir em 20% as emissões do Grupo no ano de 2020, o qual foi alcançado três anos antes do previsto, o que levou a um

compromisso de assumir desafios mais ambiciosos, tanto no médio quanto no longo prazo, com um horizonte a 2050, ano no qual pretende-se alcançar a neutralidade em CO₂.

Além disso, as ações do Grupo nesse sentido fizeram com que a MAPFRE fosse reconhecida, pela terceira vez consecutiva, como empresa líder em nível mundial em atuação contra as mudanças climáticas por parte do CDP (Driving Sustainable Economies), incluindo-a na sua Climate A-list Global.

Em relação à preservação da biodiversidade e após a adesão ao Pacto pela Biodiversidade da Iniciativa Estratégica Espanhola Empresa e Biodiversidade, a MAPFRE publicou seu balanço de resultados 2013-2015 junto ao restante das empresas que aderiram e também continuou seu trabalho no que diz respeito à proteção de uma espécie em risco de extinção e a preservação de seu habitat, escolhendo este ano a tartaruga e o Mediterrâneo.

Também em relação à proteção da biodiversidade e como parte da integração do meio ambiente ao negócio, o Grupo aderiu à iniciativa liderada pela ONG OCEANA, que conta com o suporte das Nações Unidas, para a proteção dos oceanos e, especificamente, para eliminar a pesca ilegal por meio da não realização de seguro dessas atividades.

Destaca-se também na integração do meio ambiente ao negócio, na incorporação gratuita da cobertura de Responsabilidade Ambiental nas apólices de comércios, uma ação que beneficiou mais de 152.000 apólices. Esta ação se enquadra dentro do United Nations Global Agreement, ratificado pela MAPFRE.

Em termos de promoção da responsabilidade ambiental na sociedade, vale destacar que, por meio do Voluntariado Corporativo, este ano foi realizado pela primeira vez e de modo simultâneo em todo o mundo, o primeiro dia do voluntariado corporativo sob o lema "Todos com o Meio Ambiente". Mais de 1.000 funcionários e suas famílias, em 24 países, realizaram tarefas de reflorestamento de áreas degradadas, retirada de lixo de praias e rios e melhora e manutenção de trilhas e parques, entre outras atividades, demonstrando o compromisso dos funcionários com essa questão.

Segurança

Durante 2017, continuou-se a trabalhar para possibilitar o desenvolvimento normal das operações por meio da adequada proteção dos ativos tangíveis e intangíveis da MAPFRE, segundo o estabelecido pela Política de Segurança aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em 2015. Tudo isso em um ambiente especialmente complexo devido ao crescente número, sofisticação e impacto dos ataques cibernéticos e ao aumento da instabilidade em regiões nas quais o Grupo realiza sua atividade.

Em relação à proteção diante de Riscos Cibernéticos, foram abordados diversos e importantes projetos corporativos destinados a aumentar as capacidades de proteção diante de ataques cibernéticos, buscando uma um alcance global na atuação e maiores eficiências em custos.

Com a finalidade de contribuir com valor agregado ao negócio, foi providenciada assessoria especializada na definição de produtos de seguros em matéria de ataques cibernéticos e já há trabalhos realizados em prol do aumento da implementação de recursos de assinatura digital em cada vez mais processos, tanto internos quanto com outras empresas e com os nossos clientes.

Buscando contribuir com a sustentabilidade das operações e o cumprimento da nossa Responsabilidade Social, a partir da perspectiva da luta contra a fraude, prossegue o estreitamento da colaboração com as Forças e Corpora de Segurança e a implementação de sistemas de aviso precoce de situações anômalas e potencialmente fraudulentas, baseados na utilização de plataformas tecnológicas corporativas de desenvolvimento próprio.

No que se refere à privacidade e à proteção de dados, temos trabalhado intensamente na adaptação da MAPFRE ao novo Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia, por meio do desenvolvimento de 16 projetos corporativos que integram os trabalhos de adaptação e que afetam, na prática, a totalidade dos processos desenvolvidos pelas entidades do Grupo.

Em relação à sobrevivência (resiliência) das operações, continua-se a trabalhar na atualização e melhora dos procedimentos de gestão de crises e continuidade de negócios, assim como na comprovação de sua eficácia, por meio de exame das diferentes estratégias implantadas, seguindo o estabelecido na Política de Continuidade do Negócio aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em 2015.

Por sua vez, a eficácia do disposto para enfrentar essas situações tem sido colocado à prova na resposta dada pela MAPFRE às situações de crise reais derivadas dos furacões Irma e Maria nos EUA, Porto Rico e República Dominicana, dos terremotos no México e Chile e dos atentados terroristas de agosto na Espanha, nos quais, apesar das enormes dificuldades de muitas delas, foi possível dar resposta às necessidades dos funcionários e manter a continuidade do serviço prestado aos clientes.

Pessoal

O próximo quadro reproduz a situação do quadro de funcionários no fechamento do exercício de 2017 em comparação com a do exercício anterior.

Categorias	NÚMERO TOTAL	
	2017	2016
Conselheiros (*)	19	20
Altos cargos executivos	37	48
Executivos	1.491	1.459
Chefias	4.018	4.196
Técnicos	17.992	18.296
Pessoal de escritório	12.714	13.001
Total	36.271	37.020

(*) *Conselheiros executivos de sociedades espanholas.*

A Área de Recursos Humanos acompanha o negócio em sua transformação, sendo responsável por fornecer o talento necessário para isso, por meio do desenvolvimento dos funcionários e da responsabilidade por garantir um ambiente de trabalho saudável, diverso e colaborador.

A gestão de pessoas adquire uma especial relevância em uma companhia global como a MAPFRE, sendo alguns dos aspectos mais relevantes a integração de diferentes gerações de funcionários que convivem na empresa, aproveitando o conhecimento de cada uma delas; a utilização das vantagens das novas tecnologias e das redes sociais nos processos de recursos humanos; o reforço de comunicação interna para fazer com que a estratégia, objetivos e a cultura e valores da MAPFRE chegassem a todos os funcionários; o conceito de carreiras profissionais; e a aposta na mobilidade funcional e geográfica dos funcionários, visando ter equipes globais e polivalentes.

O Grupo MAPFRE conta com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. dirigidas a todos os funcionários do Grupo.

A Política de Diversidade e Igualdade de Oportunidades conta com um compromisso público com a diversidade de gênero e com a diversidade funcional para contar, em 2018, com um mínimo de 40% de mulheres nos cargos de chefia e diretoria no mundo. Para isso, definiu um âmbito de atuação em nível global, para potencializar a igualdade em todos os processos de administração de pessoal.

Outro compromisso é a aposta na inclusão no trabalho de pessoas com deficiência. Para isto, a empresa contará, em 2018, com 2% de pessoas com deficiência no quadro de funcionários. Desde 2015, o Grupo conta com um Programa Global de Deficiência, implementado em todos os países, com medidas para potencializar a integração e a cultura de sensibilização.

A MAPFRE está presente nos cinco continentes, com funcionários de 81 nacionalidades, o que confere ao Grupo uma grande diversidade cultural e proporciona o talento necessário para o negócio.

A Política de Respeito às Pessoas assegura um ambiente profissional no qual é rechaçada qualquer manifestação de assédio e comportamento violento ou ofensivo para com os direitos e a dignidade das pessoas. É expressamente contra e não permite nenhuma situação de assédio no trabalho, independentemente de quem seja a vítima ou o indivíduo assediador. Esse compromisso deve ser cumprido tanto nas relações entre funcionários quanto nas deles com empresas fornecedoras, clientes, colaboradores e demais grupos de interesse; e se estende também a todas as organizações com as quais a MAPFRE se relaciona.

A Política de Promoção, Seleção e Mobilidade fomenta as oportunidades de desenvolvimento profissional entre seus funcionários com o objetivo de melhorar sua empregabilidade, sua satisfação profissional e seu compromisso com a empresa.

Em 2017, a mobilidade internacional representou a mudança de posto de trabalho de 108 funcionários para outro país.

Além do mais, a intranet corporativa oferece espaços de colaboração entre os funcionários, o que permite contar com equipes diversificadas e potencializar a troca de ideias, as boas práticas e a criatividade.

Em 2017, foi dada continuidade à realização de encontros entre as diferentes gerações e o lançamento do programa global de mentoria.

O objetivo da empresa é fomentar a cultura de trabalho em equipe e o colaborativo, por intermédio de uma organização ágil. Para isto, conta com um só mapa de cargos e mapa de funções global que ajudam na definição dos perfis estratégicos e nos conhecimentos sobre a organização. Além disso, estamos trabalhando em nível global na flexibilização de horários, na mobilidade tecnológica e no trabalho por processos e objetivos.

A Política de Remunerações procura estabelecer remunerações adequadas de acordo com a função e posto de trabalho e o desempenho de seus profissionais, assim como atuar como um elemento motivador e de satisfação que permita alcançar os objetivos estabelecidos e cumprir com a estratégia da MAPFRE. Além disso, essa política garante a igualdade, a competitividade interna e externa em cada mercado e faz parte do desenvolvimento interno dos funcionários.

A gestão das pessoas adquire uma relevância especial em uma empresa global como a MAPFRE, sendo alguns dos aspectos mais relevantes a integração de diferentes gerações de funcionários que coexistem na empresa, aproveitando o conhecimento de cada um deles

Por outro lado, a avaliação do desempenho permite que os funcionários saibam quais são seus objetivos e recebam feedback contínuo sobre o trabalho que está sendo desempenhado, para poder melhorar a comunicação com sua chefia imediata e estabelecer com ela um plano de ação com foco no desenvolvimento profissional. Durante o ano de 2017, foram avaliados 30.666 funcionários, 84,5% do quadro de funcionários.

Por outro lado, a Política de Saúde e Bem-estar e de Prevenção de Riscos no Trabalho da nossa entidade tem como objetivo proteger e propiciar um ambiente de trabalho seguro e saudável e melhorar a saúde dos funcionários e de suas famílias, tanto dentro quanto fora do âmbito profissional.

Para facilitar o bem-estar e a conciliação da vida profissional e pessoal dos funcionários, a MAPFRE oferece uma ampla variedade de benefícios sociais, tendo destinado para este fim 180,5 milhões de euros em 2017.

Além disso, ao longo do ano de 2017 foi criada, em nível corporativo, a área de experiência do funcionário, que inclui as funções de bem-estar e saúde, voluntariado, ações para o Great Place to Work e comunicação interna aos funcionários.

Liquidez e recursos de capital

Investimentos e fundos líquidos

Os detalhes da carteira de investimento por tipo de ativo serão mostrados a seguir:

A carteira total de investimentos para este ano aumentou para

49.796

milhões de euros



Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Varição (%)
Renda fixa – Governos	27.388,4	28.390,2	(3,5%)
Renda Fixa - Corporativa	9.572,6	10.009,6	(4,4%)
Imóveis *	2.171,4	2.277,8	(4,7%)
Renda variável	2.400,9	1.665,3	44,2%
Fundos de investimentos	1.631,4	1.574,4	3,6%
Tesouraria	1.864,0	1.451,1	28,5%
Outros investimentos	4.767,4	4.187,7	13,8%
TOTAL	49.796,0	49.556,0	0,5%

Valores em milhões de euros

* "Imóveis" inclui tanto investimentos imobiliários quanto imóveis de uso próprio.

A discriminação da carteira de renda fixa por área geográfica e tipo de ativo é a seguinte:

Conceito	Governos	Dívida total corporativa	Corporativa sem colateral	Corporativa com colateral	Total
Espanha	15.999,8	2.198,5	921,9	1.276,6	18.198,3
Restante da Europa	4.226,1	4.067,8	3.483,5	584,3	8.293,9
Estados Unidos	1.317,8	2.348,5	2.266,0	82,5	3.666,3
Brasil	3.367,6	1,8	1,8	0,0	3.369,4
América Latina - Outros	1.797,5	659,9	608,4	51,4	2.457,4
Outros países	679,5	296,2	283,7	12,5	975,7
TOTAL	27.388,4	9.572,6	7.565,3	2.007,3	36.961,0

Valores em milhões de euros

Na gestão das carteiras de investimento, diferenciamos entre quatro tipos de carteira:

- > As que buscam uma imunização estrita das obrigações derivadas dos contratos de seguros e que minimizam o risco de taxa de juros, por meio do ajuste por união, de técnicas de imunização baseadas na união de fluxos ou de durações.
- > As carteiras que cobrem apólices de unit-linked compostas pelos ativos cujo risco é assumido pelos segurados.
- > As que procuram superar a rentabilidade comprometida e obter a maior rentabilidade para os assegurados dentro dos parâmetros de prudência, como as carteiras com participação em benefícios.
- > As carteiras com gestão livre, nas quais é feita uma gestão ativa e condicionada apenas pelas normas legais e limitações internas do risco.

São apresentadas a seguir os detalhes das carteiras de renda fixa de gestão livre:

Conceito	Valor de Mercado	Rentabilidade contábil	Rentabilidade de mercado	Duração modificada
Não vida (IBÉRIA + MAPFRE RE + GLOBAL RISKS)				
31.12.2016	7.569,0	2,70%	1,30%	6,44%
31.03.2017	7.700,4	2,42%	1,19%	6,49%
30.06.2017	7.221,1	2,68%	1,33%	6,41%
30.09.2017	7.196,7	2,60%	1,28%	6,37%
31.12.2017	7.187,1	2,59%	1,23%	6,35%
Vida (IBÉRIA)				
31.12.2016	6.738,0	4,10%	1,00%	7,14%
31.03.2017	6.889,4	4,01%	1,15%	7,03%
30.06.2017	6.549,0	4,08%	1,15%	7,19%
30.09.2017	6.337,4	4,09%	1,06%	6,89%
31.12.2017	6.277,1	4,10%	1,01%	6,84%

Valores em milhões de euros

Em 31 de dezembro, as carteiras de gestão ativas da IBÉRIA, MAPFRE GLOBAL RISKS e MAPFRE RE tiveram ganhos líquidos não realizados em ações e fundos de investimentos no valor de 130 milhões de euros

Em 31 de dezembro, as carteiras de gestão ativa da IBÉRIA, MAPFRE GLOBAL RISKS e MAPFRE RE contavam com ganhos líquidos não realizados em ações e fundos de investimento no montante de 130 milhões de euros.

IMÓVEIS

A estratégia imobiliária para 2017 teve foco no desinvestimento dos ativos não estratégicos. Em relação ao investimento de novos ativos, a atitude tem sido de prudência, pois no segmento de imóveis de primeiro nível, as taxas de capitalização estão muito baixas, e uma alta das taxas de juros em 2018 poderia afetar o valor das carteiras ou ativos adquiridos. O segmento de produto objetivo é o de imóveis de escritórios, em centros de cidades, alugados em uma alta porcentagem e no longo prazo.

Além disso, foi acordada em 2017 a constituição de um veículo de investimento coletivo com sede em Luxemburgo, com imobiliário subjacente, que gerenciará a MAPFRE INVERSIÓN e que terá foco em imóveis de escritórios em Paris, Alemanha e Países Baixos.

Durante o exercício foram realizados desinvestimentos por montante de 130 milhões de euros, dos quais 124,5 milhões correspondem à Área Regional Ibéria. Destaca-se a venda de um solar em Valdemarín (Madri) por 5,5 milhões de euros, o edifício Luchana de Madrid pelo montante de 72 milhões de euros, e dois empreendimentos em Palma de Mallorca no valor de 22,5 milhões de euros, além de outros ativos de menor tamanho por um valor total de 24,5 milhões de euros. O total das operações escrituradas pela Área Regional Ibéria geraram, em conjunto, ganhos superiores a 65 milhões de euros.

Em relação aos investimentos, foram realizadas obras de melhoria nos edifícios em carteira.

Em Madri, foram finalizadas as obras da C/ Sor Ángela de la Cruz, no montante de 8 milhões de euros, onde está localizada a Diretoria Geral Territorial de Madri; e a obra na Praça da Independência, no montante de 7,39 milhões de euros, este edifício já se encontra arrendado em 70% da superfície arrendável. Foram iniciadas as obras de acondicionamento de instalações da C/ Mateo Inurria, edifício alugado integralmente ao Ministério da Fazenda, por um montante anual de 5,04 milhões de euros; e seguem em andamento as obras de melhoria dos escritórios na C/General Perón com investimento efetuado em 2017 de 5,81 milhões de euros.

Além disso, continuam em andamento as obras da torre de Barcelona, no montante de 22 milhões de euros em 2017, com previsão de finalização em março de 2018.

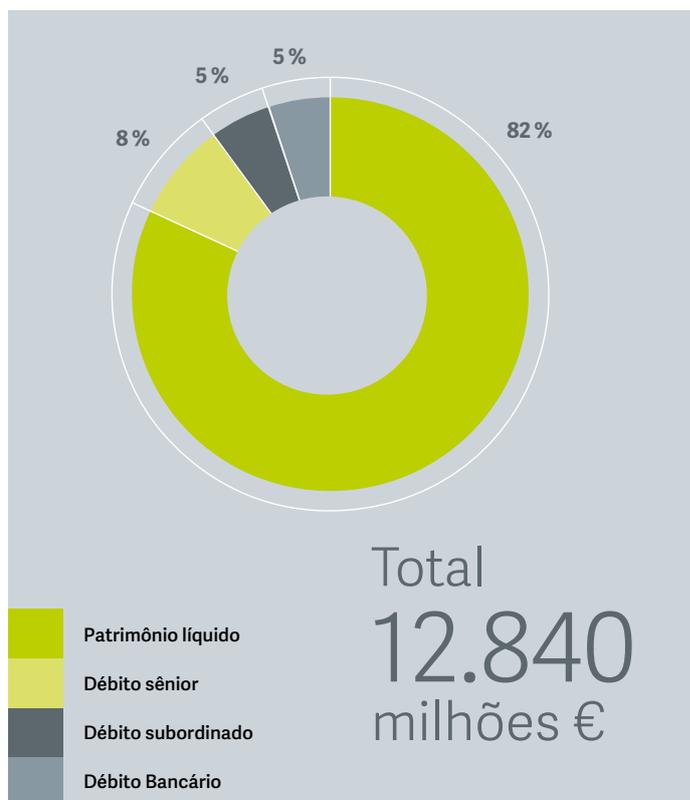
No fechamento do exercício de 2017, o valor de mercado dos investimentos imobiliários da MAPFRE chegava a 2,945 bilhões de euros, com ganhos latentes acima de 750 milhões de euros.

Aproximadamente 58% do total corresponde a imóveis para uso próprio e 42% a imóveis para rentabilidade por arrendamento a terceiros ou venda. O índice de ocupação dos imóveis arrendados para terceiros é de 83%, considerando que, atualmente, existem mais de 7.500 m² em reforma para serem recolocados no mercado a partir de 2018.

Recursos de capital

ESTRUTURA DE CAPITAL

O quadro a seguir detalha a composição da estrutura de capital no fechamento de 2017:



A estrutura de capital subiu para 12,840 bilhões de euros, dos quais 82% correspondem ao patrimônio líquido.

O Grupo possui 18,1% de índice de alavancagem, representando 2 pontos percentuais de aumento como consequência das duas emissões de dívida realizadas durante 2016 e 2017.

Em maio de 2016, foi realizada a emissão de 1 bilhão de euros em obrigações simples (Dívida sênior), com 1,625% de taxa de juros fixos e vencimento final em dez anos.

Em março de 2017, a MAPFRE concluiu uma emissão em títulos de dívida subordinada a 30 anos, com a opção de amortização aos 10 anos, no valor de 600 milhões de euros, com uma taxa de juros fixa de 4,375% durante os primeiros dez anos. Os fundos resultantes dessa operação serviram para conferir mais flexibilidade financeira ao Grupo e diversificar suas fontes de financiamento, bem como para amortizar com antecedência o total da "1ª emissão de obrigações subordinadas da MAPFRE S.A." na primeira data prevista na Nota de Valores da emissão de obrigações no dia 24 de julho de 2017.

Essa emissão é considerada capital calculável no Nível 2 para os fins do Solvência II, portanto, isto reforça a solvência e a robustez financeira da MAPFRE. Os títulos são listados atualmente no mercado AIAF.

Por outro lado, a MAPFRE dispõe de uma linha de crédito de 1 bilhão de euros concedida em dezembro de 2014 por uma sindicância de 11 bancos e cujo vencimento é em dezembro de 2021, disposta em 31 de dezembro de 2017 em 600 milhões de euros. Portanto, o Grupo dispõe de 400 milhões de euros de liquidez adicional.

INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E ÍNDICES DE ALAVANCAGEM

O quadro a seguir detalha a evolução dos montantes por instrumentos de dívida e os índices de alavancagem do Grupo:

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Patrimônio total	10.512,7	11.443,5
Débito total	2.327,4	2.202,9
- da qual: Débito sênior - 5/2026	1.003,3	1.002,5
- da qual: Débito subordinado - 7/2017	0,0	594,0
- da qual: Débito subordinado - 3/2047 (Primeira Call 3/2027)	617,4	0,0
- da qual: Empréstimo sindicado 12/2021 (€ 1.000 M)	600,1	480,1
- da qual: Débito bancário	106,7	126,3
Lucros antes de impostos	1.508,7	1.805,2
Despesas financeiras	90,1	64,1
Lucros antes de impostos & despesas financeiras (EBIT)	1.598,8	1.869,2
Alavancagem	18,1%	16,1%
Patrimônio / Débito	4,5	5,2
EBIT / despesas financeiras (x)	17,7	29,2

Valores em milhões de euros

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRIBUÍDO À SOCIEDADE CONTROLADORA

O quadro a seguir mostra a variação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores durante o exercício:

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016
SALDO EM 31/12 EXERCÍCIO ANTERIOR	9.126,5	8.573,7
Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido:		
Por ativos financeiros disponíveis para a venda	(285,5)	192,4
Por diferenças de conversão	(639,1)	264,4
Por contabilidade tácita	254,2	(189,1)
Outros	(2,7)	(0,8)
TOTAL	(673,1)	266,9
Resultado do período	700,5	775,5
Distribuição de resultados	(446,7)	(400,3)
Outras mudanças no patrimônio líquido	(96,0)	(89,2)
SALDO AO FINAL DO PERÍODO	8.611,3	9.126,5

Valores em milhões de euros

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido consolidado atingiu a cifra de 10,513 bilhões de euros, em comparação com 11,444 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Desse montante, 1,901 bilhão de euros correspondem à participação dos acionistas minoritários nas sociedades filiais, principalmente entidades financeiras na Espanha e no Brasil com as quais a MAPFRE mantém acordos de seguros bancários. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio atribuído aos acionistas controladores, consolidado por ação, representava 2,8 euros (2,96 euros em 31 de dezembro de 2016).

A evolução do patrimônio atribuído aos acionistas controladores durante o exercício de 2017 abrange:

- > Redução líquida no valor de 286 milhões de euros no valor de mercado da carteira de ativos disponíveis para venda, devido principalmente ao aumento das taxas de juros na Espanha em relação à existente no encerramento de dezembro de 2016. Desses, uma parte importante corresponde a investimentos relacionados com carteiras de Vida associadas a produtos com participação em lucros e, portanto, é espelhada como valor maior do patrimônio com contabilidade tácita.
- > Redução de 639 milhões de euros por diferenças de conversão devido, principalmente, à depreciação do dólar norte-americano, do real brasileiro e da lira turca durante o exercício de 2017.
- > O lucro em dezembro de 2017.
- > Redução de 447 milhões de euros equivalente ao pagamento do dividendo complementar do exercício de 2016 e do dividendo intermediário dos resultados do exercício de 2017.

A evolução do patrimônio atribuído à sociedade controladora nos últimos exercícios é demonstrada a seguir:

Conceito	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Dezembro 2015
Capital, resultados retidos e reservas	8.763,6	8.614,0	8.299,7
Ações próprias e outros ajustes	(41,3)	(46,9)	2,1
Ganhos líquidos (Aplicações financeiras - provisões técnicas)	619,7	651,0	627,7
Diferenças de câmbio	(730,7)	(91,6)	(355,8)
Patrimônio líquido atribuído	8.611,3	9.126,5	8.573,7

Valores em milhões de euros

Diante da situação inflacionária da economia venezuelana, e com o objetivo de melhorar a imagem fiel das informações, o Grupo decidiu apresentar em uma única conta de reservas todos os efeitos patrimoniais derivados da hiperinflação na Venezuela, assim como as diferenças de conversão geradas ao converter para euros os demonstrativos financeiros das sociedades do Grupo que operam na Venezuela e a reexpressão por inflação de seus demonstrativos financeiros. Com o propósito de que as informações sejam comparáveis, procedeu-se à reexpressão das informações dos exercícios demonstrados anteriormente. Portanto, o epígrafe de Diferenças cambiais já não inclui as diferenças de conversão originadas na Venezuela.

O patrimônio líquido atribuído totalizou

8.611,3

milhões de euros

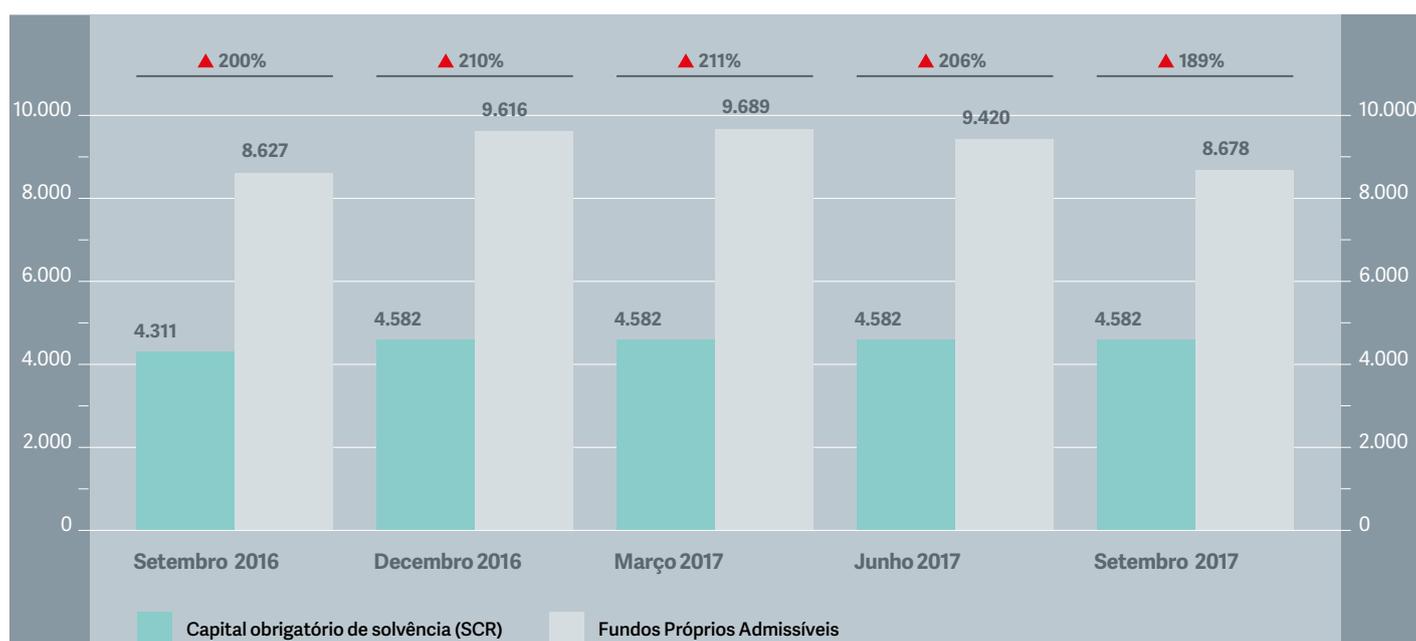
Esse índice seria de 170,5 por cento, excluindo-se os efeitos de tais medidas. Os fundos próprios admissíveis alcançaram 8,678 bilhões de euros durante o mesmo período, dos quais 93 por cento são fundos de alta qualidade (Nível 1).

A diminuição do índice se deve principalmente à amortização do último dia 24 de julho da dívida subordinada emitida em julho de 2007. O índice mantém uma grande solidez e estabilidade, sendo apoiado por uma alta diversificação e políticas rígidas de investimento e gestão de ativos e passivos, conforme demonstrado pelos quadros apresentados a seguir.

Solvência II

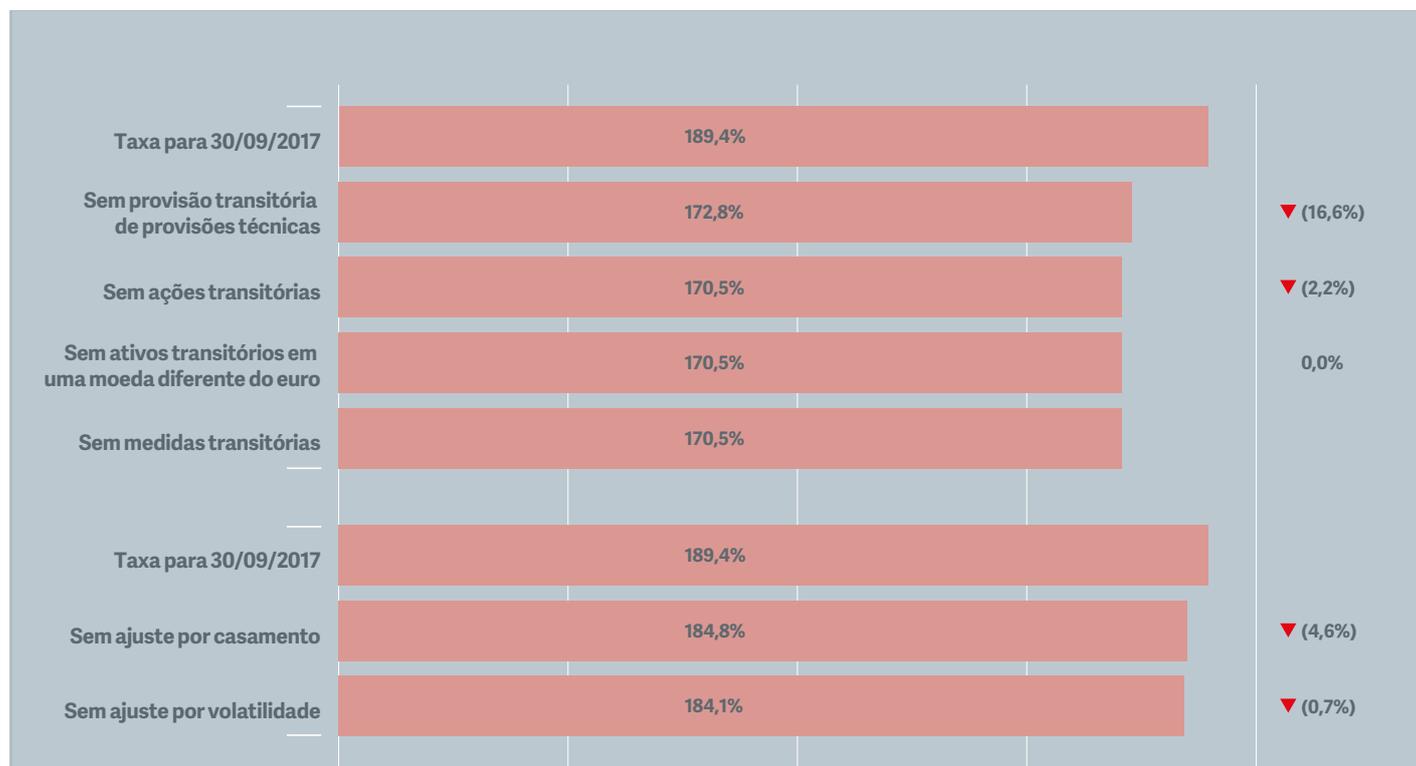
o índice de Solvência II do Grupo MAPFRE ficou em 189,4 por cento ao final de setembro de 2017, em comparação com 205,6 por cento ao final de junho, incluindo medidas transitórias.

EVOLUÇÃO DA MARGEM DE SOLVÊNCIA (SOLVÊNCIA II)

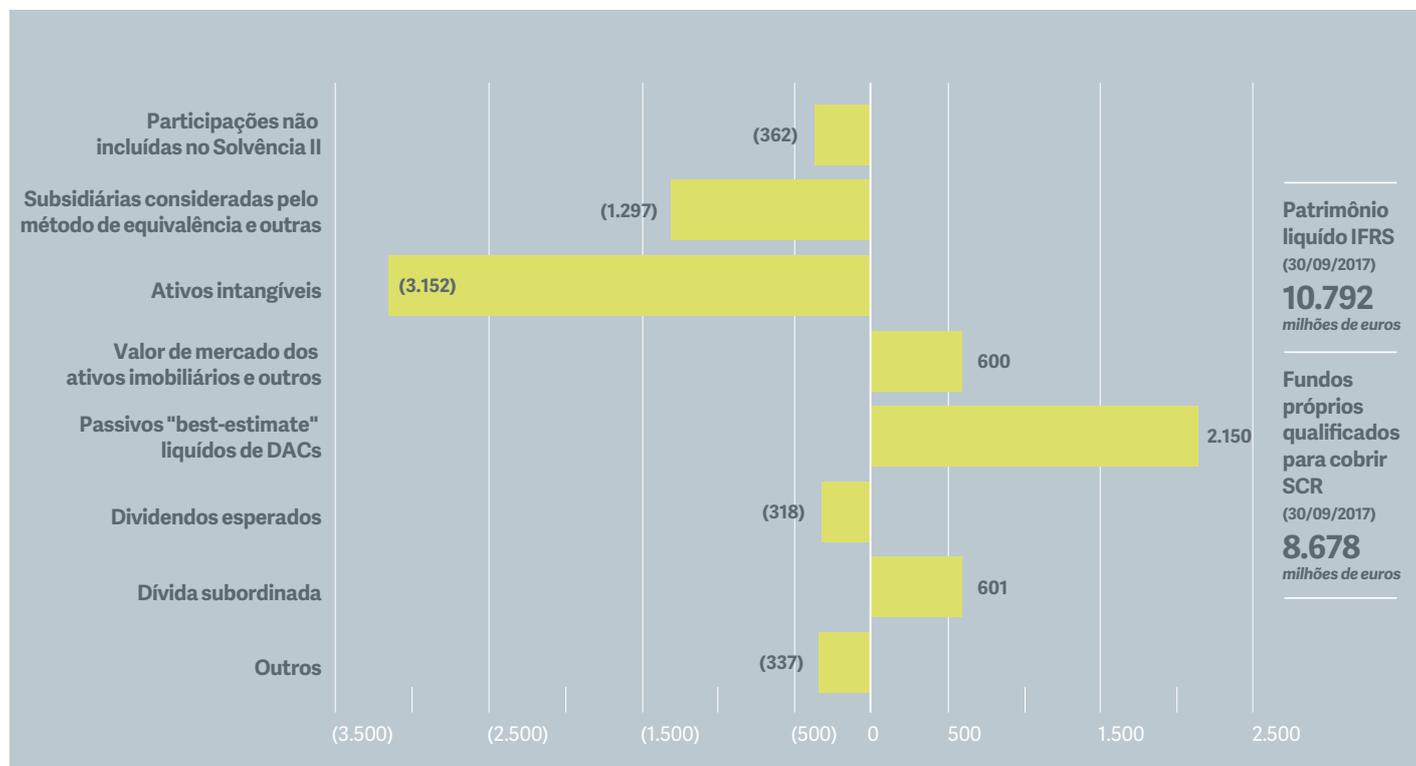


Valores em milhões de euros

IMPACTO DAS MEDIDAS TRANSITÓRIAS E AJUSTES POR UNIÃO E VOLATILIDADE



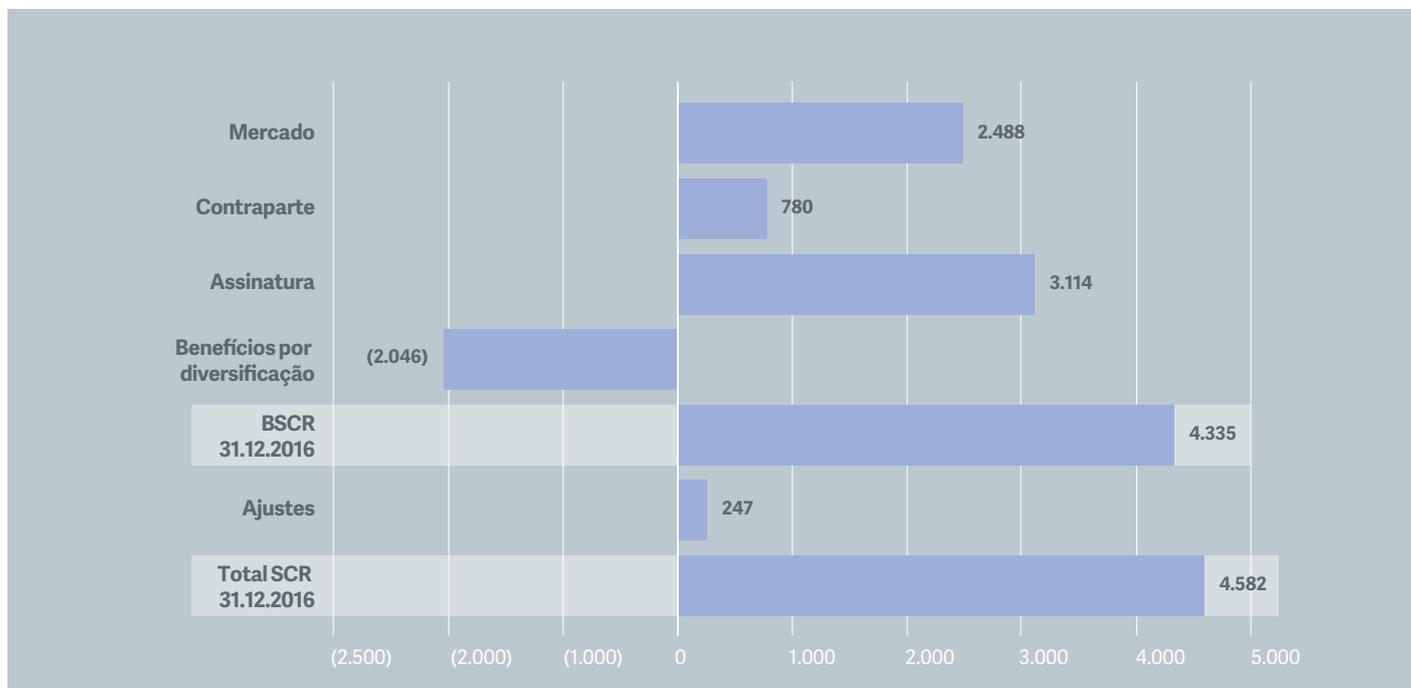
CONCILIAÇÃO DO CAPITAL NIIF E DE SOLVÊNCIA II



Valores em milhões de euros

DETALHAMENTO DO CAPITAL DE SOLVÊNCIA OBRIGATÓRIO (SCR)

De acordo com as normas de solvência, o SCR utilizado durante os trimestres de 2017 não têm variação em comparação com o cálculo de 31 de dezembro de 2016. Seus detalhes são os seguintes:



Valores em milhões de euros

Análise de operações contratuais e operações fora de balanço

No encerramento do exercício, a MAPFRE formalizou os seguintes acordos para o desenvolvimento e distribuição de produtos de seguros na Espanha com diferentes entidades, algumas das quais foram sujeitas a ou estão envolvidas em processos de reestruturação bancária:

> Acordo com a BANKIA S.A. referente à aliança estratégica iniciada em 1998 com sua antecessora, a CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD DE MADRID, que foi reformulada em 2014 por meio de um novo acordo que permite distribuir, com exclusividade, seguros de Vida e de Não Vida da MAPFRE em toda a rede comercial da BANKIA (doravante, o "Acordo") e dar seguimento à participação conjunta na BANKIA MAPFRE VIDA (anteriormente denominada MAPFRE-CAJA MADRID VIDA), dedicada à comercialização do seguro de Vida por meio dessa rede comercial. O Acordo firmado entre a MAPFRE e a BANKIA representa a reestruturação do negócio de seguros bancários e inclui um contrato de assurbanking, de acordo com o qual a MAPFRE distribuirá produtos financeiros da BANKIA em sua rede.

Além disso, o Acordo representou em 2014 a aquisição de 51% das ações da ASEVAL e da LAIETANA VIDA, e de 100% das ações da LAIETANA GENERALES, por um valor total de 151,7 milhões de euros.

O valor econômico final do Acordo dependerá do grau de cumprimento futuro do Plano de Negócios estabelecido.

> Acordo com o BANCO CASTILLA-LA MANCHA S.A. (como sucessor do negócio bancário e parabancário da CAJA CASTILLA-LA MANCHA) para a distribuição exclusiva de seguros pessoais e planos de aposentadoria da parceria CCM VIDA Y PENSIONES (da qual a MAPFRE é proprietária de 50%) por meio da rede dessa entidade.

O preço de aquisição das ações foi de 112 milhões de euros em dinheiro (além de quantias adicionais a serem pagas no ano de 2012 e em 2021. Em 2012, foram pagos à CAJA DE AHORROS CASTILLA LA MANCHA (atualmente BANCO CASTILLA-LA MANCHA) 4,5 milhões de euros, enquanto que em 2021 serão pagos 14 milhões de euros.

> Acordo com o BANKINTER S.A. para a distribuição exclusiva de seguros de Vida e acidentes e planos de aposentadoria da sociedade conjunta BANKINTER SEGUROS DE VIDA (da qual a MAPFRE é proprietária de 50%) por meio da rede desse banco.

O preço de aquisição das ações foi de 197,2 milhões de euros à vista, além de dois pagamento de 20 milhões de euros, além de juros, que serão efetivados de acordo com o grau de cumprimento do Plano de Negócio combinado, no quinto e décimo ano de sua vigência. Em 2012, com o cumprimento do Plano de Negócio, foi efetuado o primeiro pagamento adicional previsto, no valor de 24,2 milhões de euros. Durante 2017, foi efetuado o segundo pagamento do preço variável adicional, pelo valor de 20 milhões de euros, mais juros.

No dia 1º de abril de 2016, a BANKINTER SEGUROS DE VIDA, sociedade com participação de 50% do BANKINTER e da MAPFRE, adquiriu o negócio de seguros do BARCLAYS VIDA E PENSÕES, em Portugal, pelo valor de 75 milhões de euros.

> Acordo com o BANKINTER S.A. para a distribuição exclusiva de seguros gerais e seguros de empresas (excluindo-se os seguros de Automóveis, Assistência de viagem e Lar) da sociedade conjunta BANKINTER SEGUROS GENERALES (da qual a MAPFRE é proprietária de 50,1%) por meio da rede desse banco.

O preço de aquisição das ações foi de 12 milhões de euros (além do pagamento de três milhões de euros pela transação de compra e venda de ações em 27 de dezembro de 2011), mais um preço adicional de três milhões de euros, caso o “Plano de Negócios de Dezembro de 2012” seja cumprido 100% no encerramento de 2015. Esse preço adicional não foi acumulado porque o Plano de Negócio mencionado não chegou a ser cumprido.

> Acordo com o BANCO DE CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA S.A. (como sucessor do negócio bancário e parabancário da CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD, que, por sua vez, havia sucedido à CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA (CAJA DUERO)) para a distribuição exclusiva de seguros de Vida e Acidentes e planos de aposentadoria das parcerias UNIÓN DEL DUERO COMPAÑÍA DE SEGUROS DE VIDA (DUERO VIDA) e DUERO PENSIONES ENTIDAD GESTORA DE FONDOS DE PENSIONES (DUERO PENSIONES) (das quais a MAPFRE é proprietária de 50%) por meio da rede dessa entidade.

O preço das aquisições das ações foi de 105 milhões de euros à vista, mais um pagamento pelo valor máximo de 25 milhões de euros, de acordo com o índice de cumprimento do Plano de Negócio estabelecido no período de 2008-2014. Esse pagamento foi realizado em 26 de julho de 2016.

No entanto, em junho de 2017, a MAPFRE e o BANCO DE CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, S.A. formalizaram um contrato de compra e venda de ações em virtude do qual a MAPFRE transmitirá à referida entidade a totalidade da participação que possui por meio de sua filial MAPFRE VIDA, representativa de 50% do capital social, nas companhias DUERO VIDA e DUERO PENSIONES, por um preço conjunto de 141,7 milhões de euros.

O encerramento definitivo da transação está sujeito à autorização da Diretoria Geral de Seguros, após a qual será realizada a transmissão das ações à sua cobrança.

A MAPFRE firmou, da mesma forma, acordos de acionistas com seus sócios nos termos habituais do Direito dos negócios, que incluem, entre suas cláusulas, proibições de transmissão de ações durante determinados períodos e opções de saída diante de certos eventos (por exemplo, descumprimento do Plano de Negócio, mudança de controle, bloqueio societário ou descumprimento contratual grave etc.).

Por outro lado, a MAPFRE e o BANCO DO BRASIL formalizaram uma aliança estratégica por meio da constituição das sociedades holding (BB-MAPFRE, para o negócio de Vida e Agrário e a MAPFRE-BB, para o negócio de Automóveis e Seguros Gerais), que integram as filiais seguradoras de ambos no Brasil e que distribuem seus produtos, tanto por intermédio da rede do banco, como de outros canais de distribuição que incluem os tradicionais da MAPFRE.

Por outro lado, a MAPFRE e a EULER HERMES também têm um acordo formalizado para a constituição de uma aliança estratégica, cujo objetivo é o desenvolvimento conjunto do negócio de seguros de Caução e Crédito na Espanha, Portugal e América Latina. Como resultado dessa aliança, ambos os grupos têm uma participação de 50% em uma joint venture denominada SOLUNION, que integra os negócios de ambos os grupos nos mercados mencionados. A SOLUNION cobre riscos em países dos cinco continentes e conta com uma rede internacional de analistas de riscos localizados em mais de 50 países que controlam permanentemente a situação dos riscos de seus segurados, além de uma extensa rede de distribuição nos países nos quais está presente.

Por último, os acionistas minoritários da MAPFRE RE têm uma opção de venda sobre as ações nessa entidade. Em caso de exercício, a MAPFRE ou uma entidade do Grupo MAPFRE deverá adquirir as ações do acionista minoritário interessado em vender. O preço de compra das ações da MAPFRE RE será o resultante da aplicação da fórmula estabelecida previamente. Em 31 de dezembro de 2017, levando em consideração as variáveis incluídas na fórmula citada, o compromisso assumido pela MAPFRE, em caso de exercício da opção mencionada, aumentaria para um montante total aproximado de 100,9 milhões de euros.

Principais riscos e incertezas

A MAPFRE dispõe de um Sistema de Gestão de Riscos (SGR) baseado na gestão integrada de absolutamente todos os processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

Riscos operacionais

RISCO REGULATÓRIO

O risco regulatório é definido como o evento consistente na mudança regulatória, administrativa ou de jurisprudência que possa afetar adversamente o Grupo.

Nos últimos anos, o âmbito normativo ao qual o setor de seguros está sujeito foi sendo ampliado com novas regulações, tanto internacionais como locais. Adiciona-se a isso o fato de que o Grupo opera em um ambiente de complexidade e crescente pressão reguladora, não apenas em matéria de seguro, como também no que diz respeito a questões tecnológicas, de governança corporativa ou de responsabilidade penal corporativa, entre outras.

As filiais de seguros do Grupo estão sujeitas a regulamentação especial nos países onde operam. As autoridades de supervisão têm um extenso controle administrativo sobre diversos aspectos do negócio de seguros. Este controle pode afetar o montante dos prêmios, as práticas de marketing e de venda, a distribuição de benefícios entre os tomadores de seguros e os acionistas, a publicidade, os contratos de licenças, os modelos de apólice, a solvência, os requisitos de capital e os investimentos permitidos. Alterações nas normas tributárias podem afetar as vantagens de alguns produtos comercializados, que gozem atualmente de um tratamento fiscal favorável.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional, definido como o risco de sofrer perdas devido à inadequação ou à disfunção de processos internos, do pessoal ou dos sistemas, ou devido a eventos externos.

O modelo de gestão de risco operacional se baseia em uma análise qualitativa dinâmica por processos da Sociedade, de forma que os administradores da cada área ou departamento identificam e avaliam os riscos potenciais que afetam tanto aos processos de negócio quanto de suporte. A MAPFRE conta com sistemas para o acompanhamento e o controle do risco operacional embora, ainda que o resultado da análise realizada no exercício de 2017 não mostre nenhum processo em nível crítico, a possibilidade de sofrer perdas operacionais não pode ser excluída diante da dificuldade de previsão e quantificação desse tipo de risco.

CONCENTRAÇÕES DE CLIENTES

O Grupo conta com um alto grau de diversificação do seu risco de seguro por operar em quase todos os ramos e com uma ampla presença nos mercados internacionais. Além disso, aplica procedimentos e limites que permitem realizar o controle do nível de concentração do risco de seguro.

É uma prática comum o uso de contratos de resseguro como elemento atenuador do risco de seguro derivado de concentrações ou acumulações de garantias superiores aos níveis máximos de aceitação.

RISCOS FINANCEIROS

Riscos de mercado e de taxa de juros

As oscilações dos preços de mercados podem diminuir o valor ou as receitas da carteira de investimentos, em cujo caso poderia gerar um efeito negativo na situação financeira e nos resultados consolidados do Grupo.

A principal medida de redução dos possíveis efeitos negativos das variações dos preços de mercado é selecionar ativos financeiros com prudência, que tenham as características adequadas para abranger as obrigações assumidas. Na gestão das carteiras de investimento é feita uma diferenciação entre as que procuram a união das obrigações derivadas dos contratos de seguros e aquelas nas quais é feita uma gestão ativa. Nas primeiras, os riscos de taxa de juros e outros riscos de variação de preços são minimizados, ao passo que, nas segundas, é assumido um certo nível de risco de mercado.

A MAPFRE atenua sua exposição a este tipo de riscos mediante uma política prudente de investimentos caracterizada por uma proporção elevada de títulos de renda fixa de grau de investimento. Deste modo, os valores de renda fixa representam 88% do total da carteira de aplicações financeiras em 2017 (90,3% em 2016). O preço de mercado desses valores pode flutuar como consequência de variações no nível das taxas de juros (risco de taxa de juros), cuja exposição é atenuada mediante a busca por um adequado nível de união entre ativos e passivos.

Durante o exercício de 2017, continuou-se com um cenário de taxas de juros historicamente baixas em diversos mercados. Um cenário de aumento de taxas de juros em 2018 exerceria, por um lado, um impacto reduzido sobre o patrimônio reduzido por meio da utilização de técnicas de ajuste de união e, por outro, um efeito positivo na captação de negócios ao aumentar a atração dos produtos de poupança de Vida.

O preço de mercado dos valores de renda fixa também pode variar devido a variações da percepção do nível de solvência de seus emissores (risco de spread), cujo tratamento é explicado na seção de Risco de crédito.

Os investimentos em valores de renda variável e em fundos de investimento têm um peso limitado no balanço, representando aproximadamente 9,6% dos investimentos financeiros totais em 2017 (7,6% em 2016).

As oscilações nos rendimentos dos valores de renda variável também influem no comportamento dos consumidores, o que pode afetar principalmente os negócios de seguro de Vida e de gerenciamento de ativos.

As receitas por operações de seguro de Vida e gerenciamento de ativos da MAPFRE estão diretamente relacionadas com o valor dos ativos gerenciados (sejam renda fixa ou renda variável), portanto, uma queda de mercados poderia afetar essas receitas negativamente.

Risco de taxa de câmbio

As oscilações do valor do euro em relação a outras moedas afetaram no passado e poderiam afetar no futuro o valor do ativo e do passivo da MAPFRE e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido, assim como os resultados operacionais e o fluxo de caixa. As diferenças de conversão registradas resultaram no reconhecimento negativo de 639,1 milhões de euros em 2017 (um resultado positivo de 264,4 milhões de euros em 2016 dos fundos próprios).

Além disso, enquanto a maioria dos governos dos países nos quais a MAPFRE opera não tiver imposto proibições à repatriação de dividendos ou aos desinvestimentos de capital, é possível que, no futuro, sejam estabelecidas políticas de controle de câmbio restritivas. No Grupo são analisadas as melhores alternativas para diminuir o impacto da volatilidade das moedas mais importantes para o Grupo.

No que diz respeito às provisões técnicas originadas no exterior, o Grupo geralmente aplica uma política de investimento em ativos denominados na mesma moeda na qual foram adquiridos os compromissos com os segurados, aspecto que atenua a exposição ao risco de taxa cambial.

RISCO DE CRÉDITO

Os rendimentos dos investimentos também são sensíveis às variações nas condições financeiras em geral, incluindo as variações na avaliação geral do crédito dos emissores de valores de dívida. Assim, o valor de um instrumento de renda fixa pode ser reduzido por mudanças na classificação de crédito (rating) ou pela eventual insolvência de seu emissor. Nas exposições, existem riscos de natureza análoga em comparação com contrapartes de seguros, resseguros e bancárias.

A seleção prudente de ativos financeiros com características adequadas para cobrir as obrigações assumidas é a principal medida pela qual os possíveis efeitos adversos das mudanças nos preços de mercado são mitigados

A exposição ao risco de crédito diminui através de uma política baseada na seleção prudente dos emissores de valores e das contrapartes com base na sua solvência, buscando: i) um elevado nível de correspondência geográfica entre os emissores dos ativos e os compromissos, ii) a manutenção de um nível adequado de diversificação e iii) a obtenção, se for o caso, de garantias, colaterais e outras coberturas adicionais.

A política de gestão do risco de crédito estabelece limites por emissor, de acordo com o perfil de risco da contraparte ou do instrumento de investimento, assim como limites de exposição em relação ao índice da contraparte.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é administrado principalmente mantendo saldos em tesourarias por montantes suficientes para cobrir qualquer eventualidade derivada das obrigações em relação aos segurados e aos credores. Assim, em 31 de dezembro de 2017, o saldo disponível chegou a 1,864 bilhão de euros (1,451 bilhão de euros no ano anterior), equivalente a 3,8% do total de investimentos e fundos líquidos (3% em 2016). Por outro lado, em relação aos seguros de Vida e Poupança e com o propósito de atenuar a exposição a esse tipo de risco, é realizada a união dos vencimentos dos investimentos com as obrigações contraídas nos contratos de seguros.

Além disso, a maior parte dos investimentos em renda fixa tem grau de investimento e são negociáveis em mercados organizados, o que outorga uma grande capacidade de atuação diante de potenciais tensões de liquidez. Além disso, existem linhas de crédito bancárias para cobrir defasagens de tesouraria temporárias.

RISCOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG)

A sustentabilidade é um conceito que se baseia em três pilares fundamentais: desenvolvimento econômico, social e ambiental. Portanto, a gestão de riscos e oportunidades de negócio associadas a questões ambientais, sociais e de governança (ASG) é essencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável.

O modelo de negócio da MAPFRE e sua estratégia, são um exemplo de como a empresa enfrenta os desafios globais em sustentabilidade, gerencia os riscos ASG e inova no desenvolvimento e soluções seguradoras que beneficiem os clientes e a sociedade na qual opera.

A gestão de riscos ASG ajuda na tomada de decisões em áreas tão importantes como a assinatura, o investimento, a inovação em produtos e serviços e a gestão da reputação, sendo esta última essencial para gerar confiança nos stakeholders. Portanto, a gestão de riscos se integra naturalmente aos processos de gestão e controle estabelecidos pelo Grupo.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A nota 7. "Gestão de riscos" do Relatório contábil consolidado inclui informações detalhadas sobre os diversos tipos de risco que afetam o Grupo.

Circunstâncias importantes ocorridas após o encerramento do exercício

A MAPFRE e o Banco do Brasil firmaram, em 5 de fevereiro de 2018, um acordo de intenções, de caráter não vinculante, para a atualização dos termos de sua aliança estratégica no negócio de seguros. A redefinição desses acordos produziria um aumento da participação acionária da MAPFRE em seus negócios no Brasil, o que permitira avançar para uma estrutura de governança mais simples e eficiente, com uma melhora importante na produtividade e na rentabilidade dos negócios.

Segundo os termos do acordo, a MAPFRE passaria a ser titular de 100% do negócio gerado pela rede de agências e do negócio de automóveis e de grandes riscos do canal bancário BB. Seria mantida a mesma configuração acionária atual para os seguros de vida e agrícola e seriam incorporados a essa mesma estrutura os seguros residenciais do canal bancário BB, que continuariam sendo desenvolvidos pela BB MAPFRE, com participação da MAPFRE em 25%.

A MAPFRE manteria a exclusividade do canal bancário do Banco do Brasil para todos os negócios incluídos na aliança, tanto os subscritos diretamente quanto os distribuídos por meio da BB MAPFRE.

Informação sobre a evolução previsível

Perspectivas do ambiente

Espera-se um crescimento mundial próximo a 3,7 por cento durante 2018, o que representa uma leve aceleração em comparação com o final de 2017. Esse número é superior ao que havia sido previsto no ano passado e deve comprovar que o crescimento global ganhou impulso e sincronia, embora também demonstre sinais de estabilização.

Tanto os mercados desenvolvidos quanto os emergentes contribuirão para o crescimento de maneira similar. Assim, espera-se um renovado protagonismo dos mercados desenvolvidos, que crescerão acima de 2 por cento durante 2018, assim como uma aceleração nos mercados emergentes, que crescerão acima do atingido em 2017 (4,6 por cento).

No caso dos mercados desenvolvidos, o crescimento tem suas bases na gradual convergência entre a realidade e o otimismo do mercado e no contexto de afrouxamento monetário global, apesar do início da normalização do Federal Reserve dos Estados Unidos e dos avisos do Banco Central Europeu (BCE). A isso se soma a inércia na demanda global instigada, em parte, pela última expansão fiscal na China. Além disso, no futuro será acrescentado um incentivo fiscal que não pode ser ignorado, resultante das reduções de impostos nos Estados Unidos, que entrarão em vigor durante o período de 2018 a 2020. Por sua vez, os mercados emergentes serão apoiados ainda pelo vigor da economia chinesa e, em geral, pelo efeito da demanda global em um contexto de elevação do preço das matérias-primas e do petróleo (Brent a 60\$/b) que sustentarão o crescimento da renda e da demanda interna dos países emergentes exportadores.

O crescimento global ficará situado próximo (embora ainda abaixo) de sua tendência de longo prazo, o que pode reservar aumento nos riscos. Não se trata de um crescimento econômico suficientemente forte como para avançar a uma aceleração da inflação. O aumento na inflação global que ocorrerá em 2018 poderá ser devido mais à alta do preço do petróleo do que aos ganhos salariais (e o conseqüente crescimento nas expectativas de inflação). Nesse sentido, o ambiente de inflação ainda está distante do objetivo dos bancos centrais, seja por padrão (no caso dos países desenvolvidos) ou por excesso (no caso dos emergentes).

O ciclo econômico e os objetivos de inflação ditarão o tom da política monetária global em 2018, na qual, em termos gerais, espera-se que reine a granularidade. A taxa de juros de referência global será elevada com bastante lentidão. Assim, em 2018, a política monetária preservará ainda seu impacto financeiro global em forma de abundante liquidez, apetite pelo risco, taxas baixas e pouco prêmio por prazo, o que resultará em um dólar estabilizado em cerca de 1,2 perante o euro e somente levemente valorizado perante as moedas emergentes.

A economia global acarreta vulnerabilidades que podem prejudicar sua capacidade para enfrentar riscos emergentes. A crescente alavancagem corporativa (em divisas fortes) nos países emergentes expõe sua capacidade para enfrentar uma previsível drenagem de liquidez global em USD, ao mesmo tempo que as economias desenvolvidas veem esgotados seus instrumentos de política econômica, seja por se encontrarem em um ambiente de baixas taxas de juros e sem margem para a política monetária, ou porque a excessiva dívida pública limita sua capacidade de ação fiscal. Isso ocorre também em um ambiente de relativa exuberância no preço de vários ativos (equity, dívida corporativa, residencial, criptomoedas etc.); exuberância sustentada pelo ambiente de extrema liquidez e cuja inevitável correção deverá ser enfrentada após 2018, quando o ciclo da economia dos Estados Unidos se esgotar e a normalização monetária do Federal Reserve e do BCE ganharem impulso.

Momentos cíclicos diferentes condicionam as perspectivas de desempenho regional e a política monetária que os acompanhará. Os Estados Unidos são (junto com a China) a economia mais avançada no ciclo econômico e como tal, enfrenta o processo de normalização monetária e retirada de estímulos com o ajuste do balanço do Federal Reserve durante os próximos anos. Está planejada a venda de US\$ 1,3 trilhões em ativos no balanço e uma subida gradual das taxas de juros até próximo de 3 por cento durante os próximos anos, mas a previsão é de que esse ajuste seja extremamente gradual. Espera-se que a taxa de referência e a inflação terminem em 2018, próximo a 2 por cento, acompanhando um crescimento próximo a 2,5 por cento no qual já está incluído um aumento no preço do petróleo e o efeito da redução fiscal de impostos aprovada em dezembro nos Estados Unidos.

A Europa foi (e será em 2018) a região desenvolvida com maior crescimento (sem incentivos) e sua posição cíclica está distante dois anos da registrada pela economia dos Estados Unidos, pois o ajuste da política monetária ainda não começou, apesar de o BCE já ter comunicado a sequência que seguirá (menores compras, aumento na taxa de depósitos, alta de taxas e venda de ativos). Isso ocorre em um contexto do maior crescimento econômico em uma década, mas com dificuldades para transferi-lo para a inflação. Em 2018 espera-se um crescimento pouco menor que em 2017 (próximo a 2 por cento) e acima de sua tendência de longo prazo. A inflação, por sua vez, ficará ainda abaixo do objetivo do BCE e da taxa de intervenção simples.

Espera-se que o crescimento mundial seja próximo de 3,7% em 2018, o que é uma ligeira aceleração em relação ao que será o final de 2017

A taxa de longo prazo da zona do euro (o Bund) se manterá contida e estreitando seu diferencial com a dos Estados Unidos, mas mesmo assim espera-se uma taxa cambial de 1,2 USD/EUR.

As previsões para a Espanha mantém seu crescimento na liderança da Europa, mas dificilmente repetirá o êxito registrado em 2017. A maturidade no ciclo e o custo da instabilidade política situam o crescimento previsível em 2018 próximo a 2,3 por cento (em comparação com 3,1 por cento registrado em 2017), o que não deixa de ser um crescimento superior na trajetória de longo prazo. Essa previsão tem riscos aumentados no caso de melhora do ambiente político e as reformas estruturais realizadas no passado ampliem a margem de crescimento. A taxa de desemprego espanhol já está no limite estrutural, próxima a 16 por cento.

A China registrará um crescimento ainda superior ao seu potencial, apesar das tentativas de esfriar, de maneira ordenada, a economia. Espera-se um crescimento próximo a 6,2 por cento em 2018, com uma suave valorização do RMB e com um cenário político que aumenta a probabilidade de que sejam realizadas reformas significativas no curto prazo. Os países da região asiática com bônus populacional (Indonésia e Filipinas) manterão uma trajetória de crescimento, apoiada na demanda doméstica, com uma política monetária afrouxada e com certa acumulação de desequilíbrios. Espera-se um crescimento regional superior a 5 por cento em ambos casos.

A América Latina acelerará seu crescimento econômico até quase 2 por cento em 2018, graças à saída da recessão do Brasil e Argentina, e à resiliência do México. Espera-se que o Brasil e o México cresçam próximo a 2,4 por cento em 2018, enquanto esse crescimento poderia chegar próximo a 3,5 por cento na Argentina. As moedas da região se manterão depreciadas diante do previsível afrouxamento monetário de seus bancos centrais e a um certo impulso pré-eleitoral da política fiscal nos três países. Nesse sentido, é importante salientar que o ciclo político foi transferido dos países desenvolvidos em 2017 (Zona do Euro, Estados Unidos e Japão) para a América Latina em 2018 (Argentina, México e Brasil).

Os principais riscos para a economia global em 2018 estão na geopolítica, com as crescentes tensões entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos). A esse risco seguem possíveis erros de implementação na política econômica nos Estados Unidos e na China e, em nível nacional, o ciclo emergente pode fortalecer novamente correntes populistas que se neguem a empreender reformas estruturais significativas e que, mais uma vez, dificultem o processo de crescimento econômico.

Planejamento estratégico

Nos últimos anos, a MAPFRE vem consolidando sua estratégia em todos os níveis da organização, buscando, dessa forma, trabalhar como uma grande equipe na mesma direção. A empresa conta com uma estratégia comum e alinhada em todos os mercados em que o Grupo opera. Desde 2016, está trabalhando nas iniciativas e projetos que sustentam os objetivos estratégicos para avançar conjuntamente, a fim de cumprir os compromissos adquiridos com os acionistas.

Neste momento, estamos na linha equatorial do Plano Estratégico, que se baseia no Crescimento Rentável, apoiando a gestão em quatro pilares estratégicos e em uma série de iniciativas reforçadas em 2017, a fim de continuar avançando rumo à construção de uma empresa mais digital:

1. FOCO NO CLIENTE

Para o Grupo, é importante conhecer e entender as necessidades dos clientes, seus comportamentos e seus desejos, para que possamos retê-los ou captá-los no mercado. Para isso, trabalhamos com um Modelo de Relação com Clientes que ajuda a adaptar a oferta comercial, as operações, a estrutura e a tecnologia aos requisitos e às demandas de cada cliente. Tudo isso levando em consideração a especificidade de cada mercado.

A maturidade atingida na iniciativa Modelo de Experiência do Cliente nos permitiu que transferir essa iniciativa para o nível produtivo e trabalhar para gerenciar os resultados das pesquisas realizadas com clientes e não clientes, para que possamos nos diferenciar e ultrapassar suas expectativas.

Além disso, em 2017, foi dado início ao avanço do posicionamento da MAPFRE nas Grandes Cidades, o que permitirá à companhia aumentar sua participação no mercado.

2. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Para a MAPFRE, é imprescindível manter os esforços para continuar no processo de adaptação à nova Era Digital, trabalhando a digitalização dos processos e buscando a excelência operacional e a digitalização dos pontos de contato com o cliente. Tudo isso com o objetivo de fortalecer a sua experiência com a empresa, garantindo os níveis de serviço e qualidade oferecidos.

Outro foco importante neste pilar é o desenvolvimento e o fortalecimento da distribuição empregando, para isso, um Plano de Negócio Digital definido para realizar operações existentes e de outras novas, que aumentem o peso desse modelo de distribuição na MAPFRE.

Como resposta às tendências no campo de automóveis, estão sendo atribuídos relevância especial e um novo impulso à iniciativa na qual se tem trabalhado há anos para desenvolver capacidades no âmbito do automóvel e no nosso papel na nova mobilidade.

Por outro lado, a oportunidade oferecida pela digitalização será aproveitada para desenvolver um modelo de negócio com o qual seja possível alcançar a liderança no ramo estratégico de Saúde.

3. EXCELÊNCIA NA GESTÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

A atividade de seguros requer que trabalhemos constantemente na busca da excelência operacional e na adaptação às modificações regulatórias do setor, a fim de obter uma rentabilidade técnica superior à do mercado nos ramos mais relevantes, bem como para melhorar a posição competitiva da MAPFRE.

Na Iniciativa Estratégica de Fornecedores, que vinha sendo desenvolvida, foi atingido um grau de maturidade tal que foi possível transferi-la para o nível produtivo. Continuam sendo realizadas iniciativas de eficiência focadas em contact center, custos de sinistros, desenvolvimento de modelos operacionais e fomento do autoatendimento.

Ao longo de 2017, foi dado início a uma Iniciativa Estratégica de Modelos Preditivos visando transformar o modo de abordagem do negócio aproveitando o conhecimento e inteligência dos dados.

4. CULTURA E TALENTO

Para executar nosso Plano Estratégico com êxito, é fundamental que nos apoiemos nas pessoas e na cultura da MAPFRE. A Iniciativa de Gestão do Talento, que vinha sendo trabalhada, avançou a grandes passos de forma que foi possível incorporá-la aos processos produtivos habituais e ir em busca de desafios dentro de uma nova Iniciativa: o Desafio Digital, por meio do qual poderemos gerenciar as mudanças organizacionais de que a MAPFRE necessita para se adaptar às novas exigências digitais.

É importante destacar os progressos do Grupo em termos de igualdade de oportunidades, diversidade e inclusão no trabalho, que continuarão sendo conquistados nos próximos anos.

Em 2018, o foco continuará a estar na gestão dos 4 pilares estratégicos e dentro do ciclo de revisão e ajuste da estratégia, e será formulado um novo Plano Estratégico para 2019 - 2021.

Atividades de P+D+i

Um dos principais eixos do Plano Estratégico da MAPFRE é o foco no cliente, onde a inovação e a transformação digital foram identificadas como duas das principais ferramentas para oferecer soluções de seguros com foco nas necessidades do cliente e em atingir objetivos estratégicos no curto, médio e longo prazos, levando também em consideração a qualidade no serviço e o atendimento ao cliente.

Inovação

Na MAPFRE, a inovação busca melhorias específicas relacionadas com o valor oferecido aos clientes ou melhorias na eficiência. Também busca saber qual é a evolução dos mercados e se manter em dia com as tendências e novidades que surgem em nível global, o que já representa uma questão de sobrevivência para as empresas.

Estes são os pilares do Modelo de Inovação da MAPFRE:

1. A Comunidade de Inovação que, em 2017, atingiu em total de 19 escritórios de inovação e desenvolvimento (OID), nos quais aproximadamente 40 pessoas e 250 Innoagentes trabalham em meio período (sendo estes últimos funcionários de qualquer cargo na organização que agem como embaixadores da inovação, trazendo metodologia para a mudança cultural da empresa e participando ativamente de projetos de inovação no seu ambiente).

No fim de 2017, o portfólio de inovação global da MAPFRE em nível global continha mais de 70 projetos, que, devido ao seu alcance geográfico e possível impacto na organização, foram divididos em 58 locais, 4 globais e 8 corporativos.

Os projetos corporativos respondem diretamente ao plano estratégico global da companhia. Um exemplo disso são aqueles que abrangem a Iniciativa Estratégica de Seguro de Automóveis MAPFRE 3.0, criado no exercício de 2017 e que é resultado da mudança de paradigma que está sendo produzida no ecossistema dos veículos. Essa iniciativa tem como objetivo fazer com o que o seguro de automóveis evolua e desenvolva capacidades dentro do Grupo MAPFRE que permitam manter a proposta de valor e a competitividade nos próximos anos.

2. Os Think Tanks, dedicados à exploração e à análise de novas tendências e seu impacto direto no negócio.

3. O modelo de relação com as startups compreende a interação com o ecossistema empreendedor e de startups, a fim de analisar possíveis soluções inovadoras para responder aos desafios da companhia, conhecer métodos de trabalho mais ágeis e dinâmicos e procurar integrar melhores práticas.

Por isso, em 2017 foi dada continuidade ao desenvolvimento em três vias de atuação:

- > Participação em veículos de investimentos como o Alma Mundi.
- > Observatório de startups: monitoramento do ecossistema Insurtech/Fintech para estabelecer parcerias com as empresas mais relevantes.
- > Participação em processos de aceleração: exploração de novos modelos de relação com startups.

Transformação digital

A transformação digital é uma das linhas de atuação que configuram o Plano Estratégico do Grupo, cujo objetivo é responder com agilidade às novas necessidades dos nossos clientes.

No decorrer deste ano, a MAPFRE avançou significativamente em seu processo de transformação digital, graças à implementação de mais de 200 projetos. Esse esforço permitiu que a empresa atingisse importantes conquistas na digitalização do relacionamento com os clientes (considerando-se como cliente o cliente consumidor, o cliente distribuidor, o fornecedor e o cliente interno) e das operações:

- > Especificamente, no caso do cliente consumidor, a atração e a conversão foram aperfeiçoadas graças à melhoria do marketing digital, da gestão de leads por meio da ROPO (Research Online-Purchase Offline) e da implementação de tarifadores avançados (presente em três países, Espanha, Turquia e Colômbia, e em desenvolvimento no Brasil e Peru). Ao longo do ano, foi trabalhado na criação de um Framework de Mobilidade Corporativa, visando unificar, reutilizar e agilizar a implementação de apps por todos os países.
- > No caso do cliente distribuidor, o foco foi colocado na mobilização da rede comercial e em contar com uma visão de 360° dos clientes. A implementação do CRM corporativo foi impulsionada com dez implementações, com destaque para o impacto da MAPFRE SIGORTA, MAPFRE RE, MAPFRE ESPAÑA e VERTI USA. Os progressos em Big Data também permitiram enriquecer as informações dos clientes para avançar na visão de 720° do cliente.
- > Quanto aos fornecedores, foram implementadas soluções digitais para aumentar sua mobilidade, para que recebam a alocação de serviços diretamente nos seus dispositivos móveis e possam informar sobre o status da prestação de serviços em tempo real.

- > Com relação aos clientes internos ou funcionários, houve um avanço incisivo na implantação da intranet global, com 94,6% dos funcionários ativos, do trabalho remoto e da formação por meio de plataformas digitais.
- > Por fim, foram feitos progressos significativos na digitalização de operações, tendo sido realizadas este ano mais de 8,3 milhões de transações automatizadas.

Qualidade

A fim de avaliar a qualidade percebida pelos clientes, é aplicado o Modelo Global de Mensuração da Experiência do Cliente MAPFRE, que visa:

- > Conhecer de forma constante e com uma metodologia consistente o nível de satisfação do cliente nos diferentes países e negócios.
- > Identificar os aspectos que mais têm impacto na Experiência do Cliente, com o objetivo de melhorá-la.
- > Dotar os países de uma ferramenta para ajudá-los a definir e implementar ações, atribuindo o nível de prioridade mais adequado.
- > Estabelecer metas de melhoria e aspirar a ser referência em Experiência do Cliente, em todos os países e ramos.

O Observatório de Qualidade MAPFRE, responsável por realizar todas as mensurações de qualidade percebida e entregue, por meio de pesquisas aos clientes, em todos os países nos quais a empresa atua, cobrindo todos os ramos de seguro e serviços de Assistência, com uma periodicidade semestral, por meio da análise do indicador Net Promoter Score (NPS®), avaliando a satisfação e os pontos críticos de contato com o cliente.

Os relatórios do Observatório proporcionam dados sobre o nível de experiência do cliente, que ajudam a tomar decisões para as diferentes áreas de negócio.

Além disso, 220 funcionários trabalham no acompanhamento e no controle da qualidade em todo o mundo, sendo que diversas empresas possuem certificações de qualidade, cuja renovação exige a manutenção de padrões elevados no serviço prestado aos clientes.

As principais certificações de qualidade do Grupo correspondem à da norma ISO 9001 no Brasil, na Espanha, na Nicarágua e na Turquia. A MAPFRE RE também possui o certificado ISO 9001. A MAPFRE ASISTENCIA também está certificada nessa norma de qualidade na Argélia, Argentina, Bahrein, Brasil, Chile, China, Colômbia, Equador, Filipinas, Itália, México, República Dominicana, Tunísia, Turquia e Venezuela.

Aquisição e alienação de ações próprias

As operações de compra e venda de ações da MAPFRE S.A. se ajustam ao que foi estabelecido pela norma em vigor, aos respectivos acordos adotados pela Assembleia Geral de Acionistas e à Política de Ações em Tesouraria do Grupo MAPFRE, que regulamenta as medidas relativas a transações com ações da própria Sociedade.

As operações de ações em tesouraria do Grupo MAPFRE têm uma finalidade legítima, respeitando sempre as recomendações sobre operações discricionárias de ações em tesouraria publicadas pela Comissão Nacional do Mercado de Valores.

Entende-se por finalidade legítima:

- > Favorecer a liquidez na negociação e a regularidade na contratação das ações da MAPFRE.
- > Permitir o acesso da MAPFRE aos valores necessários para cumprir eventuais obrigações de entrega de ações próprias derivadas de, entre outras situações, planos de retribuição ou fidelização de acionistas, diretores ou funcionários, e de emissões de títulos ou operações corporativas.

As operações de tesouraria são realizadas sempre em condições que garantam a neutralidade no processo de livre formação do preço da ação da MAPFRE no mercado e com total transparência nas relações com os supervisores e com os órgãos regentes dos mercados. Da mesma forma, as operações de ações em tesouraria nunca são realizadas empregando informações privilegiadas.

A Política de Ações em Tesouraria inclui regras gerais relativas ao volume das transações, ao preço máximo e mínimo dos pedidos e aos limites de execução temporários, entre outras.

Durante o exercício de 2017, foi reduzida a tesouraria em um total 3.988.894 ações próprias que representam 0,1295% do capital, pelo valor de 7.877.560,29 euros. No exercício anterior, foram adquiridas 29.487.334 ações próprias, que representavam 0,9575% do capital, pelo valor de 57.840.843,65 euros, sendo o saldo total, em 31 de dezembro de 2017, de 26.511.106 ações próprias representando 0,8609% do capital, pelo valor de 52.356.075,56 euros.

Outras informações relevantes

Ação da MAPFRE

O quadro a seguir contém informações básicas relativas à ação da MAPFRE no fechamento do exercício de 2017:

Número de ações em circulação

3.079.553.273

 totalmente subscritas e integralizadas

Valor nominal de cada ação:

0,1 euro

Tipo de ação:

Ordinária, escritural. Todas as ações em circulação têm os mesmos direitos políticos e econômicos.

Principais índices da bolsa nos quais a ação está incluída:

- > IBEX 35
- > Dow Jones Stoxx Insurance
- > MSCI Spain
- > FTSE All-World Developed Europe
- > FTSE4Good* e FTSE4Good IBEX*

(*) Índices que avaliam o comportamento das empresas em função de suas ações em favor do desenvolvimento sustentável e do respeito aos Direitos Humanos.

Mercados nos quais está listada:

Bolsas de Madrid e de Barcelona (Mercado Contínuo)

Código ISIN:
ES0124244E34

Durante o exercício de 2017, as ações da MAPFRE S.A. foram negociadas por 257 dias no Mercado Contínuo, com um índice de frequência de 100%. Foram contratados 1.867.798.310 títulos, em contraste com 2.312.308.450 no exercício anterior, com uma redução de 19,2%. O valor efetivo dessas transações subiu para 5,525.5 bilhões de euros, em contraste com 5,211.8 bilhões de euros em 2016, com um aumento de 6%.

No fim de 2017, 6 bancos de negócios espanhóis e internacionais recomendaram a "compra" das ações da Sociedade, contra 3 recomendações de "manter" e 9 de "vender".

VALOR E RENTABILIDADE

A ação teve o comportamento que pode ser visto no quadro a seguir, comparado com o dos dois principais índices de referência (o seletivo IBEX 35 e o setorial Dow Jones Stoxx Insurance):

	1 ano	3 anos	5 anos
MAPFRE	(7,7%)	(4,8%)	15,7%
DJ Stoxx Insurance	6,9%	15,1%	62,8%
IBEX 35	7,4%	(2,3%)	23,0%

No mesmo período, o lucro por ação (BPA) da MAPFRE teve o seguinte comportamento:

	2017	2016	2015	2014	2013
BPA (euros)	0,23	0,25	0,23	0,27	0,26
Aumento	(8,0%)	8,7%	(14,8%)	3,8%	18,2%

Composição acionária e remuneração

No fechamento do exercício de 2017, a Fundación MAPFRE, por meio de sua participação direta e indireta, era titular de 68,3% de ações da Sociedade, enquanto os acionistas espanhóis representavam 10,9% e os acionistas de outros países os 20,8% restantes.

Entre os acionistas espanhóis, 3,4% correspondia a investidores institucionais e 7,5% a investidores não institucionais (fundamentalmente pessoas físicas). Quanto a investidores residentes em outros países, 20,7% pertenciam a investidores institucionais e 0,1% ao restante.

Entre os objetivos estabelecidos para o triênio 2016-2018 está a remuneração adequada de seus acionistas. Além disso, a política de dividendos estabelece que a remuneração ao acionista deve estar vinculada ao lucro, à solvência, à liquidez e aos planos de investimento da Sociedade, e também alinhada aos interesses de todos os seus acionistas. Com caráter geral, o Conselho de Administração submeterá à Assembleia Geral de Acionistas uma distribuição de dividendos de entre 50% e 65% do resultado atribuível (índice de "pay-out").

No exercício de 2017, o Conselho de Administração da MAPFRE concordou em pagar um dividendo ativo dos resultados do exercício de 0,06 euros por ação. O dividendo total pago no ano atingiu 0,145 euros por ação, até alcançar um desembolso total de 446,5 milhões de euros.

A política de dividendos estabelece que a remuneração dos acionistas deve ser vinculada a planos de lucro, solvência, liquidez e de investimento da Sociedade, e alinhados com os interesses de todos os acionistas

O dividendo proposto à Assembleia Geral como dividendo complementar do exercício de 2017 é de 0,085 euros brutos por ação. Portanto, o dividendo total relativo aos resultados do exercício de 2017 sobe para 0,145 euros brutos por ação, o que representa um índice de "pay-out" de 63,7%.

A evolução do dividendo e da rentabilidade por dividendo, calculada com base no preço médio da ação, foi a seguinte:

	2017	2016	2015	2014	2013
Dividendo (euros)	0,145	0,13	0,14	0,14	0,12
Rentabilidade por dividendo	4,9%	5,8%	4,9%	4,7%	4,4%

É importante destacar que, desde o início da crise econômica e financeira em 2007, a MAPFRE aumentou o montante destinado a dividendos em 78%.

Gestão da qualificação creditícia (Rating)

A MAPFRE e suas filiais têm qualificações creditícias das principais agências selecionadas com base em sua presença internacional, relevância para o setor de seguros e os mercados de capitais, bem como pelo seu nível de experiência. Para revisar o perfil de risco de crédito do Grupo, são realizadas reuniões anuais nas quais cada agência recebe informação das unidades de negócio e do Grupo, tanto operacional como financeira. É realizada uma análise, tanto quantitativa como qualitativa, levando em consideração, além da situação financeira do Grupo, outros fatores como a estratégia, a governança corporativa e o ambiente do mercado.

A seguir, detalhamos as qualificações creditícias outorgadas pelas principais agências de qualificação no final dos dois últimos exercícios:

	2017	2016
Standard & Poor's		
MAPFRE S.A. (Classificação de emissor de dívida)	BBB+ Perspectiva estável	BBB+ Perspectiva estável
MAPFRE S.A. (Classificação de dívida sênior)	BBB+	BBB+
MAPFRE S.A. (Classificação de dívida subordinada)	BBB-	BBB-
MAPFRE GLOBAL RISKS (Rating de solidez financeira/contraparte)	A Perspectiva estável	A Perspectiva estável
MAPFRE RE (Rating de solidez financeira/contraparte)	A Perspectiva estável	A Perspectiva estável
Fitch		
MAPFRE S.A. (Classificação de emissor de dívida)	A- Perspectiva positiva	BBB+ (*) Perspectiva estável
MAPFRE S.A. (Classificação de dívida sênior)	BBB+	BBB (*)
MAPFRE S.A. (Classificação de dívida subordinada)	BBB-	BBB- (*)
MAPFRE ESPAÑA (Rating de solidez financeira)	A- Perspectiva positiva	A- (*) Perspectiva estável
MAPFRE VIDA (Rating de solidez financeira)	A- Perspectiva positiva	A- (*) Perspectiva estável
MAPFRE GLOBAL RISKS (Rating de solidez financeira)	A- Perspectiva positiva	A- (*) Perspectiva estável
MAPFRE RE (Rating de solidez financeira)	A- Perspectiva positiva	A- (*) Perspectiva estável
A.M. Best		
MAPFRE RE (Rating de solidez financeira)	A Perspectiva estável	A Perspectiva estável
MAPFRE GLOBAL RISKS (Rating de solidez financeira)	A Perspectiva estável	A Perspectiva estável
Moody's		
MAPFRE GLOBAL RISKS (Rating de solidez financeira)	A3 Perspectiva estável	A3 Perspectiva estável
MAPFRE ASISTENCIA (Rating de solidez financeira)	A3 Perspectiva estável	A3 Perspectiva estável
(*) Não solicitada		

Em 7 de junho de 2017, a Fitch Ratings elevou o rating de emissor da MAPFRE S.A. de "BBB+" para "A-" e ratificou a qualificação de solidez financeira da MAPFRE GLOBAL RISKS, MAPFRE RE, MAPFRE ESPAÑA e MAPFRE VIDA em A-, com perspectiva estável em todos os casos.

Posteriormente, em 26 de julho, a Fitch Ratings confirmou os ratings anteriormente mencionados e elevou a perspectiva para positiva.

Em 11 de agosto de 2017, a agência Standard & Poor's ratificou o rating da MAPFRE S.A. em "BBB+" com perspectiva estável e a qualificação de solidez financeira da MAPFRE RE e da MAPFRE GLOBAL RISKS em "A", em ambos os casos com perspectiva estável.

Em 14 de agosto de 2017, a Moody's confirmou o rating da MAPFRE GLOBAL RISKS e da MAPFRE ASISTENCIA em "A3", com perspectiva estável.

Além disso, em 8 de setembro de 2017, a A.M. Best ratificou a qualificação de solidez financeira da MAPFRE GLOBAL RISKS e MAPFRE RE em "A", em ambos os casos com perspectiva estável.

Plano de transparência ativa

A transparência é um modo de gestão e de relação entre as organizações, seus públicos de interesse e seu ambiente por meio do qual elas se empenham para que suas atividades e processos de tomada de decisões sejam visíveis e compreensíveis. Com esta finalidade, a MAPFRE conta com um Plano de Transparência Ativa, com ações externas e internas que visam aumentar a acessibilidade da empresa e melhorar sua compreensão. Em suma, conseguir que a transparência seja um ativo reconhecível da empresa.

Em 2017, redesenhou a estrutura e todos os conteúdos do site da MAPFRE, melhorando sua acessibilidade, com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre a empresa por meio de sua página na Web. Com isso, conseguiu melhorar a compreensão sobre as informações publicadas, aproximando-a dos diferentes grupos de interesse, avançando, assim, na comunicação corporativa.

Em relação à comunicação de produto, trabalhos tem sido realizados na elaboração dos documentos de informação sobre produtos de seguro Não Vida (PID) com o objetivo de colocá-los à disposição dos clientes antes que sua entrega seja obrigatória, atualizando-os no site para permitir a consulta das Notas Informativas Prévias e desta nova documentação de um modo mais acessível.

Da mesma forma, uma vez que ocorra a adesão da MAPFRE ao "Guia de Boas Práticas no uso terminológico utilizado no documento de informação sobre produtos de seguros Não Vida", elaborado pela UNESPA, será levada em consideração a terminologia estabelecida em tal Guia para a elaboração dos documentos PID e melhoria da clareza da linguagem utilizada na comunicação com os clientes.

Além disso, estão sendo trabalhados os documentos de idoneidade e adequação para produtos do ramo de Vida, que atualmente são disponibilizados em alguns dos seguros de Vida-Poupança e que, em breve, serão emitidos para mais modalidades.

Entre as ações internas, destacam-se a ampliação dos conteúdos da intranet, para tornar mais visíveis e acessíveis assuntos de interesse para os funcionários como as nomeações, resultados de pesquisas de satisfação profissional (Great Place to Work) etc. Nesse sentido, também estão sendo defendidos processos para informar sobre carreiras profissionais, resultados dos processos de mobilidade e seleção e informações sistemáticas dos resultados das pesquisas realizadas e das medidas adotadas em resposta a elas.

Além disso, com o objetivo de transferir as políticas de recursos humanos, foi criado um infográfico sobre promoção, seleção e mobilidade, com outra em andamento relacionada a remunerações.

Desta forma, o plano de transparência ativa avança em sua implementação na Espanha e a expectativa é que seja estendido no futuro para os diferentes países onde a MAPFRE opera.



Volvo Ocean Race 2017

Contribuição econômica para a sociedade

O exercício da atividade de seguros gera um valor econômico direto por meio do fluxo constante de transações realizadas (cobrança de prêmios, pagamento de prestações, gerenciamento de investimentos), que recai em vários aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e social do ambiente no qual a entidade opera.

Da receita consolidada, com cobranças no exercício pelo valor de 27,983.7 bilhões de euros (27,092.1 bilhões de euros em 2016), a MAPFRE contribuiu financeiramente para a sociedade por meio de pagamentos realizados conforme detalhado a seguir.

Conceito	2017	2016	%17/16
Prestações pagas ⁽¹⁾	16.457,5	15.500,4	6,2%
Pagamento a fornecedores ⁽²⁾	6.346,5	7.264,4	(12,6%)
Ordenados e salários, e outros ⁽³⁾	1.541,7	1.548,5	(0,4%)
Subtotal atividade	24.345,7	24.313,3	0,1%
Dividendos ⁽⁴⁾	1.019,5	786,7	29,6%
Subtotal acionistas	1.019,5	786,7	29,6%
Pagamentos líquidos por impostos de renda	497,8	471,5	5,6%
Segurança Social	243,2	235,4	3,3%
Subtotal AP	741,0	706,9	4,8%
Juros pagos	67,9	53,3	27,4%
Outras despesas relacionadas	--	44,1	--
Subtotal de financiamento	67,9	97,4	(30,2%)
Total	26.174,1	25.904,3	1,0%

Valores em milhões de euros

(1) Prestações pagas e gastos relacionados do seguro direto e resseguro aceito.

(2) Inclui o pagamento de comissões e de outros serviços da atividade.

(3) O montante de ordenados e salários chegou a 1,234.9 bilhão de euros em 2017 (1,211.8 bilhão de euros em 2016).

(4) Pagamentos por dividendos realizados no exercício.

Por outro lado, no exercício da atividade seguradora, a entidade adquire compromissos com os segurados em troca da gestão de recursos que são investidos em ativos, fundamentalmente financeiros.

No quadro a seguir, são mostrados dados relativos à entidade como investidora institucional no fechamentos dos últimos exercícios.

Conceito	2017	2016	%17/16
RECURSOS ADMINISTRADOS DE TERCEIROS ⁽¹⁾	39.004,9	38.488,8	1,3%
TOTAL INVESTIMENTOS	44.691,2	45.088,0	(0,9%)
Aplicações financeiras	42.003,2	42.541,0	(1,3%)
Renda fixa	36.961,0	38.399,8	(3,7%)
- Emitida por governos	27.388,4	28.390,2	(3,5%)
- Outros títulos de renda fixa	9.572,6	10.009,6	(4,4%)
Outras aplicações financeiras	5.042,2	4.141,2	21,8%
Imóveis destinados à renda ⁽²⁾	1.250,7	1.274,8	(1,9%)
Outros investimentos	1.437,3	1.272,2	13,0%

Valores em milhões de euros

(1) Provisões técnicas de Vida, fundos de aposentadoria, fundos de investimento e carteiras administradas antes dos ajustes por contabilidade tácita.

(2) Exceto imóveis de uso próprio.

Prazo de pagamento a fornecedores

As características dos pagamentos realizados pelas sociedades espanholas do Grupo, consolidadas pela integração mundial aos fornecedores nos exercícios 2017 e 2016, são detalhadas a seguir.

Conceito	DIAS	
	2017	2016
Período médio de pagamento a fornecedores	4,78	6,06
Proporção de operações pagas	4,58	5,90
Proporção de operações pendentes de pagamento	26,31	23,25

Conceito	MILHÕES DE EUROS	
	2017	2016
Total pagamentos realizados	1.602,55	1.656,56
Total pagamentos pendentes que ultrapassam o prazo máximo legal	14,68	15,79

Outras informações

Outras informações não financeiras do Grupo, que complementam as incluídas no presente Relatório de Gestão, se encontram publicadas no Relatório Integrado da MAPFRE.

Relatório de governança corporativa

A seguir é apresentado o Relatório Anual de Governança Corporativa da Sociedade de acordo com o disposto no artigo 49.4 do Código de Comércio, conforme redução realizada pela Lei 16/2007.

A. Estrutura da propriedade

A.1 Preencha o seguinte campo relativo ao capital social da empresa:

Data da última modificação	Capital social (€)	Número de ações	Número de direitos de voto
01/07/2011	307.955.327,30	3.079.553.273	3.079.553.273

Indique se existem diferentes classes de ações com diferentes direitos associados:

Sim Não

A.2 Descreva os titulares diretos e indiretos com participações significativas, do início de sua sociedade até a data de encerramento do exercício, excluindo-se os conselheiros:

Nome ou denominação social do acionista	Número de direitos de voto diretos	Número de direitos de voto indiretos	% sobre o total de direitos de voto
FUNDACIÓN MAPFRE	0	2.085.104.197	67,708%

Nome ou denominação social do titular indireto da participação	Por meio de: Nome ou denominação social do titular direto da participação	Número de direitos de voto
FUNDACIÓN MAPFRE	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal	2.081.803.920
FUNDACIÓN MAPFRE	FUNDACIÓN CANARIA MAPFRE GUANARTEME	3.300.277

Indique os movimentos mais significativos ocorridos durante o exercício na estrutura acionária:

A.3 Preencha os seguintes campos relativos aos membros do conselho de administração da sociedade que possuam direitos de voto das ações da sociedade:

Nome ou denominação social do conselheiro	Número de direitos de votos diretos	Número de direitos de votos indiretos	% sobre o total de direitos de voto
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	357.485	0	0,01%
ANTONIO NÚÑEZ TOVAR	305.330	0	0,01%
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	1.510	10.000	0,00%
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	200.000	0	0,01%
ADRIANA CASADEMONT I RUHÍ	0	0	0,00%
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	0	2.698	0,00%
GEORG DASCHNER	20.000	0	0,00%
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	23	0	0,00%
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	0	0	0,00%
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	69.977	23	0,00%
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	20.252	0	0,00%
RAFAEL MÁRQUEZ OSORIO	69.804	0	0,00%
FERNANDO MATA VERDEJO	61.956	0	0,00%
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	30.325	2.242	0,00%
ALFONSO REBUelta BADÍAS	20.346	0	0,00%

Nome ou denominação social do titular indireto da participação	Por meio de: Nome ou denominação social do titular direto da participação	Número de direitos de voto
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	OUTROS ACIONISTAS DA SOCIEDADE	10.000
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	OUTROS ACIONISTAS DA SOCIEDADE	2.698
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	OUTROS ACIONISTAS DA SOCIEDADE	23
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	OUTROS ACIONISTAS DA SOCIEDADE	2.242

% total de direitos de voto em poder do conselho de administração 0,03%

Complete os seguintes quadros sobre os membros do conselho de administração da sociedade, que possuam direitos sobre ações da sociedade

A.4 Indique, se for o caso, as relações de índole familiar, comercial, contratual ou societária existentes entre os titulares de participações significativas, na medida em que são conhecidas pela sociedade, exceto as que não tenham importância considerável ou que provenham de transferências ou tráfego comercial ordinário:

A.5 Indique, se for o caso, as relações de índole comercial, contratual ou societária existentes entre os titulares de participações significativas e a sociedade e/ou seu grupo, exceto as que não tenham importância considerável ou provenham de transferência ou tráfego comercial ordinário:

A.6 Indique se foram comunicados à comunidade pactos parasociais que a afetem, conforme estabelecido nos artigos 530 e 531 da Lei de Sociedades de Capital. Se for o caso, descreva-os brevemente e relacione os acionistas vinculados pelo pacto:

Sim Não

Indique se a sociedade sabe da existência de ações combinadas entre seus acionistas. Se for o caso, descreva-as brevemente:

Sim Não

Se, durante o exercício, tiver ocorrido alguma modificação ou ruptura desses pactos, acordos ou ações combinadas, indique-a expressamente:

Não foi feita nenhuma modificação ou ruptura de pactos ou acordos ou ações acordadas.

A.7 Indique se existe alguma pessoa física ou jurídica que exerça ou possa exercer o controle sobre a sociedade, de acordo com o artigo 4 da Lei do Mercado de Valores. Se for o caso, identifique-a:

Sim Não

Nombre o denominación social

FUNDACIÓN MAPFRE

Observaciones

A.8 Preencha os seguintes campos relativos à tesouraria da sociedade:

Na data de fechamento do exercício:

Número de ações diretas	Número de ações indiretas (*)	% total sobre o capital social
26.511.106	0	0,86%

(*) Por meio de:

Detalhe as variações significativas, de acordo com o disposto no Decreto Real 1362/2007, realizadas durante o exercício:

Explique as variações significativas

Venda no mercado de 3.964.371 ações

A.9 Descrição das condições e o prazo do mandato vigente da assembleia de acionistas ao conselho de administração para emitir, recomprar ou transmitir ações próprias:

O Conselho Administrativo conta com autorização vigente da Assembleia Geral para que a Sociedade possa aumentar o capital social, uma ou várias vezes, até um máximo de 153.977.663,65 euros, equivalente a 50 por cento do capital social. A duração da autorização é de cinco anos a partir da data do acordo, firmado no dia 9 de março de 2013.

O Conselho de Administração conta com autorização vigente da Assembleia Geral para que a Sociedade possa realizar, diretamente ou por intermédio de sociedades filiais, a aquisição de ações próprias, subordinando-se aos limites e requisitos a seguir:

a) Modalidades: aquisição por título de compra e venda, ou por qualquer outro ato inter vivos a título oneroso, de ações livres de qualquer carga e avaliação.

b) Número máximo de ações a serem adquiridas: ações cujo valor nominal, somado ao das que a Sociedade e suas filiais já possuem, não exceda 10 por cento do capital social da MAPFRE S.A.

c) Preço mínimo e máximo de aquisição: 90 por cento e 110 por cento, respectivamente, do seu valor de cotação na data de aquisição.

d) Duração da autorização: cinco anos a partir da data do acordo, firmado no dia 11 de março de 2016. As ações adquiridas poderão ser destinadas como um todo ou em parte: (i) à sua alienação ou amortização, (ii) à sua entrega a colaboradores, empregados ou administradores da Sociedade ou do seu grupo, na presença de direito reconhecido, seja diretamente ou em consequência do exercício dos direitos de opção dos quais esses sejam os titulares, para os fins previstos no último parágrafo do artigo 146, seção 1ª, letra a), do Texto Reformulado da Lei de Sociedades de Capital, e (iii) para planos de reinvestimento de dividendos ou instrumentos análogos.

A.9.bis Capital fluante estimado:

	%
Capital Flutuante estimado	31,40

A.10 Indique se existe qualquer restrição à transmissibilidade de valores e/ou qualquer restrição ao direito de voto. Particularmente, será comunicada a existência de qualquer tipo de restrição que possa dificultar a tomada de controle da sociedade por meio da aquisição de suas ações no mercado.

Sim Não

A.11 Indique se a assembleia geral concordou em adotar medidas de neutralização diante de uma oferta pública de aquisição, em virtude do disposto na Lei 6/2007.

Sim Não

Se for o caso, explique as medidas aprovadas e os termos conforme os quais se produzirá a ineficiência das restrições:

A.12 Indique se a sociedade emitiu valores que não são negociados em um mercado regulamentado comunitário.

Sim Não

Se for o caso, indique os diferentes tipos de ação e, para cada tipo de ação, os direitos e obrigações correspondentes.

B. Assembleia geral

B.1 Indique e, se for o caso, informe se existem diferenças no regime de mínimos previsto na Lei de Sociedades de Capital (LSC) em relação ao quorum de constituição da assembleia geral.

Sim Não

B.2 Indique e, se for o caso, descreva as diferenças existentes em relação ao regime previsto na Lei de Sociedades de Capital (LSC) para a adoção de acordos sociais:

Sim Não

Descreva qual é a diferença em relação ao regime previsto na LSC.

	Majoria reforçada diferente da estabelecida no artigo 201.2 LSC para os casos do 194.1 LSC	Outras hipóteses de maioria reforçada
% estabelecido pela entidade para a adoção de acordos	0,00	50,01

Descreva as diferenças

A Lei de Sociedades de Capital, em seu artigo 201, estabelece que, para a adoção dos acordos especificados no artigo 194, se o capital presente ou representado for superior a 50 por cento, a maioria absoluta basta para que o acordo seja adotado. Porém, será exigido o voto favorável de dois terços do capital presente ou representado na assembleia, se participarem da segunda convocatória acionistas que representem 25 por cento ou mais do capital subscrito com direito de voto, sem atingir 50 por cento.

Na segunda convocatória, será suficiente a presença de 25 por cento desse capital.

Em conformidade com o previsto no artigo 26 dos Estatutos Sociais, para a modificação dos preceitos estatutários contidos no Título IV "Proteção do Interesse Geral da Sociedade" (artigos 26 a 29), é necessário o acordo adotado com o voto favorável de mais de cinquenta por cento do capital social na Assembleia Geral Ordinária, convocada especialmente para esse fim.

B.3 Indique as normas aplicáveis à modificação dos estatutos da sociedade. Particularmente, serão comunicadas as maiorias previstas para a modificação dos estatutos, bem como, se for o caso, as normas previstas para a tutela dos direitos dos sócios na modificação dos estatutos.

Não existem especialidades diferentes das estabelecidas pela legislação vigente para a modificação de estatutos da sociedade, exceto para a modificação dos artigos 26 a 29 (Título IV- Proteção do Interesse Geral da Sociedade). Como consta na seção B.2 anterior, é necessário que o acordo seja firmado com o voto favorável de mais de cinquenta por cento do capital social em Assembleia Geral Extraordinária convocada para essa finalidade.

B.4 Indique os dados de participação nas assembleias gerais realizadas no exercício ao qual se refere este relatório, bem como os do exercício anterior:

DATA DA ASSEMBLEIA GERAL	DADOS DE ASSISTÊNCIA				TOTAL
	% DE PRESENCIA FÍSICA	% EM REPRESENTAÇÃO	% VOTO À DISTÂNCIA		
			Voto eletrônico	Outros	
11/03/2016	68,66	13,41	0,00	0,69	82,76
10/03/2017	68,88	13,42	0,00	0,90	83,20

B.5 Indique se existe alguma restrição que estabeleça um número mínimo de ações necessárias para participar da assembleia geral:

Sim Não

Número de ações necessárias para participar da assembleia geral 1.000

B.6 Parágrafo revogado.

B.7 Indique o endereço e o modo de acesso ao site da empresa para obter informações sobre governança corporativa e outras informações sobre as assembleias gerais a serem disponibilizadas para os acionistas por meio do site da Sociedade.

O acesso é o seguinte: www.mapfre.com

Seção de Acionistas e Investidores.

C. Estrutura da administração da sociedade

C.1 Conselho de administração

C.1.1 Números máximo e mínimo de conselheiros previsto nos estatutos sociais:

Número máximo de conselheiros	20
Número mínimo de conselheiros	5

C.1.2 Preencha o seguinte campo com os membros do conselho:

Nome ou denominação social do conselheiro	Representante	Categoria do conselheiro	Cargo no conselho	Data da Primeira nom.	Data da Última nom.	Procedimento
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS		Executivo	PRESIDENTE	29/12/2006	14/03/2014	Acordo assembleia geral de acionistas
ANTONIO NÚÑEZ TOVAR		Executivo	1º VICE-PRESIDENTE	05/03/2011	13/03/2015	Acordo assembleia geral de acionistas
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS		Independente	SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	30/10/2013	14/03/2014	Acordo assembleia geral de acionistas
IGNACIO BAEZA GÓMEZ		Executivo	VICE-PRESIDENTE 3º	08/03/2008	11/03/2016	Acordo assembleia geral de acionistas
ADRIANA CASADEMONT I RUHÍ		Independente	CONSELHEIRO	09/03/2013	10/03/2017	Acordo assembleia geral de acionistas
JOSE ANTONIO COLOMER GUIU		Independente	CONSELHEIRO	9/02/2016	11/03/2016	Acordo assembleia geral de acionistas
GEORG DASCHNER		Independente	CONSELHEIRO	10/02/2015	13/03/2015	Acordo assembleia geral de acionistas
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ		Independente	CONSELHEIRO	26/07/2016	10/03/2017	Acordo assembleia geral de acionistas
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA		Independente	CONSELHEIRO	23/07/2015	11/03/2016	Acordo assembleia geral de acionistas
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ		Dominical	CONSELHEIRO	17/04/1999	13/03/2015	Acordo assembleia geral de acionistas
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES		Executivo	CONSELHEIRO	10/03/2017	10/03/2017	Acordo assembleia geral de acionistas
RAFAEL MÁRQUEZ OSORIO		Dominical	CONSELHEIRO	29/12/2006	29/12/2014	Acordo assembleia geral de acionistas
FERNANDO MATA VERDEJO		Executivo	CONSELHEIRO	01/01/2017	10/03/2017	Acordo assembleia geral de acionistas
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO		Dominical	CONSELHEIRO	17/04/1999	13/03/2015	Acordo assembleia geral de acionistas
ALFONSO REBUelta BADÍAS		Dominical	CONSELHEIRO	17/04/1999	13/03/2015	Acordo assembleia geral de acionistas

Número total de conselheiros	15
-------------------------------------	----

Indique as destituições ocorridas no conselho de administração durante o período a ser informado:

Nome ou denominação social do conselheiro	Categoria do conselheiro no momento da destituição	Data de saída
RAFAEL BECA BORREGO	Independente	1/1/2017
RAFAEL CASAS GUTIÉRREZ	Executivo	1/1/2017
ANDRÉS JIMÉNEZ HERRADÓN	Dominical	22/2/2017
ESTEBAN TEJERA MONTALVO	Executivo	1/1/2017
ADRIANA CASADEMONT I RUHÍ	Independente	31/12/2017

C.1.3 Preencha os seguintes campos relativos aos membros do conselho e sua diferente categoria:

CONSELHEIROS EXECUTIVOS

Nome ou denominação social do conselheiro	Cargo no organograma da sociedade
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	PRESIDENTE
ANTONIO NÚÑEZ TOVAR	1º VICE-PRESIDENTE
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	VICE-PRESIDENTE 3º
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	CONSELHEIRO
FERNANDO MATA VERDEJO	CONSELHEIRO

Número total de conselheiros executivos	5
% sobre o total do conselho	33,33%

CONSELHEIROS EXTERNOS DOMINICAIS

Nome ou denominação social do conselheiro	Nome ou denominação do acionista significativo a quem representa ou que propôs sua nomeação
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal
RAFAEL MÁRQUEZ OSORIO	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal
ALFONSO REBUelta BADÍAS	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal

Número total de conselheiros dominicais	4
% sobre o total do conselho	26,67%

CONSELHEIROS EXTERNOS INDEPENDENTES

Nome ou denominação do conselheiro:

ADRIANA CASADEMONT I RUHÍ

Perfil:

Licenciada em ciências empresariais pela Universidade Autônoma de Barcelona, formada em comunicação e relações públicas pela Universidade de Girona e mestra em marketing estratégico pela ESADE. Ocupa diferentes cargos de alto escalão de representação e de diretoria em entidades do setor agroalimentar e em instituições educativas.

Nome ou denominação do conselheiro:

JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU

Perfil:

Formado em administração de empresas pela Escola Superior de Administração e Direção de Empresas de Barcelona. Presidente do conselho de administração da ADOPEM, S.A. E vogal dos seus comitês de auditoria, riscos e nomeações e retribuições. Presidente do conselho de administração da MICRO-SERFIN, S.A. E vogal de seus comitês de riscos, nomeações e retribuições e governança corporativa.

Nome ou denominação do conselheiro:

GEORG DASCHNER

Perfil:

Carreira profissional em MUNICH RE (1965-2014): presidente da Munchener da Venezuela (1983-1988), presidente da filial Espanha e Portugal (2000-2003), membro da assembleia executiva do grupo MUNICH RE diretamente responsável pelas áreas de negócios Europa e América latina (2003-2014).

Nome ou denominação do conselheiro:

ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ

Perfil:

Licenciada e doutora em ciências econômicas e empresariais pela Universidade de Oviedo. Membro do comitê consultivo de Corporate Reporting da Autoridade Europeia de Valores e vogal do Patronato da Fundação Princesa de Asturias e da Fundação Banco de Sabadell. Além disso, é docente de economia financeira da Universidade de Oviedo e professora de finanças no CUNEF.

Nome ou denominação do conselheiro:

MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA

Perfil:

Formada em engenharia de produto e mestre em administração de empresas (MBA). É diretora do centro de pesquisa estratégica da INSPER e sócia da Prada Assessoria.

Nome ou denominação do conselheiro:

CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS

Perfil:

FORMADA EM DIREITO. ADVOGADA DO ESTADO EM LICENÇA.

Número total de conselheiros independentes	6
% total do conselho	40,00%

Indique se algum conselheiro qualificado como independente recebe da sociedade, ou do seu mesmo grupo, qualquer quantia ou benefício relativo a um conceito diferente da remuneração de conselheiro, ou se mantém ou manteve, durante o último exercício, uma relação comercial com a sociedade ou com qualquer sociedade do seu grupo, seja em nome próprio ou como acionista significativo, conselheiro ou diretor executivo de uma entidade que mantenha ou tenha mantido essa relação.

Nenhum conselheiro qualificado como independente recebe da Sociedade, ou do Grupo, nenhum valor ou benefício por um conceito diferente da remuneração de conselheiro.

Se for o caso, deve-se incluir uma declaração motivada do conselho sobre as razões pela quais considera que esse conselheiro é capaz de desempenhar suas funções como conselheiro independente.

OUTROS CONSELHEIROS EXTERNOS

Os outros conselheiros externos serão identificados e serão detalhados os motivos pelos quais não possam ser considerados dominicais ou independentes e seus vínculos, sejam eles com a sociedade, seus diretores ou seus acionistas:

Indique as variações, dependendo do caso, produzidas durante o período na categoria de cada conselheiro:

C.1.4 Preencha o seguinte quadro com as informações relativas ao número de conselheiras durante os últimos 4 exercícios, assim como a natureza dessas conselheiras:

	NÚMERO DE CONSELHEIRAS				% SOBRE O TOTAL DE CONSELHEIROS DE CADA TIPO			
	Exercício 2017	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2014	Exercício 2017	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2014
Executiva	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Dominical	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Independente	4	4	3	2	66,67%	57,14%	42,86%	33,33%
Outras Externas	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	4	4	3	2	26,67%	23,53%	16,67%	11,11%

C.1.5 Explique as medidas que, dependendo do caso, tiverem sido adotadas para procurar incluir no conselho de administração um número de mulheres que permita atingir uma presença equilibrada de mulheres e homens.

Explicação das medidas

Os Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE, aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE no dia 24 de junho de 2015, estabelecem expressamente que o Conselho de Administração da MAPFRE desenvolverá um plano de cobertura de vagas que garanta a idoneidade dos seus candidatos baseado nas suas competências e origens profissionais e geográficas, bem como uma presença suficiente de membros de ambos os sexos.

Além disso, estabelece que os órgãos competentes das sociedades do Grupo procurarão garantir a igualdade de oportunidade dos candidatos para as vagas que surgirem, independentemente do seu sexo, procurando obter uma presença efetiva de conselheiros de ambos os sexos.

Por outro lado, na Política de Seleção de Conselheiros, fica expressamente estabelecido que, no processo de seleção, deve-se sempre evitar qualquer tipo de viés implícito que possa implicar discriminações e, em particular, que impeça a seleção de pessoas de um ou outro sexo. Inclui também o compromisso de tentar fazer com que no ano 2020 o número conselheiras represente, no mínimo, trinta por cento do total de membros do Conselho de Administração.

C.1.6 Explique as medidas estipuladas, conforme o caso, pela comissão de nomeações para que os procedimentos de seleção não contenha distorções implícitas que impeçam a seleção de conselheiras e para que a empresa busque deliberadamente e inclua entre os candidatos em potencial mulheres que possuam o perfil profissional buscado:

Explicação das medidas

O Comitê de Nomeações e Retribuições deve procurar garantir que, no processo de seleção de candidato, seja evitado, em todos os casos, qualquer tipo de viés implícito que possa implicar discriminações e, especialmente, que impeça a seleção de pessoas de um ou outro sexo.

No exercício de 2015, o Comitê de Nomeações e Retribuições aprovou um plano de renovação do Conselho de Administração, no qual foram estabelecidos os passos a serem seguidos no período 2015-2020, com o objetivo de adaptar a estrutura do Conselho de Administração aos novos requisitos legais e às recomendações presentes no novo Código Unificado de Boa Governança da Comissão Nacional de Mercado de Valores.

Se, apesar das medidas adotadas em cada caso, o número de conselheiras for escasso ou nulo, explique o porquê:

Explicação dos motivos

Não aplicável

C.1.6bis Explique as conclusões da comissão de nomeações sobre a verificação do cumprimento da política de seleção de conselheiros. E, particularmente, sobre como esta política está promovendo o objetivo de que no ano de 2020 o número de conselheiras represente, no mínimo, 30 por cento do total de membros do conselho de administração.

Explicação das conclusões

A Política de Seleção de Conselheiros da MAPFRE tem como objetivo garantir que as propostas de nomeação e reeleição de conselheiros sejam baseadas em uma análise prévia das necessidades do Conselho de Administração e no favorecimento da diversidade de conhecimentos, experiências e gêneros em seu interior. Inclui expressamente o compromisso de tentar fazer com que, no ano de 2020, o número de conselheiras represente, no mínimo, trinta por cento do total de membros do Conselho de Administração. Em conformidade com este compromisso, em 21 de dezembro de 2017 foi designada a Sra. María Pilar Perales Viscasillas como conselheira independente, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018, em substituição à Sra. Adriana Casademont i Ruhí, devido à sua renúncia a este cargo a partir de 31 de dezembro de 2017.

Além disso, assim como indicado no parágrafo C.1.6, o Comitê de Nomeações e Retribuições aprovou um plano de renovação do Conselho de Administração que inclui medidas concretas para promover o objetivo de que, no ano de 2020, o número de conselheiras represente pelo menos 30 por cento dos membros do Conselho de Administração.

O Comitê de Nomeações e Retribuições considerou adequado o cumprimento da Política de Seleção de Conselheiros durante o exercício de 2017. É importante destacar que, com a redução do número de membros do Conselho em tal exercício, a porcentagem de conselheiras aumentou de 23,53% em 2016 para 26,67% em 2017.

C.1.7 Explique a forma de representação no conselho dos acionistas com participações significativas.

Os acionistas com participações significativas (veja a seção A.2 deste Relatório) possuem conselheiros dominicais designados no Conselho de Administração da Sociedade. O detalhamento dos conselheiros externos dominicais foi fornecido na seção C.1.3 anterior.

C.1.8 Explique, se for o caso, as razões pelas quais foram nomeados conselheiros dominicais a pedido de acionistas com participação acionária inferior a 3 por cento do capital:

Indique se não foram atendidas solicitações formais de presença no conselho procedentes de acionistas cuja participação acionária é igual ou superior à de outros a cuja instância tenham sido designados conselheiros dominicais. Se for o caso, explique as razões pelas quais não foram atendidas:

Sim Não

C.1.9 Indique se algum conselheiro encerrou seu cargo antes do término do seu mandato, se e de que forma explicou suas razões ao conselho e, caso tenha feito isso por escrito ao conselho como um todo, explique, em seguida, os motivos dados:

Nome do conselheiro:

ESTEBAN TEJERA MONTALVO

Renuncia a seus cargos no Conselho de Administração em função de sua aposentadoria.

Explicou os motivos de sua renúncia por meio de carta dirigida a todos os membros do Conselho de Administração.

RAFAEL CASAS GUTIÉRREZ

Renuncia a seus cargos no Conselho de Administração em função de sua aposentadoria.

Explicou os motivos de sua renúncia por meio de carta dirigida a todos os membros do Conselho de Administração.

ANDRÉS JIMÉNEZ HERRADÓN

Renuncia a seus cargos no Conselho de Administração em função do cumprimento de cinco anos desde sua destituição do cargo de executivo, em aplicação das normas de boa governança da entidade.

Explicou os motivos de sua renúncia por meio de carta dirigida a todos os membros do Conselho de Administração.

RAFAEL BECA BORREGO

Motivo da destituição:

Renuncia a seus cargos no Conselho de Administração por motivos de caráter pessoal e profissional que o impediram de exercer o cargo com a devida dedicação.

Explicou os motivos de sua renúncia por meio de carta dirigida a todos os membros do Conselho de Administração.

C.1.10 Indique, caso existam, seus poderes delegados, ou os do(s) conselheiro(s) delegado(s):

C.1.11 Identifique, se for o caso, os membros do conselho que assumem cargos de administradores ou diretores em outras empresas do grupo da sociedade cotada:

Nome ou denominação social do conselheiro	Razão social da entidade do grupo	Cargo	Tem funções executivas?
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	PRESIDENTE	NÃO
ANTONIO NÚÑEZ TOVAR	MAPFRE VIDA. S.A. DE SEGUROS E RESSEGUROS SOBRE A VIDA HUMANA	PRESIDENTE	NÃO
ANTONIO NÚÑEZ TOVAR	MAPFRE INMUEBLES S.G.A., S.A.	ADMINISTRADOR SOLIDÁRIO	NÃO
ANTONIO NÚÑEZ TOVAR	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A	PRESIDENTE	NO
	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A	PRESIDENTE	NÃO
ANTONIO NÚÑEZ TOVAR	MAPFRE INTERNACIONAL. S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A	CONSELHEIRA	NÃO
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	MAPFRE GLOBAL RISKS, COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS E RESSEGUROS S.A.	PRESIDENTE	SIM
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	MAPFRE ASISTENCIA, COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS E RESSEGUROS. S.A.	PRESIDENTE	NÃO
SR. IGNACIO BAEZA GÓMEZ	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
ADRIANA CASADEMONT I RUHÍ	MAPFRE ASISTENCIA, COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS E RESSEGUROS. S.A.	CONSELHEIRA	NÃO
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	MAPFRE ESPANHA, COMPANHIA DE SEGUROS E RESSEGUROS S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	MAPFRE GLOBAL RISKS, COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS E RESSEGUROS S.A.U.	CONSELHEIRA	NÃO
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSEJERA	NO
	BB MAPFRE SH2 PARTICIPAÇÕES, S.A.	CONSEJERA	NO
	CONSELHEIRA	NÃO	NO
SRA. MARIA LETICIA DE FREITAS COSTA	BB MAPFRE SH1 PARTICIPAÇÕES S.A.	CONSELHEIRA	NÃO
SRA. MARIA LETICIA DE FREITAS COSTA	BB MAPFRE SH2 PARTICIPAÇÕES S.A.	CONSELHEIRA	NÃO
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	MAPFRE VIDA. S.A. DE SEGUROS E RESSEGUROS SOBRE A VIDA HUMANA	2º VICE-PRESIDENTE	NÃO
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	MAPFRE ESPANHA, COMPANHIA DE SEGUROS E RESSEGUROS S.A.	2º VICE-PRESIDENTE	NÃO
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
SR. FRANCISCO JOSE MARCO ORENES	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A	CONSELHEIRO	NÃO
RAFAEL MÁRQUEZ OSORIO	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A	CONSELHEIRO	NÃO
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE ESPANHA, COMPANHIA DE SEGUROS E RESSEGUROS S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A	CONSELHEIRO	NÃO
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE VIDA. S.A. DE SEGUROS E RESSEGUROS SOBRE A VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	NÃO
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	MAPFRE ESPANHA, COMPANHIA DE SEGUROS E RESSEGUROS S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	MAPFRE ASISTENCIA, COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS E RESSEGUROS. S.A.	VICE-PRESIDENTE	NÃO
ALFONSO REBUelta BADÍAS	MAPFRE GLOBAL RISKS, COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS E RESSEGUROS S.A.U.	VICE-PRESIDENTE	NÃO
ALFONSO REBUelta BADÍAS	MAPFRE INTERNACIONAL. S.A.	CONSELHEIRO	NÃO

C.1.12 Descreva, se for o caso, os conselheiros da sua sociedade que forem membros do conselho de administração de outras empresas cotadas em mercados oficiais de valores diferentes do seu grupo, que tenham sido informadas à sociedade:

Nome ou denominação social do conselheiro	Razão social da entidade do grupo	Cargo
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	ACS, ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS, S.A.	CONSELHEIRA

C.1.13 Indique e, se for o caso, explique se a sociedade estabeleceu regras sobre o número de conselhos dos quais seus conselheiros podem participar:

Sim Não

Explicação das regras

De acordo com o artigo 4 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, nenhum conselheiro poderá ser membro, ao mesmo tempo, de mais de cinco Conselhos de Administração de entidades não pertencentes ao Grupo, exceto das sociedades pessoais ou familiares.

C.1.14 Parágrafo revogado.

C.1.15 Indique a remuneração global do conselho de administração:

Remuneração do conselho de administração (milhares de euros)	8.718
Montante dos direitos acumulados pelos atuais conselheiros em matéria de aposentadoria (milhares de euros)	19.376
Montante dos direitos acumulados pelos atuais conselheiros antigos em matéria de aposentadoria (milhares de euros)	0

C.1.16 Identifique os membros da diretoria executiva que não forem conselheiros executivos e indique a remuneração total paga a eles durante o exercício:

Nome ou denominação social	Cargo
ÁNGEL LUIS DÁVILA BERMEJO	SECRETÁRIO GERAL - DIRETOR GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
SR. JOSÉ LUIS GURTUBAY FRANCIA	DIRETOR GERAL ADJUNTO DA ÁREA CORPORATIVA DE ESTRATÉGIA E M&A
JOSÉ MANUEL MURIES NAVARRO	DIRETOR GERAL DE AUDITORIA INTERNA
JOSÉ LUIS JIMÉNEZ GUAJARDO-FAJARDO	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE INVESTIMENTOS
SRA. ELENA SANZ ISLA	DIRETORA GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE RECURSOS HUMANOS
Remuneração total da diretoria executiva (em milhares de euros)	2.570

C.1.17 Indique, se for o caso, a identidade dos membros do conselho que forem, por sua vez, membros do conselho de administração das empresas acionistas significativas e/ou em entidades do seu grupo:

Nome ou denominação social do conselheiro	Denominação social do acionista significativo	Cargo
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal	PRESIDENTE
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal	CONSELHEIRO
FERNANDO MATA VERDEJO	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal	CONSELHEIRO
ANTONIO NÚÑEZ TOVAR	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal	CONSELHEIRO

Detalhe, se for o caso, as relações relevantes diferentes das contempladas na epígrafe anterior dos membros do conselho de administração que os vinculem aos acionistas significativos e/ou entidades do seu grupo:

C.1.18 Indique se houve alguma mudança no regulamento do conselho durante o exercício:

Sim Não

Descrição das modificações

Em 7 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração concordou em modificar, a partir de 10 de março de 2017, os artigos 10º e 12º do Regulamento de tal órgão, reguladores do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Conformidade, respectivamente, a fim de atribuir as faculdades do Comitê de Riscos e Conformidade em matéria de conformidade e governança corporativa ao Comitê de Auditoria, assim como em modificar a denominação do primeiro pela do Comitê de Riscos e do segundo pela do Comitê de Auditoria e Conformidade.

C.1.19 Indique os procedimentos de seleção, nomeação, reeleição, avaliação e remoção dos conselheiros. Detalhe os órgãos competentes, os trâmites a serem seguidos e os critérios a serem empregados em cada procedimento.

As pessoas às quais for oferecido o cargo de conselheiro da MAPFRE S.A. ou de uma sociedade filial deverão fazer uma Declaração Prévia, veraz e completa de suas circunstâncias pessoais, familiares, profissionais ou empresariais pertinentes, indicando, principalmente: (i) as pessoas ou entidades que tiverem, em relação a si, a condição de pessoas vinculadas, conforme previsto na legislação vigente; (ii) circunstâncias que puderem implicar causa de incompatibilidade conforme as leis, os Estatutos Sociais e o Regulamento do Conselho de Administração, ou uma situação de conflito de interesses; (iii) suas demais obrigações profissionais, caso possa interferir na dedicação exigida pelo cargo; (iv) causas penais nas quais aparecer como réu ou processado; e (v) qualquer outro fato ou situação

que lhe afete e que possa ser relevante para sua atuação como Conselheiro. Essa declaração será efetuada de acordo com os modelos estabelecidos pela MAPFRE para esse efeito e incluirá uma aceitação expressa das normas contidas nos Estatutos Sociais e demais regulamentação interna, bem como na legislação vigente.

As pessoas que desempenharem o cargo de conselheiro devem ter integridade reconhecida em sua atividade profissional e comercial, bem como a qualificação ou experiências profissionais necessárias, nos termos exigidos pelas leis para instituições financeiras ou seguradoras, sujeitas à supervisão pela Administração Pública.

Especialmente, não pode ser membro do Conselho de Administração quem tiver participações acionárias significativas ou prestar serviços profissionais a empresas concorrentes da Sociedade ou de qualquer entidade do Grupo, nem for funcionário, executivo ou administrador dessas empresas ou entidades, a menos que obtenha autorização expressa do Conselho de Administração.

– A formulação das propostas de nomeação ou reeleição de Conselheiros Independentes deverá ser precedida de uma proposta correspondente do Comitê de Nomeações e Retribuições.

As propostas de reeleição dos referidos conselheiros deverão incluir uma avaliação do desempenho dos cargos pelos conselheiros durante o mandato precedente e, se for o caso, dos cargos que os candidatos tenham desempenhado no seio do Conselho, levando em consideração ou avaliando a quantidade e a qualidade do trabalho realizado por eles, além da sua dedicação ao cargo.

– A formulação das propostas de nomeação ou reeleição pelo Conselho de Administração deverá ser precedida:

a) No caso dos Conselheiros Dominicais, da oportuna proposta do acionista que respalde sua designação ou reeleição.

b) No caso de Conselheiros Executivos, bem como do Secretário, seja ou não Conselheiro, da oportuna proposta do Presidente do Conselho de Administração.

Além disso, ambos os tipos de propostas deverão ser precedidas do relatório correspondente do Comitê de Nomeações e Retribuições.

– As propostas de reeleição dos Conselheiros Dominicais e Executivos deverão ser precedidas de um relatório emitido pelo Comitê de Nomeações e Retribuições, que deverá incluir uma avaliação do desempenho dos cargos pelos conselheiros durante o mandato precedente e, se for o caso, dos cargos que os candidatos tiverem desempenhado dentro do Conselho,

levando em consideração ou avaliando a quantidade e a qualidade do trabalho realizado por eles, além da sua dedicação ao cargo.

– De qualquer forma, a formulação de candidaturas para a nomeação e a reeleição de Conselheiros deverá estar acompanhada de um relatório justificativo do Conselho no qual a competência, experiência e méritos do candidato sejam avaliados.

O Conselho de Administração não proporá à Assembleia Geral a destituição de nenhum conselheiro independente antes do cumprimento do prazo para o qual houver sido escolhido, a menos que exista uma causa que justifique isso aprovada pelo Conselho de Administração com relatório prévio do Comitê de Nomeações e Retribuições. Particularmente, a rescisão proposta será considerada justificada quando o Conselheiro tiver violado os deveres inerentes ao cargo, deixado de cumprir qualquer um dos requisitos estabelecidos para os Conselheiros Independentes ou tiver incorrido em um conflito insuperável de interesse conforme o estabelecido na legislação vigente.

C.1.20 Explique em que medida a avaliação anual do conselho levou a grandes mudanças na sua organização interna e nos procedimentos aplicáveis às suas atividades:

Descrição das modificações

No exercício de 2016, o Conselho de Administração contratou um especialista independente de reconhecido prestígio para que o auxiliasse na avaliação do funcionamento do Conselho e de suas comissões, assim como do Presidente do Conselho. Em conformidade com o resultado da autoavaliação anual, no exercício de 2017, o Conselho de Administração realizou as seguintes ações:

– Foi aumentado o nível de participação de todos os Conselheiros nas reuniões dos órgãos de governança, reduzindo o tempo dedicado às apresentações e aumentando o tempo dedicado ao debate, antecipando, em grande medida, os efeitos da disponibilização da documentação das reuniões.

– Foi reforçada a sessão estratégica das reuniões do Conselho com o propósito de dedicar mais tempo de forma monográfica, fomentando, assim, o debate.

– Foi aumentado o tempo dedicado à análise e ao debate de temas de negócio, assim como o acompanhamento do plano estratégico, além da necessária análise dos temas regulatórios.

C.1.20.bis Descreva o processo de avaliação e as áreas avaliadas que o conselho de administração realizou com a ajuda, se for o caso, de um consultor externo com relação à diversidade na sua composição e nas suas competências, ao funcionamento e à composição das suas ações, do desempenho do presidente do conselho de administração e do primeiro executivo da sociedade e do desempenho e a contribuição de cada conselheiro.

De acordo com o estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, o Conselho realiza, a cada ano, uma avaliação da qualidade do seu trabalho, da atuação do Presidente, baseada no relatório formulado pelo Comitê de Nomeações e Retribuições para este fim, e do funcionamento da sua Comissão e dos Comitês Delegados e propõe, se for o caso, um plano de ação para a correção das falhas detectadas.

No primeiro semestre do exercício de 2018, a Comissão Delegada e os Comitês de Auditoria e Conformidade, Nomeações e Retribuições e Riscos formularão seus respectivos relatórios de autoavaliação em relação à sua composição e funcionamento durante o exercício de 2017. Do mesmo modo, o Conselho de Administração realizará a avaliação de sua composição e funcionamento durante o exercício de 2017, assim como de sua Comissão e Comitês Delegados sobre a base dos relatórios anteriores.

Por outro lado, o Conselho de Administração, antes do relatório do Comitê de Nomeações e Retribuições, realizou a avaliação da atuação do Presidente da MAPFRE durante o exercício de 2017, concluindo que tal avaliação foi muito favorável em todos os aspectos.

C.1.20.ter Informe detalhes, se for o caso, das relações de negócio que o consultor ou qualquer sociedade do seu grupo mantenha com a sociedade ou qualquer sociedade do seu grupo.

Não há.

C.1.21 Indique as circunstâncias nas quais os conselheiros devem ser demitidos.

Conforme estabelecido nos Estatutos Sociais, no Regulamento do Conselho de Administração e nos Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE, todos os membros do Conselho de Administração cessarão aos 70 anos, sendo que, para isso, deverão apresentar o pedido de demissão correspondente. O Presidente, os Vice-Presidentes e os Conselheiros que exercerem funções executivas e o Secretário do Conselho deverão aposentar-se desses cargos aos 65 anos de idade, ou na data anterior prevista em seus respectivos contratos, devendo ser tramitadas as renúncias correspondentes, mas poderão continuar a ser membros do Conselho sem funções executivas por um máximo de cinco anos, sob as mesmas condições que os conselheiros externos dominicais.

Os Conselheiros deverão colocar à disposição do Conselho de Administração todos os seus cargos, incluindo os que desempenharem na Comissão e nos Comitês Delegados, e formalizar as demissões correspondentes se o Conselho de Administração julgar conveniente, nos seguintes casos:

a) Quando forem removidos dos cargos executivos aos quais estiverem associadas suas nomeações como membros desses órgãos de governança.

b) Se estiverem envolvidos em alguma das causas de incompatibilidade ou proibição legalmente previstos.

c) Se forem processados ou levados à justiça por um fato supostamente delitivo, ou se forem objeto de um processo disciplinar por falta grave ou muito grave instruído pelas autoridades supervisoras.

d) Quando forem seriamente repreendidos pelo Comitê de Auditoria e Conformidade por terem infringido suas obrigações como conselheiros.

e) Se forem afetados por eventos ou circunstâncias devido aos quais sua permanência nesses órgãos de governança possa prejudicar a credibilidade e a reputação da Entidade ou ameaçar seus interesses. Quando tais fatos ou circunstâncias forem conhecidos ou públicos, o Comitê de Nomeações e Retribuições, com a aprovação da maioria dos seus membros, poderá solicitar a renúncia do Conselheiro envolvido.

f) Se desaparecerem as razões, caso existam expressamente, pelas quais foram nomeados.

A disponibilização desses cargos será formalizada por meio de carta dirigida a todos os membros do Conselho de Administração.

Os Conselheiros que, no momento de sua nomeação, não desempenharem cargos ou funções executivas na Sociedade, ou em outra entidade do Grupo, não poderão desempenhá-las, a não ser que renunciem previamente ao seu cargo de Conselheiro, sem prejuízo de que, posteriormente, continuem sendo elegíveis para esse cargo.

Os Conselheiros Dominicais também deverão apresentar sua dimensão quando o acionista que os tiver designado vender sua participação acionária.

Se um acionista reduzir sua participação acionária, os Conselheiros Dominicais designados por ele deverão resignar em número proporcional.

Os Conselheiros Independentes da MAPFRE também deverão apresentar sua renúncia quando cumprirem doze anos de permanência ininterrupta no cargo.

C.1.22 Parágrafo revogado.

C.1.23 São necessárias maiorias qualificadas, diferentes das legais, para qualquer tipo de decisão?:

Sim Não

Se for o caso, descreva as diferenças.

C.1.24 Explique se existem requisitos específicos, diferentes dos referentes aos conselheiros, para ser nomeado presidente do conselho de administração.

Sim Não

Descrição dos requisitos

Conforme o estabelecido no artigo 5 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, o cargo de Presidente deve ser assumido por um Conselheiro Executivo, que terá a condição de máximo responsável executivo, sendo necessário para a sua designação o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho de Administração.

C.1.25 Indique se o presidente tem voto de qualidade:

Sim Não

Matérias nas quais existe voto de qualidade

Em caráter geral, o voto do Presidente é dirimente em caso de empate.

C.1.26 Indique se os estatutos ou os regulamentos do conselho estabelecem algum limite quanto à idade dos conselheiros:

Sim Não

Limite de idade para presidente: 65 anos

O limite de idade para conselheiro delegado: 65 anos

Limite de idade para conselheiro: 70 anos

C.1.27 Indique se os estatutos ou os regulamentos do conselho estabelecem um mandato limitado para conselheiros independentes diferente do estabelecido nos regulamentos:

Sim Não

C.1.28 Indique se os estatutos ou o regulamento do conselho de administração estabelecem normas específicas para a delegação do voto no conselho de administração, como fazê-lo e, em particular, o número máximo de delegações que um conselheiro pode ter, bem como se foi estabelecida alguma limitação em relação às categorias nas quais é possível delegar, independentemente das limitações impostas pela legislação. Se for o caso, descreva brevemente essas normas.

Não existem regras específicas para a delegação de votos no Conselho Administrativo.

C.1.29 Indique o número de reuniões que o conselho de Administração realizou durante o exercício. Indique, também, todas as vezes que o conselho se reuniu sem a participação do seu presidente. No cálculo, serão consideradas como participações as representações realizadas com instruções específicas.

Número de reuniões do conselho	10
Número de reuniões do conselho sem a presença do presidente	0

Se o presidente for conselheiro executivo, indique o número de reuniões realizadas, sem presença nem representação de nenhum conselheiro executivo e sob a presidência do conselheiro coordenador

Número de reuniões	0
---------------------------	---

Indique o número de reuniões que as diferentes comissões do conselho realizaram durante o exercício:

Comissão	Nº de Reuniões
COMISSÃO DELEGADA	3
COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE	11
COMITÊ DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES	7
COMITÊ DE RISCOS	5

C.1.30 Indique o número de reuniões que o conselho de Administração realizou durante o exercício com a participação de todos os seus membros. No cálculo, serão consideradas como participações as representações realizadas com instruções específicas:

Número de reuniões com a presença de todos os conselheiros	10
% de participações sobre o total de votos durante o exercício	100%

C.1.31 Indique se as contas anuais individuais e consolidadas apresentadas ao conselho para aprovação foram previamente certificadas:

Sim Não

Identifique, se for o caso, quem certificou as contas anuais individuais e consolidadas da sociedade para formulação por parte do conselho:

Nome	Cargo
DON FERNANDO MATA VERDEJO	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA FINANCEIRA
DON JOSÉ MANUEL MURIES NAVARRO	DIRETOR GERAL DE AUDITORIA INTERNA
DON CARLOS BARAHONA TORRIJOS	SUBDIRETOR GERAL DE CONTROLE E INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

C.1.32 Explique, se houver, os mecanismos estabelecidos pelo Conselho de Administração para evitar que as contas individuais e consolidadas por ele formuladas sejam apresentadas à assembleia geral com ressalvas no relatório de auditoria.

A entidade nunca apresentou as contas com ressalvas no relatório de auditoria.

A entidade conta com as Áreas Corporativas Financeira, de Secretaria Geral e de Auditoria Interna, que supervisionam os vários aspectos das contas anuais, e com o Comitê de Auditoria e Conformidade da MAPFRE, constituído para esse fim como órgão delegado do Conselho e com poderes de supervisão da matéria em questão desde o exercício de 2000.

Conforme o disposto no artigo 25 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, O Conselho de Administração sempre buscará formular as contas anuais de modo que não originem ressalvas ou reservas por parte do Auditor Externo. Não obstante, se o Conselho considerar que deve manter seus critérios, o Presidente do Comitê de Auditoria e Conformidade explicará publicamente o conteúdo e o alcance das discrepâncias que tiverem originado essas ressalvas ou reservas.

C.1.33 O secretário do conselho tem a condição de conselheiro?

Sim Não

Caso o secretário não tenha a condição de conselheiro, preencha o seguinte campo:

Nome ou denominação social do secretário	Representante
ÁNGEL LUIS DÁVILA BERMEJO	

C.1.34 Parágrafo revogado.

C.1.35 Indique, se houver, os mecanismos estabelecidos pela sociedade para preservar a independência dos auditores externos, dos analistas financeiros, dos bancos de investimento e das agências de classificação.

Além do estabelecido nas disposições legais, a Sociedade decidiu propor voluntariamente o cumprimento de uma série de diretrizes gerais que, de forma clara e precisa, zelem pela execução e manutenção da independência necessária dos auditores externos em relação a ela, como proposto no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, que estabelece os seguintes critérios nas relações com os auditores externos:

As relações do Conselho de Administração com o Auditor Externo da Sociedade são conduzidas por meio do Comitê de Auditoria e Conformidade.

O Conselho de Administração abster-se-á de contratar aquelas empresas de auditoria que receberem ou vierem a receber anualmente honorários do Grupo cujo valor por todos os conceitos seja também superior a 5 por cento da sua receita total anual; também informará na documentação pública anual os honorários globais que o Grupo tiver pago ao Auditor Externo pelos diferentes serviços prestados.

Sem prejuízo das faculdades e funções do Comitê de Auditoria e Conformidade especificados nos estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração da entidade, este será informado, no mínimo semestralmente, sobre todos os serviços prestados pelo auditor externo e sobre seus correspondentes honorários.

Da mesma maneira, o Comitê de Auditoria e Conformidade avaliará anualmente o Auditor de Contas, o alcance da auditoria, assim como a independência do auditor externo, considerando se a qualidade dos controles de auditoria são adequados e os serviços prestados diferentes ao da Auditoria de Contas são compatíveis com a manutenção da independência do auditor.

De acordo com as disposições do Regulamento Interno de Conduta sobre os valores cotados emitidos pela MAPFRE, em que são detalhados os procedimentos para a divulgação de informações relevantes, não são fornecidas informações relevantes aos analistas financeiros que não sejam públicas.

C.1.36 Indique se, durante o exercício, a sociedade mudou de auditor externo. Se for o caso, identifique o auditor de entrada e saída:

Sim Não

Auditor que saiu	Auditor que entrou

Caso tenha havido discordâncias com o auditor de saída, explique seu conteúdo:

Sim Não

C.1.37 Indique se a empresa de auditoria realiza outros trabalhos para a sociedade e/ou seu grupo diferentes dos de auditoria e, nesse caso, declare o montante dos honorários recebidos por esses trabalhos e a porcentagem sobre os honorários cobrada da sociedade e/ou seu grupo:

Sim Não

	Sociedade	Grupo	Total
Montante de outros trabalhos diferentes dos de auditoria (milhares de euros)	296	1.519	1.815
Montante de trabalhos diferentes dos de auditoria / Montante total faturado pela empresa de auditoria (em %)	39,34	20,58	22,31

C.1.38 Indique se o relatório de auditoria das contas anuais do exercício anterior apresenta reservas ou ressalvas. Se for o caso, indique as razões dadas pelo presidente do comitê de auditoria para explicar o conteúdo e o alcance dessas reservas ou ressalvas.

Sim Não

C.1.39 Indique o número de exercícios durante os quais a empresa de auditoria atual vem realizando ininterruptamente a auditoria das contas anuais da sociedade e/ou seu grupo. Indique, também, a porcentagem que representa o número de exercícios auditados pela empresa de auditoria atual sobre o número total de exercícios nos quais as contas anuais foram auditadas:

	Sociedade	Grupo
Número de exercícios ininterruptos	3	3
Nº de exercícios auditados pela empresa de auditoria atual / Nº de exercícios nos quais a sociedade foi auditada (em %)	10,71%	10,71%

C.1.40 Indique e, se for o caso, detalhe se existe um procedimento para que os conselheiros possam contar com assessoria externa:

Sim Não

Detalhe o procedimento

Em conformidade com as disposições do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE e para que sejam auxiliados no exercício das suas funções, os diretores poderão contratar ajuda externa na instituição quando existirem circunstâncias especiais que o justifiquem. A comissão deve tratar

necessariamente de problemas concretos de especial relevância e complexidade surgidos no desempenho do cargo.

A solicitação de assessoramento deve ser enviada ao Presidente ou ao Secretário do Conselho de Administração e pode ser vetada pelo Conselho de Administração se for comprovado:

a) Que não é necessária para o bom desempenho das funções atribuídas aos conselheiros.

b) Que o custo não é razoável, tendo em vista a importância do problema e dos bens e rendimentos da Sociedade.

c) Que a assistência técnica requerida pode ser prestada adequadamente por peritos e técnicos da própria Sociedade ou do Grupo.

C.1.41 Indique e, se for o caso, detalhe se existe um procedimento para que os conselheiros possam contar com as informações necessárias para preparar as reuniões dos órgãos de administração com tempo suficiente:

Sim Não

Detalhe o procedimento

O Presidente toma as medidas cabíveis para garantir que os Conselheiros recebam antes da reunião as informações suficientes sobre os assuntos da ordem do dia. Este aspecto é objeto de análise específico por parte do Conselho de Administração da Sociedade na sua sessão anual de auto-avaliação.

C.1.42 Indique e, se for o caso, explique se a sociedade estabeleceu regras que obrigam diretores a informar e, se necessário, demitir aqueles que possam prejudicar a credibilidade e a reputação da Sociedade:

Sim Não

Explique as regras

Os Conselheiros devem colocar à disposição do Conselho de Administração todos os seus cargos, tanto o de conselheiro quanto os que desempenham na Comissão e nos Comitês Delegados, e formalizar as demissões correspondentes, se o Conselho julgar conveniente, nos seguintes casos:

– Quando removidos dos cargos executivos aos quais estiverem associadas suas nomeações como membros desses órgãos de governança.

– Se estiverem envolvidos em alguma das causas de incompatibilidade ou proibição legalmente previstos.

– Se forem processados ou levados à justiça por um fato supostamente delitivo, ou se forem objeto de um processo disciplinar

por falta grave ou muito grave instruído pelas autoridades supervisoras.

– Quando forem seriamente repreendidos pelo Comitê de Auditoria e Conformidade por terem infringido suas obrigações como conselheiros.

– Quando forem afetados por eventos ou circunstâncias devido aos quais sua permanência nesses órgãos de governança possa prejudicar a credibilidade e a reputação da Sociedade ou ameaçar seus interesses. Quando tais fatos ou circunstâncias forem conhecidos ou públicos, o Comitê de Nomeações e Retribuições, com a aprovação da maioria dos seus membros, poderá solicitar a renúncia do Conselheiro envolvido.

– Se desaparecerem as razões, caso existam expressamente, pelas quais foram nomeados.

C.1.43 Indique se algum membro do conselho de administração informou à sociedade que foi processado ou levado à justiça por algum dos delitos indicados no artigo 213 da Lei de Sociedades de Capital:

Sim Não

Indique se o conselho de administração analisou o caso. Se a resposta for afirmativa, explique de forma razoável a decisão tomada sobre a procedência ou não da continuação do conselheiro no cargo ou, se for o caso, exponha as atuações realizadas pelo conselho de administração até a data do presente relatório ou cuja realização está prevista.

C.1.44 Descreva os acordos significativos celebrados pela sociedade e que entrem em vigor, sejam alterados ou terminem em caso de mudança de controle da sociedade devido a uma oferta pública de aquisição, bem como seus efeitos.

Não existem acordos significativos que a sociedade tenha assinado e que entrem em vigor, sejam alterados ou terminem em caso de mudança de controle da sociedade devido a uma oferta pública de aquisição.

C.1.45 Identifique de forma agregada e indique detalhadamente os acordos entre a sociedade e seus cargos de administração e direção ou funcionários que contem com indenizações, cláusulas de garantia ou blindagem, casos peçam demissão ou sejam despedidos de forma impropriedade, ou se a relação contratual chegar ao fim por motivo de uma oferta pública de aquisição ou outro tipo de operação.

Número de beneficiários: 0

Tipo de beneficiário:
[Descrição do tipo de beneficiário]

Descrição do Acordo:

A duração dos contratos dos conselheiros executivos está vinculada à sua permanência no cargo de conselheiro, sendo destituído da função e o levantamento da suspensão da relação prévia à nomeação como tal. A dedicação dos conselheiros executivos deverá ser exclusiva, e não existem condições contratuais relativas a pactos ou acordos de não ocorrência pós-contratual e permanência.

A resolução antecipada da relação prévia acarreta uma indenização nos termos estabelecidos pelo Estatuto dos Trabalhadores em relação à demissão impropriedade, exceto que exista causa justificada de demissão procedente. Caso a Sociedade antecipe a resolução por sua decisão, deverá comunicar ao conselheiro a destituição com uma data de antecedência de três (3) meses a partir da data de extinção.

Os contratos que regulam a relação prévia estabelecem a sua finalização no primeiro dia de janeiro do ano seguinte àquele que o conselheiro completar 60 anos, exceto se houver prorrogações anuais por iniciativa da empresa até, no máximo, a data em que o executivo completar 65 anos.

Não existem cláusulas relativas a prêmios de contratação.

Indique se esses contratos devem ser comunicados e/ou aprovados pelos órgãos da sociedade ou do seu grupo:

	Conselho de administração	Assembleia geral
Órgão que autoriza as cláusulas	Sim	Não

	Sim	Não
A Assembleia Geral é informada sobre as cláusulas?		X

C.2 Comissões do conselho de administração

C.2.1 Descreva todas as comissões do conselho de administração, seus membros e a proporção de conselheiros executivos, dominicais, independentes e outros internos que façam parte dele:

COMISSÃO DELEGADA

Nome	Cargo	Categoria
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	PRESIDENTE	Executivo
ANTONIO NÚÑEZ TOVAR	1º VICE-PRESIDENTE	Executivo
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	Independente
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	VOGAL	Executivo
GEORG DASCHNER	VOGAL	Independente
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	VOGAL	Dominical
RAFAEL MÁRQUEZ OSORIO	VOGAL	Dominical
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	VOGAL	Dominical

% de conselheiros executivos	37,50%
% de conselheiros dominicais	37,50%
% de conselheiros independentes	25,00%
% de outros externos	0,00%

Explique as funções atribuídas a esta comissão, descreva seus procedimentos, suas regras de organização, seu funcionamento e resuma suas ações mais importantes durante o exercício.

A Comissão Delegada é o órgão delegado pelo Conselho de Administração para exercer a diretoria executiva e o monitoramento permanente da gestão ordinária da Sociedade e de suas filiais em seus aspectos estratégicos e operacionais, e também para tomar as decisões necessárias para o seu bom funcionamento. É capaz de tomar decisões de âmbito geral, com delegação expressa a seu favor de todas as competências atribuídas ao Conselho de Administração, exceto aquelas que forem indelegáveis por força de lei ou por disposição expressa nos Estatutos Sociais ou no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE S.A.

Será composta por até dez membros, todos eles integrantes do Conselho de Administração. Seus Presidente, Primeiro e Segundo Vice-Presidentes e Secretário serão, com caráter nato, os do referido Conselho. A designação dos seus membros requererá o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2017, a Comissão Delegada foi responsável, entre outros, pela aprovação de nomeações e destituições da Sociedade e seu Grupo, pela autorização das operações das sociedades filiais e participativas, pela aprovação das

retribuições de operações imobiliárias do Grupo, por conhecer as relações com os órgãos oficiais e os principais assuntos contenciosos das entidades do Grupo e por conhecer as compra e vendas de ações da MAPFRE por membros de órgãos de governança e executivos.

Indique se a composição da comissão delegada ou executiva reflete a participação no conselho dos diferentes conselheiros em função de sua categoria:

Sim Não

Em caso negativo, explique a composição de sua comissão delegada ou executiva

A entidade tem seu próprio critério, configurando-se como um órgão delegado de caráter obviamente executivo, contando com a presença da maioria dos conselheiros executivos, bem como de três conselheiros externos dominicais e dois independentes.

COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE

Nome	Cargo	Categoria
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	PRESIDENTE	Independente
ADRIANA CASADEMONT I RUHÍ	VOGAL	Independente
RAFAEL MÁRQUEZ OSORIO	VOGAL	Dominical
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	VOGAL	Dominical
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	VOGAL	Independente
% de conselheiros dominicais		40,00%
% de conselheiros independentes		60,00%
% de outros externos		0,00%

Explique as funções atribuídas a esta comissão, descreva seus procedimentos, suas regras de organização, seu funcionamento e resuma suas ações mais importantes durante o exercício.

O Comitê de Auditoria e Conformidade tem as seguintes competências:

a) Informar a Assembleia Geral sobre as questões que se apresentarem relativas a assuntos sob sua incumbência e, especificamente, sobre o resultado da auditoria, explicando como a auditoria contribuiu para a integridade das informações financeiras e as funções desempenhadas pelo Comitê nesse processo.

b) Supervisionar a eficácia dos controles internos da Sociedade, da auditoria interna e dos sistemas de gestão de risco, bem como discutir com o Auditor Externo os pontos fracos significativos do sistema de controle interno detectados durante a auditoria.

c) Monitorar o processo de elaboração e apresentação das informações financeiras necessárias e encaminhar ao Conselho de Administração recomendações ou propostas voltadas a proteger sua integridade.

d) Encaminhar ao Conselho de Administração as propostas de seleção, nomeação, reeleição e substituição do Auditor Externo, responsabilizando-se pelo processo de seleção, em conformidade com o previsto na legislação em vigor, bem como as condições de sua contratação, e obter regularmente dele as informações sobre o plano de auditoria e sua execução, além de preservar sua independência no exercício de suas funções.

e) Estabelecer relações apropriadas com o Auditor Externo para receber informações sobre questões que possam comprometer sua independência, seu exame pelo Comitê e quaisquer outras informações relativas ao procedimento de realização da auditoria de contas, bem como, se for o caso, a autorização de serviços diferentes daqueles proibidos de acordo com os termos previstos na legislação em vigor sobre a auditoria de contas, sobre o regime de independência e outras comunicações previstas na legislação de auditoria de contas e nas normas de auditoria.

f) Emitir anualmente, antes da emissão do relatório de auditoria de contas, um relatório para expressar opinião sobre o eventual comprometimento da independência do Auditor Externo.

g) Garantir que, na medida do possível, o Auditor Externo do Grupo assuma a responsabilidade das auditorias de todas as empresas que o compõem.

h) Zelar pela independência e pela eficácia da função da Auditoria Interna, propor seleção, nomeação, reeleição e demissão do seu máximo responsável, bem como seu orçamento anual, receber informações periódicas sobre as suas atividades e verificar que a Alta Diretoria leve em conta as conclusões e recomendações dos seus relatórios.

i) Informar, em caráter prévio, o Conselho de Administração sobre todas as matérias previstas na lei, nos Estatutos Sociais e no Regulamento do Conselho de Administração.

j) Estabelecer e supervisionar um mecanismo que permita que os funcionários comuniquem, de forma confidencial, e, se necessário, de forma anônima, as irregularidades de potencial importância, principalmente financeiras e contábeis, que encontrarem dentro da empresa.

k) Vigiar a aplicação das normas de boa governança estabelecidas em cada momento.

l) Supervisionar o cumprimento das normas internas e externas e, em particular, dos códigos internos de conduta, das normas e procedimentos de prevenção da lavagem de dinheiro e do

financiamento do terrorismo, bem como formular propostas para sua melhoria.

m) Supervisionar a adoção de ações e medidas decorrente de relatórios ou de atuações de inspeção das autoridades administrativas de supervisão e controle.

É formado por no mínimo três e no máximo cinco membros, todos eles não executivos, a maioria dos quais, pelo menos, deverá ser de Conselheiros Independentes, e um deles será designado de acordo com seus conhecimentos e experiência em matéria de contabilidade, auditoria ou ambas. Os membros do Comitê terão, em conjunto, os conhecimentos técnicos adequados em relação ao setor de operações da Sociedade. Seu Presidente será um Conselheiro Independente e deverá ser substituído no cargo a cada quatro anos, podendo ser reeleito para esse cargo após ano contado a partir de sua destituição. O Secretário desse Comitê será o Secretário do Conselho de Administração. O Diretor Geral de Auditoria do Grupo comparecerá às reuniões na qualidade de convidado.

Durante o exercício de 2017, o Comitê de Auditoria e Conformidade foi responsável, entre outros, por informar de forma favorável as Contas Anuais correspondentes ao exercício de 2016, por supervisionar a eficácia do controle interno da Sociedade, por supervisionar as informações da Sociedade e de seu Grupo no marco da Solvência II, pela auditoria interna e os sistemas de gestão de riscos da Sociedade e de seu Grupo, por informar operações vinculadas a acionistas significativos e altos cargos de representação, por aprovar honorários extraordinários do Auditor Externo, por informar as relações com o Auditor Externo, por conhecer as nomeações na Auditoria Interna, por conhecer as informações financeiras trimestrais a serem apresentadas à Comissão Nacional do Mercado de Valores, assim como por supervisionar a correta aplicação na sociedade e no Grupo das normas de boa governança e da normativa externa e interna.

Identifique o conselheiro membro da comissão de auditoria que tenha sido designado, levando em consideração seus conhecimentos e sua experiência em matéria de contabilidade, auditoria ou em ambas e informe o número de anos que o Presidente desta comissão ocupa este cargo.

Nome do conselheiro com experiência	DON JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU
Nº de anos do presidente no cargo	2

COMITÊ DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Nome	Cargo	Categoria
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	PRESIDENTE	Independente
ADRIANA CASADEMONT I RUHÍ	VOGAL	Independente
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	VOGAL	Dominical
ALFONSO REBUelta BADÍAS	VOGAL	Dominical

% de conselheiros dominicais	50,00%
% de conselheiros independentes	50,00%
% de outros externos	0,00%

Explique as funções atribuídas a esta comissão, descreva seus procedimentos, suas regras de organização, seu funcionamento e resuma suas ações mais importantes durante o exercício.

O Comitê de Nomeações e Remunerações é o órgão do Conselho de Administração para o desenvolvimento coordenado da política de designação e retribuição dos Conselheiros e Altos Executivos do Grupo. Tem as seguintes competências:

- Avaliar as competências, conhecimentos e experiência necessários no Conselho de Administração, definindo as funções e aptidões essenciais dos candidatos que preencherão cada vaga, avaliando o tempo e a dedicação indispensáveis para que possam realizar com eficácia suas tarefas.
- Estabelecer um objetivo de representação para o sexo menos representado no Conselho de Administração e elaborar pautas sobre como atingir esse objetivo.
- Encaminhar ao Conselho de Administração as propostas de nomeação de Conselheiros Independentes para que sejam designadas por cooptação ou apresentadas para decisão da Assembleia Geral, bem como as propostas para a sua reeleição ou separação pela Assembleia e, informar, em tais casos, sobre as propostas que afetarem os demais Conselheiros.
- Informar as propostas de nomeação e separação de diretores executivos e as condições básicas de seus contratos.
- Examinar e organizar a sucessão do Presidente do Conselho de Administração e, se for o caso, formular propostas ao Conselho para que essa sucessão ocorra de maneira ordenada e planejada.
- Propor ao Conselho de Administração a política de retribuições dos Conselheiros e dos diretores gerais ou de quem desenvolver suas funções de diretoria executiva, dependendo diretamente do Conselho, da Comissão Delegada ou dos

Conselheiros Delegados, bem como a retribuição individual e as demais condições dos contratos dos Conselheiros Executivos, zelando pela sua observância.

g) Propor ao Conselho de Administração os candidatos para a nomeação dos Patronos da FUNDACIÓN MAPFRE cuja designação cabe à Sociedade.

h) Autorizar a nomeação dos Conselheiros Externos das demais sociedades do Grupo.

É composto por um mínimo de três e um máximo de cinco Conselheiros, todos eles não executivos e dois dos quais, no mínimo, deverão ser Conselheiros Independentes. Seu Presidente será um Conselheiro Independente. O Secretário será o do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2017, o Comitê de Nomeações e Retribuições foi responsável, entre outros, por informar as nomeações e destituições de conselheiros e executivos, por informar a atuação do Presidente durante o exercício de 2016, por elevar ao Conselho de Administração as propostas de reeleição dos conselheiros independentes, por aprovar as remunerações salariais dos Altos Cargos de Diretoria para o exercício de 2017, por autorizar a concessão de compromissos por aposentadoria e por aprovar a concessão de contratos de diretoria.

COMITÊ DE RISCOS

Nome	Cargo	Categoria
GEORG DASCHNER	PRESIDENTE	Independente
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	VOGAL	Independente
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	VOGAL	Independente
RAFAEL MÁRQUEZ OSORIO	VOGAL	Dominical
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	VOGAL	Dominical

% de conselheiros dominicais	40,00%
% de conselheiros independentes	60,00%
% de outros externos	0,00%

Explique as funções atribuídas a esta comissão, descreva seus procedimentos, suas regras de organização, seu funcionamento e resuma suas ações mais importantes durante o exercício.

É o órgão delegado do Conselho de Administração para apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e na avaliação das políticas de gestão de riscos e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos. Tem as seguintes funções:

a) Apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e avaliação das políticas de riscos do Grupo e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.

b) Assessorar o Conselho de Administração na vigilância da aplicação da estratégia de riscos.

c) Conhecer e avaliar os métodos e ferramentas de gestão de riscos, fazendo o acompanhamento dos modelos aplicados quanto aos seus resultados e validação.

Será composto por um mínimo de três e um máximo de cinco Conselheiros, todos eles não executivos e dois dos quais, no mínimo, deverão ser Conselheiros Independentes. Seu presidente será um Conselheiro Independente.

O Conselho de Administração designará um Secretário, cargo para o qual não será necessária a condição de Conselheiro.

Durante o exercício de 2017, o Comitê de Riscos foi responsável, entre outros, pela revisão das políticas aprovadas pela Sociedade no marco da Solvência II e pela determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.

C.2.2 Complete o seguinte quadro com as informações relativas ao número de conselheiras que integraram as comissões do conselho de administração durante os últimos quatro exercícios:

	NÚMERO DE CONSELHEIRAS							
	EXERCÍCIO 2017		EXERCÍCIO 2016		EXERCÍCIO 2015		EXERCÍCIO 2014	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
COMISSÃO DELEGADA	1	12,5%	1	10,00%	1	10,00%	1	11,11%
COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE	2	40,00%	2	40,00%	1	25,00%	1	25,00%
COMITÊ DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES	2	50,00%	2	50,00%	1	25,00%	1	20,00%
COMITÊ DE RISCOS	1	20,00%	0	0%	0	0,00%	0	0,00%

C.2.3 Parágrafo revogado

C.2.4 Parágrafo revogado.

C.2.5 Indique, se for o caso, a existência de regulamentação das comissões do conselho, o lugar em que estão disponíveis para consulta e as modificações que feitas durante o exercício. Por sua vez, será indicado se foi elaborado voluntariamente algum relatório anual sobre as atividades de cada comissão.

Denominação da comissão
COMISSÃO DELEGADA

Breve descrição

A Comissão Delegada é regulamentada pelos estatutos sociais e pelo Regulamento do Conselho.

Está disponível no site da entidade, www.mapfre.com, nos registros públicos da CNMV e no Registro Mercantil de Madri.

Denominação da comissão

COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE

Breve descrição

É regulamentado pelos estatutos sociais e pelo Regulamento do Conselho.

Está disponível no site da entidade, www.mapfre.com, nos registros públicos da CNMV e no Registro Mercantil de Madri.

No exercício de 2017, foi modificada a regulamentação deste Comitê prevista nos estatutos sociais e no Regulamento do Conselho com a finalidade de atribuir as competências em matéria de governança corporativa que eram do Comitê de Riscos.

O Comitê de Auditoria e Conformidade publica, desde o exercício de 2005 um relatório anual de suas atividades, disponibilizado para os acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Denominação da comissão

COMITÊ DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Breve descrição

Está previsto nos estatutos sociais e é regulamentado pelo Regulamento do Conselho de Administração.

Está disponível no site da entidade, www.mapfre.com, nos registros públicos da CNMV e no Registro Mercantil de Madri.

Desde 2008, é publicado um Relatório anual sobre a política de retribuições da entidade, que é submetido a votação, com carácter consultivo e como ponto independente da ordem do dia, na Assembleia Geral Ordinária.

Denominação da comissão

COMITÊ DE RISCOS

Breve descrição

Está previsto nos estatutos sociais e é regulamentado pelo Regulamento do Conselho.

Está disponível no site da entidade, www.mapfre.com, nos registros públicos da CNMV e no Registro Mercantil de Madri.

No exercício de 2017, foi modificada a regulamentação deste Comitê prevista nos estatutos sociais e no Regulamento do Conselho com a finalidade de atribuir ao Comitê de Auditoria e Conformidade as competências em matéria de governança corporativa que eram do Comitê de Riscos.

C.2.6 Parágrafo revogado.

D. Operações vinculadas e operações intragrupo

D.1 Explique, se necessário, o procedimento para a aprovação de operações com partes vinculadas e intragrupo.

Procedimento para informar a aprovação de operações vinculadas

A MAPFRE conta com uma Política de Gestão de Conflitos de Interesse e Operações Vinculadas com Acionistas Significativos e Altos Cargos de Representação ou Diretoria que rege o procedimento a seguir com relação às operações vinculadas.

O Conselho de Administração conhecerá as operações realizadas pela Sociedade, direta ou indiretamente, com Conselheiros, acionistas importantes ou representados no Conselho de Administração, ou com pessoas vinculadas a eles, e sua realização exigirá sua autorização, prévia comunicação do Comitê de Auditoria e Conformidade, exceto se tratar-se de operações ou transações que façam parte da atividade habitual ou ordinária das partes implicadas, que sejam realizadas em condições habituais de mercado e por montantes não significativos ou relevantes para a Sociedade.

Os acionistas significativos, os conselheiros e altos cargos de diretoria deverão informar, por escrito, ao Secretário do Conselho de Administração da MAPFRE qualquer transação que eles ou suas pessoas vinculadas (neste último caso, sempre que a pessoa afetada tiver conhecimento disso) tenham intenção de realizar com a MAPFRE, ou com outra sociedade do seu Grupo e que constitua uma operação vinculada sujeita à autorização pelo Conselho de Administração.

A comunicação deverá incluir aspectos suficientes da operação que permitam que a MAPFRE faça sua identificação adequada.

D.2 Descreva as operações significativas por sua quantia ou relevantes por sua matéria realizadas entre a sociedade ou as entidades do seu grupo e os acionistas significativos da sociedade:

Nome ou denominação social do acionista significativo	Nome ou denominação social da sociedade ou entidade de seu grupo	Natureza da relação	Tipo da operação	Montante (milhare de euros)
CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal	MAPFRE S.A.	Societária	Dividendos e outros benefícios distribuídos	304.776
CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDADE UNIPessoal	MAPFRE S.A.	Contratual	Juros pagos	24

D.3 Descreva as operações significativas por sua quantia ou relevantes por sua matéria realizadas entre a sociedade ou as entidades do seu grupo e os administradores ou diretores da sociedade:

D.4 Indique as operações significativas realizadas pela empresa com outras entidades pertencentes ao mesmo grupo, desde que não se eliminem no processo de elaboração de estados financeiros consolidados e não façam parte do tráfego habitual da sociedade quanto a seu objeto e suas condições.

Em todo caso, qualquer operação intragrupo realizada com entidades estabelecidas em países ou territórios considerados como paraísos fiscais será informada:

D.5 Indique a quantia das operações realizadas com outras partes vinculadas.

0 (em milhões de Euros).

D.6 Descreve os mecanismos estabelecidos para detectar, determinar e resolver os possíveis conflitos de interesses entre a sociedade e/ou seu grupo e seus conselheiros, diretores ou acionistas significativos.

Todos os conselheiros e diretores devem fazer uma Declaração Prévia no momento de sua nomeação sobre esses assuntos. Além disso, devem atualizá-la periodicamente e sempre que surgir uma situação de conflito em potencial.

Além disso, o Regulamento Interno de Conduta e a Política de Gestão de Conflitos de Interesse e Operações Relacionadas a Acionistas Significativos e Altos Cargos de Representação ou Diretoria regulamentam as obrigações especiais no âmbito de situações de conflitos de interesses em potencial.

O Conselho de Administração tem a decisão sobre estas questões reservada. Existe um procedimento especial para a adoção de acordos sobre matérias nas quais haja um conflito de interesses em potencial com algum conselheiro. O conselheiro afetado deve abster-se de assessorar e intervir nessas decisões.

D.7 Mais de uma sociedade do Grupo está cotada na Espanha?

Sim Não

Identifique as sociedades filiais cotadas na Espanha:

Sociedade filial cotada

FUNESPAÑA, S.A.

Indique se foram definidas publicamente com precisão as respectivas áreas de atividade e eventuais relações comerciais entre elas, bem como as da sociedade dependente cotada com as demais empresas do grupo;

Sim Não

Defina as eventuais relações comerciais entre a sociedade matriz e a sociedade filial cotada, e entre esta e as demais empresas do grupo

As relações de negócio com a FUNESPAÑA, S.A., sua filial All Funeral Services, S.A. e demais sociedades de seu Grupo correspondem, principalmente, à prestação de serviços funerários em relação com as coberturas dos seguros de falecimento emitidas pela MAPFRE ESPANHA, Companhia de Seguros e Resseguros, S.A., entidade filial da MAPFRE S.A.

Identifique os mecanismos previstos para resolver os eventuais conflitos de interesses entre a filial cotada e as demais empresas do grupo:

Mecanismos para resolver os eventuais conflitos de interesses

O acordo Quadro de Relação entre a MAPFRE e a FUNESPAÑA prevê deveres de abstenção para os cargos executivos do Grupo MAPFRE e do Grupo FUNESPAÑA que fizerem parte do órgão de administração de outra entidade do outro grupo. Além disso, aplica-se o previsto em relação a conflitos de interesses no Regulamento Interno de Conduta sobre os valores cotados emitidos pela MAPFRE.

E. Sistemas de controle e gestão de riscos

E.1 Explique o alcance do Sistema de Gestão de Riscos da empresa, incluídos os de matéria fiscal.

O grupo consolidável de entidades seguradoras dispõe de um Sistema de Gestão de Riscos (SGR) baseado na gestão integrada de todos os processos comerciais e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. Os diferentes tipos de risco foram agrupados em quatro áreas ou categorias como detalhado a seguir:

- Riscos Financeiros e de Crédito: Inclui os riscos de taxa de juro, de liquidez, de taxa de câmbio e de crédito.
- Riscos da Atividade Seguradora: Agrupa, de forma separada para Vida e Não Vida, os riscos de suficiência de prêmios, de suficiência de provisões técnicas.
- Riscos Estratégicos e de Governança Corporativa: Inclui os riscos de ética empresarial e de boa governança corporativa, de estrutura organizacional e de alianças, fusões e aquisições derivados do ambiente regulador, incluindo os fiscais e, finalmente, os de concorrência.
- Riscos Operacionais: Reúne possíveis perdas derivadas da inadequação ou da disfunção de processos internos, do pessoal ou dos sistemas, ou mesmo de eventos externos (não inclui os riscos derivados de decisões estratégicas e tampouco os riscos reputacionais).

Dentro dos Riscos Operacionais se encontram o risco de não conformidade, que inclui o risco de sanções, perdas financeiras e materiais como resultado do não cumprimento das leis e demais regulamentos, regras e padrões internos e externos e exigências administrativas. Os riscos fiscais são considerados uma categoria de riscos de não conformidade que englobam os riscos de divergências na interpretação de normas fiscais, assim como a determinação de preços de mercado entre entidades vinculadas.

– Os Órgãos de Governança recebem com periodicidade semestral informação relativa à quantificação dos principais riscos aos quais o Grupo está exposto e dos recursos de capital disponíveis para enfrentá-los, bem como informação relativa ao cumprimento dos limites estabelecidos no Apetite de Risco e demais políticas específicas de riscos.

E.2 Identifique os órgãos da sociedade responsáveis pela elaboração e pela execução do Sistema de Gestão de Riscos, inclusive o fiscal.

O Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE inclui funções e responsabilidades dos Órgãos de Governança

da MAPFRE e sua Comissão e Comitês Delegados relacionados ao Sistema de Gestão de Riscos.

O Conselho de Administração tem como competência indelegável a determinação das políticas e estratégias gerais e, particularmente, a política de identificação, gestão e controle de riscos, inclusive os fiscais, e a supervisão dos sistemas internos de informação e controle.

A Comissão Delegada possui a capacidade de decisão de âmbito geral com a delegação expressamente a seu favor, de todas as competências atribuídas ao Conselho de Administração, exceto aquelas que não forem delegadas por força de lei ou, quando apropriado, por disposição expressa nos estatutos sociais ou no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE S.A.

O Comitê de Auditoria e Conformidade supervisiona a eficácia do controle interno da sociedade, a auditoria interna e os sistemas de gestão de riscos, inclusive os fiscais.

O Comitê de Riscos é o órgão delegado do Conselho de Administração para apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e na avaliação das políticas de gestão de riscos e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.

Neste sentido, suas funções no âmbito do Sistema de Gestão de Riscos são as seguintes:

- Apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e na avaliação das políticas de riscos do GRUPO e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.
- Auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento da aplicação da estratégia de riscos.
- Conhecer e avaliar os métodos e as ferramentas de gestão de riscos, realizando o acompanhamento dos modelos aplicados em relação aos seus resultados e validação.

E.3 Indique os principais riscos, inclusive os fiscais, que podem afetar à consecução dos objetivos de negócio.

1. Riscos Financeiros e de Crédito

A MAPFRE mitiga sua exposição a esse tipo de risco por meio de uma política prudente de investimentos caracterizada por uma alta proporção de valores de renda fixa de grau de investimento.

Na gestão das carteiras de investimento, é possível diferenciar entre quatro tipos de carteiras:

- As que procuram uma imunização estrita das obrigações derivadas dos contratos de seguros.

– As carteiras que cobrem apólices de unit-link compostas por ativos cujo risco são assumidos pelos segurados.

– As que procuram superar a rentabilidade comprometida e obter a maior rentabilidade para os assegurados dentro dos parâmetros de prudência, como as carteiras com participação em benefícios.

– As carteiras com gestão livre, nas quais é feita uma gestão ativa e condicionada apenas pelas normas legais e limitações internas do risco.

No primeiro caso, as carteiras imunizadas minimizam o risco da taxa de juros por meio de uniões, empregando técnicas de imunização baseadas na união de fluxos ou de durações.

No segundo, as carteiras que cobrem as apólices de unit-link são integradas pelos instrumentos financeiros cujo risco são assumidos pelos segurados.

No restante, assume-se um certo grau de risco de mercado de acordo com o exposto a seguir:

– A variável de gestão do risco de taxa de juros é a duração modificada condicionada aos limites estabelecidos no Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. para as carteiras com gestão livre, bem como a duração modificada dos passivos no caso de haver compromissos de longo prazo com os segurados.

– A exposição ao risco de taxa de câmbio é minimizada no caso dos passivos seguradores, podendo-se admitir uma exposição a esse risco não superior a uma porcentagem fixa estabelecida no Plano de Investimentos anual por motivos meramente de gestão de investimentos.

– Os investimentos de capital estão sujeitos a um limite máximo da carteira de investimentos.

– As limitações de risco são estabelecidas em termos quantitativos medidos com base em variáveis facilmente observáveis. Não obstante, também se realiza uma análise do risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

Com respeito ao risco de crédito, a política baseia-se na aplicação de critérios de prudência com base na solvência do emissor, e buscando um elevado grau de correspondência geográfica entre os emissores dos ativos e dos compromissos. Os investimentos em taxa fixa e taxa variável estão sujeitos a limites por emissor.

A política de gestão do risco de crédito estabelece limites de acordo com o perfil de risco da contraparte ou do instrumento de investimento, assim como limites de exposição em relação

ao índice da contraparte. Além disso, é estabelecido um sistema de acompanhamento e notificação da exposição ao risco de crédito.

O Comitê de Security revisa as principais exposições diante de contrapartes seguradoras e resseguradoras.

2. Riscos da Atividade Seguradora

A organização da MAPFRE, especializada nos diferentes tipos de negócio, requer a concessão de um grau de autonomia na gestão de seu negócio e, particularmente, a assinatura de riscos e a determinação das tarifas, bem como a indenização ou prestação de serviço em caso de sinistro.

A suficiência dos prêmios é um elemento de especial importância e sua determinação é sustentada por aplicativos de informática específicos.

O tratamento das prestações, bem como a suficiência das provisões, são princípios básicos da gestão seguradora. As provisões técnicas são estimadas pelas equipes atuariais das diferentes sociedades e seu montante é validado por uma parte independente que não tenha participado no cálculo. A preponderância do negócio pessoal de danos da MAPFRE, com uma grande rapidez de liquidação de sinistros, bem como a escassa importância de riscos segurados de longo desenvolvimento no tempo, como amiantos ou responsabilidade profissional, são elementos mitigadores do risco de insuficiência das provisões técnicas.

A presença da MAPFRE em países com elevada possibilidade de ocorrência de catástrofes (terremotos, furacões etc.) exige um tratamento especial deste tipo de riscos. As sociedades que estão expostas a este tipo de riscos dispõem análises especializadas de exposição a catástrofes, geralmente realizados por especialistas independentes, que estimam o alcance das perdas em caso de ocorrência de um evento catastrófico. A contratação dos riscos catastróficos se realiza com base nestas informações e no capital econômico do qual dispõe a companhia que os contrata. Se for o caso, a exposição patrimonial a este tipo de riscos mitiga-se mediante a contratação de coberturas resseguradoras específicas.

Neste sentido, é importante destacar a contribuição da MAPFRE RE, que contribui à gestão do Grupo sua longa experiência no mercado de riscos catastróficos. Esta entidade determina anualmente a capacidade catastrófica mundial que designa a cada território e estabelece as capacidades máximas de contratação por risco e evento. Além disso, conta com proteções de programas de retrocessão de riscos para a cobertura de desvios ou aumentos da sinistralidade de catástrofes nos diferentes territórios.

A política da MAPFRE em relação ao risco ressegurador é ceder negócio a resseguradoras de comprovada capacidade

financeira, com caráter geral aquelas que contarem com uma qualificação elevada (grau de qualidade creditícia 2 ou superior). Excepcionalmente, cede-se negócio a outras resseguradoras após uma análise interna que demonstre a disposição de um nível de solvência equivalente à classificação anteriormente indicada, ou que apresentem garantias adequadas).

3. Riscos Operacionais

A identificação e a avaliação de riscos operacionais é realizada por meio do modelo de controle de riscos, o qual se baseia em uma análise dinâmica por processos de cada entidade, no qual os gestores de cada área ou departamento avaliam os riscos potenciais que afetam suas atividades e a efetividade dos controles vinculados a cada processo. Para realizar este controle, são gerenciados os questionários de autoavaliação de riscos, os manuais de controles internos, o inventário de controles associados a riscos e a avaliação de sua efetividade, assim como as medidas corretoras estabelecidas para reduzir os riscos e/ou melhorar o ambiente de controle.

Em relação aos riscos fiscais, a atuação do Grupo no âmbito fiscal sempre foi presidida pelo cumprimento da normativa tributária vigente nos territórios nos quais opera, de forma que constitui uma aplicação prática do princípio institucional de atuação ética e socialmente responsável em matéria tributária.

Os riscos fiscais do Grupo em cada jurisdição são gerenciados a nível interno pelos departamentos de Administração e de Assessoria Fiscal, subcontratando-se os serviços de assessoria fiscal requeridos em cada momento com assinaturas relevantes do setor.

No que diz respeito à avaliação das operações vinculadas entre entidades do Grupo, importantes em matéria de projetos globais, tecnologia e resseguro, com caráter anual é realizado um trabalho de revisão e documentação das diferentes transações em colaboração com um especialista independente.

4. Riscos Estratégicos e de Governança Corporativa

Os princípios éticos aplicados à gestão empresarial têm sido uma constante na MAPFRE e fazem parte de seus estatutos e de suas atividades diárias. Para padronizar essa cultura empresarial e atualizar as exigências jurídicas de governança e transparência na gestão, o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. aprovou, em 24 de junho de 2015, os "Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE", que constituem os fundamentos mínimos de cumprimento obrigatório para todas as entidades que integram a MAPFRE e seus respectivos órgãos de governança. A aplicação estrita destes princípios é considerada como a atuação mais eficaz para reduzir este tipo de riscos.

E.4 Identifique se a entidade conta com um nível de tolerância ao risco, inclusive o fiscal.

O documento de Appetite de Risco do Grupo MAPFRE, aprovado pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A., estabelece o nível de risco que o Grupo está disposto a assumir para poder alcançar seus objetivos de negócio sem desvios relevantes, inclusive em situações adversas. Este nível, articulado em seus limites e sublimites por tipo de risco, configura o Appetite de Risco do Grupo MAPFRE.

O Grupo MAPFRE tem como objetivo, em sua gestão de riscos, a manutenção de uma quantia de fundos próprios admissíveis no âmbito consolidado que implique um índice de solvência objetivo de 200% do capital de solvência obrigatório de Solvência II, com uma tolerância de 25 pontos percentuais. Como objetivo secundário de gestão de riscos, é estabelecida a manutenção de um nível de capital econômico em nível consolidado para atender ao cumprimento de suas obrigações compatível com um rating "A" ou superior, ou seu equivalente.

O capital prospectivo exigido às filiais seguradoras e resseguradoras é fixado com caráter geral de modo estimado, em função dos orçamentos do exercício seguinte, e é revisado periodicamente ao longo do ano em função da evolução dos riscos.

Para as métricas que quantificam os riscos agregados no âmbito do Grupo MAPFRE, são estabelecidos níveis de tolerância baseados no sistema de semáforos (zona verde, zona amarela e zona vermelha).

E.5 Indique quais riscos, inclusive fiscais, materializaram-se durante o exercício.

Durante o exercício de 2017, foram materializados riscos da atividade seguradora como consequência de vários eventos catastróficos, entre os quais se destacam três furacões (Harvey, Irma e Maria) e dois terremotos (Pueblas e Chiapas). Embora esses eventos tenham tido um impacto significativo no resultado do exercício (estimando-se um impacto líquido de 176,4 milhões de euros), é importante destacar que a proteção de resseguro para esse tipo de eventos se mostrou eficaz, de modo que, apesar do número e da intensidade desses eventos (que implicaram em sinistros adicionais superiores a 1 bilhão de euros), o Grupo mantém o cumprimento das exigências legais de solvência e se mantém dentro dos limites de tolerância previstos no apetite de risco.

Por outro lado, dentro dos Riscos Financeiros e de Crédito, no exercício 2017 foi produzida uma apresentação do euro em comparação com as moedas de algumas de suas principais filiais, como o dólar dos EUA e o real brasileiro, com o consequente efeito negativo nos fundos próprios do Grupo (por meio das diferenças negativas de conversão) e nos resultados operacionais e fluxos de caixa em euros procedentes dessas filiais.

E.6 Explique os planos de resposta e supervisão para os principais riscos da entidade, inclusive os fiscais.

O Sistema de Gestão de Riscos é integrado à estrutura organizacional da Entidade, de acordo com o modelo de três linhas de defesa que é fundamentado em:

- a) Uma primeira linha de defesa constituída pelos funcionários, a diretoria e as áreas operacionais, de negócio e de suporte que assumem os riscos e são os responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para evitar os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.
- b) Como segunda linha de defesa, a Função de Gestão de Riscos e outras funções de seguro que facilitam e controlam a implementação efetiva dos controles estabelecidos pela primeira linha de defesa e auxiliam os proprietários dos riscos no processo de identificação.
- c) Como terceira linha de defesa, encontra-se a Auditoria Interna, área independente que avalia os processos de gestão de riscos, controle interno e governança da organização.

O Conselho de Administração da MAPFRE é o último responsável por garantir a eficácia do Sistema de Gestão de Riscos, por estabelecer o perfil de riscos e os limites de tolerância, assim como por aprovar as principais estratégias e políticas de identificação, gestão e controle de riscos, incluídos os fiscais, e a supervisão dos sistemas internos de informação e controle.

Para assegurar a administração eficaz dos riscos, a MAPFRE desenvolveu um conjunto de políticas de Gestão de Riscos nas quais são identificados os diferentes tipos de risco a serem enfrentados, é estabelecido o apetite de risco considerado aceitável e as medidas previstas para diminuir o impacto dos riscos identificados caso cheguem a se materializar e os sistemas de informação e controle interno a serem utilizados em relação a eles.

As Áreas de Gestão de Riscos das entidades no desenvolvimento de suas funções coordenam o conjunto de estratégias, processos e procedimentos de informação necessários para identificar, medir, vigiar, gerir e notificar de forma contínua os riscos aos quais a entidade esteja ou possa ficar exposta, bem como suas interdependências.

A Secretaria Geral do Grupo é o órgão responsável por emitir instruções e zelar pelo cumprimento das diversas regulamentações que afetam a sociedade e o grupo. Além disso, por meio do departamento de Assessoria Fiscal, a Secretaria Geral do Grupo dispõe da informação sobre os riscos fiscais detectados em cada país.

Em todo caso, as ações a serem adotadas diante dos riscos identificados são decididas pelo Conselho de Administração, que é informado imediatamente sobre qualquer risco que:

- Devido à sua evolução, ultrapasse os limites de risco estabelecidos;
- Possa dar lugar a perdas iguais ou superiores aos limites de risco estabelecidos; ou
- possa ameaçar o cumprimento das exigências de solvência ou a continuidade de funcionamento da Entidade.

Em nível operacional, o Grupo MAPFRE possui um Modelo Corporativo de Continuidade de Negócio, desenvolvido pela Área de Segurança e Meio Ambiente, cujo objetivo final é possibilitar a resposta oportuna e eficaz diante da materialização de um incidente de alto impacto, de forma que o dano produzido seja minimizado. O modelo é concretizado em planos de contingência que englobam, para cada processo, as estratégias de recuperação de acordo com sua criticidade e em função dos elementos não disponíveis (pessoas, edifícios, tecnologia e fornecedores).

F. Sistemas internos de controle e gestão de riscos em relação ao processo de emissão da informação financeira (SCIIF)

Descreva os mecanismos que compõem os sistemas de controle e gestão de riscos em relação ao processo de emissão de informações financeiras (SCIIF) de sua entidade.

F.1 Meio de controle da entidade

Relatório, assinalando suas principais características, de, pelo menos:

F.1.1. Que órgãos e/ou funções são os responsáveis por: (i) a existência e manutenção de um SCIIF adequado e efetivo; (ii) sua implementação; e (iii) sua supervisão.

O Sistema de Controle Interno da MAPFRE é um conjunto de processos, contínuos de forma temporal, cujo responsável máximo é o Conselho de Administração da MAPFRE S.A., que se apoia no Comitê Executivo e nas equipes executivas das diferentes unidades, sociedades, áreas corporativas e outros departamentos, para a implantação, atualização e monitoramento das tarefas e processos relacionados ao cumprimento dos objetivos do Sistema de Controle Interno. Para seu desenvolvimento na organização, o Sistema de Controle Interno da MAPFRE baseia-se no modelo das três linhas de defesa. Tudo isso foi reunido na última atualização realizada na Política de Controle Interno do Grupo, aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2017.

O Regulamento do Conselho de Administração, que foi modificado e aprovado em 7 de fevereiro de 2017, efetivo a partir de 10 de março de 2017, inclui as funções e competências do Conselho de Administração, da Comissão Delegada e de outros Comitês Delegados (Comitê de Auditoria e Conformidade, Comitê de Nomeações e Retribuições e Comitê de Riscos).

O Conselho de Administração delega a gestão ordinária na Comissão Delegada e na Alta Diretoria, além de reservar-se a autoridade de aprovar as políticas de controle e gestão de riscos, bem como a autoridade de aprovar tanto do acompanhamento periódico dos sistemas internos de informação e controle quanto das informações financeiras que devem ser publicadas por sua condição de entidade cotada.

O Comitê Executivo é o órgão que, encarregado pelo Conselho de Administração, exerce a supervisão direta da gestão das Unidades de Negócio e Áreas Corporativas e garante a ação coordenada delas.

Por outro lado, o Comitê de Auditoria e Conformidade, em sua qualidade de Órgão Delegado do Conselho de Administração, tem como competências, em relação aos sistemas de informação e controle interno, entre outras, a de supervisionar o processo de elaboração e a apresentação das informações financeiras preceptivas, bem como oferecer recomendações ou propostas ao Conselho de Administração dirigidas a proteger sua integridade e revisar periodicamente a eficácia do controle interno e dos sistemas de gestão de risco, para que os riscos principais sejam identificados, administrados e divulgados adequadamente.

O documento "Estatuto e Política de Auditoria Interna", atualizado e aprovado pelo Comitê de Auditoria e Conformidade em 29 de novembro de 2017 e pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2017, inclui as principais atividades de supervisão do Sistema de Controle Interno, bem como as relativas à Diretiva de Solvência II, que o Comitê de Auditoria e Conformidade realiza por intermédio da Área Corporativa de Auditoria Interna e que são definidas na seção 5.1 deste documento.

F1.2. Se existem, especialmente quanto ao processo de elaboração das informações financeiras, os seguintes elementos:

- Departamentos e/ou mecanismos responsáveis: (i) pela concepção e revisão da estrutura organizacional; (ii) por definir claramente as linhas de responsabilidade e autoridade, com uma distribuição adequada de tarefas e funções; e (iii) pela existência de procedimentos suficientes para sua correta difusão na entidade.

A norma relativa aos Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE, aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em sua reunião de 24 de junho de 2015 e modificada em 7 de fevereiro de 2017, em vigor

a partir de 10 de março de 2017, constitui o quadro mínimo de cumprimento obrigatório para todas as entidades que integram a MAPFRE e seus respectivos órgãos de governança.

O Conselho de Administração revisa e autoriza a estrutura organizacional do Grupo e aprova as linhas de responsabilidade e autoridade em função da estrutura organizacional definida. Em 20 de outubro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o novo Organograma Executivo, que estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2018.

A distribuição de funções e a definição de âmbitos de atividade/ autoridade e de níveis hierárquicos são realizadas de acordo com o Manual de Estrutura Organizacional aprovado pela Área Corporativa de Recursos Humanos.

A concordância entre a organização de postos e a estrutura é necessária, já que relaciona as funções, papéis e responsabilidades para o desenvolvimento adequado do negócio.

As políticas e normas contábeis aplicáveis ao Grupo são estabelecidas pela Área Corporativa Financeira, que é responsável pela coordenação entre as diversas Unidades de Negócio e Áreas Corporativas no que tange ao processo de elaboração das informações financeiras consolidadas.

- Código de conduta, órgão de aprovação, grau de difusão e instrução, princípios e valores incluídos (indicando se há menções específicas ao registro de operações e elaboração de informações financeiras), órgão responsável por analisar descumprimentos e por propor ações corretivas e sanções.

O Código de Ética e Conduta, aprovado em 21 de dezembro de 2017 pelo Conselho de Administração, substituiu o aprovado no ano de 2016, que, por sua vez, substituiu o aprovado em 2009.

Seu objeto é refletir os valores corporativos e os princípios básicos que devem guiar a atuação da MAPFRE e das pessoas que a integram.

Foram realizadas campanhas de comunicação do Código a todos os funcionários, sendo que o Código está disponível na intranet e na página do Grupo.

Até 31 de dezembro de 2017, 24.353 funcionários no mundo fizeram o curso e-learning sobre o Código de Ética e Conduta, com alcance aproximado de 60% de todo o quadro de funcionários.

O Código estabelece princípios concretos de cumprimento obrigatório para todos os funcionários, aplicáveis ao tratamento das informações financeiras do Grupo, a fim de preservar sua confidencialidade, integridade e disponibilidade de acordo com a política de segurança da informação da MAPFRE. Além disso, estabelece a responsabilidade para todos os funcionários de

que as informações proporcionadas sejam precisas, claras e verídicas.

Para garantir a aplicação do Código, bem como a supervisão e o controle do seu cumprimento, conta com o Comitê de Ética como órgão encarregado de zelar pelo seu cumprimento e analisar e resolver as denúncias oriundas de seu descumprimento. Qualquer funcionário que tenha dúvidas sobre a aplicação do Código ou que presencie uma situação que possa implicar descumprimento ou vulnerabilidade de qualquer um dos princípios e normas éticas ou de conduta deve comunicar sua consulta ou denúncia ao Comitê de Ética, que atua no âmbito de suas funções de consultoria ou resolvendo as denúncias que possam ser apresentadas por descumprimento do Código.

Para comunicar as consultas e denúncias ao Comitê de Ética, existe o Canal de Consultas e Denúncias com acesso direto por meio do portal interno do Grupo. Seu regime de funcionamento está incluído no próprio Código Ético e de Conduta.

Anualmente, o Comitê de Ética informa à Comissão Delegada as atividades realizadas no exercício, se for o caso.

- Canal de denúncias que permita a comunicação ao comitê de auditoria de irregularidades de natureza financeira e contábil, além de eventuais descumprimentos do código de conduta e atividades irregulares na organização, informando, se for o caso, se estas são de natureza confidencial.

Além do Canal de Consultas e Denúncias ao Comitê de Ética mencionado na seção anterior, existe o Canal de Denúncias Financeiras e Contábeis, que permite aos funcionários do Grupo comunicar ao Comitê de Auditoria e Conformidade, confidencialmente, as irregularidades com transcendência financeira ou contábil em potencial detectadas por meio de uma caixa eletrônica e, alternativamente, de correspondência escrita a um endereço predeterminado.

As normas de funcionamento do Canal de Denúncias Financeiras e Contábeis do Grupo MAPFRE, aprovadas pelo Comitê de Auditoria no ano de 2011 e atualizadas em 2016, foram publicadas na intranet ou no portal interno do Grupo.

O Comitê de Auditoria e Conformidade, como destinatário das denúncias, fica sabendo delas e resolve-as, dando-lhes, em cada caso, o tratamento que julgar oportuno. Para o cumprimento adequado da sua função, conta com a assistência da Secretaria Geral e da Área Corporativa de Auditoria Interna.

Naqueles casos de denúncias relativas a filiais do Grupo, que obrigatoriamente dispõem de um canal de denúncias próprio, o Comitê de Auditoria e Conformidade e o órgão competente da filial atuam coordenadamente na tramitação e resolução das denúncias recebidas.

As partes intervenientes no Canal têm controles de acesso restrito à informação, sendo que a confidencialidade e a identidade do denunciante são garantidas pela coleta dos dados pessoais fornecidos segundo os requisitos definidos pela legislação vigente em matéria de proteção de dados.

Com periodicidade anual, a Secretaria Geral elabora um relatório cujo destinatário é o Comitê de Auditoria e Conformidade, no qual são refletidos a atividade do Canal e o resultado final das denúncias realizadas.

- Programas de formação e atualização periódica para os funcionários envolvidos na preparação e revisão das informações financeiras, bem como na avaliação do SCIF, que abarquem pelo menos normas contábeis, auditoria, controle interno e gestão de riscos.

A MAPFRE conta com um Modelo Global de Formação que é a base da Universidade Corporativa, que se organiza através de Escolas de Conhecimento que abrangem todos os programas formativos desenvolvidos a nível global e local.

Entre as Escolas Técnicas de Conhecimento, continuou-se avançando no desenvolvimento da Escola de Finanças, que tem como objetivo proporcionar a todos os funcionários de todas as Áreas Financeiras os conhecimentos necessários para a gestão financeira e de riscos adequada, o que é imprescindível para o crescimento da MAPFRE. Os pilares sobre os quais se baseiam os materiais de formação dessa escola são:

- Gestão de Riscos
- Controle de Gestão, Administração e Contabilidade
- Finanças Corporativas
- Investimentos

Durante o ano de 2017, foram desenvolvidos na Espanha diversos programas de formação nas áreas de finanças, riscos e controle interno, que contaram com um total de 4.029 horas de formação para 1.945 participantes.

Na Área Regional Ibéria, vale destacar o plano de formação de certificação financeira para a Rede comercial da MAPFRE, provido pela Escola FEF (Fundación Estudios Financieros).

O acordo firmado pela MAPFRE e a FEF permite que um amplo coletivo de profissionais da Organização Comercial em toda a Espanha tenha acesso a um programa de alto nível, que os capacita como Assessores Financeiros homologados pela CNMV, conforme exigido pela norma MIFIDII. Essa formação dará um grande valor à nossa Rede, dotando-a de conhecimentos atualizados, bastante completos e práticos que ajudarão nas gestões de vendas relacionadas poupança e investimentos.

Até final de 2017 já foram certificados oficialmente 186 funcionários e 179 mediadores. Além disso, outros 268 funcionários estão realizando o curso e finalizarão o programa em março de 2018.

O programa tem uma duração de 150 horas e utiliza um sistema blended: presencial, vídeo formação, web e fóruns.

Na modalidade de formação e-learning, vale mencionar o curso sobre "Normas de controle interno", de realização obrigatória para todos os empregados do Grupo. Em 2017, foram registradas 3.850 inscrições. Nos últimos nove anos, o total de inscrições realizadas nesse curso entre funcionários e mediadores subiu para 63.057.

Em 2015, foi desenvolvido e integrado na plataforma eCampus um novo curso de e-learning sobre a Função de Cumprimento Normativo, cujo objetivo é divulgar essa função, suas características, objetivos e responsabilidades, bem como a importância que adquire a implementação da Função de Cumprimento nas organizações para minimizar o risco de não cumprimento legal e regulatório ao qual estão expostas. Durante 2017, o número de funcionários que se matriculou nesse curso subiu para 535, com 535 horas de formação.

Em 2017, foi desenvolvido um curso e-learning sobre a normativa de Solvência II, dirigido a todos os funcionários do mundo. Em 2018, começaram as matrículas dos funcionários nesse programa de formação online que estará disponível nos três idiomas corporativos (espanhol, inglês e português do Brasil).

Também em 2017, continuaram sendo desenvolvidas ações de formação em Auditoria Interna, cujo objetivo é proporcionar a todos os profissionais das áreas de auditoria da MAPFRE no mundo os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da função de auditoria interna, além de compartilhar ferramentas de gestão estabelecidas e boas práticas.

Em relação aos auditores de negócio, em maio de 2017 foi realizado o seminário internacional de diretores de auditoria de todos os países, no qual participaram 35 funcionários. Esse seminário é realizado a cada dois anos e tem como principais objetivos tratar de temas relacionados com a função de auditoria e a gestão da atividade em cada um dos países, assim como novidades no mercado segurador e nos negócios onde a MAPFRE opera.

Além disso, em novembro de 2017 foi realizado um seminário de formação para os auditores da Espanha e Portugal, no qual participaram 67 funcionários, e cujo conteúdo estava centrado principalmente em aspectos relacionados à Unidade de Negócio de Global Risks, Solvência II, automatização inteligente, normativa contábil e em matéria de proteção de dados e aspectos macroeconômicos do setor segurador.

Em relação à elaboração das informações financeiras, a Secretaria Geral e a Área Corporativa Financeira emitiram circulares de instruções referentes à atualização das normas aplicáveis. Além disso, os responsáveis pelas diretorias financeiras contam com modelos específicos e instruções concretas para elaborar as informações financeiras, por meio do Manual de Consolidação (que inclui normas e políticas contábeis aplicáveis) e dos Modelos de Contas atualizados anualmente.

F.2 Avaliação de riscos da informação financeira

Relatório de, pelo menos:

F.2.1. Quais são as principais características do processo de identificação de riscos, incluindo os de erro ou fraude, quanto a:

- Se o processo existe e foi documentado.

A MAPFRE conta com um Sistema de Gestão de Riscos (doravante SGR) que se aplica às entidades do Grupo conforme a normativa interna de cada uma das categorias de risco incluídas.

A descrição do SGR está incluída na seção E. Sistemas de Controle e Gestão de Riscos do presente relatório de Governança Corporativa.

Com relação ao Sistema de Controle de Riscos, foram identificados fatores de riscos para cada um dos processos que o Grupo considerou fundamentais, os quais estão agrupados em 23 tipos de riscos. Entre os fatores de risco incluídos para cada processo, sempre é agregado um relacionado ao registro e à contabilização da informação financeira.

Estes fatores de risco são associados a grandezas significativas das principais seções dos estados financeiros. Neste processo de identificação das grandezas significativas, foram considerados fatores quantitativos e qualitativos (complexidade das operações, risco de fraude e outros).

Adicionalmente, o Grupo atualiza e faz o acompanhamento do seu Sistema de Controle de Riscos por meio de questionários específicos de controles e riscos, estabelecendo medidas corretivas sempre que necessário.

- Se o processo cobre a totalidade dos objetivos da informação financeira (existência e ocorrência, integridade, avaliação, apresentação, divulgação e comparabilidade, direitos e obrigações), se ele é atualizado e com que frequência.

A identificação dos riscos que cobrem os objetivos de existência e ocorrência; integridade; avaliação; apresentação; detalhamento e comparabilidade; e direitos e obrigações das informações financeiras é concretizada por meio do processo de elaboração

do questionário trimestral de controles internos sobre as informações financeiras.

Esse procedimento tem como objetivo identificar e garantir que sejam executados controles durante a elaboração das informações financeiras, deixar evidência documental dos controles realizados pela entidade nos processos de Tesouraria, Consolidação, Contabilidade e Impostos, bem como do resultado de sua aplicação, e atuar como canal de comunicação interno para compartilhar as informações relevantes relativas à emissão das informações financeiras.

O procedimento através do qual as Áreas de Administração e Finanças das principais entidades deixam evidências documentais, graças a um sistema ágil e simples, das principais atividades desenvolvidas e dos controles executados no processo de elaboração das informações financeiras que as empresas seguradoras da MAPFRE realizam nos encerramentos trimestrais e anuais, foi revisado em 2016.

- A existência de um processo de identificação do perímetro de consolidação, levando-se em conta, entre outros aspectos, a possível existência de estruturas societárias complexas, entidades instrumentais ou de propósito especial.

O Manual de Consolidação da MAPFRE elaborado pela Área Corporativa Financeira descreve o processo de identificação do perímetro de consolidação, que inclui todas as sociedades do Grupo e é atualizado mensalmente.

O Responsável pela Consolidação de cada Subgrupo recebe da Diretoria de Consolidação o detalhamento das sociedades incluídas no perímetro de consolidação com as porcentagens de participação direta e indireta e o método de consolidação que aplica. Qualquer modificação sobre a informação entregue deve ser comunicada à Diretoria de Consolidação, e esta decide sobre sua modificação uma vez analisados os motivos expostos.

A estrutura funcional e as tarefas designadas aos representantes do processo mencionado estão presentes no próprio Manual de Consolidação.

- Se o processo tem em conta os efeitos de outros tipos de riscos (operacionais, tecnológicos, financeiros, legais, reputacionais, ambientais, etc..) na medida que afetem os estados financeiros.

O controle de risco leva em consideração os tipos de riscos operacionais, tecnológicos, financeiros, legais, de reputação e ambientais, bem como os riscos próprios da atividade seguradora e resseguradora.

Neste processo, cada fator de risco está vinculado, se for o caso, ao título das demonstrações financeiras que seria afetado se o risco potencial se materializasse, sendo os principais títulos:

prêmios, provisões, rendimentos financeiros, despesas de aquisição, despesas de administração e despesas de sinistros.

O controle dos riscos é feito em Grupo, tanto na Espanha como no exterior, através do aplicativo informático Riskm@p, desenvolvido internamente na MAPFRE, através do qual são confeccionados Mapas de Risco das entidades nos quais são analisadas a importância e a probabilidade de ocorrência dos diversos riscos. O modelo de gerenciamento baseia-se em uma análise dinâmica por processos, que consiste em que os administradores de cada área ou departamento, entre outros aspectos, identificam e avaliam os riscos potenciais que afetam os processos de negócio e de suporte, bem como as principais magnitudes econômicas mediante o preenchimento de questionários de autoavaliação de riscos.

- Qual órgão de governança da entidade supervisiona o processo?

O Comitê de Auditoria e Conformidade, em relação aos sistemas de informação e controle interno, tem como competências, entre outras, revisar periodicamente os sistemas de controle interno e os sistemas de identificação e gestão de riscos. A revisão do Sistema de Controle Interno e do Sistema de Gestão de Riscos é feita, pelo menos, anualmente.

Sobre o relatório SCIIF, a Auditoria Externa revisa e analisa o seu conteúdo emitindo seu próprio relatório sobre a consistência e as ocorrências da informação que possam afetá-lo.

O relatório SCIIF, junto ao relatório elaborado pela Auditoria Externa, é supervisionado pelo Comitê de Auditoria e Conformidade, com prévia apresentação ao Conselho de Administração.

F.3 Atividades de controle

Relatório, assinalando suas principais características, se dispõe de, pelo menos:

F.3.1. Procedimentos de revisão e autorização da informação financeira e a descrição do SCIIF, a ser publicada nos mercados de valores, indicando seus responsáveis, bem como de documentação descritiva dos fluxos de atividades e controles (incluindo os relativos a risco de fraude) dos diferentes tipos de transações que possam afetar de modo material aos estados financeiros, incluindo o procedimento de fechamento contábil e a revisão específica dos julgamentos, estimativas, avaliações e projeções relevantes.

Os relatórios financeiros relativos às contas anuais e às informações semestrais e trimestrais, elaborados pela Área Corporativa Financeira, são apresentados ao Comitê de Auditoria e Conformidade e, posteriormente, são apresentados ao Conselho de Administração.

No caso das contas anuais individuais e consolidadas, o Diretor Geral Financeiro, o Diretor Geral de Auditoria Interna e o diretor responsável pela elaboração dessas contas atestam sua exatidão e integridade diante do Conselho de Administração.

O calendário de encerramento, elaborado pela Direção de Controle Interno Contábil e a Supervisão, detalha as principais atividades do processo de consolidação e elaboração das contas anuais e semestrais, bem como seus controles, marcando as datas limite de cumprimento.

As diferentes entidades do Grupo informam, através dos responsáveis atribuídos, a informação financeira que a Área Corporativa Financeira consolida para elaborar os relatórios. No processo de consolidação, existem controles que permitem detectar erros que podem afetar materialmente os demonstrativos financeiros.

Por outro lado, o Comitê de Auditoria e Conformidade supervisiona as seguintes informações:

- O relatório de gerenciamento e contas anuais individuais e consolidadas da MAPFRE S.A. e suas empresas dependentes.
- O relatório da revisão limitada sobre os estados financeiros intermediários resumidos consolidados da MAPFRE S.A., correspondentes ao período intermediário finalizado a 30 de junho de cada ano.
- A informação que trimestralmente, a MAPFRE S.A. envia à Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV). Previamente, esta informação financeira é analisada pela Área Corporativa de Auditoria Interna que emite um relatório no qual destaca que a preparação das demonstrações contábeis intermediárias da MAPFRE S.A., foi realizada através da aplicação dos mesmos critérios utilizados para as contas anuais e que são contas razoáveis, objetivas e verificáveis.
- A informação elaborada pela MAPFRE S.A. para investidores e analistas, que é revisada e analisada pelo Comitê de Auditoria e Conformidade antes da sua publicação.
- Os documentos relativos ao Pilar II e ao Pilar III de Solvência II. ORSA (Own Risk and Solvency Assessment), SFCR (Solvency and Financial Condition Report) e RSR (Regular Supervisory Report).

Além disso, como indicado na seção anterior, as entidades preenchem trimestralmente o questionário de controles internos sobre as informações financeiras, no qual são reunidos indícios documentais das atividades e controles executados a respeito dos principais processos de emissão de informações financeiras.

Como procedimento adicional aos anteriormente indicados, no processo de controle de riscos, são elaborados manuais de controles internos e outros documentos descritivos, nos quais são agrupados os procedimentos, as atividades e seus participantes, e identificados os riscos associados e os controles que os atenuam, incluindo os relativos a riscos de fraude e do processo de fechamento contábil.

O Conselho de Administração baseia seus julgamentos e estimativas em hipóteses sobre o futuro e sobre incertezas que se referem basicamente às provisões técnicas, às perdas por deterioração de determinados ativos, no cálculo de provisões para riscos e gastos, no cálculo atuarial dos passivos e compromissos por benefícios pós-emprego, na vida útil dos ativos intangíveis e dos elementos do imobilizado tangível, bem como no valor razoável de determinados ativos não cotados.

As estimativas e hipóteses usadas são reunidas nas instruções de fechamento contábil, são revisadas periodicamente e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados mais razoáveis em cada caso. Se a revisão resultar em mudanças de estimativa em um determinado período, seu efeito aplicar-se-á a esse período e, se for o caso, aos períodos sucessivos.

F.3.2. Políticas e procedimentos de controle interno sobre os sistemas de informação (entre outros, sobre segurança de acesso, controle de mudanças, sua operação, continuidade operacional e segregação de funções) que suportem os processos relevantes da entidade em relação à elaboração e publicação das informações financeiras.

A Diretoria Corporativa de Segurança e Meio Ambiente, que depende da Área Corporativa de Meios e Coordenação Institucional, dirigida pelo primeiro vice-presidente, atua diretamente sobre as normas relacionadas à segurança da informação.

Em particular, as medidas estabelecidas são concretizadas em um Sistema de Segurança da Informação (SDSI) ou Corpo Normativo de Segurança da Informação (CNSI), organizado segundo os objetivos definidos no Plano de Segurança da Informação (PSI) aprovado pela Comissão Diretiva no ano de 2004.

Os controles e procedimentos de segurança estabelecidos sobre os sistemas de informação são de três tipos: preventivos, informativos e reativos, que se traduzem na publicação de normas, no monitoramento de redes e sistemas e na revisão de medidas e controles implementados.

Desse modo, o Corpo Normativo de Segurança da Informação (CNSI) estabelece, entre outros aspectos: a manutenção de um controle dos sistemas de informação por meio de procedimentos de inventariado que permitam identificar os recursos e as informações neles contidos, a verificação da identidade de seus usuários e a utilização de senhas, segundo os critérios de robustez indicados no próprio corpo normativo, que contribui, entre outros, para a manutenção da segregação de funções adequada.

Por sua vez, para possibilitar o desenvolvimento das obrigações estabelecidas no CNSI, há um Centro de Controle Geral (habilitado como CERT, Computer Emergency Response Team, e pertencente à rede internacional FIRST, Forum of Incident Response and Security Teams) que monitora a atividade nas redes e nos Sistemas de Informação do Grupo e é o órgão responsável por responder aos eventuais incidentes de segurança que possam surgir.

Igualmente, a Diretoria Corporativa de Segurança e Meio Ambiente estabelece anualmente um plano de revisões de segurança para verificar os controles de segurança implantados e a descoberta de vulnerabilidades nos sistemas de informação.

Tanto a Política de Segurança Corporativa, aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em 2015, quanto as normas e padrões desse Corpo Normativo de Segurança da Informação foram publicados no portal interno e na Intranet Global, para que todos os funcionários tenham acesso a eles.

Além disso, o Grupo conta com uma Política, um Quadro de Governança e uma Metodologia de Continuidade do Negócio que definem o âmbito e as ações necessárias para garantir o correto funcionamento das operações diante da materialização de um incidente de alto impacto, a fim de minimizar o dano produzido.

A Área Corporativa de Auditoria Interna verifica anualmente o funcionamento adequado do Sistema de Controle Interno dos principais Sistemas Informáticos cujo alcance são os controles gerais de tecnologia da informação (TI), o ambiente de controle de TI e os controles aplicáveis.

F.3.3. Políticas e procedimentos de controle interno destinados a supervisionar a gestão das atividades terceirizadas, bem como dos aspectos de avaliação, cálculo ou valorização encomendados a especialistas independentes, que possam afetar materialmente os demonstrativos financeiros.

Todos os serviços terceirizados se materializam por meio de contratos específicos, sendo a supervisão direta dos fornecedores exercida pelas unidades ou áreas contratantes, exceto aqueles serviços pontuais (não recorrentes no tempo) que devido ao seu reduzido montante, sua duração e sua escassa importância são tramitados a partir da oferta do fornecedor pelo sistema.

A seleção dos fornecedores é feita com critérios objetivos que avaliam fatores como a qualidade, o preço, a infraestrutura disponível, o reconhecimento no mercado, bem como se pertencem ao grupo de colaboradores de alguma das entidades do Grupo e sua história na qualidade do serviço prestado a elas.

O cumprimento das normas vigentes nos diferentes países e a implementação de medidas de segurança, quando aplicável, são requisitos indispensáveis para sua escolha. Outros fatores avaliados positivamente são o tempo de resposta, o serviço pós-venda, a cobertura geográfica e o valor agregado que possa ser dado.

Atualmente, a Área de Meios e Coordenação Institucional desenvolve um projeto para realizar a implementação nos países do Plano Global de Compras e Contratação de Serviços, que inclui diferentes categorias, entre as quais está a referente aos serviços exteriores, que reúne aqueles com possível impacto financeiro derivados da avaliação, cálculo ou estimativa encomendados. Entre os serviços exteriores atualmente catalogados estão, entre outros, os serviços relacionados aos trabalhos de auditoria, assessoria e avaliação de imóveis.

No desenvolvimento desse Plano, a Comissão Delegada aprovou em 2013 a Norma de Compras, que contém os princípios e critérios básicos para a contratação de bens e serviços de todas as empresas do Grupo, independentemente de sua localização geográfica e do tipo de negócio. Além disso, a Área Corporativa de Meios e Coordenação Institucional conta com um procedimento de Compras definido internamente que completa a Norma de Compras, o qual foi atualizado durante o ano de 2017 e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018.

A aprovação e contratação dos fornecedores é realizada, com caráter geral pela Área de Compras e, uma vez realizada a contratação, é o solicitante que supervisiona que o serviço seja prestado de modo adequado e conforme à normativa vigente.

Apesar do exposto, naqueles casos em que os serviços externos subcontratados para estimativa da avaliação requeiram um conhecimento técnico específico (operações societárias, avaliação de ativos e carteiras, etc.), as próprias áreas realizarão diretamente a contratação e a supervisão ao contar com pessoal qualificado para avaliar a capacidade e a qualificação do fornecedor, bem como as conclusões apresentadas nos relatórios emitidos.

Atualmente, estão homologados os principais fornecedores contratados frequentemente, tendo como objetivo que a totalidade dos fornecedores frequentes ou que representem uma especial relevância para o Grupo MAPFRE estejam homologados, conforme estabelecido no Procedimento de Compras.

F.4 Informação e comunicação

Relatório, assinalando suas principais características, se dispõe de, pelo menos:

F.4.1. Uma função específica encarregada de definir, manter atualizadas as políticas contábeis (área ou departamento de políticas contábeis) e resolver dúvidas ou conflitos derivados da sua interpretação, mantendo uma comunicação fluída com os responsáveis pelas operações na organização, bem como um manual de políticas contábeis atualizado e comunicado às unidades através do qual opera a entidade.

A Diretoria de Controle Interno Contábil e Supervisão, que depende da Área Corporativa Financeira, inclui, entre outras, a função de manter atualizadas as políticas e normas contábeis aplicáveis que afetem as informações financeiras do Grupo, assim como a de resolver consultas e conflitos derivados de sua interpretação.

Além disso, mantém uma relação estreita e fluida com as diretorias financeiras das diversas entidades e com as Áreas Corporativas, a quem comunica os procedimentos e as normas contábeis estabelecidas formalmente.

As filiais do Grupo recebem a comunicação dos procedimentos e normas aplicáveis por meio das entidades principais dos Subgrupos, que são as que recebem diretamente as instruções da Diretoria de Controle Interno Contábil e Supervisão.

A Diretoria de Controle Interno Contábil e Supervisão mantém atualizados os Modelos de Contas Anuais individuais e consolidadas aplicáveis às diferentes entidades do grupo, que incluem as políticas contábeis e o detalhamento das informações a serem apresentadas. A Diretoria de Consolidação da Área Corporativa Financeira especifica as instruções sobre as políticas contábeis e as divulgações para a elaboração da informação consolidada do Grupo através do Manual de Consolidação.

Pelo menos uma vez por ano e durante o último trimestre do exercício, revisam-se os Modelos de Contas Anuais e o Manual de Consolidação, sendo que as modificações pertinentes são notificadas às partes afetadas. Não obstante, quando há variações cujo efeito afeta intervalos inferiores ao período anual, essas modificações são transmitidas de forma imediata.

F.4.2. Mecanismos de captura e preparação das informações financeiras com formatos homogêneos, de aplicação e utilização por todas as unidades da entidade ou do grupo, que suportem os principais demonstrativos financeiros e as notas, bem como as informações detalhadas sobre o SCIIF.

Desde o ano 2010, o gerenciamento da informação financeira das entidades do Grupo MAPFRE é realizado através da aplicação corporativa de consolidação, ferramenta que constitui um

banco de dados centralizado (repositório comum e único de dados). Essa aplicação foi programada para a execução automática de lançamentos de consolidação e de controles do processo, o que assegura, para todos os lançamentos automáticos, a aplicação homogênea dos critérios incluídos no Manual de Consolidação, além de minimizar a probabilidade de erros.

Dentro do processo de elaboração das informações financeiras, as células de consolidação constituem o meio de comunicação das informações necessárias no processo de consolidação ou na elaboração dos demonstrativos financeiros consolidados. Pelo menos uma vez por ano, elas são revisadas e atualizadas.

Com base nas informações contidas nas células de consolidação e seguindo o Modelo de Contas elaborado pela Diretoria de Controle Interno e Contábil e Supervisão, a Diretoria de Consolidação prepara as contas anuais consolidadas e o resto dos demonstrativos financeiros.

A Diretoria de Controle Interno Contábil e Supervisão é responsável pela preparação do relatório relativo ao SCIIF. Para isso, identifica as áreas envolvidas no processo de elaboração das informações financeiras, às quais transmite as instruções para preencher esse relatório e solicita, pelo menos com periodicidade anual, a atualização da documentação de suporte que corrobore as ações realizadas.

F.5 Supervisão do funcionamento do sistema

Relatório, assinalando as características principais, com pelo menos:

F.5.1. As atividades de supervisão do SCIIF realizadas pelo comitê de auditoria, bem como se a entidade conta com uma função de auditoria interna que tenha, entre suas competências, a de apoiar o comitê no seu trabalho de supervisão do sistema de controle interno, incluindo o SCIIF. Da mesma forma, deve-se informar o alcance da avaliação do SCIIF realizada no exercício e o procedimento pelo qual o responsável por executar a avaliação comunica seus resultados, se a entidade conta com um plano de ação que detalhe as eventuais medidas corretivas e se foi levado em consideração o seu impacto sobre as informações financeiras.

A MAPFRE S.A. conta com uma Área Corporativa de Auditoria Interna, composta, desde o ano de 2014, por seis Serviços de Auditoria Interna situados na Espanha (Seguros Ibérica; Seguros América Latina; Seguros Internacional; Resseguro, Assistência e Global Risks; e Tecnologias da Informação), uma Unidade de Auditoria Interna Contínua na Espanha e 25 unidades e departamentos de auditoria interna no exterior, completamente independentes e que revisam e avaliam a adequação e o funcionamento correto dos processos do Grupo, bem como do Sistema de Controle Interno.

A estrutura da Área Corporativa de Auditoria Interna da MAPFRE depende funcionalmente do Conselho de Administração da MAPFRE S.A., por meio do Comitê de Auditoria e Conformidade (Órgão Delegado do Conselho) e, particularmente, do seu Presidente.

Os diretores dos serviços e das unidades de auditoria dependem (funcional e hierarquicamente) do Diretor Geral de Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria e Conformidade supervisiona as informações financeiras refletidas no parágrafo F.3.1. do presente relatório, além de aprovar o Plano de Auditoria Interna, fazendo seu acompanhamento trimestralmente.

O Plano de Auditoria abrange os trabalhos de supervisão que a Área Corporativa de Auditoria Interna realizará durante o próximo exercício, cuja elaboração e suficiência são estabelecidas em função dos riscos identificados, das solicitações recebidas e por experiência própria. A gestão do Plano é feita de maneira homogênea por meio de uma plataforma tecnológica única para o Grupo que permite o tratamento das informações de acordo com os níveis de acesso e conforme as responsabilidades estabelecidas.

O Estatuto e Política de Auditoria Interna do Grupo MAPFRE estabelece que a Área Corporativa de Auditoria Interna tem as seguintes funções exclusivas, entre outras:

– Supervisionar a adequação e eficácia do Sistema de Controle Interno e de outros elementos do Sistema de Governança, trabalho que se foca em:

- Avaliar a adequação, a suficiência e a eficácia dos elementos do Sistema de Controle Interno.
- Avaliar o Sistema de Gestão de Riscos (SGR) com base na gestão integrada de todos e de cada um dos processos comerciais e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos da MAPFRE, por meio da revisão, no mínimo, dos processos de qualificação e quantificação dos tipos de risco previstos na Diretriz de Solvência II. Nesse sentido, a revisão da avaliação interna de riscos e solvência (ORSA, Own Risk and Solvency Assessment), que deverá ser realizada por cada entidade ou grupo de entidades seguradoras, será um dos aspectos principais do trabalho a ser realizado.
- Avaliar a adequação e o desempenho das Funções-chave incluídas no Sistema de Governança previstas na Diretriz de Solvência II.
- Contribuir para a boa Governança Corporativa por meio da verificação do cumprimento das normas estabelecidas nos "Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE" e na Diretriz de Solvência II.

– Avaliar a confiabilidade e integridade das informações contábeis e financeiras individuais e consolidadas, além de outras informações de caráter econômico elaboradas pela MAPFRE S.A., suas Sociedades Dependentes, Unidades de Negócio, Áreas Territoriais, Áreas Regionais e Áreas Corporativas; bem como a validade, suficiência e aplicação dos princípios e normas contábeis e legais.

A avaliação do Sistema de Controle Interno da MAPFRE por parte da Área Corporativa de Auditoria Interna segue uma metodologia baseada em variáveis, como a revisão do controle interno de TI, as avaliações de auditorias realizadas no ano e o cumprimento de recomendações, cuja aprovação anteriormente cabia ao Comitê de Auditoria e Conformidade, e cujo resultado é resumido em um relatório sobre a eficácia dos procedimentos de Controle Interno. Quando cabível, realizam-se recomendações individualizadas à entidade com o objetivo de melhorar o Sistema de Controle Interno, em relação às quais o Comitê de Auditoria e Conformidade realiza um acompanhamento de seu cumprimento.

O Comitê de Auditoria e Conformidade realiza anualmente uma reunião sobre controle interno, na qual se analisam as avaliações e recomendações emitidas pela Área Corporativa de Auditoria Interna sobre o Sistema de Controle Interno (entre os quais se encontra o SCIIF).

A Área Corporativa de Auditoria Interna verifica o funcionamento do Sistema de Controle Interno dos principais sistemas informáticos, conforme indicado na seção 3.2 anterior.

Adicionalmente, a Área Corporativa de Auditoria Interna realiza uma análise dos trabalhos realizados ao longo do ano e sua repercussão nos demonstrativos financeiros.

Também o auditor externo, como parte de seus procedimentos de auditoria realizados para validar as contas anuais, emite um memorando de recomendações em sua visita interina, que se apresenta ao Comitê de Auditoria e Conformidade.

F.5.2. Foi implementado um procedimento de discussão por meio do qual o auditor de contas (de acordo com o estabelecido nas NTA), a função de auditoria interna e outros especialistas podem comunicar à Diretoria Executiva e ao comitê de auditoria ou administradores da entidade os pontos fracos significativos do controle interno identificados durante os processos de revisão das contas anuais, ou os outros que tiverem sido encomendados. Além disso, informará se há um plano de ação disponível que trate de corrigir ou mitigar os pontos fracos observados.

Na seção F.5.1 anterior, é indicado o procedimento utilizado pela auditoria para comunicar a avaliação de aspectos relacionados com o controle interno.

A comunicação com o auditor externo é muito frequente e fluida no Grupo MAPFRE. Tanto no começo quanto no meio e após o término do trabalho de revisão das contas da entidade por parte dos auditores externos, realizam-se reuniões de planejamento, acompanhamento e coordenação, das quais participam os auditores externos, os auditores internos, a Secretaria Geral e a Área Corporativa Financeira. Além disso, no fim do trabalho, ocorre uma reunião com o Diretor Geral de Auditoria Interna para revelar os resultados e conclusões detectados durante esse trabalho. Dispõe-se de planos de ação com o objetivo de corrigir ou atenuar os pontos fracos observados, que incorporam as respostas elaboradas pela Diretoria às recomendações apresentadas pelos auditores externos; esses planos são apresentados ao Comitê de Auditoria e Conformidade. O auditor externo participa do Comitê de Auditoria e Conformidade quando forem tratados temas relacionados com a revisão das contas anuais e semestrais, sua revisão preliminar, assim como outros temas relacionados a cada caso.

F.6 Outra informação relevante

Não existe outra informação relevante com relação ao SCIIF que não tenha sido incluída no presente relatório.

F.7 Relatório do auditor externo

Relatório de:

F.7.1. Se as informações do SCIIF enviadas aos mercados tiverem sido submetidas a revisão pelo auditor externo, a entidade deve incluir o relatório correspondente como anexo. Caso contrário, deve informar os motivos disso.

A informação correspondente ao SCIIF foi submetida a revisão pelo auditor externo, cujo relatório é anexado.

G. Grau de acompanhamento das recomendações de governança corporativa

indique o grau de acompanhamento da sociedade com respeito às recomendações do Código de boa governança das sociedades cotadas.

Caso alguma recomendação não seja total ou parcialmente seguida, deve-se incluir uma explicação detalhada dos motivos, para que os acionistas, investidores e o mercado em geral disponham de informações suficientes para avaliar o comportamento da sociedade. Não serão aceitas explicações de caráter geral.

1. Que os Estatutos das empresas cotadas não limitem o número máximo de votos que possa emitir um mesmo acionista, nem contenham outras restrições que dificultem a tomada de controle da empresa mediante a aquisição de suas ações no mercado.

Cumpre Explique

2. Que, quando a sociedade matriz e uma sociedade dependente são cotadas, ambas definem publicamente com exatidão:

a) As respectivas áreas de atividade e eventuais relações de negócio entre elas, bem como as da empresa dependente cotada com as demais empresas do grupo.

b) Os mecanismos previstos para resolver os eventuais conflitos de interesses que possam surgir.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

3. Que durante a realização da assembleia geral ordinária, como complemento da difusão, por escrito, do relatório anual de governança corporativa, o presidente do conselho de administração informe, verbalmente, os acionistas, com detalhes suficientes, sobre os aspectos mais relevantes da governança corporativa da sociedade e, particularmente:

a) Sobre as mudanças ocorridas desde a assembleia geral ordinária anterior.

b) Sobre os motivos concretos pelos quais a companhia não segue alguma das recomendações do Código de Governança Corporativa e, se existirem, sobre as regras alternativas aplicáveis nessa matéria.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

4. Que a sociedade defina e promova uma política de comunicação e contratos com acionistas, investidores institucionais e assessores de voto que seja plenamente respeitosa com relação as normas contra o abuso de mercado e dê um tratamento semelhante aos acionistas que estiverem na mesma posição.

E que a sociedade torne tal política pública através de seu site, incluindo informação referente à forma na qual a mesma foi colocada em prática e identificando os interlocutores ou responsáveis por realizá-la.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

5. Que o conselho de administração não eleve à assembleia geral uma proposta de delegação de faculdades, para emitir ações ou valores convertíveis com exclusão do direito de inscrição preferencial, por um montante superior a 20 por cento do capital no momento da delegação.

E que quando o conselho de administração aprovar qualquer emissão de ações ou de valores convertíveis com exclusão do direito de inscrição preferente, a sociedade publique imediatamente em seu site os relatórios sobre tal exclusão aos quais a legislação mercantil faz referência.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

6. Que as sociedades cotadas que elaborarem os relatórios citados a seguir, seja de forma perceptiva ou voluntária, publiquem-os em seu site com antecedência suficiente à realização da assembleia geral ordinária, embora a sua difusão não seja obrigatória:

- a) Informar sobre a independência do auditor.
- b) Relatórios de funcionamento das comissões de auditorias e de nomeações e retribuições.
- c) Relatório da comissão de auditoria sobre operações vinculadas.
- d) Relatório sobre a política de responsabilidade social corporativa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

7. Que a sociedade transmita ao vivo, através do site, a realização das assembleias gerais de acionistas.

Cumpre Explique

8. Que a comissão de auditoria zele para que o conselho de administração procure apresentar as contas à assembleia geral de acionistas sem reservas nem ressalvas no relatório de auditoria e que, em circunstâncias excepcionais nas quais existirem ressalvas, tanto o presidente da comissão de auditoria como os auditores expliquem claramente aos acionistas o conteúdo e o alcance de tais reservas ou ressalvas.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

9. Que a sociedade torne público em seu site, de forma permanente, os requisitos e os procedimentos que aceitará para comprovar a titularidade de ações, o direito de assistência à assembleia geral de acionistas e o exercício ou delegação do direito de voto.

E que tais requisitos e procedimentos favoreçam a assistência e o exercício dos seus direitos aos acionistas e sejam aplicados de forma não discriminatória.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

10. Que quando algum acionista legitimado tiver exercitado o direito de completar a ordem do dia ou de apresentar novas propostas de acordo antes da realização da assembleia geral de acionistas, a sociedade:

a) Difunda imediatamente tais pontos complementares e novas propostas de acordo.

b) Publique o modelo de cartão de assistência ou formulário de delegação de voto ou voto à distância com as modificações precisas, para que possam ser votados os novos itens da ordem do dia e propostas alternativas, de acordo com os mesmos termos propostos pelo conselho de administração.

c) Submeta todos esses itens ou propostas alternativas à votação e aplique a eles as mesmas regras de voto que as formuladas pelo conselho de administração, incluídas, particularmente, as presunções ou as deduções sobre o sentido do voto.

d) Após a assembleia geral de acionistas, comunique o detalhamento do voto sobre tais itens complementares ou propostas alternativas.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

11. Que, caso a sociedade tenha previsto pagar prêmios de assistência à assembleia geral de acionistas, estabeleça antes uma política geral sobre tais prêmios e que tal política seja estável.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

12. Que o conselho de administração desempenhe suas funções com unidade de propósito e independência de critério, ofereça o mesmo tratamento a todos os acionistas que se encontrarem na mesma posição e se guie pelo interesse social, entendido como a consequência de um negócio rentável e sustentável a longo prazo, que promova a sua continuidade e a maximização do valor econômico da empresa.

E que na busca pelo interesse social, além do respeito às leis e aos regulamentos e de um comportamento baseado na boa-fé, na ética e no respeito aos usos e às boas práticas normalmente aceitas, procure conciliar o próprio interesse social com, conforme corresponda, os legítimos interesses dos seus funcionários, seus fornecedores, seus clientes e os dos restantes grupos de interesse que possam se ver afetados, assim como o impacto

das atividades da companhia na comunidade em seu conjunto e no meio ambiente.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

13. Que o conselho de administração possua a dimensão necessária para obter um funcionamento eficaz e participativo, o qual torna aconselhável que possua entre cinco e quinze membros.

Cumpre Explique

14. Que o conselho de administração aprove uma política de seleção de conselheiros que:

a) Seja concreta e verificável.

b) Garanta que as propostas de nomeação ou reeleição sejam fundamentadas em uma análise prévia das necessidades do conselho de administração.

c) Favoreça a diversidade de conhecimentos, experiências e gênero.

Que o resultado da análise prévia das necessidades do conselho de administração conste no relatório justificativo da comissão de nomeações que for publicado ao convocar a assembleia geral de acionistas à qual for submetida a homologação, a nomeação ou reeleição de cada conselheiro.

E que a política de seleção de conselheiros promova o objetivo de que no ano de 2020 o número de conselheiros representante seja de, pelo menos, 30 por cento do total de membros do conselho de administração.

A comissão de nomeação verificará anualmente o cumprimento da política de seleção de conselheiros e será informada sobre o mesmo no relatório anual de governança corporativa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

15. Que os conselheiros externos dominicais e independentes constituam uma ampla maioria do conselho de administração e que o número de conselheiros executivos seja o mínimo necessário, levando em conta a complexidade do grupo societário e a porcentagem de participação dos conselheiros executivos no capital da empresa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

16. Que a porcentagem de conselheiros dominicais sobre o total de conselheiros não executivos não seja maior que a proporção existente entre o capital da empresa, representado por tais conselheiros e o restante do capital.

Este critério poderá ser atenuado:

a) Em sociedades de capitalização elevada onde as participações acionárias com consideração de significativas legalmente forem escassas.

b) Quando se tratar de sociedades nas quais exista uma pluralidade de acionistas representados no conselho de administração e não existirem vínculos entre si.

Cumpre Explique

17. Que o número de conselheiros independentes represente, ao menos, metade do total de conselheiros.

Que, no entanto, quando a sociedade não for de capitalização elevada ou quando, mesmo sendo, contar com um acionista ou vários atuando concertadamente, controlem mais de 30 por cento do capital social, o número de conselheiros independentes represente, pelo menos, um terço do total de conselheiros.

Cumpre Explique

18. Que as sociedades tornem pública, através do site, e mantenham atualizada, a seguinte informação sobre seus conselheiros:

a) Perfil profissional e biográfico.

b) Outros conselheiros de administração aos quais pertencerem, tratando-se ou não de sociedades cotadas, assim como sobre as demais atividades retribuídas que realizarem independente da sua natureza.

c) Indicação da categoria de conselheiro à qual pertencerem, indicando, no caso de conselheiros dominicais, o acionista ao qual representam ou com quem tiverem vínculos.

d) Data de sua primeira nomeação como conselheiro na sociedade, assim como das reeleições posteriores.

e) Ações da companhia e opções sobre elas das quais forem titulares.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

19. Que no relatório anual de governança corporativa, com a verificação prévia pela comissão de nomeações, sejam explicadas as razões pelas quais tenham sido nomeados conselheiros em vez de acionistas com participação inferior a 3 por cento

do capital; e que sejam expostas as razões pelas quais não foram atendidas, se for o caso, petições formais de presença no conselho procedentes de acionistas com participação igual ou superior à de outros, em vez dos quais tiverem sido designados conselheiros dominicais.

Cumprir Cumprir parcialmente
Explicar Não aplicável

20. Que os conselheiros dominicais apresentem sua demissão quando o acionista a quem representarem transmitir integralmente sua participação acionista. E que também o façam, em número correspondente, quando esse acionista reduzir sua participação acionária a um nível que exija a redução do número de conselheiros dominicais.

Cumprir Cumprir parcialmente
Explicar Não aplicável

21. Que o conselho de administração não proponha a separação de nenhum conselheiro independente, antes do cumprimento do período estatutário, para o qual tiver sido nomeado, exceto quando coincidir justa causa, avaliada pelo conselho de administração antes do relatório da comissão de nomeações. Em particular, será entendido que existe justa causa quando o conselheiro passar a ocupar novos cargos ou contrair novas obrigações que lhe impedirem de dedicar o tempo necessário ao desempenho das funções próprias do cargo de conselheiro, descumprir os deveres inerentes ao seu cargo ou incorrer em algumas das circunstâncias que lhe fizerem perder sua condição de independente, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

Também poderá ser proposta a separação de conselheiros independentes como consequência de ofertas públicas de aquisição, fusões ou outras operações corporativas similares que representarem uma mudança na estrutura de capital da sociedade, quando tais mudanças na estrutura do conselho de administração forem causadas pelo critério de proporcionalidade indicado na recomendação 16.

Cumprir Explicar

22. As sociedades devem estabelecer regras que obriguem diretores a informar e, se necessário, demitir aqueles que puderem prejudicar a credibilidade e a reputação da sociedade e, particularmente, a obrigação de informar ao conselho de administração as causas penais nas quais estiverem envolvidos, bem como quaisquer ocorrências processuais posteriores.

E que se um conselheiro for processado ou julgado por qualquer das infrações previstas na legislação societária, o conselho de administração examine o caso o mais breve possível e, tendo em vista suas circunstâncias específicas, decida se procede ou não que o conselheiro permaneça em seu cargo. E que o conselho

de administração preste contas, de forma racionada, no relatório anual de governança corporativa.

Cumprir Cumprir parcialmente Explicar

23. Que todos os conselheiros expressem claramente sua oposição quando considerarem que alguma proposta de decisão submetida ao conselho de administração possa ser contrária ao interesse social. E que outros o façam, especialmente os independentes e os outros diretores não afetados pelo conflito de interesse, quando se tratar de decisões que possam prejudicar os acionistas não representados no conselho de administração.

E quando o conselho de administração adotar decisões significativas ou reiteradas sobre as quais o conselheiro tenha formulado sérias reservas, este tire as conclusões que procederem e, se optar por demitir, que explique as razões na carta a que se refere a recomendação seguinte.

Esta Recomendação atinge também o secretário do conselho de administração, ainda que não tenha a condição de conselheiro.

Cumprir Cumprir parcialmente
Explicar Não aplicável

24. Que quando, seja por demissão ou por outro motivo, um conselheiro deixar o cargo antes do fim de seu mandato, explique as razões em uma carta que remeterá a todos os membros do conselho de administração. E que, sem prejuízo de que tal demissão seja comunicada como fato relevante, o motivo do término conste no relatório anual de governança corporativa.

Cumprir Cumprir parcialmente
Explicar Não aplicável

25. Que a comissão de nomeações se certifique de que os conselheiros não executivos tenham suficiente disponibilidade de tempo para o correto desempenho das suas funções.

E que o regulamento do conselho estabeleça o número máximo de conselhos de sociedade dos quais seus conselheiros podem participar.

Cumprir Cumprir parcialmente Explicar

26. Que o conselho de administração se reúna com a frequência precisa para desempenhar com eficácia suas funções e, ao menos, oito vezes por ano, seguindo o programa de datas e assuntos que estabelecer no início do exercício, podendo cada conselheiro, individualmente, propor outros itens da ordem do dia inicialmente previstos.

Cumprir Cumprir parcialmente Explicar

27. Que as faltas dos conselheiros se reduzam a casos indispensáveis e sejam quantificadas no relatório anual de governança corporativa. E que, quando deverem ocorrer, seja outorgada representação com instruções.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

28. Que, quando os conselheiros ou o secretário manifestarem preocupações sobre alguma proposta ou, no caso dos conselheiros, sobre o desempenho da sociedade, e essas preocupações não forem resolvidas no conselho de administração, a pedido da pessoa que as manifestou, as mesmas sejam expressadas na ata.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

29. Que a sociedade estabeleça os canais adequados para que os conselheiros possam obter a assessoria precisa para o cumprimento das suas funções incluindo, se as consequências exigirem, assessoria externa paga pela empresa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

30. Que, independente dos conhecimentos exigidos aos conselheiro para o exercício das suas funções, as sociedades ofereçam, também, aos conselheiros programas de atualização de conhecimentos quando as circunstâncias o sugerirem.

Cumpre Explique Não aplicável

31. Que a ordem do dia das sessões indique com clareza os itens sobre os quais o conselheiro de administração deverá adotar uma decisão ou acordo para que os conselheiros possam estudar ou solicitar antes a informação precisa para a sua adoção.

Quando, excepcionalmente, por razões de urgência, o presidente quiser submeter à aprovação do conselho de administração decisões ou acordos que não constarem na ordem do dia, será preciso o consentimento prévio e expresso da maioria dos conselheiros presentes, que será devidamente expressado na ata.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

32. Que os conselheiros sejam periodicamente informados sobre os movimentos no grupo de acionários e sobre a opinião que os acionistas significativos, os investidores e as agências de qualificação tiverem sobre a sociedade e o seu grupo.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

33. Que o presidente, como responsável pelo funcionamento eficaz do conselho de administração, além de exercer as funções legal e estatutariamente atribuídas a ele, prepare e submeta ao conselho de administração um programa de datas e assuntos a serem tratados; organize e coordene a avaliação periódica do conselho, bem como, se for o caso, a do primeiro executivo da sociedade; seja responsável pela diretoria do conselho e pela efetividade do seu funcionamento; certifique-se de que é dedicado tempo suficiente de discussão às questões estratégicas e revise os programas de atualização de conhecimentos para casa conselheiro, quando as circunstâncias assim indicarem.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

34. Que, quando houver um conselheiro coordenador, os estatutos ou o regulamento do conselho de administração, além das faculdades que lhes corresponderem legalmente, atribua-lhe as seguintes: presidir o conselho de administração na ausência do presidente e dos vice-presidentes, caso haja, transmitir as preocupações dos conselheiros não executivos; manter contatos com investidores e acionistas para conhecer seus pontos de vista a fim de formar uma opinião sobre suas preocupações, particularmente, em relação com a governança corporativa da sociedade; e coordenar o plano de sucessão do presidente.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

Todas as recomendações são cumpridas, exceto no que diz respeito à atribuição ao Conselheiro Coordenador das faculdades de presidir o Conselho de Administração na ausência do Presidente, de manter contatos com investidores e acionistas, e de coordenar a sucessão do Presidente. O Regulamento do Conselho de Administração atribui ao Conselheiro Coordenador as faculdades de solicitar a convocatória do Conselho de Administração ou a inclusão de novos itens na ordem do dia de um Conselho já convocado, coordenar e reunir os Conselheiros não executivos e dirigir, se for o caso, a avaliação periódica do Presidente do Conselho de Administração.

Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração, em caso de ausência do Presidente e dos Vice-presidentes, cabe ao conselheiro de maior idade presidir a reunião. Não obstante, o Conselheiro Coordenador também é o segundo vice-presidente do Conselho e, por isso, preside as reuniões na ausência do Presidente e do primeiro vice-presidente.

Quanto às relações com os acionistas e investidores, em conformidade com o estabelecido no artigo 21º do Regulamento do Conselho de Administração, o órgão responsável por estabelecer e supervisionar mecanismos adequados de comunicação e relações com os acionistas e investidores é o próprio Conselho

de Administração, estabelecendo na Política de Comunicação com Acionistas, Investidores e Assessores de Voto os canais de comunicação com estes. A Sociedade considera que essa configuração garante uma coordenação melhor e mais eficaz das relações da Sociedade com seus investidores e acionistas.

Por último, o Regulamento do Conselho de Administração atribui ao Comitê de Nomeações e Retribuições a faculdade de avaliar e organizar a sucessão do Presidente do Conselho de Administração, como estabelecido no artigo 529 da Lei de Sociedades de Capital.

35. Que o secretário do conselho de administração zele, especialmente, para que em suas ações e decisões o conselho de administração leve em consideração as recomendações sobre boa governança contidas neste Código de boa governança que foram aplicáveis à sociedade.

Cumpre Explique

36. Que o conselho de administração completo avalie uma vez por ano e adote, se for o caso, um plano de ação que corrija as deficiências detectadas com respeito:

a) À qualidade e à eficiência de funcionamento do conselho de administração.

b) Ao funcionamento e à composição das suas comissões.

c) À diversidade na composição e a competências do conselho de administração.

d) Ao desempenho do presidente do conselho de administração e do primeiro executivo da sociedade.

e) Ao desempenho e à contribuição de cada conselheiro, prestando especial atenção aos responsáveis das diferentes comissões do conselho.

Para a realização da avaliação das diferentes comissões partir-se-á do relatório que estas levarem ao conselho de administração, e para a deste último, do que for levado à comissão de nomeações.

A cada três anos, o conselho de administração será auxiliado para a realização da avaliação por um consultor externo, cuja independência será verificada pela comissão de nomeações.

As relações de negócio que o consultor ou qualquer sociedade do seu grupo mantiverem com a sociedade ou qualquer sociedade do seu grupo, deverão ser detalhadas no relatório anual de governança corporativa.

O processo e as áreas avaliadas serão descritos no relatório anual de governança corporativa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

37. Que, quando existir uma comissão executiva, a estrutura de participação das diferentes categorias de conselheiros seja similar à do próprio conselho de administração e seu secretário seja o deste último.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

A Sociedade considera essencial que a maioria dos conselheiros executivos façam parte da Comissão Delegada, uma vez que esta se configura como um órgão delegado de reconhecido caráter executivo. Não obstante, também fazem parte da Comissão três conselheiros dominicais e dois independentes, de modo que todos os tipos de conselheiro estão representados. Adicionalmente, desde 1º de janeiro de 2017, o número de membros executivos da Comissão Delegada foi reduzido de cinco para três, de modo que a proporção dos Conselheiros Dominicais e Independentes aumentou notavelmente, e, além disso, os membros não executivos representam uma ampla maioria.

Por outro lado, de acordo com Estatutos Sociais e o Regulamento do Conselho, o Secretário do Conselho será o Secretário, com carácter nato, da Comissão Delegada.

38. Que o conselho de administração tenha sempre conhecimento dos assuntos tratados e das decisões adotadas pela comissão executiva e que todos os membros do conselho recebam cópia das atas das sessões da comissão executiva.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

39. Que os membros da comissão de auditoria, e em especial seu presidente, sejam designados levando em consideração seus conhecimentos e sua experiência em matéria de contabilidade, auditoria ou gerenciamento de riscos, e que a maioria de tais membros sejam conselheiros independentes.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

40. Que sob a supervisão da comissão de auditoria, conte com uma unidade que assuma a função de auditoria interna que zele pelo bom funcionamento dos sistemas de informação e controle interno e que funcionalmente dependa do presidente não executivo do conselho ou do da comissão de auditoria.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

41. Que o responsável pela unidade que assumir a função de auditoria interna presente à comissão de auditoria seu plano anual de trabalho, informe diretamente sobre as incidências que se apresentarem em seu desenvolvimento e submeta, ao final da cada exercício, um relatório de atividades.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

42. Que, além das previstas na lei, correspondam à comissão de auditoria as seguintes funções:

1. Em relação aos sistemas de informação e controle interno:

a) Supervisionar o processo de elaboração e a integridade das informações financeiras sobre a empresa e, se for o caso, do grupo, verificando o cumprimento das disposições legais, a demarcação precisa do perímetro de consolidação e a aplicação correta dos princípios de contabilidade.

b) Garantir a independência da unidade que assume a função de auditoria interna; propor seleção, nomeação, reeleição e destituição do responsável pelo serviço de auditoria interna; propor o orçamento para esse serviço; aprovar a orientação e os seus planos de trabalho, certificando-se de que sua atividade está focada principalmente nos riscos relevantes da sociedade, receber informações periódicas sobre suas atividades e verificar se diretoria executiva leva em consideração as conclusões e as recomendações dos seus relatórios.

c) Estabelecer e supervisionar um mecanismo que permita aos empregados comunicar, de forma confidencial e, se for possível e considerado apropriado, anônima, as irregularidades de potencial transcendência, especialmente financeiras e contábeis, que advirtam no seio da empresa.

2. Em relação com o auditor externo:

a) Em caso de renúncia do auditor externo, examinar as circunstâncias que o motivaram a isso.

b) Zelar para que a retribuição do auditor externo pelo seu trabalho não comprometa a sua qualidade nem a sua independência.

c) Supervisionar que a sociedade comunique, como fato relevante à CNMV, a mudança de auditor e acompanhe o comunicado com uma declaração sobre a eventual existência de desacordos com o auditor que estiver saindo e, se houver, o seu conteúdo.

d) Garantir que o auditor externo realize anualmente uma reunião com o conselho de administração para lhe informar sobre o trabalho realizado e sobre a avaliação da situação contábil e de riscos da sociedade.

e) Garantir que a sociedade e o auditor externo respeitem as normas vigentes sobre prestação de serviços diferentes dos de auditoria, os limites para a concentração do negócio do auditor e, em geral, as demais normas sobre independência dos auditores.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

43. Que a comissão de auditoria possa convocar qualquer funcionário ou diretor da empresa, e, inclusive, dispor que compareçam sem a presença de nenhum outro diretor.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

44. Que a comissão de auditoria seja informada sobre as operações de modificações estruturais e corporativas que a sociedade projetar realizar para sua análise e seu relatório prévio ao conselho de administração sobre as suas condições econômicas e seu impacto contábil e, especialmente, se for o caso, sobre a equação de troca proposta.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

45. Que a política de controle e gerenciamento de riscos identifique ao menos:

a) Os diferentes tipos de risco financeiros e não financeiros (entre outros operativos, tecnológicos, jurídicos, sociais, ambientais, políticos e de reputação) que a sociedade enfrenta, incluindo, entre os financeiros ou econômicos, os passivos contingentes e outros riscos fora de balanço.

b) O estabelecimento do nível de risco que a sociedade considerar aceitável.

c) As medidas previstas para mitigar o impacto dos riscos identificados, em caso de que se materializem.

d) Os sistemas de informação e controle interno que serão utilizados para controlar e administrar os riscos citados, incluindo os passivos contingentes ou riscos fora de balanço.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

46. Sob a supervisão direta da comissão de auditoria ou, se for o caso, de uma comissão especializada do conselho de administração, exista uma função interna de controle e gestão de riscos exercida por uma unidade ou departamento interno da sociedade que tiver as seguintes funções expressamente atribuídas:

a) Garantir o bom funcionamento dos sistemas de controle e gestão de riscos e, particularmente, que todos os riscos importantes que afetarem a sociedade sejam identificados, gerenciados e quantificados adequadamente.

b) Participar ativamente da elaboração da estratégia de riscos e das decisões importantes sobre a sua gestão.

c) Zelar para que os sistemas de controle e gestão de riscos reduzam os riscos adequadamente no marco da política definida pelo conselho de administração.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

47. Que os membros da comissão de nomeações e de retribuições -ou da comissão de nomeações e da comissão de retribuições, se estiverem separadas- sejam designados procurando fazer com que tenham conhecimentos, aptidões e experiência adequados para as funções que forem chamados a desempenhar e que a maioria de tais membros sejam conselheiros independentes.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

48. Que as sociedades de capitalização elevada contem com um comissão de nomeações e com uma comissão de remunerações separadas.

Cumpre Explique Não aplicável

A entidade considera que as questões relacionadas a nomeações e retribuições estão estreitamente vinculadas e, por isso, julga conveniente que sejam analisadas pelo mesmo comitê.

49. Que a comissão de nomeações consulte o presidente do conselho de administração e o diretor executivo da empresa, especialmente quando se tratar de matérias relativas aos conselheiros executivos.

E que qualquer conselheiro possa solicitar à comissão de nomeações que leve em consideração, caso os considere idôneos, potenciais candidatos para cobrir vagas de conselheiro.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

50. Que a comissão de retribuições exerça suas funções com independência e que, além das funções que a lei lhe atribuir, correspondam-lhe as seguintes:

a) Propor ao conselho de administração as condições básicas dos contratos dos diretores executivos.

b) Verificar a observância da política retributiva estabelecida pela sociedade.

c) Revisar periodicamente a política das remunerações aplicada aos conselheiros e diretores executivos, incluindo os sistemas retributivos com ações e sua aplicação, assim como garantir que a sua remuneração individual seja proporcional à

que for paga aos demais conselheiros e diretores executivos da sociedade.

d) Zelar para que os eventuais conflitos de interesses não prejudiquem a independência do assessoramento externo prestado à comissão.

e) Verificar a informação sobre remunerações dos conselheiros e diretores executivos contida nos diferentes documentos corporativos, incluindo o relatório anual sobre remunerações dos conselheiros.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

51. Que a comissão de retribuições consulte o presidente e o diretor executivo da sociedade, especialmente quando se tratar de assuntos referentes aos conselheiros executivos e diretores executivos.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

52. Que as regras de composição e funcionamento das comissões de supervisão e controle constem no regulamento do conselho de administração e que sejam consistentes com as aplicáveis às comissões legalmente obrigatórias conforme as recomendações anteriores, incluindo:

a) Que estejam compostas exclusivamente por conselheiros não executivos, com maioria de conselheiros independentes.

b) Que seus presidentes sejam conselheiros independentes.

c) Que o conselho de administração designe os membros dessas comissões, com base nos conhecimentos, aptidões e experiência dos conselheiros e os deveres de cada comissão, delibere sobre suas propostas e relatórios e que preste contas, no primeiro conselho de administração posterior a suas reuniões, da sua atividade e que respondam pelo trabalho realizado.

d) Que as comissões possam obter assessoramento externo, quando o considerarem necessário para o desempenho de suas funções.

e) Que façam ata das suas reuniões, que será colocada à disposição de todos os conselheiros.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

53. Que a supervisão do cumprimento das regras de governança corporativa, dos códigos internos de conduta e da política de responsabilidade social corporativa seja atribuída a uma ou dividida entre várias comissões do conselho de administração, que poderão ser a comissão de auditoria, a de nomeações, a comissão de responsabilidade social corporativa, se houver, ou

uma comissão especializada que o conselho de administração, em exercício das suas faculdades de auto-organização, decida criar para tal fim, às quais especificamente sejam atribuídas as seguintes funções mínimas:

- a) A supervisão do cumprimento dos códigos internos de conduta e das regras de governança corporativa da sociedade.
- b) A supervisão da estratégia de comunicação e relação com acionistas e investidores, incluindo os pequenos e médios acionistas.
- c) A avaliação periódica da adequação do sistema de governança corporativa da sociedade, com o objetivo de cumprir sua missão de promover o interesse social e levar em consideração, conforme corresponder, os legítimos interesses dos restantes grupos de interesse.
- d) A revisão da política de responsabilidade corporativa da sociedade, zelando para que esteja orientada à criação de valor.
- e) O seguimento da estratégia e práticas de responsabilidade social corporativa e a avaliação do seu grau de cumprimento.
- f) A supervisão e a avaliação dos processos de relação com os diferentes grupos de interesse.
- g) A avaliação de tudo que for referente aos riscos não financeiros da empresa - incluindo os operacionais, tecnológicos, jurídicos, sociais, ambientais, políticos e de reputação.
- h) A coordenação do processo de relatório da informação não financeira e sobre diversidade, conforme à normativa aplicável e aos padrões internacionais de referência.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

Correspondem expressamente ao Comitê de Auditoria e Conformidade as funções a) e c), e ao Comitê de Riscos a função g).

Como indicado na recomendação 34), o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer e supervisionar mecanismos adequados de comunicação e relações com os acionistas e investidores.

Quanto às competências em matéria de responsabilidade social corporativa, a entidade conta com um Comitê Corporativo de Responsabilidade Social, órgão interno permanente com funções executivas e responsável, entre outras funções, por aprovar a estratégia de Responsabilidade Social, propondo ações concretas de atuação, objetivos e prazos de cumprimento. Em conformidade com o estabelecido na Política de Responsabilidade Social Corporativa, esse Comitê relata anualmente ao Conselho de Administração da MAPFRE S.A., e/ou ao órgão por ele delegado com competência no assunto relacionado, o

grau de avanço do cumprimento da Política e da estratégia de Responsabilidade Social Corporativa.

54. Que a política de responsabilidade social corporativa inclua os princípios ou os compromissos que a empresa assumir voluntariamente em sua relação com os diferentes grupos de interesse e identifique, pelo menos:

- a) Os objetivos da política de responsabilidade social corporativa e o desenvolvimento de instrumentos de apoio.
- b) A estratégia corporativa relacionada à sustentabilidade, ao meio ambiente e às questões sociais.
- c) As práticas concretas em questões relacionadas a: acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, questões sociais, meio ambiente, diversidade, responsabilidade fiscal, respeito dos direitos humanos e prevenção de condutas ilegais.
- d) Os métodos ou sistemas de acompanhamento dos resultados da aplicação das práticas concretas indicadas na letra anterior, os riscos associados e a sua gestão.
- e) Os mecanismos de supervisão do risco não financeiro, a ética e a conduta empresarial.
- f) Os canais de comunicação, participação e diálogo com os grupos de interesse.
- g) As práticas de comunicação responsável que evitem a manipulação informativa e protejam a integridade e a honra.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

55. Que a sociedade informe, em um documento separado ou no relatório de gestão, sobre os assuntos relacionados com a responsabilidade social corporativa, utilizando para isso alguma das metodologias aceitas internacionalmente.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

56. Que a remuneração dos conselheiros seja a necessária para atrair e reter os conselheiros do perfil desejado e para retribuir a dedicação, a qualificação e a responsabilidade que o cargo exigir, mas não tão elevada a ponto de comprometer a independência de critério dos conselheiros não executivos.

Cumpre Explique

57. Que sejam circunscritas aos conselheiros executivos as remunerações variáveis ligadas ao rendimento da sociedade e ao desempenho pessoal, assim como a remuneração mediante entrega de ações, opções ou direito sobre ações ou instrumentos referentes ao valor da ação e os sistemas de economia a longo prazo, tais como planos de pensões, sistemas de aposentadoria ou outros sistemas de previdência social.

A entrega de ações poderá ser contemplada como remuneração aos conselheiros não executivos quando for condição que as mantenham até sua destituição como conselheiros. O anterior não será aplicado às ações que o conselheiro precisar alienar, em seu caso, para satisfazer os custos relacionados à sua aquisição.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

58. Que, em caso de remunerações variáveis, as políticas retributivas incorporem limites e as cautelas técnicas precisas para garantir que tais remunerações tenham relação com o desempenho profissional de seus beneficiários e não derivem apenas da evolução geral dos mercados ou do setor de atividade da companhia ou de outras circunstâncias similares.

E, particularmente, que os componentes variáveis das remunerações:

a) Estejam vinculados a critérios de rendimento que sejam pre-determinados e medíveis e que tais critérios considerem o risco assumido para a obtenção de um resultado.

b) Promovam a sustentabilidade da empresa e incluam critérios não financeiros que sejam adequados para a criação de valor a longo prazo, como o cumprimento das regras e dos procedimentos internos da sociedade e das suas políticas para o controle e a gestão de riscos.

c) Sejam configurados com base em um equilíbrio entre o cumprimento de objetivos a curto, médio e longo prazos que permitam remunerar o rendimento por um desempenho contínuo durante um período suficiente para apreciar sua contribuição para a criação sustentável de valor, de modo que os elementos de medida desse rendimento não girem unicamente em torno de fatos pontuais, ocasionais ou extraordinários.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

59. Que o pagamento de uma parte relevante dos componentes variáveis da remuneração seja deferido por um período de tempo suficiente para verificar que as condições de rendimento previamente estabelecidas tenham sido cumpridas.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

60. Que as remunerações relacionadas aos resultados da sociedade levem em conta as eventuais ressalvas apresentadas no relatório do auditor externo e minimizem esses resultados.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

61. Que uma porcentagem relevante da remuneração variável dos conselheiros executivos esteja vinculada à entrega de ações ou de instrumentos financeiros referentes ao seu valor.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

62. Que, uma vez atribuídas as ações ou as opções ou direitos sobre ações correspondentes aos sistemas retributivos, os conselheiros não possam transferir a propriedade de um número de ações equivalente a duas vezes a sua remuneração fixa anual, nem possam exercer as opções ou direitos até passado o prazo de, pelo menos, três anos desde a sua atribuição.

O anterior não será aplicado às ações que o conselheiro precisar alienar, em seu caso, para satisfazer os custos relacionados à sua aquisição.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

63. Que os acordos contratuais incluam uma cláusula que permita à sociedade pedir o reembolso dos componentes variáveis da remuneração quando o pagamento não tiver estado ajustado às condições de rendimento ou quando tiverem sido pagos atendendo a dados cuja imprecisão seja comprovada posteriormente.

Cumpre Cumpre parcialmente
Explique Não aplicável

64. Que os pagamentos por resolução do contrato não ultrapassem um montante estabelecido equivalente a dois anos da retribuição total anual e que não sejam pagos até a sociedade ter podido verificar que o conselheiro cumpriu com os critérios de rendimento previamente estabelecidos.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique
Não aplicável

No caso dos conselheiros externos, não existem indenizações por destituição no cargo.

Quanto aos conselheiros executivos, sua destituição do cargo acarreta o levantamento da suspensão da relação prévia à nomeação como tal.

A resolução antecipada da relação prévia (preexistente, em todos os casos, à aprovação do Código de boa governança das sociedades cotadas) implica, a menos que exista causa justificada de demissão procedente, uma indenização nos termos estabelecidos pelo Estatuto dos Trabalhadores em relação à demissão improcedente.

H. Outras informações úteis

1. Se existir algum aspecto relevante em matéria de governança corporativa na sociedade ou nas entidades do grupo que não esteja contemplado nas demais seções do presente relatório, mas que seja necessário incluir para reunir informações mais completas e fundamentadas sobre a estrutura e as práticas de governança na entidade ou seu grupo, detalhe-o resumidamente.

2. Dentro desta seção, você também pode incluir qualquer outra informação, esclarecimento ou relativos às seções anteriores do relatório, na medida em que são relevantes e não repetitivos.

Especificamente, indicar-se-á se a sociedade está submetida à legislação diferente da espanhola em matéria de governança corporativa e, se for o caso, incluir as informações que estão obrigadas a serem fornecidas e que são diferentes das exigidas no presente relatório.

3. A sociedade também poderá indicar sua aderência voluntária a outros códigos de princípios éticos ou de boas práticas internacionais, setoriais ou de outro âmbito. Nesse caso, deve-se identificar o código em questão e a data de adesão.

A entidade aderiu (em 22 de julho de 2010) e cumpre o conteúdo do Código de Boas Práticas Tributárias, aprovado e promovido pelo Fórum de Grandes Empresas e pela Agência Tributária Espanhola.

Este relatório anual de governança corporativa foi aprovado pelo Conselho de Administração da empresa, em sua sessão do dia 07/02/2018.

Indique se houve conselheiros que votaram contra ou que se abstiveram em relação à aprovação deste Relatório.

Sim Não



KPMG Auditores, S.L.
Paseo de la Castellana, 259 C
28046 Madrid

Relatório do auditor sobre as “Informações relativas ao Sistema de Controle Interno sobre as Informações Financeiras (SCIIF)” de Mapfre, S.A. correspondente ao exercício de 2017

(Tradução do original em espanhol. Em caso de divergências, a versão no idioma espanhola prevalece).

Aos Administradores
Mapfre, S.A.

De acordo com a solicitação do Conselho de Administração de Mapfre S.A. (em diante, a Sociedade) e com nossa carta proposta datada de 26 de dezembro de 2017, aplicamos determinados procedimentos sobre as “Informações relativas ao SCIIF” anexado no seção F do Relatório Anual de Governo Corporativo de Mapfre, S.A. correspondente ao exercício de 2017, no qual se resume os procedimentos de controle interno da Sociedade em relação às informações financeiras anuais.

O Conselho de Administração é responsável por adotar as medidas oportunas para garantir razoavelmente a implantação, manutenção e supervisão de um adequado sistema de controle interno assim como pelo desenvolvimento de melhoras deste sistema e pela preparação e estabelecimento do conteúdo das Informações relativas ao SCIIF anexo.

Neste sentido, deve-se considerar que, com independência da qualidade do desenho e efetividade operacional do sistema de controle interno adotado pela Sociedade em relação às informações financeiras anuais, este somente pode permitir uma segurança razoável, mas não absoluta, em relação aos objetivos que se perseguem, devido a limitações inerentes a todo sistema de controle interno.

Durante o curso de nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras e conforme Normas Técnicas de Auditoria, nossa avaliação do controle interno da Sociedade teve como único propósito nos permitir estabelecer o escopo, a natureza e o momento da realização dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras anuais da Sociedade. Por conseguinte, nossa avaliação do controle interno, realizada a efeitos da referida auditoria de demonstrações financeiras, não teve a extensão suficiente para nos permitir emitir uma opinião específica sobre a eficácia do referido controle interno sobre as informações financeiras anuais reguladas.

Para efeitos de emissão deste relatório, aplicamos exclusivamente os procedimentos específicos descritos a seguir e indicados na *Guia de Atuação sobre o Relatório de auditoria sobre as Informações relativas ao Sistema de Controle Interno sobre as Informações Financeiras das entidades cotizadas*, publicada pela Comissão Nacional de Mercado de Valores em sua página web, que estabelece o trabalho a realizar, o escopo mínimo do mesmo, assim como o conteúdo deste Relatório. Como o trabalho resultante desses procedimentos tem, em qualquer caso, um escopo reduzido e substancialmente menor que o de uma auditoria ou uma revisão sobre o sistema de controle interno, não expressamos uma opinião sobre a efetividade do mesmo, nem sobre seu desenho e sua eficiência operacional, em relação às informações financeiras anuais da Sociedade correspondente ao exercício de 2017 que se descreve nas Informações relativas ao SCIIF em anexo. Em consequência, se tivéssemos aplicado procedimentos adicionais aos determinados pela citada Guia ou realizado uma auditoria ou uma revisão sobre o sistema de controle interno em relação às informações financeiras anuais reguladas, outros fatos ou aspectos poderiam ter sido revelados e informados.

Além disso, dado que este trabalho especial não constitui uma auditoria de demonstrações financeiras nem se encontra submetido à norma reguladora da atividade de auditoria de demonstrações financeiras vigente na Espanha, não expressamos uma opinião de auditoria nos termos previstos em referida norma.

Relacionamos a seguir os procedimentos aplicados:

1. Leitura e entendimento da informação preparada pela Sociedade em relação com o SCIIF – informação de divulgação incluída no Relatório da Administração – e a avaliação desta informação abrange a totalidade da informação requerida que segue o conteúdo mínimo descrito no seção F, relativo à descrição do SCIIF, do modelo do IAGC segundo estabelecido na Circular nº 7/2015 de 22 de dezembro da Comissão Nacional de Mercado de Valores.
2. Perguntas ao pessoal encarregado da elaboração da informação detalhada no ponto 1 anterior com fim de: (i) obter un entendimento do processo seguido em sua elaboração; (ii) obter informação que permita avaliar se a terminologia utilizada se ajusta às definições do marco de referência; (iii) obter informação sobre se os procedimentos de controle descritos estão implantados e em funcionamento na Sociedade.
3. Revisão da documentação explicativa suporte da informação detalhada no ponto 1 anterior, e que compreendera, principalmente, aquela diretamente posta a disposição dos responsáveis de formular a informação descritiva do SCIIF. Neste sentido, esta documentação inclui relatórios preparados pela função de auditoria interna, alta administração e outros especialistas internos ou externos em suas funções de suporte ao Comitê de Auditoria.
4. Comparação da informação detalhada no ponto 1 anterior com o conhecimento do SCIIF da Sociedade obtendo como resultado da aplicação dos procedimentos realizados no marco dos trabalhos da auditoria das demonstrações financeiras.
5. Leitura da atas de reunião do conselho de administração, comissão de auditoria e outras comissões da Sociedade para efeitos de avaliar a consistência entre os assuntos nelas abordados em relação ao SCIIF e à informação detalhada no ponto 1 anterior.
6. Obtenção da carta de representação relativa ao trabalho realizado adequadamente assianda pelos responsáveis pela preparação e formulação da informação detalhada no ponto 1 anterior.

Como resultado dos procedimentos aplicados sobre as Informações relativas ao SCIIF não identificamos inconsistências ou deficiências que possam afetar as mesmas.

Este relatório foi preparado exclusivamente no contexto dos requerimentos estabelecidos pelo artigo 540 do texto consolidado da Lei de Sociedades de Capital e pela Circular nº 7/2015, de 22 de dezembro, da Comissão Nacional de Mercado de Valores para efeitos da descrição do SCIIF nos Relatórios Anuais de Governo Corporativo.

KPMG Auditores, S.L.
(Assinado no original em espanhol)

Hilario Albarracín Santa Cruz

8 de fevereiro de 2018



2

Demonstrações financeiras consolidadas 2017

A) Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativo	Comentários	2017	2016
A) ATIVOS INTANGÍVEIS	6.1	3.422,90	3.798,92
I. Ágio	6.1	1.882,96	1.990,05
II. Outros ativos intangíveis	6.1	1.539,94	1.808,87
B) IMOBILIZADO MATERIAL	6.2	1.191,73	1.296,57
I. Imóveis de uso próprio	6.2	920,64	1.002,97
II. Outras imobilizações	6.2	271,09	293,60
C) INVESTIMENTOS		44.691,23	45.087,98
I. Imóveis destinados à renda	6.2	1.250,71	1.274,81
II. Aplicações financeiras			
1. Carteira mantida até o vencimento	6.4	2.024,26	2.419,76
2. Carteira disponível para venda	6.4	34.516,43	35.102,61
3. Carteira de negociação	6.4	5.462,57	5.018,59
III. Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial		203,92	242,57
IV. Depósitos constituídos por resseguro aceito		790,59	650,22
V. Outros investimentos		442,75	379,42
D) INVESTIMENTOS EM NOME DE TOMADORES DE SEGUROS DE VIDA QUE ASSUMIREM O RISCO DO INVESTIMENTO	6.5	2.320,14	2.013,96
E) INVENTÁRIOS	6.6	67,08	75,04
F) PARTICIPAÇÃO DO RESSEGURO NAS PROVISÕES TÉCNICAS	6.14	4.989,62	3.934,36
G) ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	6.21	296,81	335,32
H) CRÉDITOS	6.7	6.337,10	6.651,86
I. Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	6.7	4.019,46	4.315,06
II. Créditos por operações de resseguro	6.7	987,25	876,57
III. Créditos tributários			
1. Imposto de renda a recuperar	6.21	143,02	166,22
2. Outros créditos tributários		128,65	137,57
IV. Créditos previdenciários e outros	6.7	1.058,72	1.156,44
V. Acionistas por desembolsos exigidos		--	--
I) DISPONIVEL	6.9	1.864,01	1.451,13
J) AJUSTES POR PERIODIZAÇÃO	5.11	2.132,33	2.179,96
K) OUTROS ATIVOS		100,95	145,50
L) ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA A VENDA E DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS	6.10	155,58	911,16
TOTAL ATIVO		67.569,48	67.881,76

Dados em milhões de euros

Passivo e patrimônio líquido	Comentários	2017	2016
A) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.11	10.512,66	11.443,48
I. Capital desembolsado	6.11	307,95	307,95
II. Prêmio de emissão	6.11	1.506,74	1.506,74
III. Reservas		6.433,14	6.208,62
IV. Dividendo a receber		(184,77)	(184,77)
V. Ações próprias	6.11	(52,36)	(60,23)
VI. Resultado do exercício atribuível à Sociedade dominante	4.1	700,51	775,45
VII. Outros instrumentos de patrimônio líquido	6.22	10,08	9,68
VIII. Ajustes por mudanças de valor	6.11	620,69	654,67
IX. Diferenças de conversão	6.23	(730,70)	(91,61)
Patrimônio atribuído aos acionistas controladores		8.611,28	9.126,50
Participações não dominantes		1.901,38	2.316,98
B) PASSIVOS SUBORDINADOS	6.12	617,37	593,96
C) PROVISÕES TÉCNICAS	6.14	45.493,96	45.226,13
I. Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados	6.14	8.375,10	8.636,53
II. Provisão de seguros de vida	6.14	24.992,92	25.664,78
III. Provisão de sinistros	6.14	11.223,09	10.086,76
IV. Outras provisões técnicas	6.14	902,85	838,06
D) PROVISÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO SEGURO DE VIDA QUANDO O RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELOS TOMADORES	6.14	2.320,14	2.013,96
E) PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS	6.15	661,76	752,75
F) DEPÓSITOS RECEBIDOS POR RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO	6.16	42,42	49,37
G) PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	6.21	588,04	730,71
H) DÍVIDAS	6.17	7.073,74	6.141,27
I. Emissão de títulos e outros valores negociáveis	6.13	1.003,29	1.002,55
II. Dívidas com entidades de crédito	6.13	706,74	606,35
III. Outros passivos financeiros	6.13	1.235,17	752,09
IV. Dívidas por operações de seguro direto e cosseguro	6.17	972,11	953,02
V. Dívidas por operações de resseguro	6.17	1.218,63	1.045,83
VI. Dívidas tributárias			
1. Imposto de renda a pagar	6.21	167,63	231,32
2. Outras dívidas tributárias	6.17	343,17	440,22
VII. Outras dívidas	6.17	1.427,00	1.109,89
I) AJUSTES POR PERIODIZAÇÃO	5.11	258,30	240,85
J) PASSIVOS ASSOCIADOS A ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA A VENDA E DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS	6.10	1,09	689,28
TOTAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.569,48	67.881,76

Dados em milhões de euros

B) Demonstração global consolidada dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

B.1) Conta de resultados consolidada

Conceito	Comentários	2017	2016
I. RECEITAS DO NEGÓCIO SEGURADOR			
1. Prêmios ganhos no exercício, líquidos			
a) Prêmios emitidos de seguro direto	7.A.2	19.982,34	19.313,69
b) Prêmios resseguro aceito	7.A.2	3.498,35	3.499,48
c) Prêmios resseguro cedido	6.20	(4.064,44)	(3.593,86)
d) Variação das provisões de prêmios e de riscos não expirados, líquidas			
Seguro direto	6.14	(515,55)	76,19
Resseguro aceito	6.14	74,10	(162,00)
Resseguro cedido	6.20	334,86	(95,29)
2. Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência		10,97	10,44
3. Receitas dos investimentos			
a) Operacionais	6.18	2.363,88	2.603,79
b) Patrimoniais	6.18	195,27	203,81
4. Ganhos não realizados em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado		6,5	131,02
5. Outras receitas técnicas		63,67	52,94
6. Outras receitas não técnicas		194,61	71,71
7. Diferenças positivas de câmbio		6.23	1.039,86
8. Reversão de perdas por redução ao valor recuperável		6,8	21,07
TOTAL RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR		23.330,01	22.854,28
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR			
1. Sinistralidade do exercício, líquida			
a) Sinistros pagos e variação da provisão de sinistros, líquidos			
Seguro direto	5.15	(13.218,93)	(12.560,54)
Resseguro aceito	5.15	(2.382,90)	(2.058,29)
Resseguro cedido	6.20	2.881,19	1.687,43
b) Despesas relacionadas a sinistros		6.19	(855,71)
2. Variação de outras provisões técnicas, líquidas		5.15	(806,59)
3. Participação em lucros e estornos		(46,80)	(50,05)
4. Despesas de operacionais líquidas		6.19	
a) Despesas de aquisição		(4.924,76)	(4.748,03)
b) Despesas administrativas		(760,01)	(770,33)
c) Comissões e participação em resseguro	6.20	557,03	518,39
5. Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência		(0,08)	--
6. Despesas dos investimentos			
a) Operacionais	6.18	(627,80)	(571,36)
b) Patrimoniais	6.18	(44,84)	(39,12)
7. Perdas não realizados em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado		6,5	(8,47)
8. Outras despesas técnicas		6.19	(129,57)
9. Outras despesas não técnicas		6.19	(114,33)
10. Diferenças negativas de câmbio		6.23	(1.019,39)
11. Constituição por redução ao valor recuperável		6,8	(162,58)
TOTAL DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR		(21.664,54)	(20.875,67)
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR		1.665,47	1.978,61

Conceito	Comentários	2017	2016
III. OUTRAS ATIVIDADES			
1. Receitas operacionais		363,02	361,80
2. Despesas operacionais	6.19	(489,79)	(498,57)
3. Receitas financeiras líquidas			
a) Receitas financeiras	6.18	97,59	91,45
b) Despesas financeiras	6.18	(99,81)	(84,16)
4. Resultados de participações minoritárias			
a) Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência		3,00	1,47
b) Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência		(0,03)	(0,48)
5. Reversão provisão de redução ao valor recuperável de ativos	6.8	19,01	8,14
6. Constituição de provisão de redução ao valor recuperável de ativos	6.8	(25,25)	(13,18)
7. Resultado de alienação de ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não incluídos nas atividades interrompidas		--	--
RESULTADO DE OUTRAS ATIVIDADES		(132,26)	(133,53)
IV. RESULTADO POR REEXPRESSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3.2	(24,50)	(39,98)
V. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		1.508,71	1.805,10
VI. IMPOSTO DE RENDA DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	6.21	(410,35)	(559,92)
VII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		1.098,36	1.245,18
VIII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES INTERROMPIDAS	6.10	--	--
IX. RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.098,36	1.245,18
1. Atribuível a participações não dominantes		397,85	469,73
2. Atribuível aos acionistas controladores	4.1	700,51	775,45
<i>Dados em milhões de euros</i>			
Lucro por ação (euros)			
Básico	4.1	0,23	0,25
Diluído	4.1	0,23	0,25

B.2) Demonstração consolidada do resultado abrangente

Conceito	COMEN- TÁRIOS	VALOR BRUTO		IMPOSTO DE RENDA		ATRIBUÍVEL A PARTICIPAÇÕES NÃO DOMINANTES		ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
A) RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		1.508,71	1.805,10	(410,35)	(559,92)	397,85	469,73	700,51	775,45
B) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) ABRANGENTES		(902,44)	613,07	15,60	(3,95)	(213,77)	342,44	(673,07)	266,68
1. Ativos financeiros disponíveis para a venda	6.4	(466,90)	328,70	124,58	(76,10)	(56,83)	60,19	(285,49)	192,41
a) Ganhos (Perdas) por valoração		(263,93)	570,27	71,10	(139,80)				
b) Valores transferidos à conta de resultados		(204,58)	(238,88)	53,27	62,89				
c) Outras reclassificações		1,61	(2,69)	0,21	0,81				
2. Diferenças de conversão	6.23	(852,03)	572,45	0,99	0,43	(211,95)	308,68	(639,09)	264,20
a) Ganhos (Perdas) por avaliação		(850,52)	573,12	0,99	0,43				
b) Valores transferidos à conta de resultados		(0,03)	(0,59)	--	--				
c) Outras reclassificações		(1,48)	(0,08)	--	--				
3. Contabilidade tácita		419,13	(287,08)	(110,03)	71,72	54,93	(26,27)	254,17	(189,09)
a) Ganhos (Perdas) por avaliação	6.14	381,55	(314,43)	(100,63)	78,56				
b) Valores transferidos à conta de resultados		37,58	27,35	(9,40)	(6,84)				
c) Outras reclassificações		--	--	--	--				
4. Entidades avaliadas por equivalência patrimonial		(0,07)	(0,97)	--	--	0,02	0,02	(0,09)	(0,99)
a) Ganhos (Perdas) por avaliação		0,08	2,66	--	--				
b) Valores transferidos à conta de resultados		0,04	--	--	--				
c) Outras reclassificações		(0,19)	(3,63)	--	--				
5. Outras receitas e despesas abrangentes		(2,57)	(0,03)	0,06	--	0,06	(0,18)	(2,57)	0,15
TOTAIS		606,27	2.418,17	(394,75)	(563,87)	184,08	812,17	27,44	1.042,13

Dados em milhões de euros

Todos os lotes incluídos no Demonstração consolidada do resultado abrangente são suscetíveis de serem reclassificados na demonstração de resultados consolidados de acordo com as IFRS-UÉ.

C) Demonstração das mudanças do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conceito	COMEN- TÁRIOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES									PARTICI- PAÇÕES NÃO DOMI- NANTES	TOTAL DO PATRIMÔ- NIO LÍQUIDO
		FUNDOS PRÓPRIOS										
		Capital social	Prêmio de emissão	Reservas	Dividendo a receber	Ações próprias	Resultado atribuído aos acionistas controladores	Outros instrumentos de patrimônio líquido	Ajustes por mudanças de valor	Diferenças de conversão		
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2016		307,95	1.506,74	6.747,74	(184,77)	(2,39)	708,77	--	632,19	(1.142,49)	1.834,55	10.408,29
1. Ajustes por mudanças de critério contábeis (Nota 2.4)		--	--	(786,68)	--	--	--	--	--	786,68	--	--
2. Ajustes por correção de erros		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
SALDO AJUSTADO EM 1 DE JANEIRO DE 2016		307,95	1.506,74	5.961,06	(184,77)	(2,39)	708,77	--	632,19	(355,81)	1.834,55	10.408,29
I. TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) ABRANGENTES		--	--	--	--	--	775,45	--	2,48	264,20	812,17	1.854,30
II. OPERAÇÕES COM ACIONISTAS CONTROLADORES E MINORITÁRIOS		--	--	(209,54)	(184,77)	(57,84)	--	--	--	--	(368,68)	(820,83)
1. Aumentos (Reduções) de Capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	55,00	55,00
2. Distribuição de dividendos	4.2	--	--	(215,57)	(184,77)	--	--	--	--	--	(387,90)	(788,24)
3. Incrementos (Reduções) por combinações de negócios		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
4. Outras operações com acionistas controladores e minoritários		--	--	6,03	--	--	--	--	--	--	(35,78)	(29,75)
5. Operações com ações e participações próprias	6.11	--	--	--	--	(57,84)	--	--	--	--	--	(57,84)
III. OUTRAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		--	--	457,10	184,77	--	(708,77)	9,68	20,00	--	38,94	1,72
1. Transferências entre itens de patrimônio líquido	6.26	--	--	458,80	184,77	--	(708,77)	--	20,00	--	45,20	--
2. Outras variações	3.2 y 2.4	--	--	(1,70)	--	--	--	9,68	--	--	(6,26)	1,72
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		307,95	1.506,74	6.208,62	(184,77)	(60,23)	775,45	9,68	654,67	(91,61)	2.316,98	11.443,48
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2017		307,95	1.506,74	6.208,62	(184,77)	(60,23)	775,45	9,68	654,67	(91,61)	2.316,98	11.443,48
1. Ajustes por mudanças de critério contábeis		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
2. Ajustes por correção de erros		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
SALDO AJUSTADO EM 1 DE JANEIRO DE 2017		307,95	1.506,74	6.208,62	(184,77)	(60,23)	775,45	9,68	654,67	(91,61)	2.316,98	11.443,48
I. TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) ABRANGENTES		--	--	--	--	--	700,51	--	(33,98)	(639,09)	184,08	211,52
II. OPERAÇÕES COM ACIONISTAS CONTROLADORES E MINORITÁRIOS		--	--	(279,67)	(184,77)	7,87	--	--	--	--	(582,42)	(1.038,99)
1. Aumentos (Reduções) de Capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
2. Distribuição de dividendos	4.2	--	--	(261,92)	(184,77)	--	--	--	--	--	(572,91)	(1.019,60)
3. Incrementos (Reduções) por combinações de negócios		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(0,80)	(0,80)
4. Outras operações com acionistas controladores e minoritários	6.9	--	--	(22,45)	--	--	--	--	--	--	(8,71)	(31,16)
5. Operações com ações e participações próprias	6.11	--	--	4,70	--	7,87	--	--	--	--	--	12,57
III. OUTRAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		--	--	504,19	184,77	--	(775,45)	0,40	--	--	(17,26)	(103,35)
1. Transferências entre itens de patrimônio líquido		--	--	590,68	184,77	--	(775,45)	--	--	--	--	--
2. Outras variações	3.2 y 2.4	--	--	(86,49)	--	--	--	0,40	--	--	(17,26)	(103,35)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		307,95	1.506,74	6.433,14	(184,77)	(52,36)	700,51	10,08	620,69	(730,70)	1.901,38	10.512,66

Dados em milhões de euros

D) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conceito	Comentários	2017	2016
1. Atividade seguradora:		1.362,27	954,37
Recebimentos em efetivo da atividade seguradora		24.497,41	23.760,11
Pagamentos em efetivo da atividade seguradora		(23.135,14)	(22.805,74)
2. Outras atividades operacionais:		(410,38)	(321,05)
Recebimentos em efetivo de outras atividades operacionais		800,20	767,24
Pagamentos em efetivo de outras atividades operacionais		(1.210,58)	(1.088,29)
3. Recuperação (pagamento) de impostos de renda		(497,80)	(474,69)
4. Atividades interrompidas		--	--
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		454,09	158,63
1. Recebimentos de atividades de investimento:		20.132,61	19.972,92
Imobilizado material		56,24	27,28
Imóveis destinados à renda		54,58	200,88
Imobilizado intangível		0,57	2,77
Instrumentos financeiros		16.958,98	17.136,21
Participações		1.834,70	1.038,75
Entidades dependentes e outras unidades de negócio		29,83	46,27
Juros recebidos		1.089,15	1.153,24
Dividendos recebidos		69,85	57,59
Outros recebimentos relacionados com atividades de investimento		38,71	309,93
2. Pagamentos de atividades de investimento:		(19.100,39)	(19.258,52)
Imobilizado material	6.2	(121,19)	(161,59)
Imóveis destinados à renda	6.2	(14,24)	(15,84)
Imobilizado intangível		(98,37)	(147,86)
Instrumentos financeiros		(16.375,32)	(17.461,53)
Participações		(2.340,32)	(1.327,93)
Entidades dependentes e outras unidades de negócio	6.9	(127,35)	(125,05)
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento		(23,60)	(18,72)
3. Atividades interrompidas		--	--

Conceito	Comentários	2017	2016
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.032,22	714,40
1. Recebimentos de atividades de financiamento		1.227,70	1.147,10
Passivos subordinados		600,00	--
Recebimento por emissão de instrumentos de patrimônio e ampliação de capital		--	55,00
Alienação de valores próprios	6.11	12,50	--
Outros recebimentos relacionados com atividades de financiamento		615,20	1.092,10
2. Pagamentos de atividades de financiamento		(2.212,73)	(1.461,91)
Dividendos e doações pagas		(1.019,47)	(786,67)
Juros pagos		(67,94)	(53,31)
Passivos subordinados		(578,45)	--
Pagamentos de devolução de contribuições aos acionistas		--	--
Aquisição de valores próprios	6.11	--	(57,84)
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento		(546,87)	(564,09)
3. Atividades interrompidas		--	--
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(985,03)	(314,81)
Diferenças de conversão nos fluxos e saldos em efetivo		(88,40)	(96,18)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA		412,88	462,04
SALDO INICIAL DE CAIXA		1.451,13	989,09
SALDO FINAL DE CAIXA		1.864,01	1.451,13

Dados em milhões de euros

E) Informação financeira por segmentos - conta de resultados consolidada dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conceito	IBÉRIA	
	2017	2016
I. RECEITAS DO NEGÓCIO SEGURADOR		
1. Prêmios ganhos no exercício, líquidos		
a) Prêmios emitidos seguro direto	6.954,87	6.689,68
b) Prêmios resseguro aceito	5,33	14,84
c) Prêmios resseguro cedido	(510,32)	(484,11)
d) Variação das provisões de prêmios e de riscos não expirados, líquidas		
Seguro direto	(49,52)	(8,17)
Resseguro aceito	(0,20)	0,29
Resseguro cedido	(4,93)	(14,71)
2. Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	8,20	3,93
3. Receitas dos investimentos		
Operacionais	1.343,83	1.521,90
Patrimoniais	62,77	58,49
4. Ganhos não realizados em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	67,79	57,05
5. Outras receitas técnicas	21,42	22,15
6. Outras receitas não técnicas	84,89	59,37
7. Diferenças positivas de câmbio	10,89	14,52
8. Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	16,97	15,86
TOTAL RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR	8.011,99	7.951,09
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR		
1. Sinistros ocorridos		
a) Sinistros pagos e variação da provisão de sinistros, líquidos		
***Seguro direto	(5.219,49)	(5.636,18)
***Resseguro aceito	(1,80)	(10,12)
***Resseguro cedido	337,54	311,01
b) Despesas relacionadas a sinistros	(356,05)	(340,07)
2. Variação de outras provisões técnicas, líquidas	(318,65)	228,74
3. Participação em lucros e estornos	(22,73)	(32,77)
4. Despesas de operacionais líquidas		
a) Despesas de aquisição	(1.090,00)	(1.072,63)
b) Despesas administrativas	(121,20)	(124,46)
c) Comissões e participação em resseguro	113,81	109,44
5. Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	3,53	(2,42)
6. Despesas dos investimentos		
a) Operacionais	(386,25)	(378,43)
b) Patrimoniais	(39,66)	(29,85)
7. Perdas não realizados em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	(8,47)	(25,83)
8. Outras despesas técnicas	(71,58)	(73,04)
9. Outras despesas não técnicas	(102,93)	(114,12)
10. Diferenças negativas de câmbio	(12,40)	(15,74)
11. Provisão para a provisão por redução ao valor recuperável de activos	(20,68)	(37,79)
TOTAL DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR	(7.317,01)	(7.244,26)

LATAM NORTE		LATAM SUL		BRASIL		AMÉRICA DO NORTE	
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1.739,17	1.238,57	1.694,73	1.718,75	4.546,87	4.392,82	2.506,51	2.572,80
32,96	30,42	4,17	4,82	--	--	22,00	50,52
(935,05)	(443,77)	(641,09)	(724,19)	(760,47)	(702,15)	(530,26)	(555,27)
(240,69)	164,94	(66,64)	(45,33)	(63,44)	174,89	(9,91)	(59,47)
(0,70)	0,33	0,27	(1,41)	--	--	5,84	(15,18)
235,94	(162,58)	10,38	27,12	5,43	(41,08)	2,28	29,56
--	--	--	--	--	--	--	--
65,33	65,93	162,89	162,25	351,26	417,05	87,10	98,86
10,79	10,46	15,08	14,70	13,79	10,35	46,26	60,91
0,38	--	--	--	76,58	108,50	--	--
0,58	0,15	17,09	13,27	2,04	2,15	14,57	13,48
0,17	0,25	2,89	6,25	103,82	3,04	0,05	0,14
15,53	8,01	5,49	8,76	--	--	--	--
--	--	--	0,15	--	--	--	--
924,41	912,71	1.205,26	1.185,14	4.275,88	4.365,57	2.144,44	2.196,35
(1.002,04)	(908,92)	(1.009,71)	(900,34)	(2.100,90)	(2.086,92)	(2.388,82)	(1.507,32)
(6,56)	(6,40)	(4,07)	(0,07)	--	--	(19,59)	(26,79)
505,03	371,71	458,40	385,88	400,23	314,23	1.024,84	213,61
(13,35)	(11,86)	(41,91)	(38,33)	(89,29)	(88,33)	(197,34)	(201,40)
(31,31)	(2,75)	(54,35)	(128,23)	(232,78)	(288,94)	(0,25)	(0,35)
(8,57)	(0,32)	0,10	0,09	(3,75)	(4,02)	--	--
(263,02)	(262,37)	(399,58)	(411,32)	(1.298,77)	(1.196,51)	(578,31)	(584,42)
(73,54)	(71,83)	(71,30)	(68,08)	(207,16)	(193,76)	(114,31)	(113,04)
70,80	57,24	80,35	88,15	92,28	84,06	164,27	162,42
--	--	--	--	--	--	--	--
(14,06)	(13,38)	(12,89)	(12,84)	(116,32)	(104,96)	(7,61)	(10,11)
(0,68)	(0,82)	(0,72)	(0,79)	--	--	(1,66)	(2,69)
--	--	--	--	--	--	--	--
(8,07)	(11,25)	(21,10)	(11,82)	(9,03)	(4,12)	--	--
(0,26)	(0,18)	(1,54)	(8,91)	(0,47)	(0,13)	(1,23)	(1,32)
(20,53)	(0,04)	(15,88)	(13,59)	--	--	--	--
--	--	(8,14)	(11,66)	(104,86)	--	(3,65)	(10,18)
(866,16)	(861,17)	(1.102,34)	(1.131,86)	(3.670,82)	(3.569,40)	(2.123,66)	(2.081,59)

Conceito	IBÉRIA	
	2017	2016
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR	694,98	706,83
III. OUTRAS ATIVIDADES		
1. Receitas operacionais	232,68	241,08
2. Despesas operacionais	(185,32)	(192,88)
3. Receitas financeiras líquidas		
a) Receitas financeiras	6,30	11,04
b) Despesas financeiras	(2,63)	(5,15)
4. Resultado de participações minoritárias		
a) Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	1,87	1,47
b) Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	--	--
5. Reversão provisão de redução ao valor recuperável de ativos	1,49	1,59
6. Constituição de provisão de redução ao valor recuperável de ativos	(2,49)	(4,32)
7. Resultado de alienação de ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não incluídos nas atividades interrompidas	--	--
RESULTADO DE OUTRAS ATIVIDADES	51,90	52,83
IV. RESULTADO POR REEXPRESSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	--	--
V. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	746,88	759,66
VI. IMPOSTO DE RENDA DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	(159,50)	(148,53)
VII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	587,38	611,13
VIII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS	--	--
IX. RESULTADO DO EXERCÍCIO	587,38	611,13
1. Atribuível a participações não dominantes	75,86	75,19
2. Atribuível aos acionistas controladores	511,52	535,94

Dados em milhões de euros

Conceito	EURÁSIA		MAPFRE ASSISTÊNCIA	
	2017	2016	2017	2016
I. RECEITAS DO NEGÓCIO SEGURADOR				
1. Prêmios ganhos no exercício, líquidos				
a) Prêmios emitidos seguro direto	1.842,97	1.968,29	341,03	360,91
b) Prêmios resseguro aceito	26,76	1,74	642,48	705,86
c) Prêmios resseguro cedido	(522,79)	(509,11)	(217,52)	(234,13)
d) Variação das provisões de prêmios e de riscos não expirados, líquidas				
Seguro direto	(42,80)	(145,56)	(34,31)	(0,73)
Resseguro aceito	(16,46)	0,99	(36,33)	(40,57)
Resseguro cedido	16,06	11,34	17,11	12,70
2. Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	0,07	2,48	--	--
3. Receitas dos investimentos				
Operacionais	151,17	107,35	3,28	2,84
Patrimoniais	36,09	28,82	--	--
4. Ganhos não realizados em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	2,86	2,57	--	--
5. Outras receitas técnicas	3,54	2,89	--	--
6. Outras receitas não técnicas	1,01	1,00	--	--
7. Diferenças positivas de câmbio	12,42	16,21	0,25	7,96
8. Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	0,27	0,24	--	0,09
TOTAL RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR	1.511,17	1.489,25	715,99	814,93

LATAM NORTE		LATAM SUL		BRASIL		AMÉRICA DO NORTE	
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
58,25	51,54	102,92	53,28	605,06	796,17	20,78	114,76
9,96	10,85	20,21	20,25	27,82	32,05	2,01	1,96
(10,90)	(12,18)	(18,51)	(28,95)	(43,95)	(49,48)	(1,82)	(1,87)
0,21	0,14	3,62	1,51	32,57	38,82	--	--
0,13	(0,01)	(0,37)	(0,39)	(1,37)	(9,38)	(0,08)	(0,09)
--	--	--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--	--	--
(0,60)	(1,20)	4,95	(7,58)	15,07	12,01	0,11	(0,00)
--	--	--	--	--	--	--	--
57,65	50,34	107,87	45,70	620,13	808,18	20,89	114,76
(14,42)	(7,60)	(27,30)	(21,28)	(217,82)	(310,89)	28,03	(37,04)
43,23	42,74	80,57	24,42	402,31	497,29	48,92	77,72
--	--	--	--	--	--	--	--
43,23	42,74	80,57	24,42	402,31	497,29	48,92	77,72
9,45	8,52	10,36	7,92	276,93	355,96	0,23	0,48
33,78	34,22	70,21	16,50	125,38	141,33	48,69	77,24

MAPFRE GLOBAL RISKS		MAPFRE RE		ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO		TOTAL	
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
344,50	328,67	--	--	11,69	43,20	19.982,34	19.313,69
912,92	883,52	4.222,42	4.234,75	(2.370,69)	(2.426,99)	3.498,35	3.499,48
(915,87)	(920,46)	(1.399,63)	(1.434,09)	2.368,56	2.413,42	(4.064,44)	(3.593,86)
(5,42)	5,29	--	--	(2,82)	(9,67)	(515,55)	76,19
(16,26)	(19,55)	174,65	(140,55)	(36,71)	53,65	74,10	(162,00)
13,22	58,63	2,27	31,64	37,10	(47,91)	334,86	(95,29)
3,03	4,14	--	--	(0,33)	(0,11)	10,97	10,44
28,32	34,42	185,64	196,08	(14,94)	(2,89)	2.363,88	2.603,79
0,78	9,14	7,66	10,14	2,05	0,80	195,27	203,81
--	--	--	--	(16,59)	(22,73)	131,02	145,39
5,35	1,31	0,02	--	(0,94)	(2,46)	63,67	52,94
1,06	1,10	0,88	0,75	(0,16)	(0,19)	194,61	71,71
149,26	83,32	797,41	490,26	48,61	76,95	1.039,86	705,99
--	--	3,83	5,68	--	(0,02)	21,07	22,00
520,89	469,53	3.995,15	3.394,66	24,83	75,05	23.330,01	22.854,28

Conceito	EURÁSIA		MAPFRE ASSISTÊNCIA	
	2017	2016	2017	2016
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR				
1. Sinistralidade do exercício, líquida				
a) Sinistros pagos e variação da provisão de sinistros, líquidos				
***Seguro direto	(1.156,72)	(1.186,33)	(171,36)	(184,89)
***Resseguro aceito	(10,40)	(1,61)	(268,85)	(302,19)
***Resseguro cedido	288,30	240,81	78,06	79,05
b) Despesas relacionadas a sinistros	(37,17)	(36,79)	(115,78)	(158,64)
2. Variação de outras provisões técnicas, líquidas	(186,55)	(177,03)	--	--
3. Participação em lucros e estornos	(11,55)	(12,72)	--	--
4. Despesas de operacionais líquidas				
a) Despesas de aquisição	(284,69)	(290,99)	(305,32)	(313,21)
b) Despesas administrativas	(113,31)	(132,20)	(39,01)	(39,89)
c) Comissões e participação em resseguro	152,17	131,94	85,75	101,86
5. Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	(0,08)	--	--	--
6. Despesas dos investimentos				
a) Operacionais	(56,15)	(13,43)	(1,38)	(2,58)
b) Patrimoniais	(0,04)	(0,15)	--	--
7. Perdas não realizados em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	--	--	--	--
8. Outras despesas técnicas	(10,82)	(11,41)	(2,02)	(2,36)
9. Outras despesas não técnicas	(1,87)	(1,87)	--	--
10. Diferenças negativas de câmbio	(9,77)	(11,18)	(8,37)	(6,20)
11. Constituição de provisão para prever a deterioração dos ativos	(6,54)	(56,65)	--	--
TOTAL DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR	(1.445,19)	(1.559,61)	(748,28)	(829,05)
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR	65,98	(70,36)	(32,29)	(14,12)
III. OUTRAS ATIVIDADES				
1. Receitas operacionais	3,23	3,60	129,98	89,40
2. Despesas operacionais	(9,52)	(8,60)	(155,02)	(126,73)
3. Receitas financeiras líquidas				
a) Receitas financeiras	0,23	0,17	5,42	7,27
b) Despesas financeiras	(0,11)	(0,11)	(4,77)	(10,88)
4. Resultado de participações minoritárias				
a) Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	1,13	--	--	--
b) Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	--	--	--	--
5. Reversão provisão de redução ao valor recuperável de ativos	--	--	--	--
6. Constituição de provisão de redução ao valor recuperável de ativos	--	--	--	--
7. Resultado de alienação de ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não incluídos nas atividades interrompidas	--	--	--	--
RESULTADO DE OUTRAS ATIVIDADES	(5,04)	(4,94)	(24,39)	(40,94)
IV. RESULTADO POR REEXPRESSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	--	--	(0,12)	0,20
V. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	60,94	(75,30)	(56,80)	(54,86)
VI. IMPOSTO DE RENDA DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	(10,81)	11,71	(9,97)	(0,38)
VII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	50,13	(63,59)	(66,77)	(55,24)
VIII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS	--	--	--	--
IX. RESULTADO DO EXERCÍCIO	50,13	(63,59)	(66,79)	(55,24)
1. Atribuível a participações não dominantes	10,81	5,39	1,64	1,12
2. Atribuível aos acionistas controladores	39,32	(68,98)	(68,43)	(56,36)

Dados em milhões de euros

MAPFRE GLOBAL RISKS		MAPFRE RE		ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO		TOTAL	
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
(162,97)	(116,63)	--	--	(6,92)	(33,01)	(13.218,93)	(12.560,54)
(1.242,66)	(474,46)	(3.801,88)	(2.540,88)	2.972,91	1.304,23	(2.382,90)	(2.058,29)
1.063,00	362,15	1.696,19	702,09	(2.970,40)	(1.293,11)	2.881,19	1.687,43
(4,37)	(4,65)	(0,10)	(0,11)	(0,35)	(1,40)	(855,71)	(881,58)
--	--	0,73	(11,60)	16,57	(0,03)	(806,59)	(380,19)
(0,30)	(0,32)	--	--	--	0,01	(46,80)	(50,05)
(154,67)	(141,66)	(1.148,71)	(1.052,64)	598,31	577,72	(4.924,76)	(4.748,03)
(8,02)	(8,47)	(16,10)	(13,91)	3,94	(4,69)	(760,01)	(770,33)
59,52	58,98	337,39	306,35	(599,31)	(582,05)	557,03	518,39
--	(0,26)	--	--	(3,53)	2,68	(0,08)	--
(7,25)	(7,95)	(26,64)	(29,30)	0,75	1,62	(627,80)	(571,36)
(0,27)	(0,05)	(1,62)	(3,65)	(0,19)	(1,12)	(44,84)	(39,12)
--	--	--	--	--	--	(8,47)	(25,83)
(5,78)	(3,83)	(2,03)	(2,35)	0,86	2,13	(129,57)	(118,05)
(0,11)	(0,17)	(5,90)	(3,85)	(0,02)	(0,02)	(114,33)	(130,57)
(146,88)	(82,25)	(805,27)	(487,25)	(0,29)	(10,25)	(1.019,39)	(626,50)
--	--	--	(4,77)	(18,71)	--	(162,58)	(121,05)
(610,76)	(419,57)	(3.773,94)	(3.141,87)	(6,38)	(37,29)	(21.664,54)	(20.875,67)
(89,87)	49,96	221,21	252,79	18,45	37,76	1.665,47	1.978,61
--	--	--	--	(62,87)	(37,39)	363,02	361,80
--	--	--	--	(64,75)	(77,88)	(489,79)	(498,57)
--	--	--	--	49,24	32,50	97,59	91,45
--	--	--	--	(90,61)	(58,15)	(99,81)	(84,16)
--	--	--	--	--	--	3,00	1,47
--	--	--	--	(0,03)	(0,48)	(0,03)	(0,48)
0,01	--	--	--	17,51	6,55	19,01	8,14
--	--	--	--	(22,76)	(8,86)	(25,25)	(13,18)
--	--	--	--	--	--	--	--
0,01	--	--	--	(174,27)	(143,71)	(132,26)	(133,53)
--	--	--	--	(24,38)	(40,18)	(24,50)	(39,98)
(89,86)	49,96	221,21	252,79	(180,20)	(146,13)	1.508,71	1.805,10
23,57	(2,66)	(58,58)	(66,73)	36,45	23,48	(410,35)	(559,92)
(66,29)	47,30	162,63	186,06	(143,75)	(122,65)	1.098,36	1.245,18
--	--	--	--	--	--	--	--
(66,29)	47,30	162,65	186,06	(143,75)	(122,65)	1.098,36	1.245,18
--	--	--	(0,01)	12,57	15,16	397,85	469,73
(66,29)	47,30	162,65	186,07	(156,32)	(137,81)	700,51	775,45

F) Informação financeira complementar por produto e áreas geográficas

1. Receitas ordinárias consolidadas de clientes externos dos exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

A seguir, é apresentado o detalhamento das receitas ordinárias consolidadas por produtos e países, conforme os segmentos descritos na Nota 2.2:

1.A) INFORMAÇÃO POR PRODUTOS

Produtos	2017	2016
Vida	4.669,50	4.465,08
Automóveis	7.271,17	7.370,91
Casa e outros riscos simples	2.510,26	2.498,02
Saúde	991,98	999,09
Acidentes	238,80	246,70
Outros não vida	4.441,52	3.869,90
Resseguro	5.782,56	5.817,01
Outras atividades	925,44	933,22
Ajustes de consolidação	(2.987,53)	(3.024,96)
TOTAL	23.843,71	23.174,97

Dados em milhões de euros

1.B) INFORMAÇÃO POR PAÍSES

Áreas Geográficas / Países	2017	2016
IBÉRIA		
Espanha	7.053,29	6.805,41
Portugal	139,59	140,19
LATAM NORTE		
México	1.192,23	726,06
Panamá	217,68	208,68
Resto	372,18	345,10
LATAM SUL		
Argentina	306,96	294,93
Chile	306,88	366,06
Colômbia	398,75	405,50
Peru	469,93	465,70
Resto	236,59	211,62
BRASIL	4.574,69	4.424,88
AMÉRICA DO NORTE		
Estados Unidos da América	2.201,62	2.260,64
Porto Rico	328,91	364,65
EURÁSIA		
Itália	471,44	466,18
Malta	352,54	334,03
Turquia	654,95	840,73
Resto	394,02	332,70
MAPFRE ASSISTÊNCIA	1.113,48	1.156,17
MAPFRE GLOBAL RISKS	1.257,42	1.212,19
MAPFRE RE	4.222,42	4.234,75
ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES CONSOLIDAÇÃO	(2.421,86)	(2.421,20)
TOTAL	23.843,71	23.174,97

Dados em milhões de euros

Consideram-se receitas ordinárias os prêmios de seguro direto e resseguro aceito, bem como as receitas de exploração das atividades não seguradoras.

2. Ativos não correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016

A seguir, é apresentado o detalhe dos ativos não circulantes, conforme os segmentos descritos na Nota 2.2:

Áreas Geográficas / Países	2017	2016
IBÉRIA		
Espanha	1.695,37	2.478,53
Portugal	20,41	22,31
LATAM NORTE		
México	114,55	80,35
Panamá	56,78	77,42
Resto	28,32	30,16
LATAM SUL		
Argentina	35,68	40,67
Chile	38,23	37,58
Colômbia	23,86	36,42
Peru	85,51	84,59
Resto	21,08	27,93
BRASIL	927,42	1.028,65
AMÉRICA DO NORTE		
Estados Unidos da América	352,64	389,52
Porto Rico	65,28	69,42
EURÁSIA		
Itália	34,28	57,28
Malta	179,90	174,25
Turquia	60,61	62,94
Resto	40,91	22,47
MAPFRE ASSISTÊNCIA	135,27	195,54
MAPFRE GLOBAL RISKS	9,86	16,04
MAPFRE RE	64,37	64,59
ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES CONSOLIDAÇÃO	682,99	778,38
TOTAL	4.673,32	5.775,04

Dados em milhões de euros

Em ativos não correntes inclui-se outro imobilizado intangível, ativo imobilizado, imóveis destinados à renda, inventários, créditos de impostos, créditos previdenciários e outros, outros ativos e ativos não correntes classificados como mantidos para venda e de atividades interrompidas.

A queda dos ativos não circulantes da Espanha está explicada na Nota 6.10 e corresponde ao exercício da opção de compra sobre as ações da Unión Duero, Compañía de Seguros de Vida (Duero Vida) y Duero Pensiones, EGFP S.A (Duero Pensiones).

Nenhum cliente apresenta individualmente mais de 10 % das receitas ordinárias do Grupo.

G) Relatório contábil consolidado

1. Informação geral sobre a entidade e sua atividade

MAPFRE S.A. (em diante "a Sociedade dominante") é uma sociedade anônima cujas ações são cotadas na Bolsa, que é matriz de um conjunto de sociedades dependentes dedicadas às atividades de seguros em seus diferentes ramos tanto de Vida quanto de Não-Vida, finanças, investimentos imobiliários e de serviços.

A MAPFRE S.A. é filial da CARTERA MAPFRE, S.L. Sociedade Unipessoal (doravante CARTERA MAPFRE) controlada 100% pela Fundación MAPFRE.

O âmbito de atuação da Sociedade dominante e suas filiais (doravante, "MAPFRE", "o Grupo" ou "Grupo MAPFRE") compreende o território espanhol, países do Espaço Econômico Europeu e outros países.

A Sociedade dominante foi constituída na Espanha e seu domicílio social encontra-se em Majadahonda (Madri), Carretera de Pozuelo 52.

As atividades do Grupo MAPFRE são estruturadas através de quatro Unidades de Negócio: Seguros, Assistência (assistência, serviços e riscos especiais), Global Risks (riscos globais e Resseguro; três Áreas Territoriais: IBÉRIA, LATAM e INTERNACIONAL; e seis Áreas Regionais: IBÉRIA (Espanha e Portugal), BRASIL, LATAM NORTE (México, República Dominicana, Panamá, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Honduras e Guatemala, LATAM SUL (Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai), AMÉRICA DO NORTE (Estados Unidos, Porto Rico e Canadá) e EURÁSIA (Europa, Oriente Médio, África e Ásia-Pacífico).

A Unidade de Negócio de Seguros é organizada segundo as Áreas Regionais da MAPFRE, que constituem as unidades geográficas de planejamento, suporte e supervisão na região.

A atividade das diferentes Unidades de Negócio se completa com a das Áreas Corporativas (Financeira, Investimentos, Recursos Humanos, Meios e Coordenação Institucional, Suporte à Inovação) que têm competências globais para todas as empresas do Grupo no mundo em funções de desenvolvimento, implementação e acompanhamento das políticas corporativas globais, regionais e locais.

O Grupo MAPFRE mantém redes próprias de distribuição com escritórios nos países nos quais opera, que compatibiliza com a utilização de outros canais de distribuição. Além disso, conta com a colaboração de Mediadores, profissionais da distribuição de seguros, que, com diferentes posições (Delegados, Agentes e

Corretores), desempenham um papel relevante na comercialização de operações e atendimento aos segurados.

A capacidade de distribuição do grupo completa-se com acordos de distribuição subscritos com diferentes entidades, especialmente os de banco e seguros.

As sociedades dependentes têm sua estrutura interna e sistemas de distribuição adaptadas às peculiaridades dos mercados em que operam.

As contas anuais individuais e consolidadas foram formuladas pelo Conselho de Administração no dia 7 de fevereiro de 2018. Está previsto que tais contas sejam aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas. A normativa espanhola contempla a possibilidade de modificar as contas anuais consolidadas no caso destas não serem aprovadas por tal órgão de caráter soberano.

2. Bases de apresentação das contas anuais consolidadas

2.1. FUNDAMENTOS DA APRESENTAÇÃO

As contas anuais consolidadas do grupo foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela União Europeia (NIIF-UE), tendo-se efetuado por todas as entidades os ajustes de homogeneização necessários para estes efeitos.

As contas anuais consolidadas foram preparadas com base no modelo de custo, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos financeiros de negociação e instrumentos derivados, que foram registrados por seu valor justo.

Não foram aplicadas de forma antecipada normas e interpretações que sendo aprovadas pela Comissão Europeia não entraram em vigor na data de fechamento do exercício 2017, de qualquer forma sua adoção antecipada não teria efeito sobre a situação financeira e sobre os resultados do grupo.

2.2. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS POR SEGMENTOS

A seção E) das contas anuais consolidadas recolhe a informação financeira por segmentos.

No exercício de 2017, o Grupo modificou a informação por segmentos operativos com o objetivo de alinhar-se com a informação que fornece à Diretoria e aos mercados, ficando como:

Atividade seguradora e outras atividades

- SEGUROS
 - IBÉRIA
 - BRASIL
 - LATAM NORTE
 - LATAM SUR
 - AMÉRICA DO NORTE
 - EURÁSIA
- ASSISTÊNCIA
- GLOBAL RISKS

Atividade resseguradora

- MAPFRE RE

As receitas e despesas da “atividade seguradora e outras atividades” dos negócios de Seguros reúne, ainda os de outras atividades complementares derivadas da gestão de ativos mobiliários e imobiliários e de serviços médicos, de assistência, funerários, tecnológicos, etc. O segmento operativo correspondente à Unidade de Seguros apresenta sua informação de acordo com a estrutura das áreas regionais do Grupo, atendendo também os limites quantitativos estabelecidos no regulamento.

Os segmentos operativos correspondentes às Unidades de Negócio de Assistência (MAPFRE ASSISTÊNCIA), Global Risks (MAPFRE GLOBAL RISKS) e Resseguro (MAPFRE RE) incluem sua atividade seguradora e resseguradora, com independência de sua localização geográfica.

As transferências realizadas entre os segmentos foram realizadas a justo valor e são eliminadas no processo de consolidação.

Por outro lado, os montantes exibidos em “Áreas Corporativas e ajustes de consolidação” abrangem as despesas dos serviços prestados pelas Áreas Corporativas Globais e pelos ajustes derivados do processo de consolidação.

No Relatório Consolidado de Gestão detalha-se informação adicional sobre a evolução e características do negócio.

2.3 INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR PRODUTO E ÁREAS GEOGRÁFICAS

A seção F) das contas anuais consolidadas reúne a informação financeira complementar por produtos e áreas geográficas.

A informação mostrada por produtos é apresentada agrupada pelas principais áreas de atividade, sendo estas as seguintes:

- Vida
- Automóveis
- Casa e outros riscos simples
- Saúde
- Acidentes
- Outros Não Vida
- Resseguro
- Outras atividades

A informação oferecida por áreas geográficas é detalhada atendendo os principais países que compõem as áreas regionais do Grupo, conforme indicado na Nota 1 da presente memória.

2.4. MUDANÇAS EM POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇAS EM ESTIMATIVAS E ERROS

A complexidade apresentada pela contabilização das operações do Grupo na Venezuela, a mecânica de contabilização da hiperinflação presente em sua economia e os movimentos históricos de sua taxa de câmbio geraram importantes impactos nos estados financeiros do Grupo, tendo sido agravados nos últimos exercícios. Neste contexto, e com o objetivo de melhorar a imagem fiel dos estados financeiros, no exercício de 2017, o Grupo realizou uma mudança de política consistente no registro em uma conta de Reservas, tanto da revalorização das partidas monetárias, como das diferenças de conversão geradas na conversão a euros dos estados financeiros atualizados das filiais venezuelanas, registradas com anterioridade na partida "Diferenças de conversão", evitando a separação dos impactos da depreciação da taxa de câmbio e da hiperinflação.

O Grupo procedeu com tal mudança de política contábil por entender que, de acordo com o estabelecido na NIC 8, oferece e facilita informação mais confiável e relevante sobre as operações na Venezuela. Da mesma forma, e conforme o estabelecido na normativa, procedeu-se a atualizar a informação refletida nas contas anuais consolidadas do exercício precedente, tendo sido reclassificado 832,850 e 786,860 milhões de euros da partida "Diferenças de conversão" para "Reservas" em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente. A reclassificação correspondente a 1º de janeiro de 2016 é reunida como "Ajustes por mudanças de critério contábil" no Estado consolidado de mudanças em Patrimônio Líquido. Neste Estado são reunidas em "Outras variações" de reservas, tanto as diferenças de conversão como os efeitos da atualização por inflação dos exercícios de 2017 e 2016.

Nos exercícios 2017 e 2016, salvo pelo indicado nos parágrafos anteriores, não foram produzidas mudanças em políticas contábeis, estimativas ou erros de caráter significativo que pudessem ter efeito sobre a posição financeira ou sobre os resultados do Grupo.

2.5. COMPARAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Nas contas anuais consolidadas do exercício finalizado em 31 de dezembro de 2017, é oferecida a informação financeira por segmentos atendendo à adaptação refletida na Nota 2.2 do presente relatório contábil. A fim de que a informação fosse comparável, a informação por segmentos refletida nas contas anuais consolidadas do exercício anterior foi atualizada.

Salvo pelas modificações anteriormente indicadas, não existem causas que impeçam a comparação das contas anuais consolidadas do exercício com as do precedente e as normas internacionais foram aplicadas para sua elaboração que, tendo sido aprovadas pela Comissão Europeia, estavam em vigência na data do fechamento do exercício.

Na data de reformulação das contas anuais do exercício, cada indicar o seguinte:

- A adoção da NIIF-UE 15 "Receitas ordinárias procedentes de contratos com clientes", com entrada em vigência para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, estimou-se que não terá efeitos significativos sobre a situação financeira e os resultados do Grupo.
- Com respeito à NIIF 16-UE "Locações", de aplicação aos exercícios que forem iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, foi realizado um novo estudo de impacto sobre os estados financeiros do primeiro ano de implantação, com base nas condições atuais dos mercados e dos contratos de locação em vigência. Os principais impactos seriam os seguintes:
 - Aumento de ativos e passivos em aproximadamente 620,640 milhões de euros.
 - Queda de despesas operacionais e aumento de despesas financeiras em 14,510 e 33,600 milhões de euros, respectivamente. O valor de despesas financeiras irá sendo reduzido progressivamente, com critério financeiro, ao longo da vida estimada dos contratos.
 - Queda do resultado do exercício atribuível à sociedade dominante em 11,160 milhões de euros. Este montante será integralmente compensado ao final da vida estimada dos contratos.
- O Grupo está analisando o impacto que vai supor a NIIF 17 "Contratos de Seguro, de aplicação aos exercícios que forem iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, que foi aprovada pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e ainda não foi adotada pela União Europeia, que se prevê que será significativo.

- Com relação à NIIF-UE 9 "Instrumentos Financeiros", cujo impacto se prevê que seja também significativo e a modificação da NIIF-UE 4 "Contratos de Seguros", de aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo, em virtude do indicado nesta última norma, foi acolhido à isenção temporária facultativa de aplicar a NIIF 9 para as entidades com atividades predominantemente seguradoras. Essa isenção temporária poderá ser aplicada até os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021, data em que se estima que entrará em vigência a nova NIIF 17 "Contratos de Seguro".

- O Grupo adotará, assim que entrarem em vigência, as outras normas, modificações e interpretações que forem de aplicação. Estima-se que a sua aplicação inicial não terá um impacto significativo sobre a situação financeira ou os resultados do Grupo.

2.6. MUDANÇAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No Anexo 1 figuram identificadas as sociedades que se incorporaram nos exercícios 2017 e 2016 ao perímetro de consolidação, junto com seus dados patrimoniais e resultados. Desta forma, no Anexo 1 detalham-se o resto das mudanças produzidas no perímetro de consolidação.

No exercício de 2017, foi consolidado por integração global os fundos de investimento administrados por sociedades do Grupo onde a participação deste último é superior a 30%. Se tivessem sido consolidados no exercício anterior, os ativos e passivos consolidados teriam sido superiores em 308,01 milhões de euros, dos quais 218,330 milhões correspondem a "Carteira disponível para venda", 86,670 milhões a "Disponível"; 3,010 a "Créditos sociais e outros"; 304,190 a "Outros passivos financeiros" (Nota 6,13) e 3,820 milhões a "Outras dívidas".

Os efeitos sobre o patrimônio líquido atribuível à Sociedade dominante por mudanças dos últimos exercícios na prioridade de sociedades dependentes que não dão lugar a perícia de controle não foram significativos (essas mudanças são refletidas no Anexo 1).

O resultado produzido no exercício derivado da perda de controle em sociedades dependentes não é relevante (no Anexo 1 as perdas de controle citadas são detalhadas).

No efeito global destas mudanças sobre o patrimônio, a situação financeira e os resultados do grupo consolidável nos exercícios 2017 e 2016 de outras mudanças no perímetro de consolidação com respeito ao precedente descreve-se nas notas correspondentes do relatório contábil consolidado.

2.7. JUÍZOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na preparação das contas anuais consolidadas sob NIIF-UE o Conselho de Administração da Sociedade dominante realizou julgamentos e estimativas baseadas na hipótese sobre o futuro e sobre incertezas que basicamente se referem:

- As outras provisões técnicas (Nota 6.14).
- Às perdas por redução ao valor recuperável de determinados ativos (Notas 6.1, 6.2 e 6.4).
- Ao cálculo de provisões para riscos e despesas (Nota 6.15).
- Ao cálculo atuarial dos passivos e compromissos por benefícios pós-emprego (Nota 6.22).
- À vida útil dos ativos intangíveis e dos elementos do ativo imobilizado material (Notas 5.3 y 6.1).
- Ao valor justo de determinados ativos não cotados (Nota 6.4).

As estimativas e hipóteses utilizadas são revisadas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores que possam ser considerados mais razoáveis em cada momento. Se como consequência destas revisões se produzisse uma mudança de estimativa em determinado período, seu efeito se aplicaria neste período e, assim sendo, nos sucessivos.

3. Consolidação

3.1. SOCIEDADES DEPENDENTES, ASSOCIADAS E ACORDOS CONJUNTOS

A identificação das sociedades dependentes, associadas e acordos em conjuntos incluídos na consolidação, com indicação do método de integração, é descrito no quadro de participações que faz parte do relatório contábil consolidado como Anexo 1.

A configuração das **sociedades como dependentes** vem determinada pelo fato da Sociedade dominante possuir poder sobre a entidade participada, estar exposta ou ter direito a alguns rendimentos variáveis e ter a capacidade de influenciar em tais rendimentos através do poder que exerce sobre as mesmas. As sociedades dependentes são consolidadas a partir da data na qual o Grupo obtém o controle e são excluídas da consolidação na data em que este cessa.

Nas Sociedades dependentes em que se dispõem de 50% ou menos dos direitos econômicos, a consideração como entidade dependente é baseada no que foi estabelecido nos acordos de acionistas, que podem apresentar a seguinte casuística:

- A administração das sociedades é realizada por um Conselho de Administração responsável pela sua estratégia operacional e financeira, bem como da sua administração e de sua gestão, tutelando, entre outras, as políticas financeiras e de exploração. Nestes casos, o Conselho de Administração está integrado por um número par de membros sendo, em todos os casos, o Presidente nomeado sob recomendação da MAPFRE e tendo voto decisivo, contando desta forma com o controle da sociedade.

- É outorgado à MAPFRE o poder de nomear e revogar o CEO, Diretor Financeiro, Diretor Atuarial e outro pessoal chave para a direção e controle da sociedade.

- São estabelecidos direitos políticos não coincidentes com os direitos econômicos, que supõem para a MAPFRE a maioria dos direitos de voto da Assembleia Geral. Além disso, nestes casos o Conselho de Administração é composto por uma forma conjunta e, em caso de empate, um dos Conselheiros designados por indicação da MAPFRE tem voto decisivo.

As participações não dominantes nas entidades dependentes adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2004 foram registradas na data de aquisição pela percentagem de participação no valor justo dos ativos líquidos identificáveis. E as adquiridas com anterioridade à data de transição, foram reconhecidas pela percentagem de participação no seu patrimônio líquido na data da primeira consolidação.

As participações não dominantes são apresentadas no patrimônio líquido consolidado de forma separada do patrimônio atribuído aos acionistas da Sociedade dominante. As participações não dominantes nos resultados consolidados do exercício (e no resultado global total consolidado do exercício) são apresentadas igualmente de forma separada na conta de resultados consolidada (estado do resultado global consolidado).

Entidades associadas são aquelas sobre as quais a Sociedade dominante exerce influência significativa e que não são nem dependentes, nem têm acordos em conjunto.

Entende-se por influência significativa o poder de intervir nas decisões sobre políticas financeiras e de exploração da empresa participada, mas sem chegar a ter o controle conjunto sobre estas políticas, presumindo-se que exerce influência significativa quando possui, seja direta ou indiretamente através de seus dependentes ao menos 20 % dos direitos de voto da empresa participada.

As participações em entidades associadas se consolidam pelo método da participação, incluindo-se no valor das participações o goodwill líquido identificado na data de aquisição.

Quando a participação do grupo nas perdas de uma associada é igual ou superior ao valor contábil da participação da mesma, incluída qualquer conta a cobrar não assegurada, o Grupo não registra perdas adicionais, a não ser que tenham sido geradas obrigações ou realizado pagamentos em nome da associada.

Para determinar se uma sociedade participada é dependente ou associada consideraram-se a finalidade e desenho da participada com o objetivo de determinar as atividades relevantes, o modo como são tomadas as decisões sobre essas atividades, quem tem a capacidade atual de dirigir essas atividades e quem recebe os rendimentos delas. Também foram levados em consideração os direitos potenciais de votos possuídos e que sejam exercitáveis como as opções de compra sobre ações, instrumentos de dívida convertíveis em ações ou outros instrumentos que deem à Sociedade dominante a possibilidade de incrementar seus direitos de voto.

Existe um **acordo conjunto** quando dois ou mais participantes empreendem uma atividade econômica sujeita a um controle compartilhado e regulamentado mediante um acordo contratual.

O acordo conjunto se classifica como negócio conjunto quando as partes ostentam direitos sobre os ativos líquidos do acordo, reconhecendo-se sua participação nas contas anuais consolidadas mediante o método da participação.

Quando o acordo conjunto outorga às partes direitos sobre os ativos e tem obrigações por seus passivos, classifica-se como operação conjunta, e sua participação é reconhecida nas contas anuais consolidadas utilizando-se o método de integração proporcional.

Os estados financeiros das sociedades dependentes, associadas e acordos conjuntos utilizados para a consolidação correspondem ao exercício anual fechado em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

3.2. CONVERSÃO DE CONTAS ANUAIS DE SOCIEDADES NO EXTERIOR INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A moeda funcional e de apresentação do Grupo MAPFRE é o euro, logo os saldos e operações das sociedades do grupo cuja moeda funcional é diferente do euro são convertidos a tal moeda utilizando o de tipo de câmbio de fechamento para saldos de balanço e a média ponderada por volume de operações para transações.

As diferenças de câmbio resultantes da aplicação do procedimento anterior, assim como aquelas surgidas da conversão de empréstimos e outros instrumentos em moeda estrangeira de cobertura dos investimentos em negócios estrangeiros, apresentam-se como um componente separado no "Estado de receitas e despesas reconhecidos" e se recolhem no patrimônio

na conta "Diferenças de conversão", deduzida a parte dessa diferença que corresponde a Participações não dominantes.

O goodwill e os ajustes ao justo valor dos ativos e passivos que surgiram na aquisição das sociedades do Grupo cuja moeda de apresentação é diferente do euro se tratam como ativos e passivos do negócio com o estrangeiro, expressando-se na moeda funcional do negócio no estrangeiro e convertendo-se a tipo de câmbio de fechamento.

Os estados financeiros das sociedades domiciliadas em países com alta taxa de inflação ou economias hiperinflacionárias, se ajustam ou reexpressam pelos efeitos das mudanças nos preços antes de sua conversão a euros. Os ajustes por inflação efetuam-se seguindo o estabelecido na norma internacional 29 "Informação financeira em economias hiperinflacionárias".

Para os exercícios 2017 e 2016 somente a Venezuela foi considerada como país com economia super hiperinflacionária. A moeda funcional das sociedades do Grupo que operam neste país é o bolívar venezuelano (VEF).

Embora existam várias taxas de câmbio oficiais no país, nenhuma delas flutua livremente, conseqüentemente não refletem a perda de valor da moeda derivada da hiperinflação do país.

Como resultado do anterior, e por não contar com um índice oficial confiável, tanto para o fechamento do exercício de 2016 como para o de 2017, foi considerada necessária a estimativa de uma taxa de câmbio que abranja a inflação real do país e que contribua para mostrar de forma adequada a integração dos estados financeiros das filiais venezuelanas na elaboração dos estados financeiros do Grupo MAPFRE, com o objetivo de cumprir o requisito de oferecer a imagem fiel dos mesmos.

O Grupo considerou que a taxa de câmbio que melhor reflete a situação financeira das entidades venezuelanas deve se basear na atualização da última taxa de câmbio confiável, tomando como referência para tal atualização a inflação refletida na variação da Paridade do Poder de Compra (PPC), ou seja, o índice de preços relativos de uma cesta venezuelana comparada com uma cesta global, o que indica estimar uma variante da inflação, mas sem usar exclusivamente os preços locais de consumo e empregando, para isso, informação produzida por instituições de reconhecido prestígio internacional. A inflação aplicada em 2017 foi estimada em 835%, tendo reestimado a de 2016 em função da publicação do FMI durante o ano.

Para estes efeitos, a taxa de câmbio a partir da qual foram calculadas as sucessivas taxas de câmbio é a empregada nas contas anuais do exercício de 2016, que se baseou na atualização por inflação do SIMADI na data de sua aparição (fevereiro de 2015), que chegava a 176,6 USD/VEF. As taxas de câmbio assim obtidas, às quais foram convertidos os saldos e as operações das sociedades do Grupo que operam na Venezuela, são as seguintes:

Exercício	TAXA DE CÂMBIO NO FECHAMENTO DO EXERCÍCIO	
	USD/VEF	EUR/VEF
2015	425,8	463,6
2016	3.598,3	3.787,2
2017	14.460,1	17.355,0

Na conta de resultados consolidada a perda derivada da posição monetária líquida figura em uma seção independente, cujo montante nos exercícios 2017 e 2016 aumenta para 24,50 e 39,98 milhões de euros, respectivamente.

Ajustes ao saldo inicial

As colunas de ajustes ao saldo inicial que constam nos diferentes quadros do relatório contábil consolidado recolhem as variações que existiram como consequência da aplicação de diferente tipo de câmbio de conversão para o caso de dados de filiais no exterior.

As variações nas provisões técnicas que constam na conta de resultados consolidada diferem das que se obtêm por diferença dos saldos de balanço consolidado do exercício atual e precedente, como consequência da aplicação de diferente tipo de câmbio de conversão para o caso de filiais no exterior.

4. Ganhos por ação e dividendos

4.1. GANHOS POR AÇÃO

Anexa-se à continuação o cálculo dos ganhos básicos por ação diluída que é coincidente com os ganhos diluídos por ação ao não existir nenhuma ação ordinária potencial:

Conceito	2017	2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas controlantes (milhões de euros)	700,51	775,45
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhões)	3.079,55	3.079,55
Lucros básicos por ação (euros)	0,23	0,25

4.2. DIVIDENDOS

O detalhe dos dividendos da Sociedade dominante dos últimos dois exercícios é o seguinte:

Conceito	DIVIDENDO TOTAL (EM MILHÕES DE EUROS)		DIVIDENDO POR AÇÃO (EM CENTAVOS DE EURO)	
	2017	2016	2017	2016
Dividendo a receber	184,77	184,77	6,00	6,00
Dividendo complementar	261,76	261,76	8,50	8,50
TOTAL	446,53	446,53	14,50	14,50

O dividendo total do exercício 2017 foi proposto pelo Conselho de Administração e se encontra pendente de aprovação pela Assembleia Ordinária de Acionistas.

Esta distribuição de dividendos prevista cumpre com os requisitos e limitações estabelecidos na normativa legal e nos estatutos sociais.

Durante o exercício 2017 a Sociedade dominante distribuiu um dividendo a receber por montante total de 184.773.196,38 euros, que representa-se no patrimônio líquido dentro da seção "Dividendo a receber". Reproduz-se a seguir o estado de liquidez formulado pelo Conselho de Administração para a distribuição.

Conceito	Fecha del acuerdo 20-10-2017
Disponível na data do acordo	14,86
Aumentos de disponíveis previstos a um ano	731,45
(+) Por operações de cobrança circulantes previstas	731,45
(+) Por operações financeiras	--
Diminuições de disponíveis previstas a um ano	511,60
(-) Por operações de pagamentos circulantes previstas	(70,00)
(-) Por operações financeiras previstas	(441,60)
Disponível a um ano	234,71

Dados em milhões de euros

5. Políticas contábeis

Indicam-se à continuação as políticas contábeis aplicadas em relação às seguintes partidas:

5.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Ágio

ÁGIO DE FUSÃO

Representa o excesso do custo satisfeito em uma combinação de negócios sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de fusão.

DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

• Ágio de consolidação

Representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo da participação no líquido patrimonial da entidade dependente na data de aquisição, exceto para as aquisições realizadas antes de 1º de janeiro de 2004, que corresponde ao ágio líquido de amortização registrado conforme a normativa espanhola de aplicação em tal data. No caso de aquisições de participações da entidade dependente a sócios minoritários posteriores à data inicial, a Sociedade dominante reconhece o mencionado excesso como menor montante de reservas.

• Diferença negativa de consolidação

Supondo que o valor dos ativos identificáveis adquiridos menos o dos passivos assumidos fosse superior ao custo da aquisição, tal diferença se contabiliza como uma receita na conta de resultados consolidada.

DETERIORAÇÃO DO GOODWILL

Depois de seu reconhecimento inicial e atribuição a uma unidade geradora de caixa, avalia-se ao menos anualmente a possível perda de seu valor. Quando o valor recuperável de tal unidade geradora de caixa é inferior ao valor líquido contábil da mesma, reconhece a perda de valor correspondente de forma imediata na conta de resultados consolidada.

Outros ativos intangíveis

ATIVOS INTANGÍVEIS PROCEDENTES DE UMA AQUISIÇÃO INDEPENDENTE

Os ativos intangíveis adquiridos a terceiros em uma transação de mercado são avaliados pelo custo. Se sua vida útil é finita amortizam-se em função da mesma, e em caso de vida útil indefinida realizam-se ao menos anualmente provas de deterioração de valor.

ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE

As despesas de pesquisa se reconhecem diretamente na conta de resultados consolidada do exercício ao qual se sujeitam. As despesas de desenvolvimento se registram como ativo quando se pode assegurar justamente sua probabilidade, confiança e futura recuperabilidade, e se avaliam pelos desembolsos efetuados.

As despesas de desenvolvimento ativadas são amortizadas durante o período no qual se espera obter receitas ou rendimentos, independentemente da avaliação que se poderia realizar se uma possível deterioração fosse produzida.

AMORTIZAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS DE VIDA ÚTIL DEFINIDA

> Despesas de aquisição de carteira

Amortizam-se durante a vida das carteiras, em um prazo máximo de 30 anos, e em função da sua manutenção.

> Outros ativos intangíveis

Amortizam-se em função de sua vida útil, seguindo um método linear. A amortização foi registrada na conta de despesas por natureza "Dotações à amortização".

5.2. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIO

A Sociedade dominante identifica uma combinação de negócio quando em uma transação os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio. As combinações são contabilizadas mediante aplicação do método de aquisição.

Na data de aquisição, que corresponde ao momento no qual o controle da entidade ou atividade adquirida é obtido, é reconhecido de forma separada, o goodwill, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação não dominante na adquirida.

O goodwill representa o excesso do custo, incluídos pagamentos adiados, sejam certos ou contingentes, sobre o montante líquido na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Em conformidade ao disposto na NIIF-UE 3, o Grupo optou por não aumentar o ágio na parte correspondente a sócios externos.

Inicialmente os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos se avaliam pelo seu valor justo na data de aquisição. Os custos relacionados com a aquisição nos quais incorre o adquirente registram-se como gasto do exercício no qual se produzem, exceto, se for o caso, os custos relativos à emissão de ou ações.

Posteriormente, a entidade adquirente avalia os ativos adquiridos, passivos assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos

na combinação de negócios segundo as normas de avaliação aplicáveis a esses itens segundo sua natureza.

No caso de combinações de negócios realizadas por etapas, na data em que se obtém o controle da participação, a Sociedade dominante avalia novamente suas participações no patrimônio da adquirida, previamente mantidas por seu valor justo na data de aquisição, e qualquer benefício ou perda que surja neste momento se reconhece na conta de resultados consolidada. Dessa forma, se existissem ajustes por mudança de valor pendentes de imputação ao resultado do exercício, transferem-se à conta de resultados consolidada.

Quando na data de fechamento do exercício não se pode concluir o processo de avaliação necessário para aplicar o método de aquisição, as contas anuais são elaboradas utilizando dados provisórios. Estes valores são ajustados no período necessário para completar a contabilização inicial, não sendo este período superior a um ano desde a data de aquisição.

Uma vez completada a contabilização das combinações de negócios, as modificações dos pagamentos contingentes se registram, para aquelas combinações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2010, na conta consolidada de resultados, e para as realizadas com anterioridade a tal data como variação do custo da combinação de negócios.

5.3. ATIVO IMOBILIZADO E IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA

O ativo imobilizado e os investimentos imobiliários estão avaliados por seu custo de aquisição menos sua amortização acumulada e, sendo o caso, as perdas acumuladas por deterioração.

São classificados como investimentos imobiliários os ativos imóveis não circulantes, cuja finalidade é obter rendas, mais-valias ou ambas.

Os custos posteriores à sua aquisição são reconhecidos como ativo somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados a eles revertam no Grupo e o custo do elemento possa ser determinado de forma confiável. O resto de despesas por reparação e manutenção são incluídos na conta de resultados consolidada durante o exercício no qual incorrem.

A amortização destes elementos se calcula linearmente sobre o valor de custo do ativo reduzido por seu valor residual e pelo valor dos terrenos segundo os seguintes períodos de vida:

GRUPO DE ELEMENTOS	ANOS	COEFICIENTE ANUAL
Edifícios e outras construções	50-25	2%-4%
Elementos de transporte	6,25	16%
Mobiliário	10	10%
Instalações	20-10	5%-10%
Equipamentos para processos de informação	4	25%

O valor residual e a vida útil dos ativos se revisam e ajustam se necessário na data de fechamento de cada exercício.

Estes ativos são excluídos da contabilidade quando se alienam ou quando não se espera obter benefícios econômicos futuros derivados do uso contínuo dos mesmos. Os ganhos ou perdas procedentes da exclusão são incluídos na conta de resultados consolidada.

5.4. ALUGUÉIS

Aluguel financeiro

Os aluguéis que transferem ao locatário todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem alugado classificam-se como aluguéis financeiros. O locatário registra em seu ativo o bem avaliado por seu valor justo ou, se é inferior, pelo valor atual dos pagamentos mínimos do aluguel e é amortizado durante a vida útil do bem alugado.

Cada pagamento por aluguel se distribui entre o passivo e as cargas financeiras para conseguir uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da dívida.

Os custos financeiros são incluídos na conta de resultados consolidada.

Aluguel operacional

Os aluguéis nos quais o locador conserva uma parte dos riscos e vantagens derivadas da titularidade classificam-se como aluguéis operacionais. Os pagamentos líquidos de qualquer incentivo recebido do locador são incluídos na conta de resultados consolidada sobre uma base linear durante o período do aluguel.

5.5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Reconhecimento

Os ativos financeiros negociados em mercados secundários de valores se reconhecem com caráter geral na data de liquidação.

Classificação

As aplicações financeiras se classificam nas seguintes carteiras:

- Carteira mantida até o vencimento

Inclui valores sobre os quais se tem a intenção e a capacidade financeira demonstrada de conservá-los até seu vencimento.

- Carteira disponível para venda

Reúne valores representativos de dívida não qualificados em outras carteiras e os instrumentos de capital de entidades que não sejam dependentes, associadas ou acordos conjuntos que não os incluídos na "Carteira de negociação".

- Carteira de negociação

Inclui ativos financeiros originados ou adquiridos com o objetivo de realizá-los a curto prazo, que formam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e gerenciados conjuntamente na qual há evidências de atuações recentes para obter ganhos a curto prazo.

Também são parte desta carteira os instrumentos derivados não atribuídos a uma operação de cobertura e aqueles ativos financeiros híbridos avaliados integralmente por seu valor justo.

Nos ativos financeiros híbridos, que incluem simultaneamente um contrato principal e um derivado financeiro, separam-se ambos componentes e tratam-se de maneira independente de efeitos de sua classificação e avaliação. Quando a segregação não é possível, são avaliados por seu valor justo.

Avaliação

Em seu reconhecimento inicial em balanço, todos os investimentos financeiros são reconhecidos pelo valor justo da retribuição entregue mais, no caso de investimentos financeiros que não se classifiquem na "Carteira de negociação", os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo financeiro por meio de uma transação organizada entre participantes no mercado na data da avaliação.

Posteriormente, os investimentos financeiros são avaliados por seu valor justo, sem deduzir nenhum custo de transação em que pudesse incorrer por sua venda ou qualquer forma de disposição, com as seguintes exceções:

- Os investimentos financeiros incluídos na "Carteira mantida até o vencimento", que avaliam-se por seu custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

b) Os ativos financeiros que são instrumentos de capital cujo valor justo não pode ser estimado de maneira confiável, assim como os derivativos que tem como ativo subjacente a esses instrumentos e se liquida, entregando os mesmos, que são avaliados pelo valor do custo.

As avaliações em valor justo das aplicações financeiras incluídas na carteira disponível para venda e na carteira de negociação foram classificadas de acordo com os níveis das variáveis empregadas em sua avaliação:

- Nível 1. Valor de cotação: preço cotado nos mercados ativos sem ajustes.
- Nível 2. Dados observáveis: preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares aos avaliados ou outras técnicas de avaliação em que todas as variáveis significantes baseiam-se em dados observáveis de mercado. A avaliação é feita por meio de um modelo no qual é realizado um desconto de fluxos financeiros futuros, incluindo o valor de reembolso, com base em uma curva de taxas com dois componentes principais:
 - Curva swap cupom zero da moeda na que esteja denominada a emissão, e que é considerada como melhor aproximação à taxa de juro sem risco.
 - Diferencial de risco adicional, que será o diferencial adicionado ou retirado da curva swap cupom zero, que reflete os riscos inerentes à emissão avaliada, tais como: Risco de crédito, Falta de liquidez e Opcionalidade.
- Nível 3. Outras avaliações: variáveis específicas conforme o caso. Para isso, é possível diferenciar entre:
 - Ativos de renda variável, nos quais, geralmente, é feita a estimativa do valor de realização com base nas características individuais do ativo.
 - Ativos de renda fixa com estruturas completas de fluxos futuros (taxas de juros referenciados por variáveis financeiras, com "caps" e/ou "floors") e com uma ou várias amortizações antecipadas, e nas quais o emissor não tem emissões semelhantes no mercado ou emissões não cotadas de um emissor sem emissões semelhantes. Nestes casos, normalmente a avaliação é feita solicitando uma avaliação de referência a um terceiro.

Mudanças nas variáveis observáveis utilizadas nas avaliações individuais mencionadas não modificaram de forma significativa o valor justo obtido.

Redução ao valor recuperável

O valor contábilístico dos investimentos financeiros é corrigido com recurso à conta de resultados consolidada quando existe evidência objetiva de que ocorreu um evento que supõe um impacto negativo em seus fluxos de caixa futuros ou em qualquer outra circunstância que evidenciasse que o custo do investimento do instrumento financeiro não é recuperável. O montante das perdas por deterioração é igual à diferença entre seu valor contábilístico e o valor atual de seus fluxos de caixa futuros estimados.

No caso dos valores de renda fixa nos quais existe taxa de incumprimento nos juros e/ou principal, procede-se à estimativa da perda potencial em função da situação do emissor. No resto de valores de renda fixa realiza-se uma análise baseada em sua qualificação creditícia e no grau de solvência das emissões, procedendo-se ao registro da deterioração se o risco de não pagamento é considerado.

No caso dos instrumentos de patrimônio realiza-se uma análise individual dos investimentos a efeito de determinar a existência ou não de deterioração das mesmas. Adicionalmente, considera-se que existe indício de deterioração quando o valor de mercado apresenta uma queda prolongada (18 meses) ou significativa (40 %) em relação ao seu custo.

O montante das perdas estimadas por deterioração reconhece-se na conta de resultados consolidada, incluída além disso, qualquer dedução do valor justo dos investimentos reconhecida previamente em "Ajustes por mudanças de valor". A reversão é reconhecida na conta de resultados consolidada, com exceção da correspondente aos instrumentos de patrimônio. Neste caso, a correção de valor registrada nos exercícios anteriores não são reconhecidas na conta de resultados, atribuindo o aumento de valor diretamente no patrimônio neto nesse caso.

No caso das swaps de intercâmbio de fluxos se reconhecem as quantidades aplicadas pelas operações principais, contabilizando o montante resultante dos fluxos nas seções "Outros passivos financeiros" ou "Créditos previdenciários e outros", segundo corresponda.

5.6. INVESTIMENTOS POR CONTA DE TOMADORES DE SEGUROS DE VIDA QUE ASSUMEM O RISCO DO INVESTIMENTO

São concretizadas em valores de renda fixa, valores de renda variável e fundos de investimento que são avaliados no preço de aquisição à assinatura ou compra. O referido preço de aquisição ajusta-se como maior ou menor valor do investimento, segundo corresponda, em função do seu justo valor no fechamento do exercício, que é determinado da seguinte forma:

- Valores de renda variável: por seu valor de cotação (Nível 1).
- Valores de renda fixa: pelo valor de cotação, se este for representativo (Nível 1) e, caso contrário, atualizando os fluxos futuros incluindo o valor de reembolso (nível 2)
- Participações em fundos de investimento: são avaliados por seu valor de liquidação (Nível 1).

As reavaliações e depreciações destes ativos são contabilizadas como receita ou gasto na conta de resultados consolidada correspondente ao segmento da Unidade de Seguros.

5.7. DETERIORAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Ao fechamento de cada exercício o Grupo avalia se existem indícios de que os elementos do ativo possam ter sofrido uma perda de valor. Se tais indícios existem estima-se o valor recuperável do ativo.

No caso dos ativos que não se encontram em condições de uso e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida a estimativa do valor recuperável é realizada independente da existência ou não de indícios de deterioração.

Se o valor contábilístico excede o montante recuperável reconhece-se uma perda por este excesso, reduzindo o valor nos livros do ativo até seu montante recuperável.

Se um incremento é produzido no valor recuperável de um ativo distinto do goodwill reverte-se a perda por deterioração reconhecida previamente, incrementando o valor contábilístico do ativo até seu valor recuperável. Este incremento nunca excede o valor contábilístico líquido de amortização de não ter-se reconhecido a perda por deterioração em anos anteriores. A revisão é reconhecida na conta de resultados consolidada, a menos que o ativo tenha sido reavaliado anteriormente contra "Ajustes por mudanças de valor", em cujo caso a revisão trata-se como um aumento da reavaliação. Depois desta revisão o gasto de amortização se ajusta nos seguintes períodos.

5.8. INVENTÁRIOS

Os inventários, que incluem principalmente solares, avaliam-se ao menor valor entre seu custo de aquisição e seu valor líquido de realização.

5.9. CRÉDITOS

A avaliação destes ativos se realiza com caráter geral ao custo amortizado calculado conforme o método da taxa de juro efetiva, deduzindo-se em seu caso as provisões por perdas devidas a claras deteriorações do valor.

Quando se trata de créditos com vencimento superior a um ano sem que as partes tenham pactuado expressamente o juro aplicável, os créditos descontam-se tomando como juro financeiro implícito o vigente no mercado para títulos de Dívida Pública de vencimento igual ou similar aos vencimentos dos créditos, sem deixar de considerar o prêmio de risco correspondente.

Quando existe evidência objetiva de que incorreu-se uma perda por deterioração, constitui-se a correspondente provisão pelo montante que estima-se não será recuperável. Esse montante equivale à diferença entre o valor contábilístico e o valor atual dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e a perda é reconhecida na conta de resultados consolidada do exercício.

A perda por deterioração correspondente aos prêmios pendentes de cobrança calcula-se separadamente para cada ramo ou risco, apresenta-se na conta de resultados consolidada como menor montante dos prêmios emitidos e está constituída pela parte do prêmio de tarifa aplicada no exercício que, previsivelmente e de acordo com a experiência de anos anteriores, não venha a ser cobrada, tendo em conta a incidência do resseguro.

A deterioração é reconhecida na conta de resultados consolidada globalmente em função da antiguidade dos recibos pendentes de cobrança ou individualmente quando as circunstâncias e situação dos recibos assim os requerem.

Os créditos por cobranças de sinistros ativam-se somente quando sua realização é considerada garantida.

5.10. DISPONÍVEL

A disponível é composta pelo numerário (caixa e depósitos bancários à vista) e os equivalentes de numerário que correspondem àqueles investimentos a curto prazo (máximo três meses) de alta liquidez que são facilmente convertíveis em determinados montantes de caixa e estão sujeitos a um risco pouco significativo de mudanças de valor.

5.11. AJUSTES POR PERIODIZAÇÃO

Nesta seção do ativo incluem-se basicamente as comissões e outros gastos de aquisição correspondentes aos prêmios aplicados que são atribuíveis aos períodos compreendido entre a data de fechamento e o término de cobertura dos contratos, correspondendo os gastos imputados a resultados aos realmente suportados no período, com o limite estabelecido nas bases técnicas.

De forma paralela, nesta seção do passivo, são incluídos os montantes das comissões e outros gastos de aquisição do resseguro cedido que deva ser atribuído ao exercício ou exercícios seguintes de acordo com o período de cobertura das apólices.

5.12. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA SUA VENDA E PASSIVOS ASSOCIADOS

Avaliam-se, em seu caso, ao menor montante entre seu valor contábilístico e seu valor justo diminuído pelos custos de venda, entendendo como tais aqueles cortes marginais diretamente atribuíveis à alienação, excluídos, em seu caso, os custos financeiros e o gasto por imposto de renda.

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não são amortizados e as perdas pela deterioração de seu valor contabilizado são reconhecidas na conta de resultados consolidada. Da mesma forma, quando se produz uma recuperação do valor este reconhece-se na conta de resultados consolidada até um montante igual ao das perdas por deterioração anteriormente reconhecidas.

5.13. AÇÕES PRÓPRIAS

As ações próprias são avaliadas a custo de aquisição e são registradas no patrimônio líquido. Os gastos derivados da compra são registrados contra o patrimônio líquido como menores reservas.

Todas as transações realizadas com instrumentos próprios do patrimônio são registradas no patrimônio líquido como uma variação dos fundos próprios.

5.14. PASSIVOS FINANCEIROS E SUBORDINADOS

Passivos financeiros classificados como mantidos para negociar.

No momento de seu reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor bruto recebido, atribuindo os custos da transação diretamente a resultados. Posteriormente são avaliados a valor justo, atribuindo as mudanças à conta de resultados.

Outros passivos financeiros.

No momento de seu reconhecimento inicial as dívidas por passivos financeiros são avaliadas ao valor justo, que é o montante líquido recebido, do qual são deduzidos os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro, como comissões, gastos de formalização, impostos, taxas etc. Posteriormente são avaliadas a custos de amortizado, cujo cálculo é efetuado aplicando um tipo de juros efetivo do passivo financeiro.

5.15. OPERAÇÕES DE SEGUROS

A) Prêmios

SEGURO DIRETO

Os prêmios do negócio Não Vida e de contratos anuais renováveis de Vida são reconhecidos como receita ao longo do período de vigência dos contratos, em função do tempo transcorrido e a periodização é realizada mediante a verba da provisão para prêmios não consumidos.

Os prêmios do negócios de Vida a longo prazo, tanto o prêmio único como prêmio periódico, são reconhecidos quando surge o direito de cobrança por parte do emissor do contrato.

RESSEGURO CEDIDO

São registrados em função dos contratos de resseguro subscritos e sob os mesmos critérios que se utilizam para o seguro direto.

RESSEGURO ACEITO E RETROCEDIDO

São contabilizados com base nas contas recebidas das companhias cedentes e, adicionalmente, nas operações de resseguro retrocedido, são levados em consideração os contratos de retrocessão subscritos.

COSSEGURO

São registradas em função das contas recebidas da companhia líder e da participação nos contratos subscritos.

B) Provisões técnicas

À continuação detalham-se as principais hipóteses e métodos utilizados na constituição das provisões.

A) SEGURO DIRETO DE ENTIDADES PERTENCENTES AO ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU

Provisão para prêmios não consumidos

Calcula-se apólice por apólice, e reflete o prêmio de tarifa aplicada no exercício imputável a exercícios futuros, deduzido a sobretaxa de segurança.

Provisão para riscos não expirados

Calcula-se ramo a ramo, e complementa a provisão para prêmios não consumidos no montante em que esta não seja suficiente para refletir a avaliação de riscos e gastos a cobrir que correspondam ao período de cobertura não transcorrido na data de fechamento.

Para o ramo de automóveis, o cálculo desta provisão foi efetuado considerando o conjunto de garantias cobertas com os produtos comercializados pelas diferentes sociedades.

Provisão de seguros de vida

- Nos seguros de Vida cujo período de cobertura é igual ou inferior ao ano, a provisão para prêmios não consumidos calcula-se apólice por apólice, e reflete o prêmio de tarifa aplicada no exercício imputável a exercícios futuros.

Quando esta provisão for insuficiente, calcula-se a provisão para riscos não expirados de forma complementar para cobrir a avaliação de risco e despesas a cobrir que corresponda com o período de cobertura não transcorrido à data de fechamento do exercício.

- Nos seguros sobre a vida cujo período de cobertura é superior a um ano, foi calculado a provisão matemática apólice por apólice como diferença entre o valor atual atuarial das obrigações futuras das sociedades dependentes que operam neste ramo, e as do tomador ou assegurado. A base de cálculo é o prêmio de inventário aplicado no exercício, constituído pelo prêmio puro mais a sobretaxa para despesas administrativas, ambos determinados utilizando as melhores estimativas acerca de mortalidade, morbidade, rendimento de investimentos e despesas administrativas no momento de emissão dos contratos, detalhado nas bases técnicas dos produtos e modalidades correspondentes e permanecendo invariáveis ao longo da vida do contrato, salvo se sua insuficiência ficar clara, em cujo caso se modificaria o cálculo da provisão matemática.

As apólices subscritas que tem cláusula de participação em benefícios em vigor ao fechamento de cada exercício participam, proporcionalmente de suas provisões matemáticas ou resultados técnicos e em função do especificamente recolhido em cada contrato, nos rendimentos líquidos obtidos pelos investimentos afeitos à cobertura de tais provisões. O montante destas participações registra-se como maior montante das provisões técnicas.

- Dentro desta seção do balanço consolidado, reúne-se, igualmente, a provisão para participação em lucros e para estornos, que reúne o montante dos lucros atribuídos a favor dos tomadores, segurados ou beneficiários e dos prêmios que visem restituir aos tomadores ou segurados.

Provisão de sinistros

Representa as avaliações estimadas das obrigações pendentes derivadas dos sinistros ocorridos com anterioridade à data de fechamento do exercício, deduzidos os pagamentos por conta realizados. Inclui as avaliações dos sinistros pendentes de liquidação ou pagamento e pendentes de declaração, assim como dos gastos internos e externos de liquidação de sinistros, no Seguro de Vida incluem-se adicionalmente os vencimentos e resgates pendentes de pagamento. Seu cálculo é efetuado

incluindo, em seu caso, provisões adicionais para desvios nas avaliações de sinistros de longa tramitação

Outras provisões técnicas

A provisão mais relevante incluída nesta seção é a "Provisão do Seguro Funerário", que se calcula apólice por apólice como diferença entre o valor atual atuarial das obrigações futuras das sociedades dependentes que operam neste ramo e as do tomador ou assegurado.

Para determinar carteiras, a provisão do Seguro Funerário calcula-se utilizando métodos baseados na capitalização coletiva, realizando-se uma atualização financeira -atuarial de fluxos de prêmios e sinistros esperados projetados até a extinção do coletivo.

Provisões técnicas relativas ao seguro de vida quando o risco do investimento são assumidos pelos tomadores de seguros

As provisões dos seguros de Vida nos que contratualmente foi estipulado que o risco do investimento será suportado integralmente pelo tomador, foram calculados apólice por apólice e se avaliam em função dos ativos especificamente afeitos para determinar o valor dos direitos.

B) SEGURO DIRETO DE ENTIDADES NÃO PERTENCENTES AO ESPAÇO ECONÔMICO EUROPEU

As provisões técnicas se calculam de acordo com os critérios locais de cada país, exceto aqueles casos nos quais a utilização dos mesmos supunha a distorção da imagem fiel que devem mostrar os estados financeiros, em cujo caso se adaptaram aos critérios da Sociedade dominante.

As provisões de seguros de Vida foram calculados utilizando as hipóteses operacionais, quadros de mortalidade e taxa de juro técnica usual do setor nos respectivos países.

C) RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas pelas cessões a resseguradores são apresentadas no ativo do balanço e calculadas em função dos contratos de resseguro subscritos e sob os mesmo critérios que os utilizados para o seguro direto.

D) RESSEGURO ACEITO

Provisão para prêmios não consumidos

As operações de resseguro aceito proporcional são contabilizadas baseadas nas contas recebidas das companhias cedentes. Se ao efetuar o fechamento contábil não se dispõe da última conta da cedente, o saldo do resto de contas recebidas considera-se como provisão para prêmios não consumidos de contas não fechadas, ao objeto de não reconhecer resultados na contabilização de tais contas. Se excepcionalmente estas provisões

de contas não fechadas foram afetadas negativamente pela contabilização de pagamentos de sinistros de grande importância, ao ser uma perda certa com impossibilidade de compensação por movimentos de contas não fechadas, a provisão ajusta-se pelo montante correspondente.

Para o resseguro proporcional, quando se dispõe da última conta e relatórios de sinistros pendentes, procede-se ao cancelamento das provisões de contas não fechadas, dotando-se as provisões para prêmios não consumidos em função da informação enviada pela cedente, efetuando a periodização contrato por contrato. Na sua falta, contabiliza-se como provisão para prêmios não consumidos o montante do depósitos de prêmios retido por este conceito, e em última instância utiliza-se um método global de periodização do prêmio.

Os gastos de aquisição comunicados pelas cedentes são objetos de periodização, incluindo-se na seção "Ajustes por periodização" do ativo do balanço consolidado, correspondendo estes gastos com os realmente suportados no período. Quando as cedentes não comunicam os montantes de gastos de aquisição, periodizam-se risco a risco para o resseguro proporcional facultativo e de forma global para o resto proporcional do negócio.

As operações de resseguro não proporcional são contabilizadas com base nas contas recebidas das companhias cedentes e se estima a provisão para prêmios não consumidos, provisionando o prêmio contabilizado não gerado em função do período médio de cobertura de apólices.

Provisão para riscos não expirados

Calcula-se ramo a ramo, e complementa a provisão para prêmios não consumidos no montante em que esta não seja suficiente para refletir a avaliação de riscos e gastos a cobrir que correspondam ao período de cobertura não transcorrido na data de fechamento.

Provisão de sinistros

Dotam-se pelos montantes comunicados pela cedente ou em sua ausência pelos depósitos retidos, e incluem provisões complementares para sinistros ocorridos e não comunicados bem como para desvios dos existentes em função da própria experiência.

Para o resseguro não proporcional, dada a informação histórica disponível, estima-se e provisiona o último custo esperado, com base na experiência e por meio de métodos atuariais.

E) RESSEGURO RETROCEDIDO

As operações de resseguro retrocedido e suas correspondentes provisões técnicas registram-se com os mesmos critérios do resseguro aceito, e em função dos contratos de retrocessão subscritos.

F) PROVA DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS

As provisões técnicas registradas são regularmente sujeitas a uma prova de razoabilidade sobre o objetivo de determinar sua eficiência, que é realizada utilizando as estimativas mais atuais dos fluxos futuros procedentes dos contratos de seguros em vigência, levando em conta o valor temporário do dinheiro e utilizando hipóteses (econômicas, biométricas etc.) em função da experiência de cada sociedade. Se como consequência desta prova fica claro que as provisões são insuficientes, são ajustadas de acordo com os resultados do exercício.

G) CONTABILIDADE TÁCITA

Com o fim de atenuar as assimetrias contábeis como consequência da aplicação de métodos de avaliação diferentes para ativos e passivos, assim como para abranger o efeito da participação em lucros dos segurados, as NIIF permitem a denominação "Contabilidade tácita", de tal forma que as perdas ou ganhos nos ativos afeitos são reconhecidos na avaliação das provisões técnicas, até o limite dos montantes assumidos pelo tomador do seguro.

C) OUTROS ATIVOS E PASSIVOS DERIVADOS DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

A) COMPONENTES DE DEPÓSITO EM CONTRATOS DE SEGURO

Alguns contratos de seguro de Vida contém tanto um componente de seguro como um componente de depósito. Ambos componentes não se avaliam separadamente, dado que se reconhecem todos os direitos e obrigações derivados do componente de depósito.

B) DERIVADOS IMPLÍCITOS EM CONTRATOS DE SEGURO

Alguns contratos de seguro de Vida contém derivados implícitos consistentes fundamentalmente em valores de resgate e valores garantidos ao vencimento. Os derivados implícitos não se avaliam separados do contrato de seguro principal dado que os mesmos cumprem com as condições para ser qualificados como contratos de seguro, sendo avaliado o valor intrínseco dos mesmo implicitamente de forma conjunta com o contrato principal de acordo com a NIIF-UE 4.

C) CONTRATOS DE SEGURO ADQUIRIDOS EM COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS OU CESSÕES DE CARTEIRA

Os contratos de seguro adquiridos em uma combinação de negócios ou em cessões de carteiras são reconhecidas no balanço da seguinte maneira:

C.1) Contabilizam-se os passivos derivados dos contratos de seguro de acordo com a NIIF-UE 4,

C.2) Contabiliza-se um ativo intangível, que representa a diferença entre:

- O valor justo dos direitos adquiridos e do resto das obrigações contratuais assumidas e,

- O montante descrito na seção C.1) anterior

Este ativo intangível amortiza-se em função da manutenção das apólices em vigor no momento da compra e da geração futura de benefícios das mesmas.

D) COSSEGURO AGRÁRIO NA ESPANHA

Os prêmios gerados, a provisão de prêmios não consumidos, os benefícios pagos, a provisão de benefícios e as comissões são registradas em função da participação no "Pool", segundo o tipo de negócio, com as seguintes especificações:

D.1) Prêmios gerados: Líquidos de suas anulações.

D.2) Benefícios pagos: Líquidos da parte atribuível ao Consórcio de Compensação de Seguros por excesso de sinistralidade.

D.3) Comissões: São apresentadas na seção "Despesas de aquisição" da conta de resultados consolidada, reduzido pelo montante periodizado ao fechamento do exercício. Na seção "Outros gastos técnicos" são incluídas as comissões geradas pela produção contribuída ao "Pool", deduzidas as comissões reconhecidas aos medidores. Na seção "Outros gastos técnicos" são reunidas as despesas vinculadas diretamente a tal produção.

E) SINISTRALIDADE

O custo estimado dos sinistros, tanto do negócio de Vida como de Não-Vida, é reconhecido em função da data de ocorrência dos mesmos, registrando-se todos os gastos necessários a incorrer até a liquidação do sinistro.

Por meio da provisão de sinistros pendentes de declaração se reconhece como despesa a melhor estimativa do custo dos sinistros ocorridos e não informados antes do fechamento, baseada na experiência histórica.

Os pagamentos dos sinistros realizam-se em acordo à provisão previamente reconhecida.

Os sinistros correspondentes ao resseguro aceito contabilizam-se com base nas contas recebidas das companhias cedentes, estimando-se, no caso dos contratos não proporcionais, o último custo esperado. No caso do resseguro cedido e retrocedido

são registrados em função dos contratos subscritos e sob os mesmos critérios utilizados para o seguro direto e resseguro aceito, respectivamente.

F) HIPÓTESES MAIS SIGNIFICATIVAS E OUTRAS FONTES DE ESTIMATIVA DE INCERTEZAS

Para os ativos, passivos e receitas e gastos derivados de contratos de seguro, como norma geral, utilizam-se as hipóteses que serviram de base para a emissão desses contratos, e que se encontram especificadas nas bases técnicas.

As estimativas e hipóteses utilizadas são, geralmente, revisadas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores que possam ser considerados mais razoáveis. Se se produzisse uma mudança de estimativa em determinado período, seu efeito se aplicaria neste período e, sendo o caso, nos sucessivos.

A principal hipótese está baseada no comportamento e desenvolvimento dos sinistros, utilizando-se a frequência e custos dos mesmos dos últimos exercícios. Desta forma, tem-se em conta nas estimativas hipóteses sobre as taxas de juro e de câmbio de moedas, atrasos no pagamento de sinistros e qualquer outro fator externo que possa afetar as estimativas.

Para os passivos as hipóteses estão baseadas na melhor estimativa possível no momento da emissão dos contratos, constituindo, caso houvesse insuficiência comprovada, as provisões necessárias para cobri-la.

Ao longo do exercício não foram produzidas modificações significativas nas hipóteses utilizadas para avaliar os passivos derivados de contratos de seguros.

G) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Quando existe evidência objetiva de que ocorreu uma perda por deterioração dos ativos derivados de contratos de seguro e resseguro, aplica-se o critério geral de avaliação indicado na Nota 5.9. Créditos

5.16. PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS

são reconhecidas quando tem-se uma obrigação presente (seja legal ou implícita) como resultado de um sucesso passado e pode-se fazer uma estimativa confiável do montante da obrigação.

Se espera-se com alta probabilidade que uma parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado.

5.17. DÍVIDAS

A avaliação é realizada em caráter geral ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetivo.

Para as dívidas com vencimento superior a um ano sem que as partes tenham pactuado expressamente o juro aplicável, descontam-se tomando como juro financeiro implícito o vigente no mercado para títulos de dívida pública de vencimento igual ou similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de considerar o prêmio de risco correspondente.

5.18. CRITÉRIO GERAL DE RECEITAS E GASTOS

A atribuição de receitas e despesas distintas das operações de seguros é feita segundo o critério de geração, em função do fluxo real de bens e serviços que os mesmos representam, independente do momento em que se produza o fluxo monetário ou financeiro derivado deles.

5.19 RETRIBUIÇÕES AOS FUNCIONÁRIOS

As retribuições aos funcionários podem ser a curto prazo, benefícios pós-emprego, indenizações por cessação de funções, outras atribuições a médio e longo prazo e pagamentos baseados em ações.

a) Retribuições a curto prazo

Contabilizam-se em função dos serviços prestados pelos empregados baseado no exercício.

b) Prestações pós-emprego

Estão integradas fundamentalmente pelos regimes de contribuição definida, assim como pelo seguro de vida com cobertura de falecimento entre 65 e 77 anos.

REGIMES DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

São aqueles nos quais a entidade afetada realiza contribuições de caráter pré-determinado a uma entidade separada (seja uma entidade vinculada ou uma entidade externa ao Grupo), e não tem obrigação legal nem implícita de realizar contribuições adicionais no caso de existir uma insuficiência de ativos para atender aos benefícios. O montante dos benefícios a receber pelos empregados está determinado pelas contribuições realizadas mais o rendimento obtido pelos investimentos em que materializou o fundo.

REGIMES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

São regimes de benefícios pós-emprego diferentes dos regimes de contribuição definida.

O passivo reconhecido no balanço por regimes de pensões de benefício definido é igual ao valor atual da obrigação por benefícios definidos na data do balanço menos, no seu caso, o valor justo dos ativos afeitos ao regime.

A obrigação por benefício definido determina-se separadamente para cada regime utilizando o método de avaliação atuarial da unidade de crédito projetada.

As perdas e lucros atuariais foram registrados em contas de patrimônio líquido.

As obrigações por regimes de benefício definido que permanecem no balanço correspondem exclusivamente a pessoal passivo.

c) Indenizações por cessação

São reconhecidas como um passivo e como um gasto quando existe um compromisso demonstrável de rescisão do vínculo trabalhista antes da data normal de retiro do empregado, ou quando existe uma oferta para incentivar a rescisão voluntária dos contratos.

d) Outras retribuições a médio e longo prazo e pagos baseados em ações

O registro contábil de outras retribuições a longo prazo diferentes das descritas em parágrafos anteriores, em concreto o prêmio de antiguidade ou permanência na empresa, seguem os princípios descritos anteriormente, com exceção do custo dos serviços passados, que são reconhecidos de forma imediata, são registrados, igualmente, como contrapartida na epígrafe "Provisões para riscos e gastos"; e as perdas e lucros atuariais, que são registradas na conta de resultados consolidada.

PLANOS DE INCENTIVOS

• No exercício de 2016 foi aprovado um regime de incentivos a médio prazo para determinados membros da equipe executiva da MAPFRE, de caráter extraordinário, não consolidável e plurianual, que se estende de 1º de janeiro de 2016 até 31 de março de 2019, com diferimento no pagamento de parte dos incentivos no período 2020-2022. O pagamento de incentivos está sujeito ao cumprimento de determinados objetivos corporativos e específicos, bem como à permanência do diretor no Grupo. Este será pago parcialmente em dinheiro (50%) e parcialmente em entregas de ações da MAPFRE S.A. (50%), e está sujeito a cláusulas de redução ou recobrança. No fechamento de cada exercício, é realizada uma avaliação do cumprimento dos objetivos, registrando o montante atribuído à conta de resultados consolidada com pagamento a uma conta de passivo pela parte de remuneração em dinheiro e uma conta de patrimônio por aquela correspondente a instrumentos de patrimônio. A avaliação da parte do incentivo a ser recebido em ações da MAPFRE S.A. é realizada

levando em conta o valor justo dos instrumentos de patrimônio designados na data de concessão, considerando os prazos e as condições do plano.

Cada ano, durante o período para a não revogação da concessão, ajusta-se o número de instrumentos de patrimônio incluídos na determinação do montante da transação. Após a data de não revogação da concessão não são efetuados ajustes adicionais.

- Com anterioridade, existia um regime de incentivos a médio prazo para determinados membros da equipe executiva do Grupo, de caráter extraordinário, não consolidável e plurianual, que se estendeu de 1º de janeiro de 2013 até 31 de março de 2016, tendo sido liquidado no fechamento do exercício de 2016.
- Por outro lado, no exercício de 2007, o Grupo aprovou um plano de incentivos referente ao valor da ação da MAPFRE S.A., com liquidação em dinheiro e revogável, que foi avaliada no momento inicial de seu outorgamento, seguindo um método de avaliação de opções. No fechamento do exercício de 2016 a cotação da ação se encontrava abaixo da cotação de referência, por isso não foi exercido direito algum e o plano foi extinto.

5.20. RECEITAS E DESPESAS DOS INVESTIMENTOS

Classificam-se entre exploração e patrimônio em função da origem das mesmas, quer se encontrem afeitas à cobertura de provisões técnicas quer trate-se da materialização dos fundos próprios, respectivamente.

As mudanças de valor justo são registradas segundo a carteira na qual se encontram classificados os investimentos financeiros:

a) Carteira de negociação

Registram-se diretamente na conta consolidada de resultados distinguindo entre a parte atribuível aos rendimentos, que se registra como juros ou em seu caso como dividendos, e a parte que se registra como resultados realizados e não realizados.

b) Carteira mantida até o vencimento

São reconhecidas quando aliena-se o instrumento financeiro e quando se produz sua deterioração.

c) Carteira disponível para venda

São reconhecidas no patrimônio líquido da entidade até que se produz a retirada do balanço ou se registra deterioração, situações na quais registram-se na conta consolidada de resultados.

Em todos os casos os juros dos instrumentos financeiros são registrados na conta de resultados consolidada aplicando o método do taxa de juro efetiva.

5.21. RECLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS POR NATUREZA DE DESTINO E IMPUTAÇÃO DE SEGMENTOS DE ATIVIDADE

Os critérios seguidos para a reclassificação de gastos por destino estão baseados, principalmente, na função desempenhada por cada um dos empregados, distribuindo seu custo direto e indireto de acordo com tal função.

Para os gastos não relacionados direta ou indiretamente com o pessoal efetuam-se estudos individuais, imputando-se ao destino de acordo com a função desempenhada por esses gastos.

Os destinos estabelecidos são os seguintes:

- Despesas relacionadas a sinistros
- Despesas imputáveis aos investimentos
- Outras despesas técnicas
- Outras despesas não técnicas
- Despesas de aquisição
- Despesas administrativas
- Despesas operacionais de outras atividades

Os gastos foram imputados aos diferentes segmentos em função da Unidade de Negócio ou da Área Regional onde a atividade foi originada.

5.22. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

As transações em moeda estrangeira, com exceção das operações de resseguro, são convertidas à moeda funcional de cada sociedade do Grupo aplicando o tipo de câmbio existente na data de transação.

As operações de resseguro em moeda estrangeira registram-se ao tipo de câmbio estabelecido no início de cada um dos trimestres do exercício. Posteriormente, ao fechamento de cada trimestre, tratam-se todas elas como se fossem uma só operação, convertendo-se ao tipo de câmbio vigente neste momento e recolhendo-se a diferença que se produz na conta consolidada de resultados.

Ao fechamento do exercício os saldos existentes denominados em moeda estrangeira se convertem ao tipo de câmbio da moeda funcional em tal data, imputando-se à conta consolidada de resultados todas as diferenças de câmbio, exceto as que se imputam diretamente em "Diferenças de conversão", que são as procedentes dos instrumentos monetários que formam parte do investimento líquido em um negócio estrangeiro e dos não

monetários avaliados em valor justo cujas mudanças de avaliação sejam reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

5.23. IMPOSTO DE RENDA

O imposto sobre benefícios tem a consideração de despesa do exercício, figurando como tal na conta consolidada de resultados, e compreende tanto a carga fiscal pelo imposto corrente como o efeito correspondente ao movimento dos impostos diferidos.

Para sua determinação segue-se o método do balanço, segundo o qual registram-se os correspondentes ativos e passivos por imposto diferidos necessários para corrigir o efeito das diferenças temporárias, que são aquelas diferenças que existem entre o montante contábil de um ativo ou de um passivo e o que constitui a avaliação fiscal dos mesmos.

As diferenças temporárias podem ser "Diferenças temporárias tributáveis", que são as que dão lugar a um maior pagamento de impostos no futuro e que, geralmente, supõem o reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, ou bem "Diferenças temporárias dedutíveis", que são as que dão lugar a um menor pagamento de impostos no futuro, à medida que seja recuperável, ao registro de um ativo por impostos diferidos.

Por outra parte, o imposto sobre benefícios relacionado com partidas cujas modificações em sua avaliação são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido imputa-se em patrimônio e não na conta consolidada de resultados, recolhendo-se as mudanças de avaliação em tais partidas líquidas do efeito impositivo.

a) Reconhecimento de passivos por imposto diferido

O Grupo reconhece os passivos por imposto direto em todos os casos, exceto se:

- Surgirem do reconhecimento inicial do ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e na data da transação não afeta nem o resultado contábil nem a capacidade econômica fiscal.
- Corresponderem a diferenças relacionadas com investimentos em sociedades dependentes, associadas e negócios conjuntos sobre as quais o Grupo tenha a capacidade de controlar o momento de sua reversão e se não for provável que sua reversão seja produzida em um futuro previsível.

b) Reconhecimento de ativos por imposto diferido

O Grupo reconhece os ativos por imposto direto sempre que:

- For provável que existam lucros fiscais futuros suficientes para sua compensação. No entanto, os ativos que surgirem do

reconhecimento inicial de ativos ou passivos em uma transação que não é uma combinação de negócios e na data da transação não afeta nem o resultado contábil nem a capacidade econômica fiscal não são objeto de reconhecimento.

- Corresponderem a diferenças temporárias relacionadas com investimentos em sociedades dependentes, associadas e negócios conjuntos à medida em que as diferenças temporárias forem reverter, em um futuro previsível e se esperar gerar lucros fiscais futuros positivos para compensar as diferenças.

c) Compensação e classificação

O Grupo só compensa os ativos e passivos por imposto sobre os lucros se houver um direito legal diante das autoridades fiscais e tem a intensão de quitar as dívidas oriundas de seu montante líquido ou realizar os ativos e quitar as dívidas de forma simultânea.

d) Avaliação de ativos e passivos por imposto diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos são avaliados pelos tipos de impostos que serão de aplicação nos exercícios nos quais se espera realizar os ativos ou pagar os passivos.

O Grupo revisa, na data de fechamento do exercício, o valor contábil dos ativos por impostos diferidos e avalia se são cumpridas as condições para reconhecer os ativos por impostos diferidos que previamente não tinham sido reconhecidos.

6. Discriminações dos estados financeiros

6.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos quadros seguintes detalha-se o movimento desta seção nos dois últimos exercícios:

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou provisões	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final
CUSTO						
ÁGIO	2.075,24	(156,73)	106,40	--	--	2.024,91
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	1.746,46	(163,30)	--	1,63	(57,57)	1.527,22
Aplicativos de informática	1.050,91	(81,92)	--	140,04	(33,70)	1.075,33
Outros	171,16	(6,92)	--	31,30	(28,12)	167,42
TOTAL CUSTO	5.043,77	(408,87)	106,40	172,97	(119,39)	4.794,88
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(505,99)	47,40	--	(72,53)	24,74	(506,38)
Aplicativos de informática	(562,41)	35,56	--	(99,70)	11,73	(614,82)
Outros	(47,27)	4,09	--	(9,16)	1,42	(50,92)
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(1.115,67)	87,05	--	(181,39)	37,89	(1.172,12)
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL						
ÁGIO	(85,19)	5,01	--	(61,77)	--	(141,95)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(43,27)	4,14	--	(51,45)	32,83	(57,75)
Aplicativos de informática	(0,67)	0,56	--	--	--	(0,11)
Outros	(0,05)	--	--	--	--	(0,05)
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(129,18)	9,71	--	(113,22)	32,83	(199,86)
TOTAL ÁGIO	1.990,05	(151,72)	106,40	(61,77)	--	1.882,96
TOTAL OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	1.808,87	(160,39)	--	(59,87)	(48,67)	1.539,94
TOTAL ATIVOS INTANGÍVEIS	3.798,92	(312,11)	106,40	(121,64)	(48,67)	3.422,90

Dados em milhões de euros

Os valores refletidos como mudanças no perímetro no exercício de 2017 procedem da tomada de controle da companhia seguradora indonésia PT Asuransi Bina Dana Arta Tbk (doravante ABDA), Nota 6.25.

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	Saldo inicial	Ajustes al saldo inicial	Cambios en el perímetro	Entradas o dotaciones	Salidas, bajas o reducciones	Saldo final
CUSTO						
ÁGIO	2.144,53	46,44	(83,50)	5,34	(37,57)	2.075,24
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	1.526,86	208,36	(58,42)	69,66	--	1.746,46
Aplicativos de informática	908,38	55,71	(0,30)	143,88	(56,76)	1.050,91
Outros	153,40	6,37	(0,52)	23,88	(11,97)	171,16
TOTAL CUSTO	4.733,17	316,88	(142,74)	242,76	(106,30)	5.043,77
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(416,99)	(31,99)	16,46	(73,47)	--	(505,99)
Aplicativos de informática	(475,96)	(24,52)	2,11	(97,67)	33,63	(562,41)
Outros	(33,75)	(11,37)	0,25	(2,67)	0,27	(47,27)
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(926,70)	(67,88)	18,82	(173,81)	33,90	(1.115,67)
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL						
ÁGIO	(76,53)	0,06	--	(33,03)	24,31	(85,19)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(32,32)	(0,76)	--	(10,19)	--	(43,27)
Aplicativos de informática	--	(0,67)	--	--	--	(0,67)
Outros	(0,06)	0,01	--	--	--	(0,05)
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(108,91)	(1,36)	--	(43,22)	24,31	(129,18)
TOTAL ÁGIO	2.068,00	46,50	(83,50)	(27,69)	(13,26)	1.990,05
TOTAL OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	1.629,56	201,14	(40,42)	53,42	(34,83)	1.808,87
TOTAL ATIVOS INTANGÍVEIS	3.697,56	247,64	(123,92)	25,73	(48,09)	3.798,92

Dados em milhões de euros

Os montantes refletidos como mudanças no perímetro no exercício de 2016 procedem principalmente da reclassificação da partida "Ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda" dos ativos das entidades dependentes Duero Vida e Duero Pensiones, como consequência da comunicação pelo Banco CEISS do exercício de sua opção de compra voluntária sobre a totalidade das ações de titularidade do Grupo nas mencionadas sociedades.

As entradas do exercício de 2016 procedem principalmente da aquisição do negócio de Vida e Pensões da Barclays em Portugal.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida

A vida útil dos seguintes ativos intangíveis é considerada indefinida, já que se espera que esses ativos contribuirão para a obtenção de receitas futuras para o Grupo de forma ilimitada:

Elemento	VALOR CONTABILIZADO	
	31/12/17	31/12/16
Ágio de consolidação	1.850,45	1.955,93
Ágio de fusão	32,51	34,12

Dados em milhões de euros

Nos quadros seguintes são detalhadas informações sobre as unidades geradoras de caixa às quais os diferentes goodwills e despesas de aquisição de carteira, assim como o valor contábil dos mesmos se encontram atribuídos e, sendo o caso, o montante da deterioração e a amortização nos últimos exercícios.

• GOODWILL

Unidade geradora de caixa	Atividade e Área geográfica	VALOR BRUTO EM ORIGEM		SALDO	EXERCÍCIO DE 2016		SALDO	EXERCÍCIO DE 2017		SALDO
		Milhões em moeda original	Moeda	31.12.2015	Altas/(baixas)	Redução ao valor recuperável líquida do período	31.12.2016	Altas/(baixas)	Redução ao valor recuperável líquida do período	31.12.2017
Ágio de consolidação										
MAPFRE VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	258,40	EUR	212,57	--	--	212,57	--	--	212,57
MAPFRE GLOBAL RISKS	Seguros de Empresas	40,75	EUR	40,17	--	--	40,17	--	--	40,17
GRUPO CORPORATIVO LML	Seguros Não Vida (México)	407,93	MXN	21,57	(2,89)	--	18,68	(1,39)	--	17,29
BRIKELL FINANCIAL SERVICES	Assistência em Viagem (EUA)	19,58	USD	17,04	0,59	--	17,63	(2,17)	--	15,46
MAPFRE WARRANTY	Extensão de Garantia	11,40	EUR	11,08	--	--	11,08	--	--	11,08
BB MAPFRE SH1	Seguros de Vida (Brasil)	350,29	BRL	81,24	20,98	--	102,22	(14,12)	--	88,10
MAPFRE BB SH2	Seguros Não Vida (Brasil)	220,01	BRL	51,02	13,18	--	64,20	(3,77)	(60,43)	--
ABRAXAS	Assistência em viagem (Reino Unido)	11,26	GBP	15,35	(2,16)	--	13,19	(0,51)	--	12,68
GENEL SIGORTA	Seguros (Turquia)	156,83	TRY	49,36	(7,13)	--	42,23	(7,78)	--	34,45
BANKINTER VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	160,45	EUR	160,45	--	--	160,45	--	--	160,45
CCM VIDA Y PENSIONES	Seguros de Vida e Aposentadorias (Espanha)	90,51	EUR	81,34	--	--	81,34	--	--	81,34
MAPFRE USA	Seguros Não Vida (EUA)	882,40	USD	810,52	27,88	--	838,40	(103,17)	--	735,23
DUERO VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	70,12	EUR	70,12	(70,12)	--	--	--	--	--
DUERO PENSIONES	Gestora de fundos de aposentadoria (Espanha)	13,38	EUR	13,38	(13,38)	--	--	--	--	--
SEGURADORA MUNDIAL	Seguros (América Central)	8,98	PAB	8,27	0,28	--	8,55	(1,05)	--	7,50
INSURANCE AND GO	Seguros (Reino Unido)	30,72	GBP	42,20	(5,39)	--	36,81	(1,44)	--	35,37
CENTURY AUTOMOTIVE	Seguros e resseguros (EUA)	30,35	USD	22,84	0,79	--	23,63	(2,91)	--	20,72
BANKINTER SEGUROS GENERALES	Seguros Não Vida (Espanha)	12,72	EUR	12,46	--	--	12,46	--	--	12,46
BANKIA MAPFRE VIDA SOCIEDAD DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	Seguros de Vida (Espanha)	18,69	EUR	18,69	--	--	18,69	--	--	18,69
FUNESPAÑA	Serviços funerários (Espanha)	17,88	EUR	17,88	--	--	17,88	--	--	17,88
DIRECT LINE ALEMANHA	Seguros Não Vida (Alemanha)	125,47	EUR	125,47	--	--	125,47	--	--	125,47
DIRECT LINE ITÁLIA	Seguros Não Vida (Itália)	101,30	EUR	101,30	--	(33,03)	68,27	--	--	68,27
ABDA	Seguros (Indonésia)	391.102,00	IDR	--	--	--	--	96,94	--	96,94
Outros	--	--	--	41,64	0,37	--	42,01	(3,68)	--	38,33
TOTAL ÁGIO DE CONSOLIDAÇÃO				2.025,96	(37,00)	(33,03)	1.955,93	(45,05)	(60,43)	1.850,45
Ágio de fusão e de filiais										
BANKINTER VIDA (filial de Portugal)	Seguros de Vida e Aposentadorias (Portugal)	5,34	EUR	--	5,34	--	5,34	--	--	5,34
GRUPO FUNESPAÑA	Serviços funerários (Espanha)	41,09	EUR	24,66	(2,54)	--	22,12	(0,11)	--	22,01
Outros	--	--	--	17,38	(10,72)	--	6,66	(0,16)	(1,34)	5,16
TOTAL ÁGIO DE FUSÃO				42,04	(7,92)	--	34,12	(0,27)	(1,34)	32,51
TOTAL ÁGIO				2.068,00	(44,92)	(33,03)	1.990,05	(45,32)	(61,77)	1.882,96
Ágio de entidades parceiras e multigrupo										
SALVADOR CAETANO AUTO (SGPS), S.A.	Serviços (Portugal)	11,31	EUR	--	--	--	--	11,31	--	11,31
ABDA	Seguros (Indonésia)	391.102,00	IDR	26,06	1,45	--	27,51	(27,51)	--	--
SOLUNION SEGUROS DE CRÉDITO, S.A.	Seguros (Espanha)	12,87	EUR	12,87	--	--	12,87	--	--	12,87
Outros	--	--	--	8,53	(3,95)	--	4,58	0,05	--	4,63
TOTAL ÁGIO DE ENTIDADES PARCEIRAS E MULTIGRUPO (MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL) (*)				47,46	(2,50)	--	44,96	(16,15)	--	28,81

Dados em milhões de euros

(*) O ágio relacionado com aquisições de associadas e multigrupo é incluído como maior valor dos investimentos contabilizados sob o método da participação.

• DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE CARTEIRA

Unidade geradora de caixa	Atividade e Área geográfica	VALOR BRUTO EM ORIGEM		SALDO	EXERCÍCIO DE 2016		SALDO	EXERCÍCIO DE 2017		SALDO
		Milhões em moeda original	Moeda	31.12.2015	Altas/ (baixas)	Amortização e redução ao valor recuperável do período	31.12.2016	Altas/ (baixas)	Amortização e redução ao valor recuperável do período	31.12.2017
BANKINTER VIDA	Seguros de Vida (Espanha e Portugal)	200,89	EUR	87,94	69,66	(9,54)	148,06	--	(10,01)	138,05
BANKIA MAPFRE VIDA SOCIEDAD DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	Seguros de Vida (Espanha)	89,59	EUR	77,39	--	(7,17)	70,22	--	(7,12)	63,10
CCM VIDA Y PENSIONES	Seguros de Vida e Aposentadorias (Espanha)	82,55	EUR	52,22	--	(4,30)	47,92	--	(4,42)	43,50
MAPFRE USA	Seguros Não Vida (EUA)	48,26	USD	10,96	0,28	(1,94)	9,30	(0,70)	(8,60)	--
DUERO VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	44,48	EUR	32,50	(31,75)	(0,75)	--	--	--	--
DUERO PENSIONES	Gestora de fundos de aposentadoria (Espanha)	13,94	EUR	10,47	(10,21)	(0,26)	--	--	--	--
BB MAPFRE SH1	Seguros de Vida (Brasil)	3.365,29	BRL	654,16	165,51	(34,27)	785,40	(105,38)	(36,57)	643,45
MAPFRE BB SH2	Seguros Não Vida (Brasil)	236,21	BRL	43,72	10,92	(3,65)	50,99	(3,01)	(47,98)	--
GENEL SIGORTA	Seguros (Turquia)	95,40	TRY	11,71	(1,50)	(1,92)	8,29	(1,41)	(1,29)	5,59
MAPFRE FINISTERRE	Seguros Não Vida (Espanha)	87,94	EUR	45,50	--	(2,64)	42,86	--	(2,59)	40,27
DIRECT LINE ALEMANHA	Seguros Não Vida (Alemanha)	23,52	EUR	23,17	--	(1,12)	22,05	--	(3,31)	18,74
DIRECT LINE ITÁLIA	Seguros Não Vida (Itália)	15,60	EUR	12,97	--	(12,97)	--	--	--	--
Outros	--			14,84	0,40	(3,13)	12,11	0,37	(2,09)	10,39
TOTAL DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE CARTEIRA				1.077,55	203,31	(83,66)	1.197,20	(110,13)	(123,98)	963,09

Dados em milhões de euros

O valor contabilizado, líquido da possível redução ao valor recuperável de cada um dos ágios e despesas de aquisição de carteira descritos nos quadros anteriores e dos ativos líquidos associados a cada unidade geradora de caixa, é igual ou inferior ao montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual se encontram atribuídos, que se determinou segundo valor de uso. No seguinte quadro é refletido o valor recuperável das principais unidades geradoras de caixa no término dos dois últimos exercícios:

Unidade geradora de caixa	VALOR DE CONTRASTE		VALOR RECUPERÁVEL	
	2017	2016	2017	2016
MAPFRE VIDA	2.049,00	2.020,87	4.648,54	4.018,72
BB MAPFRE SH1	967,29	1.212,27	4.351,62	4.653,42
MAPFRE BB SH2	805,87	1.092,56	805,87	1.332,40
BANKINTER VIDA (Espanha)	273,20	214,57	574,80	390,74
CCM VIDA Y PENSIONES	145,50	145,32	210,67	170,22
MAPFRE USA	1.800,57	2.022,30	2.510,20	2.907,97
MAPFRE GENEL SIGORTA	224,60	237,63	371,30	560,96
DIRECT LINE ITÁLIA	277,91	201,81	319,79	201,81
DIRECT LINE ALEMANHA	293,66	291,74	495,46	456,65

Dados em milhões de euros

Para o cálculo do valor recuperável das unidades geradoras de caixa leva-se em conta o grau de desenvolvimento econômico da economia em que elas são operadas, além do grau de desenvolvimento do setor segurador, medido por seu peso no Produto Interno Bruto do país, e outras variáveis, como cota de mercado, provisões de evolução da rede comercial, experiência histórica da MAPFRE nos mercados em que as unidades geradoras de caixa têm presença, etc.

São também consideradas as variáveis de taxa de desconto (ke) e taxa de crescimento à perpetuidade (g) que, em caráter geral, respondem às seguintes definições:

1) Taxa de desconto (ke) = Taxa livre de risco do país + (β * Prêmio de risco do mercado de renda variável).

2) Taxa de crescimento à perpetuidade (g): considerando para seu cálculo a previsão de inflação no longo prazo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A taxa de risco do país, em caráter geral, se corresponde com a rentabilidade efetiva dos Títulos do Governo a 10 anos em moeda e de emissão local do país no qual opera a unidade geradora de caixa, incrementada no prêmio de risco país, no prêmio de risco do mercado de ações estimada para o setor segurador. O prêmio de risco do mercado do setor segurador é calculado modulando-se o prêmio genérico do mercado de ações pelo coeficiente Beta de entidades seguradoras cotizadas comparáveis do âmbito regional em que opera a unidade geradora de caixa.

A taxa livre de risco aplicada oscila entre 0,42% e 11,43% em 2017 e entre 0,64% e 11,46% em 2016.

Como complemento para a estimativa das taxas de desconto (ke) e crescimento à perpetuidade (g) aplicáveis às diferentes unidades geradoras de caixa objeto de análise, são utilizadas previsões externas de Organismos Internacionais e de outras entidades de referência no âmbito da avaliação de empresas.

As taxas de desconto aplicáveis aos fluxos de caixa descontados no cálculo de valor recuperável das principais unidades geradoras de caixa foram as seguintes:

Unidade geradora de caixa	TAXA DE DESCONTO	
	2017	2016
MAPFRE USA	7,02%	6,50%
MAPFRE VIDA, BANKINTER VIDA (Espanha) e CCM VIDA Y PENSIONES	6,15%	7,77%
MAPFRE GLOBAL RISKS	5,24%	5,61%
BB MAPFRE SH1	14,15%	15,71%
MAPFRE BB SH2	14,24%	15,03%
GENEL SIGORTA	14,09%	13,90%
DIRECT LINE ITÁLIA	5,88%	6,20%
DIRECT LINE ALEMANHA	4,13%	4,29%

As estimativas de taxas de crescimento à perpetuidade (g) aplicáveis às diferentes unidades geradoras de caixa partem das previsões de inflação no longo prazo incluídas no "World Economic Outlook Database" do Fundo Monetário Internacional, sendo para os mercados em que operam as principais unidades geradoras de caixa:

País	PREVISÃO DE INFLAÇÃO A LONGO PRAZO	
	2017	2016
Espanha	1,90%	1,59%
Estados Unidos	2,24%	2,31%
Turquia	7,51%	6,30%
Brasil	4,03%	4,51%
Itália	1,40%	1,20%
Alemanha	2,48%	1,98%

Levando em consideração as variáveis anteriormente descritas, as taxas de crescimento à perpetuidade fixadas para os mercados onde operam as principais unidades geradoras de caixa são:

País	TAXA DE CRESCIMENTO À PERPETUIDADE (G)	
	2017	2016
Espanha	1,90%	1,59%
Estados Unidos	2,24%	2,31%
Turquia	8,01%	6,80%
Brasil	4,53%	5,01%
Itália	1,40%	1,20%
Alemanha	2,48%	1,98%

Por outro lado, cada entidade do Grupo analisa pelo menos anualmente as hipóteses utilizadas na estimativa dos fluxos de caixa futuros e os atualiza em função dos resultados reais e da experiência passada. Com caráter geral, as projeções de fluxos de caixa correspondentes aos cinco primeiros exercícios consideram taxas de crescimento baseadas na experiência histórica, enquanto que nos anos seguintes se calcula o valor residual, estabelecendo-se uma renda perpétua baseada nos fluxos de caixa do último período das estimativas, com uma taxa de crescimento à perpetuidade conforme ao descrito anteriormente.

Diante de variações razoáveis de qualquer uma das hipóteses chave, não cabe esperar que o valor em livros seja superior ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa.

Na prática, os estudos realizados para as principais unidades geradoras de caixa analisadas apresentam as seguintes faixas de sensibilidade diante de variações desfavoráveis das hipóteses chave:

- O aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto aplicável a cada unidade geradora de caixa implicaria reduções dos valores recuperáveis de 10,43% a 40,4% no exercício 2017, e de 6,69% a 36,18% no exercício 2016, o que em nenhum caso representa uma queda desta magnitude abaixo do valor atribuído contabilizado a cada uma delas.
- A redução de 0,25 pontos percentuais na taxa de crescimento à perpetuidade aplicável a cada unidade geradora de caixa implicaria reduções do valor recuperável de 1,84% a 17,00% no exercício 2017, e de 0,81% a 8,18% no exercício 2016, o que também em nenhum caso representa uma queda desta magnitude abaixo do valor atribuído contabilizado a cada uma delas.

No caso em no processo de análise da possível redução ao valor recuperável se obtivesse um valor recuperável inferior ao valor em livros, realiza-se um estudo individualizado das hipóteses chave que deram lugar a tal situação, calculando seu caixa. Não obstante, não se apresentam riscos significativos associados às variações razoáveis das hipóteses chave.

Da perda por redução ao valor recuperável contabilizada no exercício de 2017, 104,860 milhões de euros (dos quais 60,430 milhões correspondem a ágio e 44,430 milhões a despesas de aquisição de carteira) procedem da perda de valor dos negócios de automóveis e de alguns ramos de seguros gerais integrados na unidade geradora de caixa MAPFRE BB SH2, derivada da discreta evolução do ambiente econômico do Brasil e do fraco crescimento econômico previsto, bem como da evolução desfavorável de tais negócios, com alta frequência de sinistros e pressão sobre as tarifas.

No exercício de 2016 a perda por redução ao valor recuperável de 43,220 milhões de euros representou o registro da diferença entre a montante em livros e o valor recuperável da unidade geradora de caixa DIRECT LINE ITÁLIA, conforme se detectou na avaliação realizada do montante recuperável. Em tal avaliação foram consideradas projeções a oito anos, por se tratar de um negócio de recente aquisição ainda em desenvolvimento, estimando uma taxa de crescimento de prêmios de 3% para os 6º e 7º anos, superior à taxa de perpetuidade de 1,2% indicada anteriormente, bem como uma melhoria da margem em tais exercícios. A principal causa que originou a perda de valor recuperável foi a reestruturação efetuada pela entidade no exercício de 2016. Como consequência do cumprimento do plano de negócio, no exercício de 2017 as projeções são mantidas a sete anos.

6.2. ATIVO IMOBILIZADO E IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA

Imobilizado material

Nos quadros seguintes detalha-se o movimento desta seção nos dois últimos exercícios:

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou provisões	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final	Valor de mercado
CUSTO							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	106,88	(10,37)	1,96	0,35	(41,93)	56,89	100,90
Edifícios e outras construções	1.111,74	(47,11)	5,00	68,76	(43,22)	1.095,17	1.165,46
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
Elementos de transporte	38,71	(3,90)	1,01	3,26	(3,75)	35,33	11,11
Mobiliário e instalações	477,01	(12,55)	0,58	30,00	(25,10)	469,94	172,88
Outras imobilizações	280,39	(27,08)	1,87	25,42	(10,01)	270,59	82,02
Adiantamentos e imobilizações não expirados	13,11	(0,02)	--	8,29	(13,53)	7,85	5,09
TOTAL CUSTO	2.027,84	(101,03)	10,42	136,08	(137,54)	1.935,77	1.537,46
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
	(203,26)	11,84	(1,66)	(27,86)	6,97	(213,97)	--
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
	(507,92)	32,58	(2,75)	(63,55)	31,63	(510,01)	--
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(711,18)	44,42	(4,41)	(91,41)	38,60	(723,98)	--
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	--	--	--	--	--	--	--
Edifícios e outras construções	(12,39)	0,10	--	(8,69)	3,53	(17,45)	--
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
Elementos de transporte	(0,52)	0,34	--	--	0,39	0,21	--
Mobiliário e instalações	(2,17)	0,86	--	--	1,59	0,28	--
Outras imobilizações	(5,01)	(0,17)	--	--	2,08	(3,10)	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(20,09)	1,13	--	(8,69)	7,59	(20,06)	--
TOTAL IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	1.002,97	(45,54)	5,30	32,56	(74,65)	920,64	1.266,36
TOTAL OUTRO IMOBILIZADO MATERIAL	293,60	(9,94)	0,71	3,42	(16,70)	271,09	271,10
TOTAL IMOBILIZADO MATERIAL	1.296,57	(55,48)	6,01	35,98	(91,35)	1.191,73	1.537,46

Dados em milhões de euros

A principal saída do exercício de 2017 corresponde à venda de um edifício na rua Luchana, Madri, por um preço de venda 72 milhões de euros e um lucro consolidado antes de impostos de 38,400 milhões de euros.

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou provisões	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final	Valor de mercado
CUSTO							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	85,13	(6,70)	--	34,33	(5,88)	106,88	108,94
Edifícios e outras construções	1.068,68	6,50	(3,78)	109,82	(69,48)	1.111,74	1.295,13
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
Elementos de transporte	39,38	0,09	(0,50)	4,80	(5,06)	38,71	13,23
Mobiliário e instalações	471,94	7,66	(0,86)	23,14	(24,87)	477,01	180,75
Outras imobilizações	222,65	8,82	(0,04)	55,38	(6,42)	280,39	88,15
Adiantamentos e imobilizações não expirados	61,03	(1,36)	--	12,77	(59,33)	13,11	11,48
TOTAL CUSTO	1.948,81	15,01	(5,18)	240,24	(171,04)	2.027,84	1.697,68
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
	(192,49)	(4,07)	0,56	(21,47)	14,21	(203,26)	--
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
	(461,64)	(6,06)	1,16	(63,69)	22,31	(507,92)	--
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(654,13)	(10,13)	1,72	(85,16)	36,52	(711,18)	--
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	--	--	--	--	--	--	--
Edifícios e outras construções	(17,92)	0,22	--	(2,23)	7,54	(12,39)	--
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
Elementos de transporte	(0,10)	(0,42)	--	--	--	(0,52)	--
Mobiliário e instalações	(0,27)	(1,90)	--	--	--	(2,17)	--
Outras imobilizações	(1,91)	(3,10)	--	--	--	(5,01)	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(20,20)	(5,20)	--	(2,23)	7,54	(20,09)	--
TOTAL IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	943,40	(4,05)	(3,22)	120,45	(53,61)	1.002,97	1.404,07
TOTAL OUTRO IMOBILIZADO MATERIAL	331,08	3,73	(0,24)	32,40	(73,37)	293,60	293,61
TOTAL IMOBILIZADO MATERIAL	1.274,48	(0,32)	(3,46)	152,85	(126,98)	1.296,57	1.697,68

Dados em milhões de euros

A principal entrada do exercício de 2016 em imóveis de uso próprio corresponde à compra, pela Fundación MAPFRE, da sede social da MAPFRE RE em Paseo de Recoletos, 25, Madri, por um montante de 41,500 milhões de euros.

Imóveis destinados à renda

Nos quadros seguintes detalha-se o movimento desta seção nos dois últimos exercícios:

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou provisões	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final	Valor de mercado
CUSTO							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
Terrenos e bens naturais	644,86	(18,86)	0,56	7,75	(17,74)	616,57	443,59
Edifícios e outras construções	1.196,62	(15,19)	9,51	69,10	(92,56)	1.167,48	1.235,53
TOTAL CUSTO	1.841,48	(34,05)	10,07	76,85	(110,30)	1.784,05	1.679,12
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
	(272,30)	2,59	--	(20,58)	24,21	(266,08)	--
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(272,30)	2,59	--	(20,58)	24,21	(266,08)	--
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
Terrenos e bens naturais	(228,46)	17,95	--	(12,90)	4,65	(218,76)	--
Edifícios e outras construções	(65,91)	0,35	--	(3,92)	20,98	(48,50)	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(294,37)	18,30	--	(16,82)	25,63	(267,26)	--
TOTAL IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA	1.274,81	(13,16)	10,07	39,45	(60,46)	1.250,71	1.679,12

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou provisões	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final	Valor de mercado
CUSTO							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
Terrenos e bens naturais	620,06	19,04	--	10,09	(4,33)	644,86	459,51
Edifícios e outras construções	1.243,96	4,46	--	55,43	(107,23)	1.196,62	1.252,15
TOTAL CUSTO	1.864,02	23,50	--	65,52	(111,56)	1.841,48	1.711,66
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
	(275,84)	(0,46)	--	(23,97)	27,97	(272,30)	--
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(275,84)	(0,46)	--	(23,97)	27,97	(272,30)	--
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
Terrenos e bens naturais	(201,87)	(19,29)	--	(8,57)	1,27	(228,46)	--
Edifícios e outras construções	(61,99)	(0,18)	--	(4,50)	0,76	(65,91)	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(263,86)	(19,47)	--	(13,07)	2,03	(294,37)	--
TOTAL IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA	1.324,32	3,57	--	28,48	(81,56)	1.274,81	1.711,66

Dados em milhões de euros

A principal saída do exercício de 2016 corresponde à venda, pela Fundación MAPFRE, de 65,9% da Torre MAPFRE em Barcelona, por um preço de venda de 175,400 milhões de euros e um lucro antes de impostos de 117,100 milhões de euros.

As entradas de deterioração em ambos exercícios correspondem com as perdas registradas como consequência das avaliações relacionadas.

A perda por deterioração do exercício encontra-se registrada na conta "Verba à provisão por deterioração de ativos" e a reversão na " Reversão de perdas por redução ao valor recuperável" da conta consolidada de resultados.

O valor de mercado dos imóveis destinados à renda e dos imóveis de uso próprio corresponde basicamente com o avaliação determinada por uma entidade avaliadora independente que utiliza técnicas de avaliação em função de variáveis observáveis de mercado (Nível 2). Os métodos de avaliação geralmente utilizados correspondem ao método de custo, ao método de comparação, ao método de atualização de rendas e ao método residual abreviado, dependendo das características do ativo a ser avaliado.

Por outro lado, a maioria dos imóveis são ativos designados às provisões técnicas e as taxações se realizam com caráter periódico, conforme o estabelecido pelos organismos supervisores da atividade seguradora para revisão da avaliação.

As receitas e despesas derivadas de imóveis destinados à renda do exercício 2017 e 2016 detalham-se no seguinte quadro:

Conceito	INVESTIMENTOS DE							
	OPERACIONAL		PATRIMÔNIO		OUTRAS ATIVIDADES		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receitas de imóveis destinados à renda								
Por aluguéis	40,76	48,51	2,19	2,22	12,05	14,32	55,00	65,05
Outros	0,42	0,44	--	--	3,44	2,03	3,86	2,47
Lucros por realizações	49,14	116,09	4,57	5,75	16,51	4,59	70,22	126,43
Total receitas de imóveis destinados à renda	90,32	165,04	6,76	7,97	32,00	20,94	129,08	193,95
Despesas de imóveis destinados à renda								
Despesas operacionais diretas	23,48	24,84	--	1,20	--	--	23,48	26,04
Outras despesas	6,35	4,34	0,09	0,03	9,19	11,51	15,63	15,88
Perdas por realizações	6,00	4,06	0,02	0,39	0,28	0,10	6,30	4,55
Total despesas de imóveis destinados à renda	35,83	33,24	0,11	1,62	9,47	11,61	45,41	46,47

Dados em milhões de euros

6.3. ALUGUÉIS

O grupo alugou os seguintes elementos mediante contratos de aluguel operacional:

Tipo de ativo	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL		DURAÇÃO MÁXIMA DOS CONTRATOS (ANOS)		ANOS MÁXIMOS DECORRIDOS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Imóveis destinados à renda	852,90	858,81	25	25	22	21

Dados em milhões de euros

As cobranças futuras anteriores a 31 de dezembro dos últimos exercícios a receber em conceito de aluguéis operacionais não canceláveis são os seguintes:

Conceito	2017	2016
Menores a um ano	43,31	47,90
Maiores a um ano, mas menores a cinco	104,48	106,29
Mais de cinco anos	80,64	78,94
TOTAL	228,43	233,13

Dados em milhões de euros

Não há parcelas contingentes registradas como receita nos exercícios 2017 e 2016.

O grupo é locatário de aluguéis operacionais sobre imóveis e outro imobilizado material.

Estes aluguéis têm uma duração média de 5 anos, sem cláusulas de renovação estipuladas nos contratos. Não há restrição alguma para o locatário com respeito à contratação destes aluguéis.

Os pagamentos mínimos futuros a realizar em conceito de aluguéis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro são os seguintes:

Conceito	2017	2016
Menores a um ano	38,23	37,87
Maiores a um ano, mas menores a cinco	176,73	184,72
Mais de cinco anos	312,11	356,19
TOTAL	527,07	578,78

Dados em milhões de euros

Não há parcelas contingentes registradas como despesa nos exercícios 2017 e 2016.

6.4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a composição dos investimentos financeiros é a seguinte:

Conceito	VALOR CONTÁBIL	
	2017	2016
CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO		
Renda fixa	2.003,72	2.403,28
Outros investimentos	20,54	16,48
TOTAL CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO	2.024,26	2.419,76
CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA		
Ações	2.035,57	1.424,94
Renda fixa	31.542,28	32.642,40
Fundos de investimentos	908,62	1.002,14
Outros	29,96	33,13
TOTAL CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	34.516,43	35.102,61
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO		
Derivativos (não cobertura):		
Permutas financeiras swaps	512,60	488,01
Opções	1,97	4,21
Outros investimentos:		
Ações	365,32	240,32
Renda fixa	3.415,04	3.354,11
Fundos de investimentos	722,76	572,22
Híbridos	323,91	194,80
Depósitos	109,50	156,31
Outros	11,47	8,61
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	5.462,57	5.018,59

Dados em milhões de euros

O processo de avaliação dos ativos financeiros é formado pelo descrito a seguir.

a) Quando da aquisição é tomada a decisão da carteira à qual é alocado (no vencimento, disponível para venda ou negociação), dependendo das características dos passivos aos quais será alocado e da legislação contábil e de seguros local e internacional.

b) A avaliação é realizada em função da natureza contábil das carteiras. Apesar disso, é feita uma avaliação no mínimo mensal do mercado para todos os ativos, sendo os métodos de avaliação os descritos na Nota 5.5 "Aplicações Financeiras" (Nível 1, Nível 2 e Nível 3).

c) As avaliações são realizadas diretamente pelas entidades do Grupo, embora, em alguns países, a avaliação seja realizada por uma entidade financeira independente conforme as exigências das normas locais.

A política de avaliação é decidida nos Comitês de investimento e/ou Comitês de risco e revisada no mínimo trimestralmente.

Além disso, o Comitê Executivo da MAPFRE S.A. dominante realiza uma análise global do valor dos investimentos, mais-valias e menos-valias.

Com relação à sensibilidade da avaliação a um justo valor, mudanças nas variáveis não observáveis utilizadas nas avaliações individuais mencionadas não modificariam de forma significativa o justo valor obtido.

As transferências entre Níveis podem ser decididas com base em processos periódicos de controle e verificação de cotações:

1. Se a fonte de cotação de um ativo deixa de ser representativa, ela passa do Nível 1 para o Nível 2.
2. Em caso de constatação de uma fonte de cotação cabível, os ativos dos Níveis 2 e 3 são transferidos para o Nível 1.
3. Quando dados observáveis nos mercados deixarem de estar disponíveis, os ativos são transferidos para o Nível 3.

Carteira mantida até o vencimento

Detalham-se à continuação os investimentos relacionados à carteira mantida até o vencimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Conceito	VALOR CONTÁBIL		VALOR JUSTO						RECEITAS POR JUROS		REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL			
			NÍVEL 1. VALOR DE COTAÇÃO		NÍVEL 2. DADOS OBSERVÁVEIS		NÍVEL 3. OUTRAS AVALIAÇÕES				PERDA REGISTRADA		LUCROS POR REVERSÃO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Renda fixa	2.003,72	2.403,28	1.899,17	2.112,65	151,42	165,62	35,17	31,12	202,01	236,90	2017	2016	2017	2016
Outros investimentos	20,54	16,48	10,38	4,91	0,13	0,33	9,78	11,23	2,66	4,01	--	--	--	--
TOTAL	2.024,26	2.419,76	1.909,55	2.117,56	151,55	165,95	44,95	42,35	204,67	240,91	--	--	--	--

Dados em milhões de euros

Em relação aos ativos financeiros da carteira mantida até o vencimento classificados no Nível 3, no exercício de 2017 não foram produzidas operações significativas.

Carteira disponível para venda

Detalham-se à continuação os investimentos relacionados à carteira disponível para venda em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Conceito	VALOR CONTÁBIL (VALOR JUSTO)								REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL			
	NÍVEL 1. VALOR DE COTAÇÃO		NÍVEL 2. DADOS OBSERVÁVEIS		NÍVEL 3. OUTRAS AVALIAÇÕES		TOTAL		PERDA REGISTRADA		LUCROS POR REVERSÃO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ações	1.990,46	1.361,12	26,53	41,18	18,58	22,64	2.035,57	1.424,94	(0,01)	(23,89)	0,07	0,15
Renda fixa	27.552,54	28.301,94	3.973,56	4.315,62	16,18	24,84	31.542,28	32.642,40	(15,34)	(0,47)	0,02	--
Fundos de investimento	894,62	999,11	0,58	1,77	13,42	1,26	908,62	1.002,14	--	--	--	--
Outros	24,60	28,68	5,36	4,45	--	--	29,96	33,13	--	--	--	--
TOTAL	30.462,22	30.690,85	4.006,03	4.363,02	48,18	48,74	34.516,43	35.102,61	(15,35)	(24,36)	0,09	0,15

Dados em milhões de euros

Os ajustes de avaliação dos investimentos em carteira sobem para 4.124,16 e 4.591,06 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente, que foram registrados líquidos do efeito impositivo em patrimônio.

As transferências dos ajustes de avaliação dos investimentos em carteira de exercícios anteriores para a conta consolidada de resultados, realizados durante os exercícios 2017 e 2016, aumentam a um montante de 204,58 e 238,88 milhões de euros respectivamente.

Não foram produzidas transferências de ativos entre os Níveis 1 e 2.

Não foram produzidas variações nas técnicas de avaliação dos Níveis 2 e 3.

A seguir é apresentada a conciliação dos saldos de abertura com os saldos de término do exercício para os ativos financeiros da carteira disponível para a venda classificados no Nível 3:

Carteira disponível para venda	INSTRUMENTOS DE PATRIMÔNIO E FUNDOS DE INVESTIMENTOS		VALORES REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA		OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	23,90	19,31	24,84	48,36	--	--	48,74	67,67
Compras	8,14	9,17	--	0,73	--	--	8,14	9,90
Vendas	(0,23)	(1,15)	(7,53)	(24,12)	--	--	(7,76)	(25,27)
Transferência de Nível 1 ou 2	1,82	--	--	--	--	--	1,82	--
Transferência para Nível 1 ou 2	(2,00)	--	--	--	--	--	(2,00)	--
Amortizações	--	--	--	--	--	--	--	--
Perdas e lucros	--	--	--	--	--	--	--	--
Outros	0,37	(3,43)	(1,13)	(0,13)	--	--	(0,76)	(3,56)
Saldo final	32,00	23,90	16,18	24,84	--	--	48,18	48,74

Dados em milhões de euros

No fechamento dos exercícios de 2017 e 2016 as análises de redução ao valor recuperável realizadas para cada valor das carteiras de renda variável concluíram que não existia deterioração por montante significativa, nem indício de deterioração em nenhum dos investimentos avaliados de cotação na Bolsa, ao não concluir as situações objetivas que o determinam.

Em relação com os investimentos em ativos não cotados, no exercício de 2016, foi dotada uma provisão por redução ao valor recuperável da participação acionária na SAREB pelo montante de 23,650 milhões de euros. Nos exercícios 2017 e 2016 não foram realizadas outras adoções por deterioração por montante significativo de investimentos em ativos não cotados analisados de forma individualizada.

No fechamento dos exercícios de 2017 e 2016, o Grupo tem ativos de renda fixa em garantia entregue por operações de permuta financeira cujo valor de mercado chega a 322,23 e 338,26 milhões de euros, respectivamente. Esses ativos financeiros encontram-se classificados na carteira disponível para venda. No fechamento de tais exercícios os ativos recebidos em garantia chegam a 507,32 e 487,68 milhões de euros, respectivamente. Em ambos os casos a garantia vence diariamente, momento em que constitui-se uma nova garantia, mantem-se a existente ou cancela-se a garantia definitivamente. A existência de tais garantias permite reduzir o risco de contraparte (CVA/DVA) em grande parte dos derivados do Grupo.

Carteira de negociação

Detalham-se à continuação os investimentos relacionados à carteira de negociação em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Conceito	VALOR CONTÁBIL (VALOR JUSTO)							
	NÍVEL 1. VALOR DE COTAÇÃO		NÍVEL 2. DADOS OBSERVÁVEIS		NÍVEL 3. OUTRAS AVALIAÇÕES		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Derivativos (não cobertura)								
Permutas financeiras swaps	--	1,70	512,60	486,31	--	--	512,60	488,01
Opções	1,97	4,21	--	--	--	--	1,97	4,21
TOTAL DERIVATIVOS (NÃO COBERTURA)	1,97	5,91	512,60	486,31	--	--	514,57	492,22
Outros investimentos								
Ações	363,82	238,83	0,05	0,08	1,45	1,41	365,32	240,32
Renda fixa	3.213,45	3.315,71	201,59	38,40	--	--	3.415,04	3.354,11
Fundos de investimentos	690,44	537,71	32,32	34,51	--	--	722,76	572,22
Híbridos	268,40	194,80	55,51	--	--	--	323,91	194,80
Depósitos	--	--	109,50	156,31	--	--	109,50	156,31
Outros	10,76	8,61	0,71	--	--	--	11,47	8,61
TOTAL OUTROS INVESTIMENTOS	4.546,87	4.295,66	399,68	229,30	1,45	1,41	4.948,00	4.526,37
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	4.548,84	4.301,57	912,28	715,61	1,45	1,41	5.462,57	5.018,59

Dados em milhões de euros

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram produzidas transações significativas com os ativos financeiros da carteira de negociação classificados no Nível 3, nem foram feitas transferências a/desde tal Nível.

A seguir, são detalhadas as mais-valias e as menos-valias imputadas a resultados nos exercícios de 2017 e 2016:

Conceito	MAIS-VALIAS (MENOS-VALIAS) LANÇADAS A RESULTADOS			
	NÃO REALIZADAS		REALIZADAS	
	2017	2016	2017	2016
Derivativos (não cobertura)				
Permutas financeiras swaps	(41,57)	16,07	(1,41)	(0,51)
Opções	--	--	(4,56)	0,91
TOTAL DERIVATIVOS (NÃO COBERTURA)	(41,57)	16,07	(5,97)	0,40
Outros investimentos				
Ações	0,34	14,02	11,39	(8,30)
Renda fixa	(8,85)	6,70	0,33	15,57
Fundos de investimentos	36,19	24,05	10,82	2,92
Híbridos	(5,96)	(0,58)	(0,36)	--
Depósitos	--	--	--	--
Outros	(0,25)	(0,40)	1,25	(0,43)
TOTAL OUTROS INVESTIMENTOS	21,47	43,79	23,43	9,76
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	(20,10)	59,86	17,46	10,16

Dados em milhões de euros

Os principais instrumentos derivados correspondem a permutas financeiras de fluxos certos ou predeterminados, em que uma entidade do Grupo assume a obrigação de pagar certos montantes fixos ou predeterminados que são denominados normalmente em euros. Por este conceito consta como registrado na carteira de negociação o montante de 512,60 milhões de euros no fechamento do exercício 2017 (488,01 milhões de euros em 2016).

Outro tipo de derivados, mesmo que de menor relevância, são as opções compradas, que outorgam cobertura econômica a operações de seguros de economia nas que se garantem aos assegurados uma determinada rentabilidade condicionada à evolução da cotação de algum ativo financeiro, diferencia-se o índice de valores, cujo montante no término do exercício 2017 é de 1,97 milhões de euros (4,21 milhões de euros em 2016).

Na Nota 7 "Gestão de riscos" se detalha o vencimento dos valores de renda fixa.

6.5. INVESTIMENTOS VINCULADAS A SEGUROS DE VIDA CUJO RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELO SEGURADO

No seguinte quadro é mostrada a composição da seção de investimentos por conta de tomadores de seguro de vida que assumem o risco do investimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Conceito	VALOR CONTÁBIL (VALOR JUSTO)								RESULTADOS			
	NÍVEL 1. VALOR DE COTAÇÃO		NÍVEL 2. DADOS OBSERVÁVEIS		NÍVEL 3. OUTRAS AVALIAÇÕES		TOTAL		NÃO REALIZADOS		REALIZADOS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ações	235,59	136,67	--	--	--	--	235,59	136,67	10,29	2,34	--	--
Renda fixa	718,30	418,62	472,23	483,68	--	--	1.190,53	902,30	28,30	1,97	0,78	34,25
Participações em fundos de investimento	824,05	904,52	69,97	70,47	--	--	894,02	974,99	6,18	6,67	77,00	74,32
TOTAL	1.777,94	1.459,81	542,20	554,15	--	--	2.320,14	2.013,96	44,77	10,98	77,78	108,57

Dados em milhões de euros

No saldo de "Participações em fundos de investimento" é incluído o montante das participações majoritárias de empresas do Grupo em fundos de investimentos afetadas por seguros de Vida cujos tomadores assumem o risco do investimento, pelos montantes de 127,010 milhões e 119,520 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. A descrição dos ativos nos quais são materializadas é a seguinte:

Conceito	2017	2016
Renda fixa	22,94	37,47
Fundos de investimentos	87,77	78,48
Outros	16,30	3,57
TOTAL	127,01	119,52

Dados em milhões de euros

6.6. INVENTÁRIOS

Nos quadros seguintes mostra-se o detalhe dos movimentos desta seção de existências dos dois últimos exercícios:

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas	Saídas	Redução ao valor recuperável (Dotação)/ Reversão	Saldo Final
Solares	46,54	--	--	--	--	(8,26)	38,28
Promoções e obras não expirados	22,16	--	--	--	(0,02)	0,02	22,16
Produtos acabados	2,01	(0,08)	--	7,37	(7,30)	(0,04)	1,96
Matérias Primas	4,33	(0,01)	--	3,96	(3,60)	--	4,68
TOTAL	75,04	(0,09)	--	11,33	(10,92)	(8,28)	67,08

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas	Saídas	Redução ao valor recuperável (Dotação)/ Reversão	Saldo Final
Solares	45,98	--	--	0,56	--	--	46,54
Promoções e obras não expirados	23,54	--	--	--	(1,38)	--	22,16
Produtos acabados	1,88	--	--	4,62	(4,50)	0,01	2,01
Matérias Primas	4,43	--	(0,07)	3,25	(3,30)	0,02	4,33
TOTAL	75,83	--	(0,07)	8,43	(9,18)	0,03	75,04

Dados em milhões de euros

Nos exercícios de 2017 e 2016 não foram capitalizados custos por juros.

6.7. CRÉDITOS

A composição da seção de créditos em 31 de dezembro de 2017 e 2016; assim como as perdas por deterioração e os lucros por reversões deste registradas nos últimos exercícios são as seguintes:

Conceito	VALOR BRUTO		REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL		SALDO LÍQUIDO NO BALANÇO		REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	PERDAS REGISTRADAS		LUCROS POR REVERSÃO	
							2017	2016	2017	2016
Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	4.097,81	4.403,36	(78,35)	(88,30)	4.019,46	4.315,06	(20,74)	(22,08)	7,72	5,99
Créditos por operações de resseguro	1.034,06	931,62	(46,81)	(55,05)	987,25	876,57	(0,02)	(13,69)	3,81	5,68
Créditos tributários	271,67	303,79	--	--	271,67	303,79	--	--	--	--
Créditos previdenciários e outros	1.075,63	1.172,77	(16,91)	(16,33)	1.058,72	1.156,44	(3,41)	(4,64)	2,12	8,82
TOTAL	6.479,17	6.811,54	(142,07)	(159,68)	6.337,10	6.651,86	(24,17)	(40,41)	13,65	20,49

Dados em milhões de euros

Na partida "Créditos por operações de seguro direto e cosseguro" incluem-se prêmios pendentes de cobrança de segurados e mediadores, e na partida "Créditos por operações de resseguro" aqueles saldos pendentes derivados de operações de resseguro cedido, retrocedido e aceito.

A discriminação da seção "Créditos previdenciários e outros" no término dos dois últimos exercícios é a seguinte:

Créditos previdenciários e outros	MONTANTE	
	2017	2016
Devedores por vendas ou prestação de serviços	203,70	225,37
Créditos por recuperação de sinistros (incluindo convênios de colaboração com outras seguradoras)	114,60	136,34
Antecipações sobre apólices (seguros de vida)	31,34	38,60
Depósitos judiciais	441,65	482,19
Atividades conjuntas com Organismos Públicos	5,42	5,11
Saldos a cobrar à equipe	26,09	27,62
Outros devedores	235,92	241,21
TOTAL	1.058,72	1.156,44

Dados em milhões de euros

O cálculo, e no caso o reconhecimento, da deterioração é realizado conforme detalhado na política contábil 5.9 "Créditos" da presente memória.

Os saldos incluídos na seção de créditos não geram juros e em caráter geral sua liquidação se produz no exercício seguinte.

6.8 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Nos quadros seguintes detalha-se a deterioração de ativos nos dois últimos exercícios:

EXERCÍCIO DE 2017

Redução ao valor recuperável em:	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	LANÇAMENTO EM RESULTADOS		BAIXA DO ATIVO	SALDO FINAL
				VERBA	REDUÇÃO		
Ativos intangíveis		(9,71)	--	113,22	--	(32,83)	199,86
I. Ágio	85,19	(5,01)	--	61,77	--	--	141,95
II. Outros ativos intangíveis	43,99	(4,70)	--	51,45	--	(32,83)	57,91
Imobilizado material	20,08	(1,12)	--	8,69	(3,53)	(4,06)	20,06
I. Imóveis de uso próprio	12,39	(0,10)	--	8,69	(3,53)	--	17,45
II. Outras imobilizações	7,69	(1,02)	--	--	--	(4,06)	2,61
Investimentos	438,51	12,03	--	32,17	(21,59)	(10,30)	450,82
I. Imóveis destinados à renda	294,37	(18,30)	--	16,82	(21,03)	(4,60)	267,26
II. Aplicações financeiras							
- Carteira mantida até o vencimento	--	--	--	--	--	--	--
- Carteira disponível para venda	123,27	23,25	--	15,35	(0,09)	(5,84)	155,94
- Carteira de negociação	--	--	--	--	--	--	--
III. Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	11,16	7,46	--	--	--	--	18,62
IV. Depósitos constituídos por resseguro aceito	--	--	--	--	--	--	--
V. Outros investimentos	9,71	(0,38)	--	--	(0,47)	0,14	9,00
Inventários	65,89	4,42	--	9,57	(1,29)	--	78,59
Créditos	159,68	(22,52)	--	24,17	(13,65)	(5,61)	142,07
I. Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	88,30	(17,28)	--	20,74	(7,72)	(5,69)	78,35
II. Créditos por operações de resseguro	55,05	(4,45)	--	0,02	(3,81)	--	46,81
III. Créditos tributários	--	--	--	--	--	--	--
IV. Créditos previdenciários e outros	16,33	(0,79)	--	3,41	(2,12)	0,08	16,91
Outros ativos	0,01	--	--	0,01	(0,02)	--	0,00
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	813,35	(16,90)	--	187,83	(40,08)	(52,80)	891,40

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Redução ao valor recuperável em:	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	LANÇAMENTO EM RESULTADOS		BAIXA DO ATIVO	SALDO FINAL
				VERBA	REDUÇÃO		
Ativos intangíveis	108,91	1,36	--	43,22	--	(24,31)	129,18
I. Ágio	76,53	(0,06)	--	33,03	--	(24,31)	85,19
II. Outros ativos intangíveis	32,38	1,42	--	10,19	--	--	43,99
Imobilizado material	20,20	5,19	--	2,23	(7,54)	--	20,08
I. Imóveis de uso próprio	17,91	(0,21)	--	2,23	(7,54)	--	12,39
II. Outras imobilizações	2,29	5,40	--	--	--	--	7,69
Investimentos	433,98	31,63	--	47,14	(0,76)	(73,48)	438,51
I. Imóveis destinados à renda	263,86	19,47	--	13,07	(0,61)	(1,42)	294,37
II. Aplicações financeiras							
- Carteira mantida até o vencimento	--	--	--	--	--	--	--
- Carteira disponível para venda	136,77	11,20	--	24,36	(0,15)	(48,91)	123,27
- Carteira de negociação	--	--	--	--	--	--	--
III. Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	33,35	0,96	--	--	--	(23,15)	11,16
IV. Depósitos constituídos por resseguro aceito	--	--	--	--	--	--	--
V. Outros investimentos	--	--	--	9,71	--	--	9,71
Inventários	85,20	(19,28)	--	1,23	(1,26)	--	65,89
Créditos	123,37	18,84	(0,35)	40,41	(20,49)	(2,10)	159,68
I. Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	78,28	(3,84)	(0,35)	22,08	(5,99)	(1,88)	88,30
II. Créditos por operações de resseguro	31,84	15,20	--	13,69	(5,68)	--	55,05
III. Créditos tributários	--	--	--	--	--	--	--
IV. Créditos previdenciários e outros	13,25	7,48	--	4,64	(8,82)	(0,22)	16,33
Outros ativos	1,88	(1,78)	--	--	(0,09)	--	0,01
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	773,54	35,96	(0,35)	134,23	(30,14)	(99,89)	813,35

Dados em milhões de euros

6.9. DISPONÍVEL

Desembolsos

Foram realizados ao longo dos exercícios de 2017 e 2016 desembolsos por investimentos em empresas do Grupo e por aquisição de negócios, correspondendo, as mais significativas, às aquisições seguintes:

Sociedade adquirente	DETALHES DA AQUISIÇÃO			
	Sociedade	Porcentagem	Atividade	Montante desembolsado
Exercício de 2017				
MAPFRE INTERNACIONAL	ABDA	31,00%	Seguros não Vida	89,32
MAPFRE INTERNACIONAL	ABDA	11,33%	Seguros não Vida	31,16
Exercício de 2016				
BANKINTER VIDA	BANKINTER VIDA Filial em Portugal	100,00%	Seguros de Vida	75,00
MAPFRE, S.A.	MAPFRE INTERNACIONAL	0,78%	Holding de Seguros	19,98
MAPFRE, S.A.	MAQUAVIT IMÓVEIS S.L.	43,16%	Imobiliário	9,84

Dados em milhões de euros

Os investimentos descritos foram financiados com fundos próprios e emissão de obrigações e disposições da linha de crédito a longo prazo.

A aquisição de 11,33% da ABDA procede da oferta pública de aquisição formulada pela MAPFRE após à tomada de controle de tal entidade, com relação ao previsto na normativa indonésia.

Não existem transações não monetárias significativas relacionadas com atividades de investimento e financiamento excluídas do estado de fluxos de caixa.

Compromissos

Os acionistas minoritários da filial MAPFRE RE têm uma opção de venda sobre suas ações nessa entidade. Em caso de exercício, a MAPFRE S.A ou uma entidade do Grupo, deverá adquirir as ações do acionista minoritário interessado em vender. O preço de compra das ações da MAPFRE RE será o resultado da aplicação da fórmula estabelecida previamente. Em 31 de dezembro de 2017, levando em consideração as variáveis incluídas na fórmula citada, o compromisso assumido pelo Grupo em caso de exercício dessa opção, aumentaria para um montante total aproximado de 100,920 milhões de euros.

6.10. ATIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA A VENDA, PASSIVOS ASSOCIADOS E ATIVIDADES INTERROMPIDAS

As principais classes de ativos não correntes classificados como mantidos para venda e de atividades interrompidas, assim como os passivos associados aos mesmos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Conceito	ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA		ATIVIDADES INTERROMPIDAS		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos						
Ativos intangíveis	--	126,17	--	--	--	126,17
Imobilizado material	--	5,20	--	--	--	5,20
Investimentos	25,27	768,56	--	--	25,27	768,56
Créditos	124,76	3,20	--	--	124,76	3,20
Disponível	--	5,21	--	--	--	5,21
Outros ativos	5,55	2,82	--	--	5,55	2,82
Total ativos	155,58	911,16	--	--	155,58	911,16
Passivos associados						
Provisões técnicas	--	663,92	--	--	--	663,92
Passivos por impostos diferidos	--	23,29	--	--	--	23,29
Outras dívidas	1,09	2,07	--	--	1,09	2,07
Total passivos	1,09	689,28	--	--	1,09	689,28

Dados em milhões de euros

Ativos não circulantes classificados como mantido para venda e passivos associados.

Em consequência da comunicação feita pelo Banco CEISS sobre exercer sua opção de compra sobre o número total de ações das entidades Duero Vida e Duero Pensiones pertencentes ao Grupo, em 31 de dezembro de 2016, as epígrafes de "Ativos e Passivos mantidos para venda" incluíam ativos pelo valor de 879,90 milhões de euros e passivos associados pelo valor de 689,28 milhões de euros, correspondentes a ambas as entidades dependentes.

No mês de junho de 2017, a MAPFRE e o Banco CEISS formalizaram um contrato de compra e venda de ações, com base do qual a MAPFRE transmitiu à primeira toda a sua participação por um preço total de 141,70 milhões de euros. O encerramento definitivo da transação está sujeito à autorização da Diretoria Geral de Seguras. Depois dessa autorização, serão realizadas a transmissão das ações e sua cobrança.

Na data de oficialização desse contrato, foi concretizada a perda de controle sobre ambas as entidades, portanto, as respectivas receitas e despesas espelhadas na conta de resultados correspondem apenas aos cinco primeiros meses do ano. Do mesmo modo, na seção "Ativos mantidos para venda" do balanço, é mencionado apenas o valor justo do ativo resultante do contrato de compra e venda. Em consequência disto, no fechamento do exercício, foi registrada uma mais-valia líquida contábil de 5,770 milhões de euros.

Durante o exercício de 2017 os ativos descritos geraram receitas por um montante de 51,090 milhões de euros, não gerando mais resultado que o indicado no parágrafo anterior (no exercício de 2016 geraram 104,340 e 2,490 milhões de euros de receitas e resultados, respectivamente).

6.11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social é registrado pelo valor nominal das ações desembolsadas ou cujo desembolso tenha sido exigido.

O capital social da Sociedade dominante em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está representado por 3.079.553.273 ações de 0,10 euros de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e desembolsadas. Todas as ações conferem os mesmos direitos políticos e econômicos.

A Assembleia Geral de Acionistas com data de 9 de março de 2013, autorizou aos administradores da Sociedade dominante a ampliação de capital até um máximo de 153.977.663,65 euros, equivalente a 50 % do capital social neste momento. Essa autorização tem um período duração de cinco anos. Da mesma forma autorizou-se aos administradores a emissão de obrigações ou valores de renda fixa de natureza análoga, convertíveis ou não, por um montante máximo de 2 bilhões de euros.

O Conselho de Administração, sem sua reunião do dia 7 de fevereiro de 2018, estabeleceu propor à Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada no dia 9 de março de 2018, que autorize novamente os administradores da Sociedade dominante a ampliar o capital nos mesmos termos que os anteriormente citados, bem como emitir obrigações ou valores de renda fixa de natureza análoga, com as mesmas condições estabelecidas na anterior autorização.

A participação direta de CARTEIRA MAPFRE sobe para 67,60% do capital em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Todas as ações representativas do capital da Sociedade dominante foram admitidas para negociação oficial nas Bolsas de Madri e Barcelona.

AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade dominante possuía 30.500,00 ações próprias, representando 0,99% do capital, por um montante de 60,230 milhões de euros, a um câmbio médio de 1,97 euros por ação.

Durante o exercício de 2017, o número de ações próprias foi reduzido para 3.988,894, representando 0,13% do capital, por um montante de 7,870 milhões de euros. A diferença com o preço de venda, que chega a 4,700 milhões de euros, foi levado à seção "Reservas".

No encerramento do exercício de 2017, a Sociedade dominante possui 26.511,106 ações próprias, representando 0,86% do capital, por um montante de 52,360 milhões de euros a um câmbio médio de 1,97 euros por ação. O valor nominal das ações próprias em 31 de dezembro de 2017 chega a 2.651.110,60 euros (3.050.000 euros em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nenhuma outra sociedade do Grupo possui ações da Sociedade dominante.

AJUSTES POR MUDANÇAS DE VALOR

Recolhe aquelas reservas patrimoniais postas em claro como consequência das receitas e despesas reconhecidos em cada exercício que conforme estabelecido na normativa contábil internacional devem ter reflexo direto nas contas de patrimônio líquido do Grupo.

No seguinte quadro é apresentada a natureza dos "Ajustes por mudança de valor" refletidos nessa epígrafe do Patrimônio líquido no término dos dois últimos exercícios:

Conceito	MONTANTE	
	2017	2016
Renta Fija		
Plusvalías	4.082,41	4.812,41
Minusvalías	(1.756,74)	(2.226,81)
Renta Variable y Fondos de Inversión		
Plusvalías	282,74	257,80
Minusvalías	(20,07)	(17,74)
Contabilidad tática	(1.983,17)	(2.237,34)
Otros ajustes	15,52	66,35
TOTAL	620,69	654,67

Dados em milhões de euros

RESTRICÇÕES SOBRE A DISPONIBILIDADE DE RESERVAS

- Na seção "Reservas" é incluída a reserva legal da Sociedade dominante, por um montante de 61,59 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, que não é distribuível aos acionistas salvo em caso de liquidação da mesma e que somente pode ser utilizada para compensar eventuais perdas.

A mesma restrição é aplicável às reservas legais constituídas pelas filiais e refletidas em seus balanços.

- Não existem outras restrições à disposição das reservas por montante significativo, salvo pelo descrito na seção de Incentivos Fiscais da Nota 6.21.

GESTÃO DO CAPITAL

A gestão do capital está centrada em sua estabilidade e na manutenção de uma retribuição adequada, por meio de fortes níveis de solvência, flexibilidade financeira, geração de fluxos de caixa e criação de valor para o acionista.

O capital administrado corresponde aos fundos próprios admissíveis, de acordo com o exigido pela normativa vigente e outros modelos de gestão utilizados.

De acordo com o Apetite de Risco do Grupo que corresponde ao nível de risco que o Grupo está disposto a assumir para poder alcançar seus objetivos de negócio sem desvios relevantes (inclusive em situações adversas), cada Unidade de Negócio se ajusta a certos níveis de tolerância de risco em função do capital designado.

A MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de Negócio de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos.

A quantia de dividendos a ser distribuída é fixada sobre a base dos orçamentos de resultados e estimativas de fundos próprios. Caso a evolução real se afaste das estimativas realizadas, então o capital designado é revisado.

A remuneração para os acionistas está vinculada com o lucro, a solvência, a liquidez e os planos de investimento do Grupo, bem como com as expectativas dos seus acionistas.

Com caráter geral, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Acionistas uma distribuição de dividendos entre 50% e 65% do resultado do exercício, atribuível à Sociedade dominante em suas contas anuais consolidadas.

Tanto a estimativa de riscos, como a atribuição de capital a cada uma das Unidades se detalha na Nota 7 do relatório contábil "GESTÃO DE RISCOS".

Por outro lado, os instrumentos integrantes do patrimônio disponível do Grupo se adequam aos exigidos pela norma vigente.

6.12. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo desta conta reúne o custo de amortizado das obrigações subordinadas emitidas pela Sociedade dominante correspondentes, respectivamente, às emissões de março de 2017 e julho de 2007, neste último caso líquido do correspondente aos títulos comprados no mercado. Os termos e condições mais relevantes destas emissões são descritos abaixo:

Emissão em março de 2017

- Natureza da emissão: obrigações subordinadas representadas por meio de anotações em conta.
- Montante nominal: 600 milhões de euros.
- Data de emissão: 31 de março de 2017.
- Vencimento: 31 de março de 2047, com primeira opção de amortização em 31 de março de 2027.
- Amortização em casos especiais: por reforma ou modificação das normas fiscais, por falta de aplicação como recursos próprios do emissor e por mudança de tratamento outorgado pelas Agências de Classificação de Crédito.
- Juros desde a emissão até a data de exercício da primeira opção de amortização: 4,375 %, a pagar em 31 de março de cada ano.

- Juros desde a data de exercício da primeira opção de amortização: taxa variável igual ao euribor em 3 meses mais 4,543 %, a pagar trimestralmente.

- Diferimento de juros: o emissor é obrigado a diferir o pagamento de juros, caso exista não cumprimento do Capital de Solvência Obrigatório ou do Capital Mínimo Obrigatório, ou então proibição de realização de pagamento de juros, de parte do Regulador Relevante, ou falta de capacidade do emissor de cumprir com os passivos vencidos e exigíveis.

- Mercado de cotação: AIAF

- Direito: espanhol.

- Rating da emissão: BBB-

Em 31 de dezembro de 2017, os juros atribuídos, a pagar subiram para 19,780 milhões de euros, sendo os títulos cotados a 113,99% do seu valor nominal.

Emissão em julho de 2007

- Natureza da emissão: obrigações subordinadas representadas por meio de anotações em conta.

- Montante nominal: 700 milhões de euros.

- Número de títulos: 14.000.

- Nominal dos títulos: 50.000 euros.

- Data de emissão: 24 de julho de 2007.

- Vencimento: 24 de julho de 2037.

- Primeira opção de amortização: 24 de julho de 2017.

- Amortização em casos especiais: por reforma ou modificação das normas fiscais, por falta de aplicação como recursos próprios do emissor e por mudança de tratamento outorgado pelas Agências de Classificação de Crédito.

- Juros desde a emissão até a data de exercício da primeira opção de amortização: 5,921 %, a pagar em 24 de julho de cada ano.

- Juros desde a data de exercício da primeira opção de amortização: regime variável igual ao euribor em 3 meses mais 2,05 %, a pagar trimestralmente.

- Diferimento de juros: o emissor, segundo seu critério, poderá diferir o pagamento dos juros se este excedesse o benefício distribuível e se o emissor não tivesse realizado nenhum pagamento nem tivesse amortizado ou recomprado qualquer classe de capital ou de valores emitidos com a mesma faixa ou de faixa inferior às obrigações.

- Liquidação dos juros diferidos: o emissor estará obrigado a pagar os juros diferidos quando retome o pagamento regular dos juros sobre as obrigações, amortize antecipadamente as obrigações ou realize pagamentos ou recompras de qualquer classe de capital ou de valores emitidos com faixa inferior às obrigações.

- Ordem de prioridade: subordinadas a todos os credores ordinários, entendido como todos aqueles que por ordem de prioridade situem-se à frente dos credores subordinados em caso de liquidação do emissor.

- Mercado de cotação: AIAF

- Direito: espanhol.

- Rating da emissão: BBB-

Em 31 de dezembro de 2016 o número total de títulos comprados no mercado em exercícios anteriores subia para 2.431.

Os juros gerados pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2016 subiram para 15,01 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016 os títulos cotavam a 102,25% de seu valor nominal.

A totalidade da emissão das obrigações subordinadas emitidas pela Sociedade dominante em julho de 2007 foi amortizada antecipadamente na data da primeira opção de amortização.

6.13. PASSIVOS FINANCEIROS

O quadro seguinte recolhe o detalhe do valor justo dos passivos financeiros:

Conceito	VALOR CONTABILIZADO		VALOR JUSTO	
	2017	2016	2017	2016
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	1.003,29	1.002,55	1.035,26	1.011,26
Dívidas com entidades de crédito	706,74	606,35	706,74	606,36
Outros passivos financeiros	1.235,17	752,09	1.226,70	734,22
TOTAL	2.945,20	2.360,99	2.968,70	2.351,84

Dados em milhões de euros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor justo da Emissão de obrigações e outros valores negociáveis corresponde ao valor de cotação no fechamento do exercício (Nível 1), incluindo o cupom de juros.

Emissão de obrigações e outros valores negociáveis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo desta conta reúne o custo amortizado das obrigações simples emitidas pela MAPFRE S.A. Os termos e condições mais relevantes da emissão são descritos à continuação:

- Natureza da emissão: obrigações simples representadas mediante anotações em conta.
- Montante total: 1 bilhão de euros.
- Número de títulos: 10.000.
- Nominal dos títulos: 100.000 euros.
- Data da emissão: 19 de maio de 2016.
- Vencimento da emissão: 10 anos.
- Vencimento: 19 de maio de 2026.
- Amortização: única ao vencimento e ao mesmo tempo, livre de gastos para o detentor.
- Lista: Mercado AIAF de renda fixa.
- Cupom: 1,625 % fixo anual, a pagar nos aniversários da data de emissão até a data de vencimento final.
- Rating da emissão: BBB+

Os juros atribuídos pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 aumentam para 10,060 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os títulos cotam a 102,52% e a 100,12% de seu valor nominal, respectivamente.

Dívidas com entidades de crédito

As dívidas com entidades de crédito apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Tipo de débito	VALOR CONTABILIZADO		TIPO DE JURO % MÉDIO		GARANTIAS OUTORGADAS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Arrendamiento financiero	0,67	1,16	4,18	4,19	--	--
Créditos	654,98	539,06	0,80	1,00	--	--
Préstamos	0,89	16,23	--	--	--	--
Otros	50,20	49,90	1,00	1,00	--	8,01
TOTAL	706,74	606,35	--	--	--	8,01

Dados em milhões de euros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a principal linha de crédito existente é a seguinte:

Banco	VENCIMENTO	LIMITE		DISPOSTO	
		2017	2016	2017	2016
Santander	11.12.2021	1.000,00	1.000,00	600,00	480,00
TOTAL		1.000,00	1.000,00	600,00	480,00

Dados em milhões de euros

O Banco Santander é o banco agente da linha de crédito descrita, que é um crédito sindicado com outras entidades e ganha um juro referenciado a variáveis de mercado. Conforme o estipulado no contrato, no exercício 2016 seu vencimento foi estendido de dezembro de 2020 a dezembro de 2021.

Outros passivos financeiros

Na epígrafe "Outros passivos financeiros" inclui-se o montante de obrigações a pagar de natureza financeira não incluídas em outras partidas. Sua discriminação em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada no seguinte quadro:

Outros passivos financeiros	MONTANTE	
	2017	2016
Passivos financeiros mantidos para negociar	264,94	264,02
Outros passivos financeiros a valor razoável com mudanças em PeG	514,13	431,37
Derivativos de cobertura	412,69	--
Derivativos por operações de ativos (equity swap)	--	7,82
Crédito de CARTEIRA MAPFRE	--	--
Restante dos passivos financeiros	43,41	48,88
TOTAL	1.235,17	752,09

Dados em milhões de euros

A linha de crédito concedida pela CARTEIRA MAPFRE tem um limite de 400 milhões de euros, gera um juro variável referente ao euríbor trimestral e tem seu vencimento em 10 de setembro de 2018, sendo prorrogável por períodos anuais sucessivos.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 foram pagos juros procedentes desta linha de crédito por um montante de 0,020 e 1,140 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o valor justo dos anteriores passivos não difere significativamente do seu valor contábil.

O nível de hierarquia de valor justo no qual são classificadas as avaliações a valor justo de tais passivos é o Nível 2, exceto o saldo de "Participantes externos em fundos de investimento", avaliando a valor liquidativo (majoritariamente Nível 1) e 374,220 milhões de euros de "Outros passivos financeiros avaliados a calor justo com mudanças em P e G", de Nível 1.

Ao longo dos exercícios de 2017 e 2016, não ocorreu nenhuma transferência dos passivos financeiros entre os Níveis 1, 2 e 3 estabelecidos na normativa. As transferências entre níveis ocorrem quando os elementos deixam de cumprir as características de um nível e cumprem as de outro nível. Em relação aos passivos financeiros derivados de operações de permuta financeira não foi realizado nenhum ajuste pelo risco de crédito próprio, por se tratar de operações de intercâmbio de fluxos cujo valor atual líquido lança um saldo a favor da contrapartida. Em todos os casos, a aplicação de ajustes pelo risco de crédito próprio nestas operações não teria efeito material na conta de resultados nem no montante patrimonial próprio.

6.14. PROVISÕES TÉCNICAS

1. Detalhe da composição do saldo de provisões técnicas

A composição do saldo de cada uma das provisões técnicas que figuram no balanço dos dois últimos exercícios é a seguinte:

Conceito	SEGURO DIRETO		RESSEGURO ACEITO		RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados Não Vida						
1.1 Provisão de prêmios não expirados	6.969,93	7.197,57	1.354,59	1.404,93	1.747,58	1.608,07
1.2 Provisão de riscos não expirados	43,37	34,03	7,21	--	--	--
Provisões de seguros de vida						
2.1 Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados						
2.1.1. Provisão para prêmios não consumidos	1.266,65	1.437,44	504,63	451,36	11,95	24,19
2.1.2. Provisão para riscos não expirados	158,21	162,02	--	--	--	--
2.2 Provisões matemáticas	22.977,24	23.520,18	86,19	93,79	56,75	60,69
Provisões para prestações						
3.1 Pendentes de liquidação ou pagamento	7.345,04	6.740,65	2.000,25	1.746,11	2.493,19	1.889,54
3.2 Sinistros ocorridos, mas não declarados (IBNR)	1.520,62	1.322,92	184,37	100,70	667,03	335,18
3.3 Para despesas internas de liquidação de sinistros	171,66	170,91	1,15	5,47	11,54	10,13
Outras provisões técnicas						
4.1 Falecimentos	829,06	762,18	--	--	--	--
4.2 Resto	73,79	75,88	--	--	1,58	6,56
TOTAL	41.355,57	41.423,77	4.138,39	3.802,36	4.989,62	3.934,37

Dados em milhões de euros

2. Movimento de cada uma das provisões técnicas

2.1. PROVISÕES PARA PRÊMIOS NÃO CONSUMIDOS, PARA RISCOS EM CURSO, PARA BENEFÍCIOS, PARA PARTICIPAÇÃO EM BENEFÍCIOS E OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS

A) SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITO

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS OU DOTAÇÃO	SAÍDAS, BAIXAS OU REDUÇÕES	SALDO FINAL
Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados Não Vida						
1.1 Provisão de prêmios não expirados	8.602,50	(716,75)	82,44	9.736,85	(9.380,52)	8.324,52
1.2 Provisão de riscos não expirados	34,03	(4,03)	--	44,29	(23,71)	50,58
Provisões de seguros de vida						
2.1 Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados						
2.1.1. Provisão para prêmios não consumidos	1.888,80	(159,13)	--	2.094,45	(2.052,84)	1.771,28
2.1.2. Provisão para riscos não expirados	162,02	(23,74)	--	23,74	(3,81)	158,21
2.2 Provisões matemáticas	23.613,96	(152,77)	--	2.137,09	(2.534,85)	23.063,43
Provisões para sinistros						
3.1 Seguro direto Vida	1.194,27	(105,65)	--	1.571,41	(1.525,92)	1.134,11
3.2 Seguro direto Não Vida	7.040,21	(553,45)	15,90	10.170,14	(8.769,59)	7.903,21
3.3 Resseguro aceito	1.852,28	(18,46)	--	3.275,76	(2.923,81)	2.185,77
Outras provisões técnicas	838,06	0,54	--	880,38	(816,13)	902,85
TOTAL	45.226,13	(1.733,44)	98,34	29.934,11	(28.031,18)	45.493,96

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS OU DOTAÇÃO	SAÍDAS, BAIXAS OU REDUÇÕES	SALDO FINAL
Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados Não Vida						
1.1 Provisão de prêmios não ganhos	8.385,11	164,09	--	10.156,53	(10.103,23)	8.602,50
1.2 Provisão de riscos não expirados	40,65	2,04	--	26,41	(35,07)	34,03
Provisões de seguros de vida						
2.1 Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados						
2.1.1. Provisão para prêmios não consumidos	1.583,92	296,48	0,71	1.928,00	(1.920,31)	1.888,80
2.1.2. Provisão para riscos não expirados	105,27	25,52	0,01	32,99	(1,77)	162,02
2.2 Provisões matemáticas	23.337,13	74,50	(121,93)	2.910,98	(2.586,72)	23.613,96
Provisões para sinistros						
3.1 Seguro direto Vida	922,83	98,06	(1,25)	1.273,85	(1.099,22)	1.194,27
3.2 Seguro direto Não Vida	6.334,70	218,42	--	7.487,02	(6.999,93)	7.040,21
3.3 Resseguro aceito	1.779,53	10,41	--	2.754,15	(2.691,81)	1.852,28
Outras provisões técnicas	773,06	0,46	4,11	811,45	(751,02)	838,06
TOTAL	43.262,20	889,98	(118,35)	27.381,38	(26.189,08)	45.226,13

Dados em milhões de euros

B) RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou dotação	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final
Provisão para prêmios não consumidos	1.608,07	(198,91)	3,56	2.849,65	(2.514,79)	1.747,58
Provisão para seguros de Vida	84,89	(0,04)	0,09	86,71	(102,95)	68,70
Provisão de sinistros	2.234,85	(269,42)	0,93	6.933,37	(5.727,97)	3.171,76
Outras provisões técnicas	6,55	(0,36)	--	0,99	(5,60)	1,58
TOTAL	3.934,36	(468,73)	4,58	9.870,72	(8.351,31)	4.989,62

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou dotação	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final
Provisão para prêmios não consumidos	1.720,30	(19,95)	(5,11)	2.625,29	(2.712,46)	1.608,07
Provisão para seguros de Vida	93,25	2,73	(0,75)	61,89	(72,23)	84,89
Provisão de sinistros	2.054,32	166,75	(1,08)	3.418,61	(3.403,75)	2.234,85
Outras provisões técnicas	1,65	14,23	--	5,12	(14,45)	6,55
TOTAL	3.869,52	163,76	(6,94)	6.110,91	(6.202,89)	3.934,36

Dados em milhões de euros

2.2. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conceito	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITO		RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO	
	2017	2016	2017	2016
Provisão matemática no início do exercício	23.613,96	23.337,13	60,69	63,78
Ajustes ao saldo inicial	(152,77)	74,50	(2,23)	2,30
Combinações de negócio	--	494,32	--	0,13
Prêmios	2.026,29	2.003,27	68,01	3,70
Juros técnicos	555,56	631,49	--	--
Pagamentos/cobranças de sinistros	(2.534,85)	(2.586,72)	(69,72)	(4,80)
Teste de adequação de provisões	--	0,18	--	--
Ajustes por contabilidade tácita	(381,55)	314,43	--	--
Outros	(63,21)	(38,39)	--	(4,42)
Saída do perímetro (saldo de provisão na data de saída)	--	(616,25)	--	--
Provisão matemática no fechamento do exercício	23.063,43	23.613,96	56,75	60,69

Dados em milhões de euros

2.3. PROVISÃO DE FALECIMENTOS

Conceito	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITO	
	2017	2016
Provisão no início do exercício	762,18	691,07
Ajustes ao saldo inicial	(2,07)	(0,02)
Entrada no perímetro (saldo de provisão na data de incorporação)	--	--
Prêmios	85,07	79,25
Juros técnicos	15,91	16,89
Pagamentos de sinistros	(8,30)	(6,64)
Teste de adequação de provisões	--	--
Outros	(23,73)	(18,37)
Saída do perímetro (saldo de provisão na data de saída)	--	--
Provisão no fechamento do exercício	829,06	726,18

Dados em milhões de euros

3. Outra informação

3.1. PROVISÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO SEGURO DE VIDA QUANDO O RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELOS TOMADORES

Conceito	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITO	
	2017	2016
Provisão no início do exercício	2.013,96	1.798,88
Ajustes ao saldo inicial	(120,83)	170,45
Entrada no perímetro (saldo de provisão na data de incorporação)	--	1,93
Prêmios	725,73	521,14
Pagamento de sinistros	(191,22)	(375,15)
Mudanças na avaliação dos ativos	122,55	116,49
Outros	(230,05)	(189,03)
Saída do perímetro (saldo de provisão na data de saída)	--	(30,75)
Provisão no fechamento do exercício	2.320,14	2.013,96

Dados em milhões de euros

3.2. PROVISÃO PARA RISCOS NÃO EXPIRADOS

A dotação da provisão para riscos em curso foi efetuada pelas entidades seguradoras do Grupo segundo os critérios expostos na Nota 5.15.

3.3. INFORMAÇÃO RELATIVA AO SEGURO DE VIDA

Não foi necessária a dotação de uma provisão adicional aos seguros de vida derivado do teste de adequação de passivos.

À continuação detalham-se as características das principais modalidades do Seguro de Vida comercializadas em 2017 e 2016 pelas sociedades do grupo. Em algumas das modalidades que se apresentam à continuação figuram as tabelas GKM80, são utilizadas em todos os casos para produtos exclusivamente com componente de risco.

Condições técnicas seguro de vida

Modalidade	COBERTURA	TABELAS	INTERESSE	PARTICIPAÇÃO EM LUCROS	
				MONTANTE (MILHÕES DE EUROS)	FORMA DE DISTRIBUIÇÃO
MAPFRE VIDA					
Contratos individuais, com prêmio único sem participação em lucros:					
- Unit-linked: Rendimento ativo III	Sobrevivência / Falecimento	Tabela de rendimento ativo	Variável	--	Rede própria
- Unit-linked: Rendimento ativo IV	Sobrevivência / Falecimento	Tabela de rendimento ativo	Variável	--	Rede própria
- Unit-linked: Seguro dividendo vida	Sobrevivência / Falecimento	PASEM 2010 HOMENS	Variável	--	Rede própria
Contratos coletivos de rendas de prêmio único: Sobrevivência com participação em lucros e sem contrasseguros. Grupo de Rendas					
Contratos coletivos de prêmio único: Economia com participação em lucros e com contrasseguros	Sobrevivência / Falecimento	PERM/F-2000 P	2,51% (variável)	--	Rede própria
Contratos coletivos de prêmio único: Economia com participação em lucros e com contrasseguros	Sobrevivência / Falecimento	GKM/F-95	2,56% (variável)	2,39	Rede própria
BANKIA MAPFRE VIDA					
Contratos individuais, com prêmio único sem participação em lucros:					
- Seguros combinados	Sobrevivência / Falecimento	GRM/F-95	3,62%	--	Canal bancário
- Seguros combinados	Sobrevivência / Falecimento	GKM/F-95 / PASEM2010 HOMENS	3,26%	--	Canal bancário
- Seguros combinados	Sobrevivência	PASEM 2010 HOMENS	0,95%	--	Canal bancário
- Seguros combinados	Sobrevivência / Falecimento	GRM/F-95	5% - 3%	--	Canal bancário
Contratos individuais, temporários anuais renováveis e riscos complementares sem participação em lucros:					
- Seguros de Risco	Falecimento / Invalidez	95 % PASEM 2010 DE HOMENS 90 % PEAIM DE HOMENS	0,0% (nova produção)	--	Canal bancário
Contratos coletivos de tratamento individual, de seguros de amortização de empréstimos pessoais com prêmio único					
- Seguros de Risco	Amortização de Empréstimos	PASEM 2010 DE HOMENS 90 % PEAIM DE HOMENS	0,0% (nova produção)	--	Canal bancário
Contratos coletivos, com prêmio único sem participação em lucros					
- Seguros de Rendas	Falecimento/ Invalidez	GRM/F-95 e PERM/F2000P	3,27%	--	Canal bancário
BANKINTER SEGUROS DE VIDA					
Contratos individuais, com prêmio único sem participação em lucros: seguros com contrasseguro					
Contratos individuais, com prêmio periódico sem participação em lucros: Seguros por morte	Falecimento / Invalidez	GK 95/PASEM 2010	1,47%	--	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio periódico sem participação em lucros: Seguros por morte (Portugal)	Falecimento / Sobrevivência	GK 80/ GK95/ PASEM 2010	2,00%	--	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio único ou periódico, com participação em lucros (Portugal)	Falecimento / Sobrevivência	PASEF 2010	0,70% 0,50%	--	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio único ou periódico, com participação em lucros (Portugal)	Falecimento / Sobrevivência	PASEF 2010	0,70%	--	Canal bancário

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL					
Ouro vida / Ouro vida revisado	Morte/ Incapacidade	AT-49	--	--	Canal bancário
Ouro vida 2000 / Ouro vida especial /BB seguro vida /Ouro vida estilo /Penhorista/ BB seguro vida mulher/ Outros produtos de vida individual	Morte/ Incapacidade	AT-83	--	--	Canal bancário
Outros produtos de vida em grupo	Morte/ Incapacidade	AT-83 e AT-49	--	--	Canal bancário/ Corretor
MAPFRE MSV LIFE					
Sem participação em lucros	Falecimento	88% AMC00	Variável	--	Canal bancário/Rede própria
Com participação em lucros	Sobrevivência / Falecimento	88% AMC00	Variável	47,6	Canal bancário/Rede própria
Unit-linked	Sobrevivência / Falecimento	88% AMC00	Variável	--	Canal bancário/Rede própria
MAPFRE COLÔMBIA VIDA					
Pensões Lei 100	Sobrevivência / Falecimento	Colombiana de Mortalidade de rentistas masculinos/ femininos. Colombiana de mortalidade de inválidos	--	--	Rede própria
Previsional de Invalidez e Sobrevivência	Sobrevivência / Falecimento / Invalidez	Colombiana de Mortalidade de rentistas masculinos/ femininos. Colombiana de mortalidade de inválidos	--	--	Rede própria

3.4. EVOLUÇÃO DA SINISTRALIDADE

À continuação informa-se sobre a evolução da sinistralidade do seguro direto Não Vida desde o ano de ocorrência dos sinistros até o fechamento dos exercícios 2017 e 2016, assim como o detalhe por ano de ocorrência da provisão de sinistros desse seguro no fechamento dos exercícios citados.

EXERCÍCIO DE 2017

ANO DE OCORRÊNCIA DOS SINISTROS	CONCEITO	ANO DE OCORRÊNCIA	EVOLUÇÃO DO CUSTO DOS SINISTROS NOS ANOS SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA									
			1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	5 anos depois	6 anos depois	7 anos depois	8 anos depois	9 anos depois	Mais de 9 anos depois
2007e anteriores	Provisão pendente	7.654,42	3.660,53	2.343,33	1.483,56	1.012,25	700,47	518,58	365,00	324,12	291,01	283,88
	Pagamentos acumulados	31.989,54	35.300,58	36.360,38	37.185,32	37.582,53	37.827,95	37.964,14	38.073,88	38.103,41	38.187,35	38.235,13
	TOTAL CUSTO	39.643,96	38.961,11	38.703,71	38.668,88	38.594,78	38.528,42	38.482,72	38.438,88	38.427,53	38.478,36	38.519,01
2008	Provisão pendente	2.639,48	1.093,78	625,69	414,13	309,67	245,53	189,03	154,70	137,90	122,31	
	Pagamentos acumulados	3.950,73	5.366,36	5.738,64	5.939,08	6.042,33	6.106,66	6.149,44	6.187,90	6.219,15	6.250,00	
	TOTAL CUSTO	6.590,21	6.460,14	6.364,33	6.353,21	6.352,00	6.352,19	6.338,47	6.342,60	6.357,05	6.372,31	
2009	Provisão pendente	2.483,01	886,97	523,23	319,78	241,77	167,16	144,77	114,98	94,65		
	Pagamentos acumulados	4.230,48	5.601,39	5.916,67	6.098,51	6.186,08	6.252,92	6.297,22	6.352,88	6.375,80		
	TOTAL CUSTO	6.713,49	6.488,36	6.439,90	6.418,29	6.427,85	6.420,08	6.441,99	6.467,86	6.470,45		
2010	Provisão pendente	2.869,67	1.108,00	656,56	382,49	256,88	184,16	147,50	113,34			
	Pagamentos acumulados	4.946,56	6.655,48	7.072,88	7.376,77	7.506,20	7.587,84	7.676,68	7.702,39			
	TOTAL CUSTO	7.816,23	7.763,48	7.729,44	7.759,26	7.763,08	7.772,00	7.824,18	7.815,73			
2011	Provisão pendente	2.322,88	838,62	510,93	326,31	244,65	181,01	153,00				
	Pagamentos acumulados	4.837,08	6.321,07	6.704,10	6.890,35	6.983,62	7.085,54	7.118,37				
	TOTAL CUSTO	7.159,96	7.159,69	7.215,03	7.216,66	7.228,27	7.266,55	7.271,37				
2012	Provisão pendente	2.535,89	915,44	508,92	341,54	266,60	202,67					
	Pagamentos acumulados	4.533,04	6.116,82	6.520,18	6.728,37	6.853,16	6.925,31					
	TOTAL CUSTO	7.068,93	7.032,26	7.029,10	7.069,91	7.119,76	7.127,98					
2013	Provisão pendente	2.621,53	992,36	592,89	377,11	259,20						
	Pagamentos acumulados	4.780,18	6.414,34	6.868,41	7.098,88	7.202,17						
	TOTAL CUSTO	7.401,71	7.406,70	7.461,30	7.475,99	7.461,37						
2014	Provisão pendente	2.824,23	1.084,91	612,84	389,85							
	Pagamentos acumulados	5.110,13	6.978,68	7.410,44	7.618,91							
	TOTAL CUSTO	7.934,36	8.063,59	8.023,28	8.008,76							
2015	Provisão pendente	2.935,01	1.158,65	712,46								
	Pagamentos acumulados	5.486,79	7.298,98	7.753,61								
	TOTAL CUSTO	8.421,80	8.457,63	8.466,07								
2016	Provisão pendente	3.168,83	1.510,52									
	Pagamentos acumulados	5.463,50	7.266,38									
	TOTAL CUSTO	8.632,33	8.776,90									
2017	Provisão pendente	4.061,33										
	Pagamentos acumulados	5.683,30										
	TOTAL CUSTO	9.744,63										

Dados em milhões de euros

31 de dezembro de 2017

Conceito	ANO DE OCORRÊNCIA											Total
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007 e anteriores	
Provisão de sinistros seguro direto Não Vida	4.061,33	1.510,52	712,46	389,85	259,20	202,67	153,00	113,34	94,65	122,31	283,88	7.903,21

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

ANO DE OCORRÊNCIA DOS SINISTROS	CONCEITO	ANO DE OCORRÊNCIA	EVOLUÇÃO DO CUSTO DOS SINISTROS NOS ANOS SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA									
			1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	5 anos depois	6 anos depois	7 anos depois	8 anos depois	9 anos depois	Mais de 9 anos depois
2006 e anteriores	Provisão pendente	7.159,07	3.539,27	2.184,63	1.400,56	943,95	628,82	463,98	341,22	245,16	211,33	209,11
	Pagamentos acumulados	28.870,77	31.907,07	32.943,48	33.564,88	34.052,32	34.265,18	34.390,60	34.485,47	34.551,97	34.566,33	34.616,43
	TOTAL CUSTO	36.029,84	35.446,34	35.128,11	34.965,44	34.996,27	34.894,00	34.854,58	34.826,69	34.797,13	34.777,66	34.825,54
2007	Provisão pendente	2.847,41	1.114,48	706,07	418,83	313,43	222,31	175,04	127,24	121,32	121,93	
	Pagamentos acumulados	3.747,62	5.197,17	5.560,42	5.843,12	5.952,91	6.027,82	6.062,50	6.102,83	6.120,21	6.129,88	
	TOTAL CUSTO	6.595,03	6.311,65	6.266,49	6.261,95	6.266,34	6.250,13	6.237,54	6.230,07	6.241,53	6.251,81	
2008	Provisão pendente	2.744,50	1.131,16	645,10	425,62	316,56	251,32	193,03	159,74	142,02		
	Pagamentos acumulados	4.133,04	5.604,41	5.986,07	6.194,33	6.301,98	6.369,52	6.414,09	6.454,01	6.488,89		
	TOTAL CUSTO	6.877,54	6.735,57	6.631,17	6.619,95	6.618,54	6.620,84	6.607,12	6.613,75	6.630,91		
2009	Provisão pendente	2.589,38	908,78	542,89	332,20	253,96	174,64	151,97	121,68			
	Pagamentos acumulados	4.500,23	5.818,96	6.135,05	6.318,17	6.409,32	6.479,47	6.526,04	6.573,14			
	TOTAL CUSTO	7.089,61	6.727,74	6.677,94	6.650,37	6.663,28	6.654,11	6.678,01	6.694,82			
2010	Provisão pendente	3.003,31	1.155,81	685,40	403,12	270,00	196,08	156,15				
	Pagamentos acumulados	5.184,43	6.927,90	7.344,64	7.654,59	7.788,57	7.872,09	7.936,35				
	TOTAL CUSTO	8.187,74	8.083,71	8.030,04	8.057,71	8.058,57	8.068,17	8.092,50				
2011	Provisão pendente	2.436,14	882,15	542,07	346,31	261,63	194,01					
	Pagamentos acumulados	5.054,53	6.558,63	6.915,80	7.107,21	7.203,08	7.221,77					
	TOTAL CUSTO	7.490,67	7.440,78	7.457,87	7.453,52	7.464,71	7.415,78					
2012	Provisão pendente	2.673,73	968,63	538,34	364,23	283,74						
	Pagamentos acumulados	4.732,96	6.358,57	6.762,18	6.974,57	7.021,98						
	TOTAL CUSTO	7.406,69	7.327,20	7.300,52	7.338,80	7.305,72						
2013	Provisão pendente	2.764,79	1.052,55	635,16	400,04							
	Pagamentos acumulados	4.990,41	6.665,69	7.127,38	7.340,08							
	TOTAL CUSTO	7.755,20	7.718,24	7.762,54	7.740,12							
2014	Provisão pendente	3.017,74	1.164,71	653,97								
	Pagamentos acumulados	5.380,16	7.341,29	7.783,04								
	TOTAL CUSTO	8.397,90	8.506,00	8.437,01								
2015	Provisão pendente	3.121,35	1.276,35									
	Pagamentos acumulados	5.792,85	7.718,38									
	TOTAL CUSTO	8.914,20	8.994,73									
2016	Provisão pendente	3.481,21										
	Pagamentos acumulados	5.838,69										
	TOTAL CUSTO	9.319,90										

Dados em milhões de euros

31 de dezembro de 2016

Conceito	ANO DE OCORRÊNCIA											Total
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006 e anteriores	
Provisão de sinistros direto Não Vida	3.481,23	1.276,35	653,97	400,04	283,74	194,01	156,15	121,68	142,02	121,93	209,11	7.040,23

Dados em milhões de euros

A percentagem imputável ao resseguro cedido da sinistralidade recolhida nos quadros anteriores aumenta de forma global a 30,52% e a 21,28% nos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.

Não inclui-se a informação relativa à evolução da sinistralidade por ano de ocorrência do resseguro aceito já que em caráter geral as companhias cedentes seguem métodos de contabilização distintos do método do ano de ocorrência. Conforme os estudos realizados para o resseguro aceito o grau de suficiência das provisões técnicas é adequado.

6.15. PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS

Nos quadros seguintes detalham-se os movimentos das provisões para riscos e gastos nos dois últimos exercícios.

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO FINAL
				Provisões dotadas	Aumento de valor por desconto	Provisões aplicadas	Provisões revertidas	
Provisão para tributos	363,76	(46,50)	--	3,98	15,71	(4,46)	--	332,49
Provisão para pagamentos por convênios de liquidação	18,91	(0,39)	--	12,58	--	(14,61)	--	16,49
Provisões por reestruturação	32,84	--	--	4,11	--	(32,84)	--	4,11
Outras provisões por compromissos com o pessoal	186,66	(2,45)	1,33	105,23	0,02	(88,56)	(3,22)	199,01
Outras provisões	150,58	(17,76)	--	54,20	12,48	(82,35)	(7,49)	109,66
TOTAL	752,75	(67,10)	1,33	180,10	28,21	(222,82)	(10,71)	661,76

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO FINAL
				Provisões dotadas	Aumento de valor por desconto	Provisões aplicadas	Provisões revertidas	
Provisión para tributos	275,16	68,12	(0,08)	5,08	22,28	(6,48)	(0,32)	363,76
Provisión para pagos por convenios de liquidación	17,41	0,21	--	13,37	--	(11,81)	(0,27)	18,91
Provisiones por reestructuración	5,75	--	--	20,84	10,89	(4,64)	--	32,84
Otras provisiones por compromisos con el personal	195,15	(1,11)	(0,58)	54,20	1,30	(58,86)	(3,44)	186,66
Otras provisiones	203,56	(12,33)	--	69,42	2,66	(103,92)	(8,81)	150,58
TOTAL	697,03	54,89	(0,66)	162,91	37,13	(185,71)	(12,84)	752,75

Dados em milhões de euros

Nas provisões para riscos e despesas são incluídos os montantes estimados de débitos tributários, pagamentos por convênio de liquidação, reestruturação, incentivos ao pessoal e outras derivadas das atividades e risco inerentes às mesmas das sociedades que integram o Grupo, cuja liquidação se realizará em próximos exercícios.

A estimativa do montante provisionado ou do momento temporal em que as provisões serão liquidadas se veem afetados por incertezas sobre a resolução de recursos interpostos e evolução de outros parâmetros. Não foi necessária a realização de

hipóteses acerca de acontecimentos futuros para determinar o valor da provisão nem são esperados eventuais reembolsos de provisões.

A seção "Provisão para tributos" inclui em 31 de dezembro de 2017 e 2016 passivos fiscais por montante de 299,14 e 331,57 milhões de euros, respectivamente, relativos às contingências fiscais que as entidades brasileiras mantêm com a administração tributária desse país, pendentes de decisão por parte do Supremo Tribunal Brasileiro. Estas contingências se referem aos tributos denominados COFINS (Contribuição fiscal destinada ao financiamento da seguridade social) por montante de 294,15 milhões de euros (325,97 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) e o Programa de Integração Social (PIS) por montante de 4,99 milhões de euros (5,60 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). A origem dessas contingências encontra-se na diferente interpretação da norma que mantém o Governo brasileiro e o setor empresarial em relação à procedência da aplicação de tais tributos sobre o faturamento das entidades.

Por outro lado, o Grupo mantém processos judiciais abertos com a administração tributária no Brasil pela exigência dos mencionados tributos COFINS e PIS, relacionados com a receitas financeiras e não operacionais, por montantes de 170,140 e 171,170 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Dada a incerteza atual na jurisprudência sobre a ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, assim como a existência de um parecer da "Procuradoria Geral da Fazenda", que é favorável às entidades seguradoras, tanto o Grupo como seus assessores qualificam o risco de perda como possível.

O Grupo mantém um processo judicial aberto com o corretor brasileiro "Proposta Corretora" em relação à intervenção de um contrato de Seguros de Quebra de Garantia. A empresa corretora mencionada exige 123 milhões de reais (30,940 milhões de euros), embora a MAPFRE tenha ganho a ação em primeira instância, o processo se encontra em fase de apelação. O Grupo qualifica o risco de perda como possível.

Em "Outras provisões", são reunidos nos exercícios de 2017 e 2016 os pagamentos contingentes derivados de combinações de negócio, que reúnem a parte variável do preço da combinação de negócios que depende diretamente da consecução de determinados objetivos ligados à evolução de cada um dos negócios adquiridos, chegando a 22,660 e 51,400 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Para o seu cálculo é levado em consideração o Embedded Value. Em cada fechamento dos estados financeiros é reavaliado o montante da prestação contingente, registrando as diferenças obtidas com respeito à avaliação anterior.

A liquidação dos mesmos é produzida integralmente a partir da data de referência para o cálculo do Embedded Value, estando

prevista para os exercícios de 2017 a 2021 conforme os contratos assinados com os vendedores em cada combinação de negócio.

6.16. DEPÓSITOS RECEBIDOS POR RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO

Os depósitos por resseguro cedido e retrocedido constituem garantias entregues aos resseguradores em função dos contratos de cobertura de resseguro firmados dentro das práticas habituais do negócio, aplicam juros a pagar e o período médio de renovação é geralmente trimestral. A liquidação dos citados juros realiza-se de forma trimestral.

6.17. DÍVIDAS

Os saldos incluídos nas seções de dívidas por operações de seguro direto e cosseguro, por operações de resseguro, débitos tributários e outras dívidas não aplicam juros a pagar e em caráter geral sua liquidação se realizará no exercício seguinte. No presente exercício um filial brasileira cancelou uma provisão no montante de 102,900 milhões de euros, constituída inicialmente para cobrir possíveis gastos de diferentes naturezas e que em 31 de dezembro já não representavam obrigação alguma para o Grupo.

6.18. RECEITAS E DESPESAS DOS INVESTIMENTOS

O detalhamento das receitas e despesas dos investimentos para os exercícios de 2017 e 2016 é mostrado a seguir:

Receitas dos investimentos

Conceito	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS DE:				RECEITAS FINANCEIRAS E OUTRAS ATIVIDADES		TOTAL	
	OPERACIONAL		PATRIMÔNIO		2017	2016	2017	2016
	2017	2016	2017	2016				
RECEITAS POR JUROS, DIVIDENDOS E SIMILARES								
Imóveis destinados à renda								
Aluguéis	40,76	48,51	2,19	2,22	12,05	14,32	55,00	65,05
Outros	0,42	0,44	--	--	3,44	2,03	3,86	2,47
Receitas provenientes da carteira mantida até o vencimento								
Renda fixa	198,95	235,95	0,83	0,94	2,23	0,01	202,01	236,90
Outros investimentos	2,55	3,94	0,11	0,07	--	--	2,66	4,01
Receitas provenientes da carteira disponível para venda								
Receitas provenientes da carteira de negociação	372,08	322,67	0,73	0,39	37,38	0,08	410,19	323,14
Outros rendimentos financeiros	175,36	171,63	71,50	55,66	16,51	34,46	263,37	261,75
TOTAL DE RECEITAS	1.939,36	2.070,95	142,87	130,70	76,75	54,27	2.158,98	2.255,92
LUCROS REALIZADOS E NÃO REALIZADOS								
Lucros líquidos realizados:								
Imóveis destinados à renda	49,14	116,09	4,57	5,75	16,51	4,59	70,22	126,43
Aplicações financeiras carteira disponível para venda	287,64	320,79	24,54	57,33	1,98	3,70	314,16	381,82
Aplicações financeiras carteira de negociação	28,63	5,76	5,51	2,83	0,48	7,49	34,62	16,08
Outras	2,11	22,40	0,37	2,06	1,39	20,89	3,87	45,35
Lucros não realizados:								
Aumento do valor justo da carteira de negociação e lucros em derivados	53,74	56,15	17,41	5,15	0,15	--	71,30	61,30
Outras	3,26	11,65	--	(0,01)	0,33	0,51	3,59	12,15
TOTAL LUCROS	424,52	532,84	52,40	73,11	20,84	37,18	497,76	643,13
TOTAL RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	2.363,88	2.603,79	195,27	203,81	97,59	91,45	2.656,74	2.899,05

Dados em milhões de euros

Despesas dos investimentos

Conceito	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS DE:				RECEITAS FINANCEIRAS E OUTRAS ATIVIDADES		TOTAL	
	OPERACIONAL		PATRIMÔNIO		2017	2016	2017	2016
	2017	2016	2017	2016				
RECEITAS POR JUROS, DIVIDENDOS E SIMILARES								
Imóveis destinados à renda								
Aluguéis	23,48	24,84	--	1,20	--	--	23,48	26,04
Outros	6,35	4,34	0,09	0,03	9,19	11,51	15,63	15,88
Receitas provenientes da carteira mantida até o vencimento								
Renda fixa	0,98	3,35	0,01	0,39	--	0,01	0,99	3,75
Outros investimentos	--	0,12	--	--	--	--	--	0,12
Receitas provenientes da carteira disponível para venda	124,11	217,34	31,19	23,84	0,98	--	156,28	241,18
Receitas provenientes da carteira de negociação	139,79	95,96	0,20	--	--	(0,01)	139,99	95,95
Outras despesas financeiras	168,31	130,58	2,47	3,21	86,44	60,26	257,22	194,05
TOTAL DE RECEITAS	463,02	476,53	33,96	28,67	96,61	71,77	593,59	576,97
LUCROS REALIZADOS E NÃO REALIZADOS								
Lucros líquidos realizados:								
Imóveis destinados à renda	6,00	4,06	0,02	0,39	0,28	0,10	6,30	4,55
Aplicações financeiras carteira disponível para venda	54,27	69,67	3,60	9,72	0,24	0,62	58,11	80,01
Aplicações financeiras carteira de negociação	16,87	5,93	0,29	--	--	--	17,16	5,93
Outras	2,09	12,84	0,10	0,32	1,31	11,44	3,50	24,60
Lucros não realizados:								
Aumento do valor justo da carteira de negociação e lucros em derivados	84,53	1,44	6,87	--	--	0,01	91,40	1,45
Outras	1,02	0,89	--	0,02	1,37	0,22	2,39	1,13
TOTAL LUCROS	164,78	94,83	10,88	10,45	3,20	12,39	178,86	117,67
TOTAL RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	627,80	571,36	44,84	39,12	99,81	84,16	772,45	694,64

Dados em milhões de euros

As despesas procedentes das carteiras de investimento têm sua origem principalmente nos contratos de permuta financeira relacionados com operações de seguro.

6.19. DESPESAS DE OPERACIONAL

A seguir são discriminadas as despesas operacionais líquidas por destino e natureza nos dois últimos exercícios.

Despesas operacionais por destino

Conceito	2017	2016
Despesas relacionadas a sinistros	855,71	881,58
Despesas de aquisição	4.924,74	4.748,03
Despesas administrativas	760,01	770,33
Despesas dos investimentos	672,64	610,48
Outras despesas técnicas	129,57	118,05
Outras despesas não técnicas	114,33	130,57
Despesas operacionais de outras atividades	489,79	498,57
TOTAL	7.946,79	7.757,61

Dados em milhões de euros

Despesas operacionais por natureza

Conceito	2017	2016
Comissões e outras despesas de carteira	3.880,42	3.705,18
Despesas com pessoal	1.784,86	1.783,93
Serviços exteriores		
- Aluguéis (lojas e imóveis)	98,94	93,27
- Reparações e conservação (lojas e imóveis)	79,83	80,93
- Aluguéis e consertos (equipamentos de informática)	58,72	52,99
- Aluguéis e consertos (aplicativos de informática)	173,81	165,20
- Outros serviços (aplicativos de informática)	140,23	152,85
- Fornecimentos (comunicados)	21,67	53,72
- Publicidade e propaganda	135,34	159,31
- Relações públicas	45,66	47,15
- Serviços de profissionais independentes	164,16	144,39
- Outros serviços	403,87	313,80
Tributos	213,24	212,73
Dotação para amortizações	293,37	283,30
Despesas imputadas diretamente a destino	452,67	508,86
TOTAL	7.946,79	7.757,61

Dados em milhões de euros

A conta de resultados apresenta as despesas por destino, ou seja, baseada na função que os mesmos cumprem no ciclo de exploração da atividade seguradora (Despesas relacionadas a sinistros, à aquisição de contratos de seguro, à administração, aos investimentos ou a outros conceitos técnicos).

Os gastos são registrados inicialmente por sua natureza, e são reclassificados a destino nos casos em que não coincidirem com a natureza. A seguir, é indicada a reclassificação realizada nos seguintes títulos:

1) Despesas relacionadas a sinistros. Reúnem os gastos dos funcionários dedicados à gestão de sinistros, à amortização do imobilizado afetado por esta atividade, aos honorários pagos por razão de gestão de sinistros e às despesas realizadas por outros serviços necessários para o seu trâmite.

2) Despesas de operacionais líquidas. Foram adicionados nesta seção:

- Despesas de aquisição - Coletam comissões, despesas de funcionários dedicados à produção, amortizações do imobilizado a esta atividade, despesas de estudo e trâmite de solicitações e de formalização de apólices, assim como despesas de publicidade, propaganda e da organização comercial diretamente vinculados à aquisição dos contratos de seguro.

- Despesas administrativas. Reúnem principalmente as despesas de funcionários dedicados a tais funções e às amortizações do imobilizado a esta atividade, assim como despesas derivadas de assuntos litigiosos vinculados aos prêmios e às despesas de trâmite de estornos e do resseguro cedido e aceito.

- Comissões e participações do resseguro. Reúnem a compensação dos resseguradores às entidades cedentes pelas despesas de aquisição e administração incorridos por estas, assim como a sua participação nos lucros do ressegurador.

3) Despesas dos investimentos. Reúnem os gastos dos funcionários dedicados à gestão dos investimentos, às doações para a amortização do imobilizado afetado por esta atividade e outras despesas de gestão dos investimentos tanto internos como externos, compreendendo neste último caso os honorários, as comissões e as correções de ganhos.

As despesas dos investimentos são agrupadas nas categorias de exploração e de patrimônio, de acordo com os investimentos nos quais se materializem as provisões técnicas (investimentos de exploração) ou dos investimentos nos quais o patrimônio da entidade (investimentos e patrimônio) se materializa.

6.20. RESULTADO DO RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO

O resultado das operações de resseguro cedido e retrocedido dos exercícios 2017 e 2016 é o seguinte:

Conceito	NÃO VIDA				TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Prêmios	(3.879,60)	(3.404,09)	(184,84)	(189,77)	(4.064,44)	(3.593,86)
Varição da provisão para prêmios não consumidos e para riscos não expirados	347,17	(87,17)	(12,31)	(8,12)	334,86	(95,29)
Prestações pagas e variação da provisão de Sinistros	2.781,77	1.581,64	99,42	105,79	2.881,19	1.687,43
Varição da provisão matemática e de outras provisões técnicas	(0,33)	(1,38)	(3,94)	0,28	(4,27)	(1,10)
Participação no resseguro em comissões e despesas	515,30	477,13	41,73	41,26	557,03	518,39
Resultado do resseguro cedido e retrocedido	(235,69)	(1.433,87)	(59,94)	(50,56)	(295,63)	(1.484,43)

Dados em milhões de euros

O aumento em 2017 dos "Sinistros pagos e variação da provisão para sinistros" do resseguro cedido e retrocedido deve principalmente ao impacto dos eventos catastróficos ocorridos no exercício de 2017, entre eles cabe destacar os furacões Harvey, Irma e Maria, terremotos do México e el Niño Costeiro. O impacto líquido (custo retido depois de impostos e sócios externos) destas catástrofes naturais sobre o "Resultado do exercício atribuível à Sociedade dominante" chega a 183,800 milhões de euros.

6.21. SITUAÇÃO FISCAL

Regime de consolidação fiscal

IMPOSTO DE RENDA

A partir do exercício 1985, uma parte das sociedades consolidadas com domicílio social na Espanha está incluída com relação ao Imposto sobre Sociedades no Grupo Fiscal número 9/85, integrado pela Sociedade dominante e por suas entidades filiais que cumprem os requisitos para o amparo neste regime de tributação. As entidades filiais que em 2017 fazem parte deste Grupo Fiscal estão detalhadas no Anexo 1 deste relatório.

IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO

A partir do exercício 2010, com relação ao Imposto sobre Valor Agregado, uma parte das sociedades consolidadas com domicílio social na Espanha está incluída no Grupo de entidades IVA 87/10, constituído pela MAPFRE S.A. como sociedade dominante e por aquelas de suas sociedades dominadas que na data concordaram em se integrar ao Grupo citado. As entidades filiais que em 2017 fazem parte deste Grupo estão detalhadas no Anexo 1 deste relatório.

Componentes da despesa por imposto sobre lucros e conciliação do resultado contábil com a despesa por imposto de operações continuadas

A seguir são detalhados, para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais componentes da despesa por imposto sobre lucros de operações continuadas e a conciliação entre a despesa por imposto sobre lucros e o produto da multiplicação do resultado contábil pela taxa de imposto aplicável. O Grupo efetuou a conciliação acrescentando as conciliações feitas em separado utilizando as taxas nacionais de cada um dos países.

Conceito	MONTANTE	
	Exercício de 2017	Exercício de 2016
Despesa por imposto		
Resultado antes de impostos de operações continuadas	1.508,71	1.805,18
25% do resultado antes de impostos de operações continuadas	377,18	451,30
Efeito fiscal das diferenças permanentes	(86,51)	(41,30)
Incentivo fiscal do exercício	(18,79)	(30,80)
Efeito fiscal por tipos impositivos diferentes a 25%	156,19	187,98
Total de despesa por imposto corrente com origem no exercício	428,07	567,18
Despesa por imposto corrente com origem em exercícios anteriores	(17,01)	(7,23)
Créditos de períodos anteriores previamente não reconhecidos por bases impositivas negativas, deduções pendentes de aplicação ou diferenças temporárias	(0,71)	(0,03)
TOTAL DE DESPESA POR IMPOSTO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	410,35	559,92
Imposto de renda a pagar		
Retenções e pagamentos a receber	(420,52)	(521,78)
Diferenças temporárias e diferenças de conversão	42,32	83,22
Créditos e incentivos fiscais registrados em exercícios anteriores e aplicados neste	(6,04)	(8,37)
Imposto de renda de operações interrompidas	--	--
TOTAL IMPOSTO DE RENDA A PAGAR (RECUPERAR) COM ORIGEM NO EXERCÍCIO	26,11	112,99
Imposto de renda a recuperar de exercícios anteriores	(1,50)	(47,89)
TOTAL IMPOSTO DE RENDA A PAGAR (RECUPERAR) LÍQUIDO	24,61	65,10

Dados em milhões de euros

As deduções pela dupla tributação não foram consideradas no quadro anterior por procederem, em sua maioria, de dividendos cobrados de filiais eliminadas no processo de consolidação.

No exercício de 2017, a "Despesa por imposto corrente com juros em exercícios anteriores" reúne a diminuição dos passivos fiscais das filiais nos Estados Unidos, derivada da redução da taxa de impostos contemplada na reforma fiscal aprovada nesse país, pelo montante de 37,8 milhões de euros.

Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos e passivos por impostos diferidos se apresentam no balanço consolidado pelo montante líquido correspondente a cada um dos sujeitos fiscais do Grupo, aumentando para os montantes seguintes:

Conceito	2017	2016
Ativos por impostos diferidos	296,81	335,32
Passivos por impostos diferidos	(588,04)	(730,71)
Ativo (passivo) líquido	(291,23)	(395,39)

Dados em milhões de euros

Além dos ativos por impostos diferidos contabilizados nos exercícios de 2017 e 2016 indicados no quadro anterior, existem outros procedentes de bases tributáveis negativas pendentes de compensar, pelo montante de 31,070 e 22,260 milhões de euros, respectivamente, que não foram contabilizados na aplicação dos critérios que as NIIF-UE estabelecem.

Nos quadros a seguir, discriminam-se os movimentos para os exercícios 2017 e 2016 da seção de saldo líquido por impostos diferidos, especificando-se o montante referente a parcelas

debitadas ou pagas diretamente nas contas de patrimônio líquido em cada um dos dois exercícios.

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	PROVENIENTES DE		BAIXAS	SALDO FINAL
				Resultados	Patrimônio		
Despesas de aquisição de carteira e outras despesas de aquisição	(423,36)	44,72	--	59,03	--	4,51	(315,10)
Diferença de valorização de aplicações financeiras	(1.337,62)	15,78	--	53,27	71,22	0,57	(1.196,78)
Outras receitas e despesas abrangentes	(19,07)	0,84	(0,22)	2,47	--	(0,32)	(16,30)
Diferença de valorização de provisões matemáticas por contabilidade tácita	1.052,39	(1,45)	--	(9,40)	(100,63)	(9,62)	931,29
Provisão de estabilização e catastrófica	(182,28)	2,31	--	1,43	--	22,25	(156,29)
Outras provisões técnicas	104,93	(7,52)	--	(27,06)	--	--	70,35
Créditos tributários por bases impositivas negativas	70,64	(6,27)	--	29,59	--	(25,85)	68,11
Créditos por incentivos fiscais	27,39	--	--	18,79	--	(18,39)	27,79
Complementos de pensões e outros compromissos com o pessoal	47,51	0,20	--	8,42	--	(4,74)	51,39
Provisões para prêmios pendentes de cobrança	23,63	(0,89)	--	2,75	--	(6,48)	19,01
Provisões para responsabilidades e outras	42,96	(0,30)	--	3,10	--	(7,75)	38,01
Créditos tributários derivados do PIS, COFINS e REFIS (Nota 6.15)	182,19	(23,58)	--	(18,80)	--	--	139,81
Outros conceitos	15,30	9,41	0,01	30,42	0,02	(7,68)	47,48
TOTAL	(395,39)	33,25	(0,21)	154,01	(29,39)	(53,50)	(291,23)

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	PROVENIENTES DE		BAIXAS	SALDO FINAL
				Resultados	Patrimônio		
Despesas de aquisição de carteira e outras despesas de aquisição	(388,29)	(66,25)	--	(3,75)	--	34,93	(423,36)
Diferença de valorização de aplicações financeiras	(1.291,85)	2,39	--	62,89	(139,00)	27,95	(1.337,62)
Outras receitas e despesas abrangentes	(23,09)	4,03	--	(0,31)	--	0,30	(19,07)
Diferença de valorização de provisões matemáticas por contabilidade tácita	994,02	18,40	--	(6,84)	78,56	(31,75)	1.052,39
Provisão de estabilização e catastrófica	(201,57)	2,04	--	14,89	--	2,36	(182,28)
Outras provisões técnicas	100,83	2,51	--	1,59	--	--	104,93
Créditos tributários por bases impositivas negativas	38,83	0,02	--	40,16	--	(8,37)	70,64
Créditos por incentivos fiscais	23,45	0,02	--	30,80	--	(26,88)	27,39
Complementos de pensões e outros compromissos com o pessoal	37,20	4,62	--	8,36	--	(2,67)	47,51
Provisões para prêmios pendentes de cobrança	19,48	3,72	--	7,25	--	(6,82)	23,63
Provisões para responsabilidades e outras	70,39	(7,01)	--	22,17	--	(42,59)	42,96
Créditos tributários derivados do PIS, COFINS e REFIS (Nota 6.15)	183,01	(7,84)	--	7,02	--	--	182,19
Outros conceitos	(17,04)	--	--	11,69	--	20,65	15,30
TOTAL	(454,63)	(43,35)	--	195,92	(60,44)	(32,89)	(395,39)

Dados em milhões de euros

No fechamento do exercício 2017, os ativos e passivos por impostos diferidos com vencimento inferior a 12 meses sobem

para 63 e 55,630 milhões de euros, respectivamente (89,060 e 87,580 milhões de euros, respectivamente, no exercício 2016).

Bases tributáveis negativas

A discriminação das bases tributáveis negativas pendentes de compensação nas sociedades consolidadas por integração global no fechamento dos dois últimos exercícios é a seguinte:

Exercício de geração	MONTANTE BASES IMPONÍVEIS NEGATIVAS				ATIVO POR IMPOSTO DIFERIDO			
	APLICADAS NO EXERCÍCIO		PENDENTES DE APLICAÇÃO		MONTANTE CONTABILIZADO		MONTANTE NÃO CONTABILIZADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
2010 e anteriores	0,10	2,28	11,56	11,77	0,08	0,19	2,52	3,54
2011	3,39	--	5,62	9,66	--	0,85	1,17	1,30
2012	4,98	3,48	9,66	17,95	0,54	2,08	1,64	2,39
2013	0,06	--	5,71	6,58	--	0,03	1,14	1,30
2014	0,51	--	17,44	17,95	3,29	3,13	2,63	3,25
2015	1,49	1,50	59,73	105,02	11,23	24,19	5,89	7,82
2016	1,04	--	125,97	140,93	23,37	40,16	10,02	2,66
2017	--	--	144,05	--	29,59	--	6,06	--
TOTAL	11,57	7,26	379,74	309,86	68,10	70,63	31,07	22,26

Dados em milhões de euros

Os ativos contabilizados por impostos diferidos por bases tributáveis negativas pendentes de compensação nas sociedades consolidadas se correspondem com bases tributáveis negativas geradas como consequência de fatos não comuns na gestão, e é provável que haja lucros fiscais futuros contra os quais aplicá-las.

Incentivos fiscais

O detalhe dos incentivos fiscais das sociedades consolidadas por integração global para os exercícios 2017 e 2016 é o seguinte:

Modalidade	MONTANTE APLICADO NO EXERCÍCIO		MONTANTE PENDENTE DE APLICAÇÃO		MONTANTE NÃO REGISTRADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Dedução por dupla imposição	7,94	4,90	--	2,55	--	--
Criação de emprego	0,16	0,30	--	--	--	--
Imposto mínimo alternativo (EUA)	--	--	27,54	24,82	--	--
Outros	10,3	17,14	0,25	0,02	--	--
TOTAL	18,40	22,34	27,79	27,39	--	--

Dados em milhões de euros

O Grupo de consolidação fiscal nº 9/85 foi acolhido nos últimos exercícios à redução por reserva de capitalização prevista no artigo 25 da Lei 27/2014, do Imposto sobre Sociedades, dando lugar a uma redução na parcela consolidada de 0,470 milhões de euros em 2017 (2,360 milhões de euros em 2016).

Este lucro fiscal está condicionado à existência de um aumento de fundos próprios no exercício que se mantiver um prazo de cinco anos e à constituição de uma reserva pelo montante da redução, ou seja, 10% de tal aumento, que será indisponível durante o mesmo prazo de cinco anos.

Em 2016, este requisito foi cumprido pela Sociedade dominante do Grupo com encargos a reservas de livre disposição já existentes em seu balanço fechado em 31 de dezembro de 2016. No ano de 2017 este requisito será cumprido pela Sociedade dominante do Grupo, com encargos a reservas de livre disposição existentes em seu balanço fechado em 31 de dezembro de 2017.

O detalhe dos aumentos de fundos próprios e reservas dotadas nos últimos três exercícios, sujeitos ao requisito de manutenção é o seguinte:

Exercício	Aumento de Fundos próprios	Reserva indisponível
2015	324,90	35,00
2016	94,70	12,00
2017	18,57	1,86

Dados em milhões de euros

Comprovações tributárias

De acordo com a legislação vigente, as declarações realizadas pelos diferentes impostos não poderão ser consideradas definitivas até terem sido inspecionadas pelas autoridades fiscais ou ter transcorrido o prazo de prescrição (para as sociedades espanholas quatro anos).

Como resultado das atuações inspetoras iniciadas com data de 17 de fevereiro de 2012, com respeito ao Imposto sobre Sociedades do Grupo Fiscal 9/85 pelos exercícios de 2007 a 2009, que afetaram a MAPFRE S.A., como entidade dominante, a MAPFRE ASSISTÊNCIA, COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS E RESSEGUROS, S.A. (exercício 2007-2009), MAPFRE GLOBAL RISKS, S.A. (exercícios 2008 e 2009), MAPFRE VIDA S.A. DE SEGUROS Y RESSEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA (exercício 2008 e 2009) e MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y RESSEGUROS, S.A. foi assinado um termo de dissidência pelo montante de 5,54 milhões de euros com relação à dedução por gastos de pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica, cuja liquidação se encontra apelada no Tribunal Econômico-Administrativo Central, estando pendente até a data a resolução da reclamação interposta.

Da mesma forma, foram arquivadas Atas de divergência em conceito de "Retenções por rendimentos do trabalho" dos exercícios de 2008 e 2009, pelo montante de 0,490 milhões de euros, bem como em conceito de "Retenções sobre rendimentos do capital mobiliário" dos exercícios de 2008 e 2009, pelo montante de 5,380 milhões de euros, que afetam a MAPFRE VIDA e a MAPFRE ESPAÑA, cujas liquidações se encontram apeladas perante a Audiência Nacional.

Como resultado das atuações inspetoras de alcance limitado iniciadas com data de 23 de junho de 2014 na MAPFRE ESPAÑA e na MAPFRE VIDA foram assinadas atas de divergência em conceito de retenções sobre rendimentos do capital mobiliário dos exercícios de 2010 a 2013, referentes a determinados seguros de riscos e economia, cujas liquidações se encontram apeladas perante a Audiência Nacional. Da mesma forma, com data de 10 de maio de 2016, foram assinadas atas pelo mesmo conceito, mas referentes ao exercício de 2014, que afetaram a MAPFRE VIDA e a BANKIA MAPFRE VIDA, liquidações com receitas a favor de autoridades fiscais espanholas, mas que se encontram igualmente apeladas perante o Tribunal Econômico-Administrativo Central, estando a resolução das reclamações pendente.

Em 4 de dezembro de 2017, a MAPFRE S.A. foi notificada, em sua condição de sociedade dominante do Grupo de consolidação fiscal nº 9/85, do início das ações de inspeção do Imposto sobre Sociedades dos exercícios de 2013 a 2016. Da mesma forma, e no que diz respeito ao Imposto sobre o Valor Agregado, foi comunicado, em sua qualidade de representante do Grupo IVA nº 87/10, o início das ações de comprovação pelos exercícios de 2014 a 2016. No que diz respeito à MAPFRE ESPAÑA, as ações se estendem ao restante de impostos aos quais a entidade está submetida pelos exercícios de 2014 a 2016 e no caso da MAPFRE VIDA, MAPFRE RE, MAPFRE GLOBAL RISKS e MAPFRE TECH a retenção sobre rendimentos do trabalho nos exercícios de 2014 a 2016.

Em 6 de novembro de 2017, a FUNESPAÑA S.A. foi notificada, em seu caráter de sociedade dominante do Grupo de consolidação fiscal nº 97/13, do início das ações de inspeção do Imposto sobre Sociedades dos exercícios 2013 e 2014 que, no caso de Imposto sobre o Valor Agregado e as retenções sobre rendimentos do trabalho, afetam também as sociedades ALL FUNERAL SERVICES e FUNEMADRID, pelos períodos de novembro de 2013 a dezembro de 2014.

Portanto, em 31 de dezembro de 2017, as Sociedades consolidadas têm aberto para inspeção todos os impostos a que foram submetidas pelos exercícios 2014 a 2017, assim como o Imposto sobre Sociedades do exercício de 2013 e retenções à conta de rendimentos do capital mobiliário dos exercícios de 2010 a 2012 da MAPFRE ESPAÑA e da MAPFRE VIDA.

Na opinião dos Administradores e dos assessores das sociedades consolidadas, a possibilidade de que se possa produzir passivos fiscais que afetem de forma significativa a posição financeira das Sociedades consolidadas em 31 de dezembro de 2017 é remota.

6.22 REMUNERAÇÕES A FUNCIONÁRIOS E PASSIVOS ASSOCIADOS

Despesas com pessoal

A discriminação da despesa com pessoal dos dois últimos exercícios é mostrada no quadro a seguir:

Conceito	MONTANTE	
	2017	2016
Retribuições a curto prazo		
Pagamentos e salários	1.234,93	1.211,75
Segurança social	243,19	235,39
Outras retribuições	207,51	254,38
Prestações pós-emprego	35,65	23,48
Outras retribuições a médio prazo	3,29	18,98
Indenizações por cessação	60,28	39,95
TOTAL	1.784,86	1.783,93

Dados em milhões de euros

Principais prestações e outros benefícios pós-emprego

REGIMES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os principais planos de prestação definida se encontram instrumentados por meio de apólices de seguro, que são avaliados de acordo com o detalhado na descrição das políticas contábeis, e são aqueles nos quais a prestação se fixa em função dos salários finais, com prestação na forma de renda vitalícia, revisável segundo o índice de preços ao consumidor (I.P.C) anual.

Em relação com os montantes reconhecidos no balanço, existem obrigações por planos de prestação definida cujos montantes chegam, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a 47,280 e 48,450 milhões de euros respectivamente, exteriorizadas integralmente através de apólices subscritas com a MAPFRE VIDA, pelo qual não foram reconhecidos ativos desses planos e o passivo reconhecido no balanço consolidado encontra-se registrado na seção "Provisão de seguros de vida".

Adicionalmente, existem obrigações por compromissos com pensões exteriorizadas com apólices de seguros cujos montantes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 chegam a 12,71 e 12,93 milhões de euros respectivamente, montante coincidente com o valor do ativo referente ao plano.

CONCILIAÇÃO DO VALOR ATUAL DA OBRIGAÇÃO

A seguir é detalhada a conciliação do valor atual da obrigação derivada dos planos de prestação definida nos dois últimos exercícios:

Conceito	2017	2016
VALOR ATUAL OBRIGAÇÃO EM 1º DE JANEIRO	61,38	63,97
Custo por juros	2,48	2,53
Perdas e lucros atuariais	1,07	1,27
Prestações pagas	(3,92)	(4,01)
Outros conceitos	(1,02)	(2,38)
VALOR ATUAL EM 31 DE DEZEMBRO	59,99	61,38

Dados em milhões de euros

Conciliação dos saldos inicial e final dos ativos do plano e direitos de reembolso

No quadro a seguir, detalha-se a conciliação dos saldos inicial e final dos ativos do plano e dos direitos de reembolso nos dois últimos exercícios.

Conceito	2017	2016
VALORES DE ATIVOS AFETADOS PELO PLANO E DIREITOS DE REEMBOLSO EM 1º DE JANEIRO	61,38	63,97
Rendimento esperado dos ativos afetados pelo plano	2,48	2,53
Perdas e lucros atuariais	1,07	1,27
Prestações pagas	(3,92)	(4,01)
Outros conceitos	(1,02)	(2,38)
VALORES DE ATIVOS AFETADOS PELO PLANO E DIREITOS DE REEMBOLSO EM 31 DE DEZEMBRO	59,99	61,38

Dados em milhões de euros

Os ativos designados às apólices mencionadas anteriormente correspondem a instrumentos de patrimônio e de dívida cuja valorização está determinada praticamente em sua totalidade através de preços cotados em mercados ativos.

No quadro a seguir são detalhados os montantes reconhecidos na conta de resultados consolidada dos exercícios 2017 e 2016.

Conceito	2017	2016
Custo por juros	2,48	2,53
Rendimento esperado dos ativos afetados pelo plano	(2,48)	(2,53)
TOTAL DESPESA RECONHECIDA NA CONTA DE RESULTADOS	--	--

Dados em milhões de euros

A taxa de rendimento esperado é determinada em função da taxa de juro garantida nas apólices de seguro referentes.

O rendimento real dos ativos do plano, bem como dos investimentos designados às provisões matemáticas subiram, em 2017 e 2016, para 2,480 e 2,530 milhões de euros, respectivamente.

As principais hipóteses atuariais usadas na data de fechamento dos dois últimos exercícios foram as seguintes: tabelas de sobrevivência PERM/F-2000, IPC anual de 3% em ambos os exercícios, sendo as taxas de desconto e o rendimento esperado dos ativos referentes idênticos ao se tratar de produtos com casamento de fluxos.

No exercício de 2018 não se prevê realizar contribuições para os planos de prestação definida descritos anteriormente.

OUTROS LUCROS PÓS-EMPREGO

Nos exercícios de 2017 e 2016 se reúne como despesa de pessoal o correspondente ao seguro de vida com cobertura de falecimento entre os 65 e os 77 anos, pelo montante de 1,400 e 1,240 milhões de euros, respectivamente

OUTRAS RETRIBUIÇÕES A MÉDIO PRAZO E PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

- O Conselho de Administração aprovou, em 2016, um plano de incentivos a médio prazo avaliado e reconhecido na conta de resultados conforme o indicado na Nota 5.19 "Retribuição aos funcionários".

As despesas de pessoal derivadas do plano foram registradas na conta de resultados consolidada pelo montante de 2,910 milhões de euros em 2017 (19,120 milhões de euros em 2016), aparecendo no passivo 10,840 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (9,440 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) pelo montante da remuneração a satisfazer em dinheiro, e 10,090 milhões de euros em 2017 (9,680 milhões em 2016) em patrimônio pelo da remuneração a ser liquidada por meio de instrumentos de patrimônio. O número das ações de referência mantidas em conta sob os efeitos da retribuição subiu em 2017 para 7.720,980 (em 2016 para 12.623,526).

- Adicionalmente no exercício de 2016, tal como se descreve nas normas de avaliação, o Plano de incentivos a médio prazo 2013-2015 foi liquidado, sendo pagos por este conceito 34,470 milhões de euros, montante que se encontrava totalmente provisionado.
- Por outro lado, tal e como o indicado na norma de avaliação 5.19 "Retribuições aos funcionários", o Grupo possuía um plano de incentivos referente à ação da MAPFRE S.A. que foi extinto em 2016, tendo registrado em tal exercício (0,140) milhões de euros em conceito de gasto pessoal.

Com o objetivo de cobrir o gasto por este conceito na data de exercício do direito, se contrataram durante o exercício 2008 dois equity swap sobre 8.625.733 ações e 219.297 ações, com um preço de exercício de 3,2397 e 2,6657 euros respectivamente. No exercício de 2017 foram cancelados tais equity swap, sem efeito significativo na conta de resultados pelo fato de seu valor estar provisionado em 31 de dezembro de 2016.

Número de funcionários

A seguir são detalhados o número médio e o número final de funcionários dos dois últimos exercícios classificados por categoria e sexo e sua distribuição por segmentos.

NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS:

2017

Segmento	CONSELHEIROS E DIRETORIA EXECUTIVA		DIRETORIA		TÉCNICOS		ADMINISTRATIVOS		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
IBÉRIA	4	1	946	336	2.940	2.640	685	1.839	4.575	4.815
LATAM NORTE	5	1	310	289	738	702	390	484	1.443	1.476
LATAM SUL	4	1	457	314	1.212	1.077	709	913	2.383	2.304
BRASIL	3	--	399	281	1.025	2.137	826	1.221	2.253	3.639
AMÉRICA DO NORTE	2	--	306	313	732	1.101	177	687	1.217	2.100
EURÁSIA	6	2	235	194	680	769	537	750	1.458	1.716
MAPFRE ASSISTÊNCIA	5	1	429	306	673	722	1.316	2.052	2.423	3.081
MAPFRE GLOBAL RISKS	1	--	49	19	95	94	6	27	150	139
MAPFRE RE	2	--	57	32	111	115	13	37	183	184
ÁREAS CORPORATIVAS	12	1	219	93	446	278	24	102	702	474
Total número médio de funcionários	44	8	3.407	2.176	8.652	9.634	4.683	8.111	16.787	19.929

2016

Segmento	CONSELHEIROS E DIRETORIA EXECUTIVA		DIRETORIA		TÉCNICOS		ADMINISTRATIVOS		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
IBÉRIA	4	1	946	313	2.888	2.553	676	1.808	4.514	4.675
LATAM NORTE	7	1	336	293	731	674	403	499	1.477	1.467
LATAM SUL	21	2	465	339	1.337	1.207	812	1.022	2.635	2.569
BRASIL	3	--	454	320	1.074	2.361	953	1.428	2.483	4.109
AMÉRICA DO NORTE	1	--	304	301	653	996	239	777	1.197	2.075
EURÁSIA	2	2	227	186	448	657	442	728	1.119	1.572
MAPFRE ASSISTÊNCIA	1	--	465	329	674	806	1.412	2.281	2.552	3.416
MAPFRE GLOBAL RISKS	3	--	48	17	80	83	5	34	136	134
MAPFRE RE	2	--	58	33	105	100	13	38	179	171
ÁREAS CORPORATIVAS	12	1	224	96	502	313	28	107	766	517
Total número médio de funcionários	56	7	3.526	2.225	8.493	9.749	4.983	8.723	17.058	20.705

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS AO FINAL DO EXERCÍCIO:

2017

Segmento	CONSELHEIROS E DIRETORIA EXECUTIVA		DIRETORIA		TÉCNICOS		ADMINISTRATIVOS		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
IBÉRIA	4	1	950	340	2.937	2.650	696	1.877	4.587	4.868
LATAM NORTE	5	1	302	282	745	712	366	468	1.418	1.463
LATAM SUL	4	1	440	299	1.203	1.068	673	882	2.320	2.250
BRASIL	3	--	381	272	971	2.019	791	1.281	2.146	3.572
AMÉRICA DO NORTE	2	--	307	313	723	1.112	180	665	1.212	2.090
EURÁSIA	8	4	230	195	672	758	544	785	1.454	1.742
MAPFRE ASSISTÊNCIA	4	1	420	301	630	625	1.294	1.998	2.348	2.925
MAPFRE GLOBAL RISKS	1	--	49	20	96	97	5	25	151	142
MAPFRE RE	2	--	56	32	114	122	18	42	190	196
ÁREAS CORPORATIVAS	13	2	223	97	451	287	23	101	710	487
Total número médio de funcionários	46	10	3.358	2.151	8.542	9.450	4.590	8.124	16.536	19.735

2016

Segmento	CONSELHEIROS E DIRETORIA EXECUTIVA		DIRETORIA		TÉCNICOS		ADMINISTRATIVOS		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
IBÉRIA	3	1	938	317	2.874	2.570	678	1.812	4.493	4.700
LATAM NORTE	7	1	318	296	730	670	382	484	1.437	1.451
LATAM SUL	19	2	458	330	1.322	1.214	773	958	2.572	2.504
BRASIL	2	--	445	311	1.073	2.330	872	1.249	2.392	3.890
AMÉRICA DO NORTE	6	4	301	307	669	1.007	236	784	1.212	2.102
EURÁSIA	2	2	222	181	477	681	395	584	1.096	1.448
MAPFRE ASSISTÊNCIA	1	--	443	309	683	799	1.394	2.185	2.521	3.293
MAPFRE GLOBAL RISKS	3	--	48	17	86	86	3	31	140	134
MAPFRE RE	2	--	57	33	106	106	11	35	176	174
ÁREAS CORPORATIVAS	12	1	226	98	504	309	30	105	772	513
Total número médio de funcionários	57	11	3.456	2.199	8.524	9.772	4.774	8.227	16.811	20.209

À continuação é detalhado o número de pessoas empregadas na Espanha portadoras de deficiências maior ou igual a 33% dos últimos exercícios e a média ao longo deles, indicando as categorias a que pertencem:

Conceito	2017		2016	
	Fechamento de exercício	Médio	Fechamento de exercício	Médio
Diretoria	13	13	11	11
Técnicos	74	72	60	60
Administrativos	90	83	69	66
Total	177	168	140	137

6.23. RESULTADOS LÍQUIDOS POR DIFERENÇAS DE CÂMBIO

As diferenças de câmbio positivas diferentes às procedentes dos instrumentos financeiros valorizados a justo valor imputadas à conta de resultados consolidada sobem a 1.039,86 e 705,99 milhões de euros nos exercícios 2017 e 2016, respectivamente.

As diferenças de câmbio negativas diferentes das procedentes dos instrumentos financeiros valorizados a justo valor imputadas à conta de resultados consolidada sobem a 1.019,39 e 626,50 milhões de euros nos exercícios 2017 e 2016, respectivamente.

A seguir se apresenta a conciliação das diferenças de câmbio reconhecidas no patrimônio no início e no final do exercício em 2017 e 2016.

Descrição	IMPORTE	
	2017	2016
DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(91,61)	(355,81)
Diferença líquida de câmbio por valorização de parcelas não monetárias	(7,56)	(1,41)
Diferença líquida de câmbio por conversão de estados financeiros	(631,53)	265,61
DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO FECHAMENTO DO EXERCÍCIO	(730,70)	(91,61)

Dados em milhões de euros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as diferenças de câmbio líquidas derivadas da conversão a euros das demonstrações financeiras daquelas entidades do Grupo cuja moeda funcional não é o euro são:

Sociedade/Subgrupo	ÁREA GEOGRÁFICA	DIFERENÇAS DE CONVERSÃO					
		POSITIVAS		NEGATIVAS		LÍQUIDO	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016
Sociedades consolidadas por integração global:							
MAPFRE RE	Europa, América e resto do mundo	22,38	26,22	(19,92)	(14,97)	2,46	11,25
MAPFRE INTERNACIONAL	Europa, América e resto do mundo	354,23	683,52	(1.027,11)	(734,84)	(672,88)	(51,32)
OUTROS	--	25,78	32,44	(67,36)	(72,84)	(41,58)	(40,40)
TOTAL		402,39	742,18	(1.114,39)	(822,65)	(712,00)	(80,47)

Dados em milhões de euros

6.24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

No fechamento dos exercícios 2017 e 2016 e até a data de formulação das contas anuais consolidadas, não há evidência da existência de outros ativos e passivos contingentes diferentes dos detalhados no relatório contábil por montantes significativos.

6.25. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIO

Executadas durante os exercícios de 2017 e 2016

Durante os exercícios de 2017 e 2016, foram adquiridas diversas participações acionárias, sendo as mais significativas a tomada de controle da ABDA em 2017 e a aquisição do negócio de Vida e Pensões da Barclays em Portugal em 2016. A tomada de controle da ABDA constitui uma combinação de negócios por etapas, pois a MAPFRE já era titular de 20% do capital. Com isso, culmina a entrada no mercado assegurador indonésio, iniciada em 2013, permitindo aumentar sua presença no sudeste asiático e se posicionar em um mercado de elevado potencial. Com a aquisição de 2016 a MAPFRE reforçou sua presença no mercado português.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis das participações adquiridas nestes negócios são os seguintes:

Conceito	EXERCÍCIO DE 2017	EXERCÍCIO DE 2016
	ABDA	BANKINTER VIDA Filial em Portugal
ATIVO		
Despesas de aquisição de carteira	--	69,66
Investimentos	87,03	903,65
Créditos	16,41	24,25
Disponível	76,68	35,92
Outros ativos	11,54	10,25
TOTAL ATIVO	191,66	1.043,73
PASSIVO		
Provisões técnicas	98,34	527,43
Passivos por impostos diferidos	3,96	0,32
Dívidas	3,77	446,04
Outros passivos	6,08	0,28
TOTAL PASSIVO	112,15	974,07
Valor justo dos ativos líquidos	79,51	69,66
Participação adquirida	51%	100%
Valor justo da percentagem de ativos líquidos adquiridos	40,55	69,66
Diferença de primeira consolidação	106,40	5,34
Custo da combinação	146,95	75,00

Dados em milhões de euros

Os justos valores detalhados anteriormente diferem dos valores nos livros das entidades antes da combinação, principalmente pelos gastos de aquisição de carteira e seus passivos correspondentes por impostos diferidos, não registrados em seus livros.

Por outro lado, a participação original de 20% mantida na ABDA foi registrada a valor justo, passando a reconhecer um efeito

positivo de 13,500 milhões de euros líquidos de impostos na conta de resultados consolidada do Grupo do exercício de 2017.

O custo de aquisição de todas as combinações dos exercícios de 2017 e 2016 foi satisfeito integralmente, não existindo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nenhum montante pendente de pagamento.

As despesas diretamente atribuíveis às combinações dos exercícios de 2017 e 2016, em conceito de honorários de profissionais independentes, advogados e assessoria financeira, por um montante total de 0,310 e 0,740 milhões de euros respectivamente, foram contabilizadas como despesas na conta de resultados consolidada.

A data de incorporação ao grupo consolidável das anteriores combinações foi 1º de junho de 2017 para a adquirida neste exercício e 1º de abril de 2016 para a adquirida no exercício anterior, tendo contribuído em tais exercícios com 43,540 e 107,710 milhões de euros aos prêmios do Grupo e com 2,870 e 4,500 milhões de euros ao resultado líquido atribuível aos acionistas controladores, respectivamente. Se as combinações tivessem sido realizadas no começo de cada ano, teriam contribuído com 76,740 e 143,610 milhões de euros para os prêmios do Grupo e com 6,640 e 6 milhões de euros para o resultado líquido atribuível aos acionistas controladores, respectivamente.

As combinações de negócio de custo não significativo realizadas durante os exercícios 2017 e 2016 se relacionam no Anexo 1.

6.26. TRANSAÇÕES POR PARTES VINCULADAS

A totalidade das transações com partes vinculadas foi realizada em condições de mercado.

Além das transações descritas no restante das Notas das Contas Anuais Consolidadas, à continuação são descritos os saldos e as transações entre entidades do Grupo.

Operações com empresas do Grupo

A seguir são detalhadas as operações efetuadas entre empresas do Grupo, cujo efeito em resultados é nulo por terem sido eliminadas no processo de consolidação:

Conceito	2017	2016
Serviços recebidos/prestados e outras despesas/receitas	541,99	569,33
Despesas/receitas de imóveis destinados à renda	23,58	15,16
Despesas/receitas dos investimentos e contas financeiras	29,65	37,16
Dividendos distribuídos	1.854,55	1.594,41

Dados em milhões de euros

Operações de resseguro e cosseguro

A seguir são detalhadas as operações de resseguro e cosseguro efetuadas entre empresas do Grupo eliminadas no processo de consolidação:

Conceito	2017	2016
Prêmios cedidos/aceitos	2.422,03	2.451,02
Prestações	1.697,75	1.171,76
Variação de provisões técnicas	(37,10)	54,26
Comissões	602,48	586,05

Dados em milhões de euros

No quadro a seguir, são detalhados os saldos com resseguradoras e cedentes, depósitos constituídos e provisões técnicas por operações de resseguro com empresas do Grupo eliminados no processo de consolidação.

Conceito	2017	2016
Créditos e dívidas	364,95	347,70
Depósitos	101,22	85,51
Provisões técnicas	3.063,75	1.848,83

Dados em milhões de euros

Informação relativa a entidades dependentes

Abaixo estão refletidos os dividendos distribuídos por entidades dependentes com participações não dominantes relevantes e o resultado do exercício atribuível a participações não dominantes:

Entidade dependente	DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS				RESULTADO ATRIBUÍVEL A PARTICIPAÇÕES NÃO DOMINANTES	
	PARTICIPAÇÃO DOMINANTE		PARTICIPAÇÃO NÃO DOMINANTE		2017	2016
	2017	2016	2017	2016		
BB MAPFRE SH1 PARTICIPAÇÕES S.A.	146,48	100,75	440,31	300,91	356,86	290,31
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	40,78	25,43	39,18	24,43	37,41	34,04
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	23,43	23,18	23,43	23,18	25,87	23,43
MAPFRE BHD COMPANHIA DE SEGUROS S.A.	5,16	11,82	4,95	11,36	8,71	7,84
CAJA CASTILLA LA MANCHA VIDA Y PENSIONES S.A.	9,71	8,46	9,71	8,45	9,16	7,37
MAPFRE RE,COMPANHIA DE RESSEGUROS S.A.	95,28	83,29	8,01	7,00	12,37	14,58
MAPFRE PERU VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS S.A.	6,28	5,34	2,38	2,96	7,10	5,60

Dados em milhões de euros

Em relação aos dividendos distribuídos em exercícios anteriores pelas entidades dependentes brasileiras, no exercício de 2016, foram reconhecidos 45,200 milhões de euros como maior montante das participações não dominantes com encargo a reservas.

A seguir são detalhadas as principais magnitudes correspondentes a entidades dependentes e negócios em conjunto relevantes relacionados à atividade seguradora:

• BALANÇO

Entidade	INVESTIMENTOS		CRÉDITOS		TOTAL ATIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		PROVISÕES TÉCNICAS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Dependente										
MAPFRE VIDA SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS E RESSEGUROS SOBRE A VIDA HUMANA	12.765,96	13.212,91	169,71	178,57	14.879,84	14.396,90	1.412,81	1.334,66	11.596,80	11.934,17
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	7.612,05	8.043,45	18,82	19,23	7.812,95	8.284,76	516,78	525,56	6.850,13	7.287,21
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	5.528,92	5.413,33	915,98	868,38	7.761,46	7.577,02	2.342,22	2.369,92	4.657,51	4.446,73
MAPFRE RE,COMPANHIA DE RESSEGUROS S.A.	4.016,82	3.930,32	294,81	261,92	6.191,21	5.212,44	1.260,67	1.232,31	4.463,14	3.512,16
M.S.V. LIFE P.L.C.	1.881,46	1.683,74	2,82	3,07	2.116,60	1.930,01	161,10	160,02	1.825,37	1.637,90
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	1.503,25	1.189,77	25,01	22,22	1.721,02	1.427,40	172,21	167,42	972,76	751,70
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇADO BRASIL, S.A.	1.474,80	1.655,22	834,94	1.086,25	3.014,83	3.529,16	357,05	466,03	1.975,37	2.236,65
Subtotal Dependentes	34.783,26	35.128,74	2.262,09	2.439,64	43.497,91	42.357,69	6.222,84	6.255,92	32.341,08	31.806,52
Negócios Conjunto										
SOLUNION SEGUROS DE CRÉDITO S.A.	55,21	61,94	62,10	64,56	341,18	344,24	106,43	105,10	141,62	147,25
Subtotal Negócios Conjuntos	55,21	61,94	62,10	64,56	341,18	344,24	106,43	105,10	141,62	147,25

Dados em milhões de euros

• CONTA DE RESULTADOS

Entidade	RECEITAS				RESULTADOS						
	DO NEGÓCIO SEGURADOR		TOTALS		DO NEGÓCIO SEGURADOR		DAS OPERAÇÕES		DA CONTA GLOBAL		
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Dependente											
MAPFRE VIDA SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS E RESSEGUROS SOBRE A VIDA HUMANA	2.287,90	2.314,91	2.296,68	2.327,40	224,27	149,96	221,48	153,57	219,22	115,88	
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	758,06	697,13	760,38	699,72	101,39	91,54	76,26	69,39	71,18	70,99	
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	4.415,30	4.424,25	4.915,76	4.866,20	415,21	377,27	318,53	278,97	266,20	304,89	
MAPFRE RE,COMPANHIA DE RESSEGUROS S.A.	3.911,23	3.295,52	5.116,86	4.811,04	213,14	250,34	159,57	188,08	125,43	195,88	
M.S.V. LIFE P.L.C.	403,39	354,93	406,69	357,86	12,45	11,44	10,21	8,52	10,21	8,52	
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	427,88	273,99	441,27	286,51	68,96	62,58	51,68	46,82	51,65	48,54	
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇADO BRASIL, S.A.	1.673,75	1.714,90	2.060,07	1.960,12	625,84	682,23	409,70	431,22	413,54	439,10	
Subtotal Dependentes	13.877,51	13.075,63	15.997,71	15.308,85	1.661,26	1.625,36	1.247,43	1.176,57	1.157,43	1.183,80	
Negócios Conjunto											
SOLUNION SEGUROS DE CRÉDITO S.A.	28,23	26,37	185,43	172,43	12,09	12,88	5,54	8,28	2,26	7,79	
Subtotal Negócios Conjuntos	28,23	26,37	185,43	172,43	12,09	12,88	5,54	8,28	2,26	7,79	

Dados em milhões de euros

A seguir são detalhadas as principais magnitudes correspondentes a entidades dependentes e negócios em conjunto relevantes relacionados à atividade não seguradora:

• BALANÇO

Entidade	ATIVOS NÃO CIRCULANTES		TOTAL ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Dependente								
MAPFRE INVESTIMENTO SOCIEDADE DE VALORES S.A.	58,33	94,42	234,19	251,22	200,98	220,30	25,67	23,22
FUNESPAÑA, S.A.	54,78	58,52	171,45	176,38	113,27	109,94	51,80	59,99
MAPFRE TECH	34,31	44,38	53,10	63,39	20,16	21,89	25,64	33,42
CREDIMAPFRE	28,09	39,18	28,23	41,62	3,14	8,30	25,08	33,32
Subtotal Dependentes	175,51	236,50	486,97	532,61	337,55	360,43	128,19	149,95

Dados em milhões de euros

• CONTA DE RESULTADOS

Entidade	RECEITAS		RESULTADOS			
	2017	2016	DAS OPERAÇÕES		DA CONTA GLOBAL	
			2017	2016	2017	2016
Dependente						
MAPFRE INVESTIMENTO SOCIEDADE DE VALORES S.A.	102,05	108,71	39,63	59,08	39,19	57,93
FUNESPAÑA, S.A.	98,02	95,56	4,53	4,00	4,53	3,95
MAPFRE TECH	178,16	221,36	(1,78)	0,07	(1,78)	0,07
CREDIMAPFRE	3,81	20,94	0,04	(0,18)	0,04	(0,18)
Subtotal Dependentes	382,04	446,57	42,42	62,97	41,98	61,77

Dados em milhões de euros

Informação relativa a acordos conjuntos e entidades associadas

Durante os exercícios de 2017 e 2016 a MAPFRE GLOBAL RISKS não recebeu da SOLUNION montantes em conceito de dividendos.

O custo e o valor justo da participação no negócio em conjunto SOLUNION no fechamento do exercício é de 37,1 e 66,1 milhões de euros, respectivamente.

No quadro a seguir é refletida a informação complementar correspondente aos negócios em conjunto:

Negócios Conjunto	DINHEIRO E EQUIVALENTES EM ESPÉCIE		PASSIVOS FINANCEIROS		AMORTIZAÇÃO		JUROS				DESPESAS OU RECEITAS POR IMPOSTO SOBRE LUCROS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	RECEITAS		DESPESAS		2017	2016
							2017	2016	2017	2016		
SOLUNION SEGUROS DE CRÉDITO S.A.	2,56	11,59	--	--	1,73	1,56	3,53	2,90	1,64	1,42	(2,29)	(2,74)
TOTAL	2,56	11,59	--	--	1,73	1,56	3,53	2,90	1,64	1,42	(2,29)	(2,74)

Dados em milhões de euros

Durante o exercício de 2016 a MAPFRE ESPAÑA e seu sócio português SALVADOR CAETANO AUTO (SCA) reestruturaram seus negócios de distribuição e de aluguel de veículos que vinham sendo desenvolvidos através da sociedade espanhola IBERICAR Sociedad Ibérica del Automóvil (IBERICAR) e a portuguesa FINLOG Aluguel e Comércio Automóveis S.A. (FINLOG), entidades com participações tanto pela MAPFRE ESPAÑA como pela SCA de 50%.

Para completar tal reestruturação, a SCA realizou uma ampliação de capital social que foi assinada integralmente pela MAPFRE ESPAÑA por meio da contribuição de diversos ativos, entre os quais foram incluídos sua participação na IBERICAR e na FINLOG.

Como consequência dessa operação, a SCA passou a ser o único acionista da IBERICAR e da FINLOG, enquanto a MAPFRE ESPAÑA passou a ser titular de uma participação de 26% do capital social da SCA, cuja atividade se centraliza na distribuição e no aluguel de automóveis de diversos países.

A mencionada operação supôs um aumento dos ativos e do resultado atribuído à Sociedade dominante de 20,530 milhões de euros.

A informação correspondente às principais magnitudes das entidades associadas são refletidas no Anexo 1 da memória.

Remunerações do pessoal chave da direção

No quadro a seguir é detalhada a remuneração gerada nos dois últimos exercícios pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade dominante:

Conceito	MONTANTE	
	2017	2016
Retribuições a curto prazo		
Salários	3,00	3,93
Retribuição variável a curto prazo	1,98	2,52
Designações fixas	2,47	2,65
Outros conceitos	0,15	0,30
Retribuição variável a médio prazo	1,13	4,72
TOTAL RETRIBUIÇÕES	8,73	14,12
Outras retribuições		
Prêmio de permanência	0,01	0,01
Seguros de vida	0,10	0,13

Dados em milhões de euros

Os montantes das retribuições de 2016 diferem dos incluídos no relatório contábil de tal exercício por refletir, então, a retribuição recebida em vez da gerada.

A retribuição básica dos Conselheiros Externos consiste em uma designação fixa anual por pertencer ao Conselho de Administração, cujo montante foi de 110 mil euros em 2017 e (110 mil euros em 2016). No exercício de 2017 foi estabelecida para a Vice-presidência/Conselheiro Coordenador uma renda fixa anual de 110 mil euros. Os membros da Comissão Delegada recebem 20 mil euros (40 mil euros em 2016). Esta quantidade crescente, no caso das pessoas que presidem um Comitê Delegado, para 55 mil euros (50 mil euros em 2016) e, para o restante dos membros de um Comitê Delegado, para 35 mil euros (30 mil euros em 2016).

Os que são membros dos Conselhos de Administração de entidades seguradoras da Espanha recebem uma renda fixa que sobre para 45 mil euros (40 mil euros em 2016), montante que em 2017 sobre para 100 mil euros no caso das pessoa que

presidem o Conselho e oito mil euros para os que são membros de suas Comissões Delegadas (6.000 euros em 2016).

Além disso, está estabelecido um Seguro de Vida para caso de falecimento, com um capital segurado de 150.253 euros, com algumas vantagens reconhecidas ao pessoal, como o seguro por doença.

Os conselheiros executivos (entendendo-se como tais os executivos da própria Sociedade dominante e aqueles que desempenham funções executivas em outras entidades do Grupo MAPFRE) recebem as retribuições estabelecidas em seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de valor variável vinculados aos resultados, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com caráter geral para o pessoal do Grupo. Além disso, existem complementos de pensões para caso de aposentadoria, exteriorizados através de um seguro de vida, tudo isso dentro da política salarial estabelecida pelo Grupo para seus Diretores executivos, sejam eles conselheiros ou não. Com contribuição a planos de contribuição definida foi registrado como despesa do exercício 4,20 milhões de euros em 2017 (3,40 milhões em 2016).

Os conselheiros executivos não recebem a renda fixa estabelecida para os conselheiros externos.

Com respeito aos planos de incentivos a médio prazo, foram provisionados 1,330 milhões de euros, dos quais 1,310 milhões de euros correspondem à retribuição em dinheiro e 0,020 milhões de euros à retribuição a ser liquidada por meio de instrumentos de patrimônio. No exercício 2016 foram provisionados por este conceito 3,280 milhões de euros, dos quais 2,170 correspondiam à retribuição em dinheiro e 1,110 milhões à retribuição a ser liquidados por meio de instrumentos de patrimônio.

No exercício de 2016, foram liquidados 4,720 milhões de euros, dos quais se encontravam pendentes de pagamento no fechamento deste exercício 1,480 milhões de euros, encontrando-se tal montante integralmente provisionado.

A seguir são detalhadas os montantes estimados derivados das provisões pendentes de pagamento aos membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro dos dois últimos exercícios:

Conceito	MONTANTE	
	2017	2016
Incentivos a médio prazo: Ações	1,00	1,11
Incentivos a médio prazo: Efetivo	2,23	3,65
Prêmio de permanência	0,31	0,43
TOTAL	3,54	5,19

Dados em milhões de euros

Adicionalmente, e com respeito às retribuições variáveis a curto prazo já geradas, no fechamento do exercício de 2017 se encontram pendentes de pagamento 2,620 milhões de euros, dos quais 1,980 milhões de euros correspondem ao exercício de 2017 e o restante ao exercício de 2016.

A remuneração básica dos conselheiros externos é aprovada pela Assembleia Geral proposta pelo Conselho de Administração e prévio relatório do Comitê de Nomeações e Remunerações. O montante da remuneração contratual dos conselheiros executivos, a renda fixa por pertencer a Conselhos ou Comitês Delegados são aprovadas pelo Conselho de Administração, prévio relatório do Comitê citado.

O montante satisfeito do prêmio de seguro de responsabilidade dos administradores por danos ocasionados foi de 0,440 milhões de euros (0,470 milhões de euros em 2016).

Em relação à diretoria executiva, são detalhadas a seguir, as remunerações dos dois últimos exercícios:

Conceito	MONTANTE	
	2017	2016
Nº de membros da diretoria executiva	5	6
Retribuições a curto prazo	2,53	3,24
Outras retribuições	0,04	0,04
TOTAL	2,57	3,28

Dados em milhões de euros

Com respeito ao plano de incentivos a médio prazo 2016-2018, no presente exercício foi dotada uma provisão pelo montante de 0,1 milhões de euros (1,27 milhões de euros em 2016), dos quais correspondem 0,09 milhões de euros à retribuição em dinheiro e 0,01 à retribuição a ser liquidada por meio de instrumentos de patrimônio. Em 2016 a liquidação do plano de incentivos a médio prazo 2013-2016 supôs um desembolso de 4,980 milhões de euros.

Adicionalmente, como contribuição a planos de contribuição definida, foram registrados em 2017 como despesa do exercício 0,520 milhões de euros (1,180 milhões de euros em 2016).

6.27. FATOS POSTERIORES

A MAPFRE e o Banco do Brasil assinaram em 5 de fevereiro de 2018 um acordo de intenções, de caráter não vinculante, para a atualização dos termos de sua aliança estratégica no negócio de seguros. A redefinição destes acordos produziria um aumento da participação acionária da MAPFRE em seus negócios no Brasil, o que permitiria avançar em direção a uma estrutura de governança mais simples e eficiente, com um melhora importante da produtividade e da rentabilidade dos negócios.

Segundo os termos do acordo, a MAPFRE passaria a ser titular de 100% da totalidade do negócio gerado pela rede de agências e do negócio de automóveis e de grandes riscos do canal bancário BB. Seria mantida a mesma configuração acionária atual para os seguros de vida e agrários e seriam incorporados a esta mesma estrutura os seguros de lar do canal bancário BB, que continuariam sendo desenvolvidos pela BB MAPFRE, com participações de 25% para a MAPFRE.

A MAPFRE manteria a exclusividade do canal bancário do Banco do Brasil para todos os negócios incluídos na aliança, tanto os que assinam diretamente como os que são distribuídos através da BB MAPFRE.

7. Gestão de riscos

O Conselho de Administração da MAPFRE S.A. estabelece o nível de risco que o Grupo está disposto a assumir para poder alcançar seus objetivos de negócio sem desvios relevantes, inclusive em situações adversas. Este nível, articulado em seus limites e sublimites por tipo de risco, configura o Apetite de Risco do Grupo MAPFRE.

A estrutura da MAPFRE está baseada em Unidades e Sociedades com um alto grau de autonomia em sua gestão. Os órgãos de governança e diretoria do Grupo aprovam as alinhadas de atuação das Unidades e das Sociedades em matéria de gestão de riscos e supervisionam de forma permanente através de indicadores e índices a sua exposição ao risco.

Da Área Corporativa de Gestão de Riscos do Grupo são tratados todos os aspectos significativos relativos à gestão de riscos, correspondentes tanto ao Grupo como às diferentes entidades jurídicas pertencentes a ele, marcando diretrizes e critérios de referência que são assumidos pelas áreas de risco das entidades individuais como as de adaptações que forem necessárias.

Os Órgãos de Governança recebem com periodicidade semestral informação relativa à quantificação dos principais riscos aos quais o Grupo está exposto e dos recursos de capital disponíveis para enfrentá-los, bem como informação relativa ao cumprimento dos limites estabelecidos no Apetite de Risco.

O capital designado é fixado com caráter geral de maneira estimativa, em função dos orçamentos do exercício seguinte e é revisado periodicamente ao longo do ano, em função da evolução dos riscos, para garantir o cumprimento dos limites estabelecidos no Apetite de Risco.

Estes limites preveem que certas sociedades requerem um nível de capitalização superior, em termos relativos, à medida do Grupo, porque operam em diferentes países com exigências legais diferentes, ou porque estão submetidas a exigências de

solvência financeira superiores ao resto das entidades do Grupo para desenvolver sua atividade.

A exposição aos tipos de riscos procedentes dos instrumentos financeiros do Grupo e contratos de seguro, bem como os processos e os métodos utilizados para sua gestão e medição estão descritos nas seções A), B), C) e D) correspondentes a esta nota.

A) RISCOS DE SEGURO

1. Sensibilidade de risco de seguro

Esta análise de sensibilidade mede o efeito no capital das flutuações na alta e na baixa dos fatores condicionantes do risco de seguro (número de riscos segurados, valor do prêmio médio, frequência e custo do sinistro). Uma medida de sensibilidade do risco de seguro de Não Vida é o efeito que teria no resultado do exercício e, conseqüentemente no patrimônio líquido, a variação de um ponto percentual do índice combinado. O quadro a seguir mostra este efeito junto com o índice de volatilidade da citada proporção, calculado em função do desvio típico da mesma em um horizonte de tempo de cinco anos:

Unidades de Negócio	EFEITO NOS RESULTADOS DE UMA VARIÇÃO DE 1% DO ÍNDICE COMBINADO		ÍNDICE DE VOLATILIDADE DO ÍNDICE COMBINADO
	2017	2016	
Seguros			
- IBÉRIA	33,06	33,16	2,02%
- LATAM	23,86	22,73	1,02%
- INTERNACIONAL	36,33	15,22	2,01%
Resseguro	17,90	16,29	0,99%
Assistência	8,38	8,10	4,30%
Global Risks	2,46	2,52	18,54%
CONSOLIDADO	103,78	97,67	1,09%

Dados em milhões de euros

Para a atividade de Vida, diferentemente de anos anteriores, foi utilizada a metodologia Market Consistent Embedded Value (MCEV). A principal diferença com relação ao European Embedded Value (EEV), utilizado anteriormente, consiste no fato de que os rendimentos dos ativos e o risco de crédito são determinados de forma que os fluxos líquidos dos ativos, descontados da origem, coincidam com seu valor de mercado. Desta forma, os rendimentos e o risco de crédito deixam de ser uma hipótese e passam a ser uma consequência do preço de mercado dos ativos.

O Embedded Value do negócio de seguros de Vida, Falecimento Acidental, Fundos de Investimentos e Fundos de Aposentadoria compreende o patrimônio líquido ajustado mais o valor do negócio em vigência, definidos da seguinte maneira:

• Embedded value = Patrimônio Líquido Ajustado + Valor do Negócio em Vigência

• Patrimônio Líquido Ajustado (ANAV) = O Patrimônio Líquido Ajustado ou "ANAV" é igual ao patrimônio líquido de acordo com as NIIF ajustado por: as doações e os dividendos comprometidos; o ágio; as despesas diferidas; e qualquer outro elemento necessário para obter o valor econômico do capital.

• Valor do Negócio em Vigência (VIF) = PVFP – TVFOG – CoC, sendo:

- PVFP = O Valor Atual dos Lucros Futuros da carteira existente na data da avaliação, depois de impostos e descontada à curva de referência. O rendimento financeiro do negócio em vigência foi calculado com base em taxas de juros da curva de referência, exceto para os ativos com taxas de juros fixas afetados pelos seguros de Vida-Poupança, onde foram utilizados os rendimentos contábeis com um ajuste por risco de crédito, baseado no valor de mercado dos ativos. O PVFP inclui o "valor intrínseco" das FOG concedidas aos segurados. O rendimento financeiro de investimentos futuros foi calculado com base nas taxas de juros da curva de referência.

- TVFOG = Valor atual das opções e garantias outorgadas aos tomadores. São opções reunidas nos contratos que implicam a existência de garantias com um valor potencial, sobre o nível ou a natureza dos benefícios dos tomadores, ou opções para mudar tais benefícios, exercíveis à discrição dos tomadores e cujo valor potencial depende do comportamento das variáveis financeiras.

- CoC = Custo de Capital. Alinhado com o cálculo da Margem de Risco de Solvência II, o CoC utilizado no MCEV 2016 foi medido com a aplicação de uma taxa fixa de 6% (bruto de impostos) ao capital de solvência exigido, excluindo os riscos de mercado.

De acordo com os princípios MCEV, foi adotado por uma metodologia alinhada com os critérios de Solvência II, exceto por:

• Limites do contrato: nos produtos anuais renováveis, nos quais o critério de solvência II estabelece que o limite do contrato a efeitos da avaliação é ao terminar a anuidade em curso, o critério aplicado no MCEV foi projetar as sucessivas renovações, considerando a probabilidade de cancelamento até o vencimento dos contratos.

• Conforme com o mencionado anteriormente, o custo de capital foi calculado sobre um capital teórico exigido, que corresponderia a aplicar esse mesmo limite de contrato ao cálculo dos riscos.

Da mesma forma, as principais hipóteses utilizadas foram:

- Curvas de desconto: Foram utilizados os tipos de referência livres de risco publicados pela EIOPA (European Insurance and Occupational Pensions Authority) na data de avaliação, incluindo o ajuste por volatilidade ou o ajuste por casamento (segundo o produto).
- Foi seguida a metodologia da Margem de Risco de Solvência II para o custo de capital, incluindo o fator de 6% anual (antes de impostos).

No quadro a seguir é detalhada a composição de valor implícito do negócio da MAPFRE VIDA e suas sociedades dependentes no fechamento dos exercícios 2016 e 2015 (as cifras de 2017 não estão disponíveis na data de formulação das contas anuais consolidadas).

Conceito	2016 (MCEV)	2015 (EEV)
Patrimônio líquido ajustado	1.996,40	1.612,00
Valor presente dos benefícios futuros	3.089,30	2.162,50
Valor presente de opções e garantias outorgadas a tomadores	(93,10)	(66,20)
Custo do capital regulatório requerido	(444,10)	(273,70)
TOTAL VALOR IMPLÍCITO	4.548,50	3.434,60

Dados em milhões de euros

As variáveis que mais sensibilidade mostra o valor implícito em 2016 são as seguintes:

- Um aumento de 100 pontos básicos nas taxas de juros, que ocasionaria uma redução no valor implícito de 290,9 milhões de euros na carteira existente e 11,1 milhões de euros no novo negócio.
- Uma redução da queda da carteira em 10 %, que ocasionaria um aumento no valor implícito de 213 milhões de euros na carteira existente e 25,8 milhões de euros no novo negócio.

As entidades de Seguros que operam no ramo de Vida nas Áreas Territoriais da América Latina e Internacional o fazem fundamentalmente em modalidades de risco.

2. Concentrações do risco de seguro

O Grupo conta com um elevado grau de diversificação de seu risco de seguro ao operar praticamente na totalidade dos ramos na Espanha e contar com uma ampla presença nos mercados internacionais.

O Grupo aplica um sistema de procedimentos e limites que lhe permite controlar o nível de concentração do risco de seguro.

É uma prática comum o uso de contratos de resseguro como elemento mitigador do risco de seguro derivado de concentrações ou acumulações de garantias superiores aos níveis máximos de aceitação.

2.A) MONTANTE DE PRÊMIOS POR RISCO

Nos quadros a seguir é mostrada a discriminação dos prêmios emitidos pelo seguro direto e o resseguro aceitado classificados em função do tipo de negócio contratado para os dois últimos exercícios:

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	RESSEGURO ACEITO				SEGURO DIRETO				TOTAL
	VIDA	NÃO VIDA		TOTAL	RISCO DE CATÁSTROFE	OUTROS RISCOS		TOTAL	
		Risco de catástrofe	Outros riscos			VIDA	NÃO VIDA		
							Automóveis		
Prêmios emitidos de seguro direto	--	--	--	--	263,89	4.656,44	7.210,36	7.851,65	19.982,34
Prêmios resseguro aceito	656,70	463,84	2.377,81	3.498,35	--	--	--	--	--

Dados em milhões de euros

EJERCICIO 2016

Conceito	RESSEGURO ACEITO				SEGURO DIRETO				TOTAL
	VIDA	NÃO VIDA		TOTAL	RISCO DE CATÁSTROFE	OUTROS RISCOS		TOTAL	
		Risco de catástrofe	Outros riscos			VIDA	NÃO VIDA		
							Automóveis		
Prêmios emitidos de seguro direto	--	--	--	--	198,90	4.434,04	7.333,88	7.346,87	19.313,69
Prêmios resseguro aceito	648,24	610,30	2.240,94	3.499,48	--	--	--	--	--

Dados em milhões de euros

2.B) MONTANTE DE PRÊMIOS POR PRODUTOS E SEGMENTOS

Nos quadros a seguir é mostrada a discriminação dos prêmios emitidos pelo seguro direto e o resseguro aceito por produtos e segmentos dos últimos exercícios:

EXERCÍCIO DE 2017

Produtos	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURÁSIA	MAPFRE ASSISTÊNCIA	MAPFRE GLOBAL RISKS	MAPFRE RE	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	Total
Vida	2.220,02	334,55	263,57	1.550,88	4,49	295,77	--	--	--	0,22	4.669,50
Automóveis	2.234,65	301,08	498,12	1.205,22	1.723,11	1.227,07	79,43	--	--	(76,96)	7.191,72
Casa e outros riscos simples	891,53	106,62	207,99	477,46	712,51	113,37	--	--	--	0,79	2.510,27
Saúde	519,34	193,91	69,58	2,04	77,09	124,89	--	--	--	5,13	991,98
Acidentes	117,29	15,68	94,24	--	1,89	9,50	--	--	--	0,19	238,79
Outros não vida	977,37	820,29	565,40	1.311,27	9,42	99,13	261,02	340,35	--	(732,50)	3.651,75
Resseguro	--	--	--	--	--	--	643,06	917,07	4.222,42	(1.555,87)	4.226,68
TOTAL	6.960,20	1.772,13	1.698,90	4.546,87	2.528,51	1.869,73	983,51	1.257,42	4.222,42	(2.359,00)	23.480,69

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Produtos	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURÁSIA	MAPFRE ASSISTÊNCIA	MAPFRE GLOBAL RISKS	MAPFRE RE	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	Total
Vida	2.111,22	299,36	237,52	1.523,07	14,66	278,70	--	--	--	0,55	4.465,08
Automóveis	2.164,98	336,10	468,52	1.232,49	1.747,46	1.337,40	68,32	--	--	(52,68)	7.302,59
Casa e outros riscos simples	947,70	111,20	170,23	437,22	728,35	100,20	--	--	--	3,12	2.498,02
Saúde	494,42	189,61	56,44	4,36	101,50	137,05	--	--	--	15,70	999,08
Acidentes	118,93	15,31	97,57	--	2,12	12,32	--	--	--	0,45	246,70
Outros não vida	867,27	317,41	693,29	1.195,68	29,24	104,37	303,53	324,85	--	(772,62)	3.063,02
Resseguro	--	--	--	--	--	--	694,92	887,34	4.234,75	(1.578,33)	4.238,68
TOTAL	6.704,52	1.268,99	1.723,57	4.392,82	2.623,33	1.970,04	1.066,67	1.212,19	4.234,75	(2.383,81)	22.813,17

Dados em milhões de euros

2.C) MONTANTE DE PRÊMIOS POR MOEDAS

No quadro a seguir é mostrada a discriminação por moedas dos prêmios emitidos pelo seguro direto para os dois últimos exercícios.

Moneda	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Euros	8.472,66	8.152,09
Dólar USA	4.183,35	3.909,92
Real brasileiro	4.546,87	4.392,83
Peso mexicano	483,95	509,96
Peso argentino	243,15	242,30
Bolívar venezolano	9,37	33,34
Lira turca	531,53	742,66
Peso colombiano	393,89	296,29
Peso chileno	171,51	185,14
Libra esterlina	226,16	224,66
Otras monedas	719,90	624,50
TOTAL	19.982,34	19.313,69

Dados em milhões de euros

3. Sinistralidade

Na Nota 6.14 do relatório "Provisões Técnicas" na seção 3.4 é oferecida informação sobre a evolução do sinistro.

B) RISCO DE CRÉDITO

1. Risco de crédito derivado de contratos de resseguro

No quadro a seguir é mostrada a discriminação dos créditos perante resseguradores nos dois últimos exercícios:

Resseguro cedido e retrocedido	VALOR CONTÁBIL	
	2017	2016
Provisão para seguros de Vida	68,70	84,89
Provisão de sinistros	3.171,77	2.234,85
Outras provisões técnicas	1,58	6,55
Créditos por operações de resseguro cedido e retrocedido	632,62	465,04
Débitos por operações de resseguro cedido e retrocedido	(731,62)	(650,52)
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	3.143,05	2.140,81

Dados em milhões de euros

No quadro a seguir é mostrada a discriminação dos créditos perante resseguradores de acordo com o nível de solvência financeira:

Nível	VALOR CONTÁBIL	
	2017	2016
Máximo	33,41	27,51
Muito alto	1.080,27	400,13
Alto	1.350,36	1.127,07
Adequado	194,85	266,87
Fraco	27,77	41,63
Não disponível	456,40	277,61
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	3.143,05	2.140,81

Dados em milhões de euros

No quadro a seguir é detalhado o tipo e a quantia das garantias outorgadas pelos resseguradores nos dois últimos exercícios:

Tipo de garantia	MONTANTE	
	2017	2016
Cartas de crédito	2,05	1,17
Garantías	--	--
Pignoración de activos	--	--
Otras garantías	276,69	330,14
TOTAL	278,74	331,31

Dados em milhões de euros

Os saldos correspondentes aos créditos por operações de seguro direto e cosseguro sobem a 4.019,46 e 4.315,06 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente. As perdas estimadas pela sua deterioração se refletem na conta de resultados de acordo com o referido na política contábil 5.9.

2. Risco de crédito derivado de outros instrumentos financeiros

A seguir é mostrada a discriminação da carteira de valores de taxa fixa, híbridos, depósitos e disponível com base na capacidade de pagamento dos emissores de valores de renda fixa e das entidades financeiras, respectivamente para os dois últimos exercícios:

Capacidade de pagamento dos emissores	VALOR CONTÁBIL							
	CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO		CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA		CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO		DISPONÍVEL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Máxima	978,61	1.071,63	1.461,94	1.610,19	392,38	428,96	129,46	102,84
Muito alta	796,98	970,87	3.541,82	4.246,81	2.137,72	1.880,55	142,13	68,01
Alta	34,28	167,32	3.958,24	3.990,62	455,86	728,73	818,68	460,00
Adequada	66,83	85,00	21.831,15	21.760,38	699,92	476,91	511,85	298,41
Fraco	44,21	25,84	672,12	999,58	24,05	35,59	164,32	403,01
Não disponível	82,81	82,62	77,01	34,82	138,52	154,48	97,57	118,86
TOTAL	2.003,72	2.403,28	31.542,28	32.642,40	3.848,45	3.705,22	1.864,01	1.451,13

Dados em milhões de euros

3. Valores de renda fixa em caso de incumprimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem valores de taxa fixa em caso de incumprimento por montantes significativos.

4. Créditos

O quadro a seguir mostra a composição da seção de créditos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as perdas por deterioração, os lucros por reversões desta registradas e o valor das garantias recebidas nos dois últimos exercícios:

Conceito	SALDO LÍQUIDO NO BALANÇO		REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL				GARANTIAS RECEBIDAS	
			PERDAS REGISTRADAS		LUCROS POR REVERSÃO			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	4.019,46	4.315,06	(20,74)	(22,08)	7,72	5,99	--	--
Crédito por operações de resseguro	987,25	876,57	(0,02)	(13,69)	3,81	5,68	--	--
Créditos tributários	271,67	303,79	--	--	--	--	--	--
Créditos previdenciários e outros	1.058,72	1.156,44	(3,41)	(4,64)	2,12	8,82	--	--
TOTAL	6.337,10	6.651,86	(24,17)	(40,41)	13,65	20,49	--	--

Dados em milhões de euros

C) RISCO DE LIQUIDEZ

No que diz respeito ao risco de liquidez, a MAPFRE conta com a Política de Gestão do Risco de Liquidez e a Política de Gestão de Ativos e Passivos, que representam o marco de referência para a atuação em tal âmbito. Na MAPFRE, a atuação geral se baseou em manter saldos disponíveis por montantes suficientes para cobrir com folga os compromissos derivados das suas obrigações com os segurados e com os credores. Desta forma, em 31 de dezembro de 2017 o saldo em dinheiro e em outros ativos líquidos subia para 1.864,01 bilhões de euros (1.451,13 bilhões de euros no ano anterior) equivalente a 4,25% do total de aplicações financeiras e disponível (3,30% no fechamento do exercício 2016). Por outro lado, e no que se refere aos seguros de Vida e Poupança, a política de investimentos aplicada de casamento de vencimentos dos investimentos com as obrigações contraídas nos contratos de seguros reduz o risco de liquidez no longo prazo. Adicionalmente, a maior parte dos investimentos em renda fixa tem grau de investimento e são negociáveis em mercados organizados, o que outorga uma grande capacidade de atuação ante potenciais tensões de liquidez.

Os ativos com vencimento superior a um ano são detalhados na seção "Risco de taxa de juro".

Por último, o baixo nível de endividamento da MAPFRE em relação com seus fundos próprios, junto com o montante não disposto do crédito sindicado, contratado pela Sociedade dominante, permite dispor de liquidez adicional através de operações de financiamento. Na Nota 6.13 Passivos financeiros é oferecida informação sobre as débitos com entidades de crédito e outros passivos financeiros do Grupo.

1. Risco de liquidez derivado de contratos de seguros

A seguir é detalhado o calendário previsto dos desembolsos correspondentes aos passivos de seguro registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Montantes sem atualização.

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	SAÍDAS DE CAIXA ESTIMADAS AO LONGO DOS ANOS							SALDO FINAL
	2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2027	Posteriores	
Provisão de seguros de vida	2.784,13	1.926,14	1.977,26	1.883,33	1.707,55	6.385,77	10.370,25	27.034,43
Provisão de sinistros	5.542,21	2.277,51	1.058,77	564,19	380,33	929,23	499,73	11.251,97
Outras provisões técnicas	80,54	29,41	30,21	31,33	32,61	185,43	513,32	902,85
Dívidas por operações de seguro direto e cosseguro	918,94	12,00	6,77	4,18	2,73	6,53	20,96	972,11
Dívidas por operações de resseguro	1.111,34	0,83	0,30	0,18	0,12	0,29	105,57	1.218,63
TOTAL	10.437,16	4.245,89	3.073,31	2.483,21	2.123,34	7.507,25	11.509,83	41.379,99

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	SAÍDAS DE CAIXA ESTIMADAS AO LONGO DOS ANOS							SALDO FINAL
	2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2027	Posteriores	
Provisão de seguros de vida	2.869,19	1.881,28	1.762,65	1.888,43	1.725,72	5.824,93	11.331,95	27.284,15
Provisão de sinistros	5.854,72	1.599,69	775,04	478,59	312,29	837,46	254,81	10.112,60
Outras provisões técnicas	91,47	24,98	24,93	25,00	25,25	138,75	507,68	838,06
Dívidas por operações de seguro direto e cosseguro	906,14	17,42	8,79	5,50	3,48	7,98	3,71	953,02
Dívidas por operações de resseguro	1.022,40	12,60	4,52	2,64	1,26	2,18	0,23	1.045,83
TOTAL	10.743,92	3.535,97	2.575,93	2.400,16	2.068,00	6.811,30	12.098,38	40.233,66

Dados em milhões de euros

2. Risco de liquidez derivado de passivos subordinados e passivos financeiros

O detalhe nos dois últimos exercícios do vencimento dos desembolsos, sem levar em consideração o desconto financeiro, correspondentes aos passivos subordinados e financeiros é o seguinte:

EXERCÍCIO DE 2017

Conceito	VENCIMENTO EM:						TOTAL
	2018	2019	2020	2021	2022	Posteriores	
Passivos subordinados	26,25	26,25	26,25	26,25	26,25	731,25	862,50
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	16,25	16,25	16,25	16,25	16,25	1.065,00	1.146,25
Dívidas com entidades de crédito	85,07	14,01	9,25	607,32	3,78	1,64	721,07
Outros passivos financeiros (excluídos para negociar, outros a valores justos e outros sem vencimento)	39,45	0,26	0,38	0,30	0,25	80,57	121,21
TOTAL	167,02	56,77	52,13	650,12	46,53	1.878,46	2.851,03

Dados em milhões de euros

EXERCÍCIO DE 2016

Conceito	VENCIMENTO EN:						TOTAL
	2017	2018	2019	2020	2021	Posteriores	
Passivos subordinados	612,70	--	--	--	--	--	612,70
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	16,25	16,25	16,25	16,25	16,25	1.081,25	1.162,50
Dívidas com entidades de crédito	83,38	15,46	13,78	6,23	484,40	17,42	620,67
Outros passivos financeiros (excluídos para negociar, outros a valores justos e outros sem vencimento)	46,13	2,77	0,41	0,44	0,35	6,71	56,81
TOTAL	758,46	34,48	30,44	22,92	501,00	1.105,38	2.452,68

Dados em milhões de euros

D) RISCO DE MERCADO

A Área de Gestão de Riscos da MAPFRE realiza testes de resistência e sensibilidades do impacto de variáveis financeiras e de mercado sobre sua posição de solvência.

A Área de Investimentos do Grupo realiza periodicamente diferentes análises de sensibilidade do valor da carteira de investimentos ao risco de mercado. Entre outros, os indicadores que se utilizam habitualmente são a duração modificada para valores de renda fixa e o VaR, o valor em risco, para renda variável.

1. Risco de tipo de juros

Nos quadros a seguir é detalhada a informação importante dos dois últimos exercícios relativa ao nível de exposição ao risco de taxa de juro dos ativos e passivos financeiros:

Carteira	MONTANTE DO ATIVO EXPOSTO AO RISCO DE TIPO DE JUROS EM VALOR JUSTO					
	TIPO DE JURO FIXO		NÃO EXPOSTO AO RISCO		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
A vencimento	1.818,26	2.047,06	206,00	372,70	2.024,26	2.419,76
Disponível para venda	29.567,64	31.648,38	4.948,79	3.454,23	34.516,43	35.102,61
De negociação	4.635,56	4.250,15	827,01	768,44	5.462,57	5.018,59
TOTAL	36.021,46	37.945,59	5.981,80	4.595,37	42.003,26	42.540,96

Dados em milhões de euros

Dentro dos ativos do tipo de juros fixo se incluem as carteiras imunizadas, por montante de 15.224,70 e 16.020,60 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, que reduzem o risco do tipo de juros.

Conceito	MONTANTE DO PASSIVO EXPOSTO AO RISCO DE TIPO DE JUROS EM VALOR JUSTO					
	TIPO DE JURO FIXO		NÃO EXPOSTO AO RISCO		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Passivos subordinados	617,37	593,96	--	--	617,37	593,96
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	1.003,29	1.002,55	--	--	1.003,29	1.002,55
Dívidas com entidades de crédito	57,34	68,36	649,40	537,99	706,74	606,35
Outros passivos financeiros	803,68	440,69	431,49	311,40	1.235,17	752,09
TOTAL	2.481,68	2.105,56	1.080,89	849,39	3.562,57	2.954,95

Dados em milhões de euros

Nos quadros a seguir é mostrada a discriminação, para os exercícios 2017 e 2016, dos investimentos financeiros por vencimento.

31 DE DEZEMBRO DE 2017

Conceito	SALDO FINAL	VENCIMENTO A:					POSTERIORES OU SEM VENCIMENTO
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	
CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO							
Renda fixa	2.003,72	413,70	100,13	112,16	89,67	248,55	1.039,51
Outros investimentos	20,54	12,76	--	0,19	1,67	0,10	5,82
TOTAL CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO	2.024,26	426,46	100,13	112,35	91,34	248,65	1.045,33
CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA							
Renda fixa	31.542,28	2.252,52	2.195,00	2.072,70	2.242,50	2.353,05	20.426,51
Outros investimentos	29,96	23,77	0,68	--	3,92	0,28	1,31
TOTAL CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	31.572,24	2.276,29	2.195,68	2.072,70	2.246,42	2.353,33	20.427,82
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO							
Permutas financeiras swaps	512,60	(59,17)	(103,86)	(127,93)	(29,46)	(99,52)	932,54
Opções	1,97	1,97	--	--	--	--	--
Renda fixa	3.415,04	1.980,38	133,71	226,68	403,45	139,95	530,87
Híbridos	323,91	3,36	9,17	--	168,41	116,35	26,62
Depósitos	109,50	109,50	--	--	--	--	--
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	4.363,02	2.036,04	39,02	98,75	542,40	156,78	1.490,03

Dados em milhões de euros

31 DE DEZEMBRO DE 2016

Conceito	SALDO FINAL	VENCIMENTO A:					POSTERIORES OU SEM VENCIMENTO
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	
CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO							
Renda fixa	2.403,28	396,89	231,08	150,59	124,48	109,75	1.390,49
Outros investimentos	16,48	7,57	--	--	0,29	2,12	6,50
TOTAL CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO	2.419,76	404,46	231,08	150,59	124,77	111,87	1.396,99
CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA							
Renda fixa	32.642,40	2.028,24	2.425,82	2.316,96	2.121,95	2.306,40	21.443,03
Outros investimentos	33,13	19,49	3,27	1,17	5,32	--	3,88
TOTAL CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	32.675,53	2.047,73	2.429,09	2.318,13	2.127,27	2.306,40	21.446,91
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO							
Permutas financeiras swaps	488,01	(173,06)	(47,53)	(91,22)	(116,85)	(33,15)	949,82
Opções	4,21	1,32	2,89	--	--	--	--
Renda fixa	3.354,11	1.840,84	405,87	133,20	137,77	236,71	599,72
Híbridos	194,80	4,19	--	--	--	165,52	25,09
Depósitos	156,31	148,08	8,23	--	--	--	--
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	4.197,44	1.821,37	369,46	41,98	20,92	369,08	1.574,63

Dados em milhões de euros

O detalhe do tipo de juros médio e a duração modificada dos investimentos em renda fixa dos exercícios de 2017 e 2016 é o seguinte:

Conceito	2017	2016
Tipo de juro médio (%)	4,42	4,75
Duração modificada (%)	6,72	7,03

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos nas taxas de juro e representa uma aproximação da variação percentual que experimentaria o valor dos ativos financeiros por cada ponto percentual (100 p.b.) de variação das taxas de juro.

Os saldos incluídos na seção "Créditos" do ativo do balanço e nas contas de "Débitos por operações de seguro direto e cosseguro", "Débitos por operações de resseguro", "Débitos tributários" e "Outros débitos" do passivo do balanço não aplicam juros, e com caráter geral sua liquidação se produz no exercício seguinte. Os passivos com vencimento superior a um ano são detalhados na seção "Risco de liquidez derivado de passivo subordinado e passivos financeiros".

2. Risco de tipo de câmbio

No seguinte quadro é detalhada a discriminação dos ativos e passivos atendendo às moedas em que estão denominados no término dos dois últimos exercícios.

Moeda	ATIVO		PASSIVO		TOTAL LÍQUIDO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Euros	38.917,16	40.004,98	35.059,83	35.515,04	3.857,33	4.489,94
Dólar EUA	12.824,95	10.813,67	9.827,60	7.709,12	2.997,35	3.104,55
Peso mexicano	856,74	803,28	643,67	587,79	213,07	215,49
Real brasileiro	9.157,10	10.548,31	6.859,29	7.812,56	2.297,81	2.735,75
Lira turca	1.043,30	1.110,86	858,35	914,73	184,95	196,13
Peso chileno	388,81	334,77	319,20	253,30	69,61	81,47
Bolívar venezuelano	21,24	33,89	10,16	17,62	11,08	16,27
Peso argentino	348,31	375,82	285,34	272,87	62,97	102,95
Peso colombiano	1.357,77	1.428,36	1.311,89	1.374,48	45,88	53,88
Libra esterlina	485,69	425,89	419,52	312,29	66,17	113,60
Dólar canadense	50,93	58,49	15,35	40,64	35,58	17,85
Peso filipino	95,31	125,58	73,50	105,34	21,81	20,24
Sol peruano	503,83	455,50	363,57	303,99	140,26	151,51
Outras moedas	1.518,34	1.362,36	1.009,54	1.218,51	508,80	143,85
TOTAL	67.569,48	67.881,76	57.056,81	56.438,28	10.512,66	11.443,48

Dados em milhões de euros

A sensibilidade do patrimônio do Grupo a variações nos tipos de câmbio com respeito ao euro das diferentes moedas em que estão nomeados os ativos, vem determinada pelo importe líquido descrito no quadro anterior, deduzindo o importe de itens não monetários. Da mesma forma, o efeito nos resultados futuros do Grupo de tais variações nos tipos de câmbio o determina o volume de resultados obtidos em cada moeda. Sobre isso, se discrimina no Anexo 1 o resultado obtido por cada sociedade do Grupo e o país em que se localizam suas operações.

3. Risco da bolsa

O VaR ou valor em risco (máxima variação esperada em um horizonte de tempo de um ano e para um nível de confiança de 99%) dos valores de renda variável e fundos de investimento expostos ao risco da bolsa, sobe em 31 de dezembro de 2017 e 2016 para 656,440 e 837,350 milhões de euros respectivamente.

4. Risco imobiliário

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo dispõe de uma patrimônio em imóveis que representa aproximadamente 4,36% do total de investimentos e disponível (4,6% em 31 de dezembro de 2016), do qual aproximadamente 42,40% está destinado a escritórios próprios (44,03% em 31 de dezembro de 2016). Este patrimônio cumpre a dupla função de ser suporte administrativo e de vendas, bem como gerador de receitas por investimentos e elemento de diversificação dos investimentos. A discriminação deste patrimônio imobiliário é mostrada no quadro a seguir:

Conceito	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL		VALOR DE MERCADO	
	2017	2016	2017	2016
Imóveis destinados à renda	1.250,71	1.274,81	1.679,12	1.711,67
Imóveis de uso próprio	920,64	1.002,96	1.266,36	1.404,07
TOTAL	2.171,35	2.277,77	2.945,48	3.115,74

Dados em milhões de euros

As mais-valias não realizadas compensariam uma queda do preço dos imóveis equivalente a aproximadamente a 26,28% do seu valor de mercado no fechamento do exercício de 2017 (26,89% no fechamento do exercício de 2016).

8. Outras informações

8.1. INFORMAÇÃO RELACIONADA AO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante os dois últimos exercícios, não foram produzidas situações de conflito, direto ou indireto, dos administradores ou das pessoas vinculadas a eles com o interesse do Grupo.

Os administradores da Sociedade dominante não realizaram durante os dois últimos exercícios nenhuma operação com a própria Sociedade nem com qualquer outra empresa do Grupo alheia ao tráfico ordinário das sociedades nem fora das condições normais de mercado.

8.2. HONORÁRIOS APLICADOS POR AUDITORES

As contas anuais da Sociedade dominante e das principais entidades que integram o Grupo correspondentes ao exercício 2017 foram auditadas pela firma KPMS, com exceção, principalmente, das filiais domiciliadas no Chile, cujo auditor é Ernst & Young.

As retribuições geradas a favor do auditor principal são mostradas no seguinte detalhe e considera-se que não comprometem a sua independência:

Conceito	IMPORTE	
	2017	2016
Serviços de auditoria	6,32	6,95
Outros serviços de verificação	1,77	1,04
Serviços tributários	0,04	0,09
Outros serviços	0,01	0,34
Total de serviços auditor principal	8,14	8,42

Dados em milhões de euros

Os montantes correspondentes a 2016 são superiores em 0,390 milhões de euros aos incluídos nas contas anuais de tal exercício por sua revisão durante em 2017.

Outros serviços de verificação incluem serviços prestados pela KPMG Auditores S.L. ao Grupo durante o exercício de 2017, entre os quais se destacam a emissão de comfort letters, outras revisões normativas exigidas ao auditor (por normativa ou exigência de sócios externos), bem como serviços sobre cumprimento regulatório.

Os honorários referentes a serviços de auditoria de contas prestados por outros auditores diferentes do auditor principal, subiram para 0,210 milhões de euros no exercício 2017 (0,200 milhões de euros em 2016).

8.3. INFORMAÇÃO AMBIENTAL

As entidades do Grupo não mantêm nos dois últimos exercícios nenhuma partida de natureza ambiental que pudesse ser significativa e incluída sob menção específica nas presente contas anuais consolidadas.

8.4. INFORMAÇÃO SOBRE O PERÍODO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

As características dos pagamentos realizados pelas sociedades espanholas do Grupo, consolidadas pela integração mundial aos fornecedores nos exercícios 2017 e 2016, são:

Conceito	DIAS	
	2017	2016
Período médio de pagamento a fornecedores	4,78	6,06
Proporção de operações pagas	4,58	5,90
Proporção de operações pendentes de pagamento	26,31	23,25

Conceito	2017	2016
Total pagamentos realizados	1.602,55	1.656,56
Total pagamentos pendentes que ultrapassam o prazo máximo legal	14,68	15,79

Dados em milhões de euros

Quadro de sociedades dependentes, associadas e negócios conjuntos (anexo 1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
Seguros						
IBERIA						
MAPFRE ESPANHA COMPANHIA DE SEGUROS E RESEGUROS S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)(2)	Seguros e resseguros	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE, S.A. MAPFRE GLOBAL RISKS 	83,5168	83,5168
CLUB MAPFRE, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)	Serviços	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA MAPFRE AUTOMOCION S.A.U 	99,9875	99,9875
CENTRO DE EXPERIMENTACIÓN Y SEGURIDAD VIAL MAPFRE, S.A.	Ctra.Valladolid, km 1 (Ávila) Espanha	25,00% (1)	Pesquisa, formação e assessoramento	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA MAPFRE, S.A. 	99,9982	99,9982
MAPFRE AUTOMOCION S.A.U	Crta. De Pamplona a Zaragoza Polígono Ind. Cordovilla (Navarra) Espanha	25,00% (1)	Serviços de assessoramento e assistência	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA 	100,0000	100,0000
VERTI ASEGURADORA, COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)(2)	Seguros e resseguros	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA CLUB MAPFRE 	99,9991	99,9991
DISEÑO URBANO, S.L. (Saída em 2017 por venda)	Avda. Juan XXIII 64 (Valência) Espanha	--	Agente urbanizador	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA 	---	50,0000
ESPAÇOS AVANÇADOS DO MEDITERRÂNEO S.L. (Saída em 2017 por venda)	C/Sete s/nº, Alboraya (Valência) Espanha	25,00%	Construção e promoção imóveis	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA 	---	22,4992
SERVICIOS COMERCIALES Y ENERGÉTICOS DE BENIDORM, S.L. (Saída em 2017 por venda)	Avda. Juan XXIII 64 (Valência) Espanha	25,00%	Desenvolvimento e exploração de parque eólicos	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA 	---	50,0000
RASTREADOR.COM LTD	C/ Juan Hurtado de Mendoza,17 28036 (Madri) Espanha	--	Comparador online de preços de seguros	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA 	25,0000	25,0000
MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Paseo de Recoletos, 25 (Madri) Espanha	25,00% (1)	Serviços de assessoramento e de gestão	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA MAPFRE, S.A. 	50,0000	50,0000
MULTISERVICIOS MAPFRE MULTIMAP, S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda (Madri) Espanha	25,00% (1)	Serviços assessoramento e contratação para reformas e melhorias de bens	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA CENTROS MEDICOS S.A. 	97,5000	97,5000
FUNESPAÑA, S.A.	C/ Sufii, 4 (Almeria) Espanha	25,00% (1)	Serviços funerários	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ESPANHA 	95,7952	95,7952
POMPES FUNEBRES DOMINGO, S.L.	C/ Mercaderes, 5 Bajo Tortosa (Tarragona)	25,00% (1)	Serviços funerários	<ul style="list-style-type: none"> FUNESPAÑA, S.A. 	75,0000	75,0000
SERVIÇOZ FUNERÁRIOS FUNEMADRID, S.A	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta Madrid	25,00% (1)	Serviços funerários	<ul style="list-style-type: none"> FUNESPAÑA, S.A. 	100,0000	100,0000
CEMENTERIO JARDÍN DE ALCALA DE HENARES, S.A.	Carretera de Pastrana, Km 3 Alcalá de Henares (Madri)	25,00%	Serviços funerários	<ul style="list-style-type: none"> FUNEMADRID 	49,0000	49,0000
EMPRESA MISTA SERVEIS MUNICIPAIS DE TARRAGONA S.L.	Carretera Villa de València, 2 Tarragona	25,00%	Serviços funerários	<ul style="list-style-type: none"> FUNESPAÑA, S.A. 	49,0000	49,0000
FUNERÁRIA PEDROLA S.L. ((Absorvida em 2017 pela FUNESPAÑA S.A.)	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta Madrid	25,00%	Serviços funerários	<ul style="list-style-type: none"> FUNESPAÑA, S.A. 	---	100,0000
CEMITÉRIO PARQUE ANDUJAR S.L.	C/ Cementerio, 4 Andujar (Jaén)	25,00%	Serviços funerários	<ul style="list-style-type: none"> FUNESPAÑA, S.A. 	60,0000	60,0000

DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)									MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO		2017	2016	2017	2016	
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016					
7.761.456	7.577.021	2.342.223	2.369.924	4.915.756	4.866.203	318.530	278.968	(A)	(A)	(1)	(1)	
6.482	6.186	4.036	3.976	12.203	11.313	93	127	(A)	(A)	(1)	(1)	
19.349	18.700	17.110	16.723	13.039	12.543	397	305	(A)	(A)	(1)	(1)	
18.064	19.424	5.720	6.508	13.854	13.247	(744)	(426)	(A)	(A)	(1)	(1)	
178.214	193.890	74.824	75.310	80.970	86.803	167	(11.766)	(A)	(A)	(1)	(1)	
---	1.670	---	(232)	---	---	---	---	(H)	(C)	(H)	(3)	
---	2.475	---	918	---	45	---	12	(H)	(C)	(H)	(3)	
---	216	---	216	---	---	---	---	(H)	(C)	(H)	(3)	
---	---	---	---	---	---	---	---	(C)	(C)	(3)	(3)	
360	312	289	251	210	208	38	25	(A)	(A)	(1)	(1)	
22.972	25.023	11.778	10.842	53.900	58.928	1.086	1.669	(A)	(A)	(1)	(1)	
112.350	115.457	67.853	70.256	22.298	20.092	3.454	(645)	(A)	(A)	(1)	(1)	
2.124	2.176	1.580	1.398	1.596	1.661	182	211	(A)	(A)	(1)	(1)	
14.985	14.957	13.233	13.209	8.055	8.539	1.132	997	(A)	(A)	(1)	(1)	
7.517	7.035	6.769	6.625	2.657	2.455	616	472	(C)	(C)	(3)	(3)	
3.413	3.466	2.591	2.926	3.220	3.951	1.136	1.470	(C)	(C)	(3)	(3)	
---	615	---	328	---	584	---	64	(H)	(A)	(H)	(1)	
1.830	1.950	786	722	197	281	(203)	(7)	(A)	(A)	(1)	(1)	

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
FUNETXEA S.L. (Absorvida em 2017 pela FUNESPAÑA S.A.)	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madrid	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	---	100,0000
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE ZARAGOZA S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madrid	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	70,0000	70,0000
GAB MANAGEMENT & CONSULTING S.R.L.	C/ Coso, 66 2ºC Zaragoza	25,00% (1)	Sociedade de carteira	• FUNESPAÑA, S.A.	77,6000	77,6000
TANATORIUM ZRT	Joseph Krt, 49 Budapeste (Hungria)	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000
SERVIÇOS E GESTÃO FUNERÁRIA S.A. (Absorvida em 2017 pela FUNESPAÑA S.A.)	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madrid	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	---	100,0000
TANATORI BENIDORM S.L. (Absorvida em 2017 pela FUNESPAÑA S.A.)	C/ Apareguda, 2 El Campello (Alicante)	25,00%	Serviços funerários	• SERVICIOS Y GESTIÓN FUNERARIA, S.A.	---	100,0000
TANATORI LA DAMA D´ELX S.L.	C/ Apareguda, 2 El Campello (Alicante)	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A. • SERVICIOS Y GESTIÓN FUNERARIA, S.A.	97,1400 ---	--- 97,1400
ZACARIAS NUÑO S.L.	Avenida de los martires, 3 Sta. Cruz de Mudela (C.Real)	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A. • SERVICIOS Y GESTIÓN FUNERARIA, S.A.	50,0000 ---	--- 50,0000
INICIATIVAS ALCAESAR S.L.	C / Viena, 2 1º A Cáceres	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	40,0000	40,0000
SALZILLO SERVICIOS FUNERARIOS S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta Madrid	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	45,0000	45,0000
DE MENA SERVICIOS FUNERARIOS, S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta Madrid	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	70,0000	70,0000
FUNERÁRIA HISPALENSE S.L.	Avenida de Ramon y Cajal, S/N Dos Hermanas (Sevilha)	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000
ISABELO ALVAREZ MAYORGA S.A.	Carretera Avila - Valladiolid Km 08 Ávila	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000
SERVICIOS FUNERARIOS DEL NERVIÓN S.L.	Alameda de Recalde 10 Bilbao	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000
NOVO TANATORIO S.L.	Avenida Hermanos Bou, 251 Castellón	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000
SERVICIOS FUNERARIOS LA CARIDAD S.L.	Carretera Sanlucar - Trebujena Km 1,5 Sanlucar de Barrameda (Cádiz)	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000
TANATORIO DE ECIJA S.L.	C / Camino del Valle Écija (Sevilha)	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	33,3300	33,3300
TANATORIO SE-30 SEVILLA S.L.	C/ San Juan Bosco, 58 Zaragoza	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	10,0000	10,0000
ALL FUNERAL SERVICES S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta Madrid	25,00% (1)	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000
FUNESPAÑA CHILE S.A.	Santiago do Chile (Chile)	25,00%	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000
FUNEUROPEA CHILE S.A.	Santiago do Chile (Chile)	25,00%	Assistência Familiar	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000
FUNERARIAS REUNIDAS EL BIERZO S.A.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta Madrid	25,00% (1)	Serviços funerários	• FUNESPAÑA, S.A.	85,8200	85,8200
MEDISEMAP, AGENCIA DE SEGUROS S.L.	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda (Madrid)	25,00% (1)	Agência de seguros	• MAPFRE ESPANHA • MAPFRE VIDA	66,6667 33,3333	66,6667 33,3333

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	---	12.783	---	(1.652)	---	2.682	---	(682)	(H)	(A)	(H)	(1)
	3.440	3.608	1.368	1.376	2.585	2.649	(8)	73	(A)	(A)	(1)	(1)
	417	410	321	313	---	---	8	23	(A)	(A)	(1)	(1)
	767	776	265	293	---	---	(25)	(38)	(A)	(A)	(1)	(1)
	---	8.099	---	7.248	---	2.006	---	3.695	(H)	(A)	(H)	(1)
	---	10	---	(1)	---	---	---	(1)	(H)	(A)	(H)	(1)
	97	97	(97)	(97)	---	---	---	---	(A)	(A)	(1)	(1)
	174	182	104	167	7	7	(62)	(3)	(C)	(C)	(3)	(3)
	6.933	8.271	3.369	4.332	4.792	5.257	515	738	(C)	(C)	(3)	(3)
	9.613	9.250	5.520	5.246	3.378	2.343	274	90	(C)	(C)	(1)	(1)
	838	813	595	616	971	1.030	175	196	(A)	(A)	(1)	(1)
	21	44	21	43	---	49	(23)	(73)	(C)	(C)	(3)	(3)
	2.407	2.481	1.346	1.293	1.063	1.029	54	(34)	(C)	(C)	(3)	(3)
	55	56	26	34	135	186	19	27	(C)	(C)	(3)	(3)
	3.573	3.290	1.811	1.394	2.239	2.165	216	124	(C)	(C)	(3)	(3)
	1.423	1.369	1.344	1.308	575	497	104	73	(C)	(C)	(3)	(3)
	2.865	3.021	1.529	1.480	617	506	142	101	(C)	(C)	(3)	(3)
	15.226	15.298	8.518	8.075	2.343	2.563	1.139	1.228	(C)	(C)	(3)	(3)
	10.568	10.780	1.146	1.532	72.533	75.518	1.074	1.460	(A)	(A)	(1)	(1)
	---	---	---	---	---	---	---	---	(B)	(B)	(9)	(9)
	---	---	---	---	---	---	---	---	(B)	(B)	(9)	(9)
	8.089	7.519	5.755	5.762	3.233	3.333	706	716	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.053	797	515	465	3.056	3.495	49	66	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
CENTROS MEDICOS MAPFRE, S.A.	C/ Castello 56 (Madri) Espanha	25,00% (1)	Serviços médicos	• MAPFRE ESPANHA	100,0000	100,0000
MAPFRE VIDEO Y COMUNICACIÓN S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda (Madri) Espanha	25,00% (1)	Gestão de ativos	• MAPFRE ESPANHA	75,0000	75,0000
BANKINTER SEGUROS GENERALES, S.A.	Paseo de la Castellana, 29 Madrid	25,00% (2)	Seguros e resseguros	• MAPFRE VIDA • MAPFRE ESPANHA	25,0000 50,1000	25,0000 50,1000
AUDATEX ESPAÑA S.A.	Av de Barajas, 34 Parque Empresarial Omega 28108 Alcobendas (Madri)	--	Perícia danos automóveis	• MAPFRE ESPANHA	12,5000	12,5000
ONLINE SHOPPING CLUB EUROPE S.L.	Adolfo Pérez Esquivel, 3 28232 Parque empresarial Las Rozas	25,00%	Venda e Marketing pela Internet e telefone	• MAPFRE ESPANHA	49,9000	49,9000
TECNOLOGIAS DA INFORMACIÓN Y REDES PARA AS ENTIDADES SEGURADORAS S.A	C/ García Paredes, 55 Madrid	25,00%	Serviços de processo de dados telemáticos e rede	• MAPFRE ESPANHA	22,9506	22,9506
MAPFRE QUINGDAO ENTERPRISE MANAGEMENT CONSULTING LIMITED COMPANY	Qingdao (Chna)	--	consultoria	• MAPFRE ESPANHA	100,0000	100,0000
AGROSSEGURO	C/ Gobelias, 23 Madri (Espanha)	25,00%	Atividade de agente e corretores de seguros	• MAPFRE ESPANHA	20,6000	20,7800
SALVADOR CAETANO AUTO (SGPS), S.A.	Avenida Vasco da Gama 14-10 4430-247 Vila Nova de Gaia (Portugal)	--	Atividade de agente e corretores de seguros	• MAPFRE ESPANHA	26,0000	26,0000
MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)	Imóveis	• MAPFRE ESPANHA • MAPFRE, S.A. • MAPFRE VIDA • MAPFRE GLOBAL RISKS	76,8430 9,9977 7,0279 6,1302	76,8430 9,9977 7,0279 6,1302
DESARROLLOS URBANOS CIC. S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)	Promoção Imobiliária	• MAPFRE IMÓVEIS • MAPFRE, S.A.	99,9216 0,0784	99,9216 0,0784
SERVICIOS INMOBILIARIOS MAPFRE S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)	Serviços imobiliários	• MAPFRE IMÓVEIS • DESENVOLVIMIENTOS URBANOS	99,9000 0,1000	99,9000 0,1000
INMO ALEMANHA GESTÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS S.L.	Pso. De la Castellana, 24 (Madri) Espanha	25,00%	Imóveis	• MAPFRE ESPANHA • MAPFRE GLOBAL RISKS	10,0000 10,0000	10,0000 10,0000
MAPFRE TECH	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)(2)	Informática	• MAPFRE ESPANHA • MAPFRE GLOBAL RISKS • MAPFRE VIDA • MAPFRE RE • MAPFRE ASISTENCIA • MAPFRE INTERNACIONAL • MAPFRE INVESTIMENTO • MAPFRE, S.A.	63,4693 1,6881 11,6834 0,8002 1,5684 20,0000 0,0160 0,7746	63,4693 1,6881 11,6834 0,8002 1,5684 20,0000 0,0160 0,7746
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	Rua Castilho, 52 Lisboa (Portugal)	25,00%	Seguros e resseguros	• MAPFRE ESPANHA • MAPFRE GLOBAL RISKS	99,9994 0,0006	99,9994 0,0006
MAPFRE PORTUGAL SEGUROS DE VIDA S.A.	Rua Castilho, 52 Lisboa (Portugal)	25,00%	Seguros	• MAPFRE SEGUROS GERAIS	100,0000	100,0000

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	33.085	36.829	12.132	15.840	32.175	31.286	(3.709)	(2.353)	(A)	(A)	(1)	(1)
	110.484	118.604	71.282	70.039	8.634	8.331	1.242	152	(A)	(A)	(1)	(1)
	20.051	18.928	9.977	9.661	5.679	5.307	530	(672)	(A)	(A)	(1)	(1)
	13.396	--	10.296	--	21.085	---	4.509	---	(C)	(C)	(3)	(3)
	136	469	136	136	---	---	---	---	(C)	(C)	(3)	(3)
	65.454	59.487	34.817	31.569	--	---	--	---	(C)	(C)	(3)	(3)
	4.085	3.817	(872)	(1.558)	63	53	(1.442)	(6.848)	(A)	(A)	(1)	(1)
	608.689	511.383	12.947	12.250	---	---	---	---	(C)	(C)	(3)	(3)
	---	---	---	---	---	---	---	---	(C)	(F)(C)	(3)	(F)(3)
	654.336	663.920	482.677	478.014	47.301	64.949	4.907	(4.693)	(A)	(A)	(1)	(1)
	67.318	74.138	(6.312)	1.137	---	---	(7.449)	(1.777)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.654	1.180	1.314	873	1.250	1.237	441	458	(A)	(A)	(1)	(1)
	41.387	52.475	41.411	51.155	---	1.610	(28)	---	(C)	(C)	(3)	(3)
	53.096	63.395	20.162	21.895	178.164	221.356	(1.776)	73	(A)	(A)	(1)	(1)
	215.995	213.666	67.179	72.958	102.143	104.428	(5.187)	(109)	(A)	(A)	(1)	(1)
	358.512	335.465	39.000	32.700	59.630	57.004	1.661	1.106	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
MAPFRE VIDA SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS E RESSEGUROS SOBRE A VIDA HUMANA	Carretera de Pozuelo, 50. (28222) Majadahonda. Madri (Espanha)	25,00% (1) (2)	Seguros e resseguros	• MAPFRE, S.A.	99,9114	99,9087
CONSULTORA ATUARIAL E DE PENSÕES MAPFRE VIDA S.A.	Carretera de Pozuelo, 50 (28222) Majadahonda	25,00% (1)	Consultoria	• MAPFRE VIDA • MAPFRE, S.A.	99,9339 0,0661	99,9339 0,0661
GESTION MODA SHOPPING S.A.	Avda.General Perón,40 (Madri) Espanha	25,00% (1)	Gestão de centros comerciais	• MAPFRE VIDA • MAPFRE, S.A.	99,8215 0,1785	99,8215 0,1785
MAPFRE INVESTIMENTO SOCIEDADE DE VALORES S.A.	Carretera de Pozuelo, 50-1, M-4. 2º Andar Módulo Sur. (28222) Majadahonda	25,00% (1)(2)	Sociedade de Valores	• MAPFRE VIDA • MAPFRE, S.A.	99,9991 0,0009	99,9991 0,0009
MAPFRE ASSET MANAGEMENT, S.G.I.I.C., S.A	Carretera de Pozuelo, 50-1, M-4. 2º Andar Módulo Norte. (28222) Majadahonda Madri (Espanha)	25,00% (1)	Gestora de instituições de investimento coletivo	• MAPFRE INVESTIMENTO • MAPFRE, S.A.	99,9853 0,0147	99,9853 0,0147
MAPFRE VIDA PENSÕES, ENTIDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.	Carretera de Pozuelo, 50-1, M-4. 2º Andar Módulo Norte. (28222) Majadahonda	25,00% (1)	Administração de fundos de pensões	• MAPFRE INVESTIMENTO • MAPFRE, S.A.	99,9971 0,0029	99,9971 0,0029
UNIÃO DO DOURO COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA S.A. (Saída em 2017 por perda de controle)	Pº de la Castellana, 167 (Madri) Espanha	25,00% (2)	Seguros	• MAPFRE VIDA	---	50,0000
DOURO PENSÕES ENTIDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES S.A. (Saída em 2017 por perda de controle)	Pº de la Castellana, 167 (Madri) Espanha	25,00% (2)	Administração de fundos de pensões	• MAPFRE VIDA	---	50,0000
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	Ctra. Pozuelo, 50 28222 (Majadahonda) Madri	25,00% (2)	Seguros e resseguros	• MAPFRE VIDA	51,0000	51,0000
MIRACETI S.A.	Carretera de Pozuelo, 50 (28222) Majadahonda	25,00% (1)	Imóveis	• MAPFRE VIDA • MAPFRE, S.A.	99,9991 0,0009	99,9991 0,0009
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	Avda. Bruselas, 12 (Alcobendas) Espanha	25,00% (2)	Seguros	• MAPFRE VIDA	50,0000	50,0000
CAJA CASTILLA LA MANCHA VIDA Y PENSIONES, S.A.	C/ Carretería, 5 (Cuenca) Espanha	25,00% (2)	Seguros	• MAPFRE VIDA	50,0000	50,0000
MAPFRE GOOD GOVERNANCE	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	• MAPFRE INVESTIMENTO	100,0000	---
MAPFRE IBERIAN EQUITY	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	• MAPFRE INVESTIMENTO	100,0000	---
MAPFRE EUROPEAN EQUITY	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	• MAPFRE INVESTIMENTO	100,0000	---
MAPFRE MULTI ASSETS STRAT	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	• MAPFRE INVESTIMENTO	100,0000	---

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO		2017	2016	2017	2016
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016				
	14.879.842	14.396.898	1.412.807	1.334.664	2.296.683	2.327.398	221.484	153.569	(A)	(A)	(1)	(1)
	858	762	784	714	256	249	69	71	(A)	(A)	(1)	(1)
	877	1.072	677	828	1.008	1.058	(152)	(29)	(A)	(A)	(1)	(1)
	234.188	251.217	200.983	220.298	102.050	108.709	39.628	59.082	(A)	(A)	(4)	(4)
	34.178	32.737	24.868	22.994	47.223	41.616	7.681	6.702	(A)	(A)	(4)	(4)
	77.211	77.885	73.727	74.551	24.359	23.422	1.402	1.968	(A)	(A)	(4)	(4)
	---	745.162	---	67.026	---	96.442	---	15.698	(H)	(A)	(H)	(1)
	---	9.098	---	8.098	---	7.897	---	1.095	(H)	(A)	(H)	(4)
	7.812.950	8.284.762	516.779	525.561	760.379	699.723	76.264	69.393	(A)	(A)	(1)	(1)
	42.307	42.055	41.135	40.494	1.525	1.491	508	547	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.721.017	1.427.399	172.213	167.418	441.272	286.505	51.684	46.821	(A)	(A)	(1)	(1)
	951.532	1.050.133	69.683	73.910	119.372	139.173	18.308	14.720	(A)	(A)	(1)	(1)
	39.897	---	39.343	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---
	42.858	---	42.791	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---
	52.334	---	52.255	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---
	219.701	---	219.448	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL			
				TITULAR	PORCENTAJE		
					2017		2016
FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA • MAPFRE VIDA PENSIONES • MAPFRE INVESTIMENTO • MAPFRE ASSET • MAPFRE PORTUGAL VIDA 	38,4226	---	---
FONDMAPFRE ELECCION MODERADA	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA • MAPFRE VIDA PENSIONES • MAPFRE INVESTIMENTO • MAPFRE ASSET • MAPFRE PORTUGAL VIDA 	48,2374	---	---
FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA • MAPFRE VIDA PENSIONES • MAPFRE INVESTIMENTO • MAPFRE ASSET • MAPFRE PORTUGAL VIDA 	65,8798	---	---
FONDMAPFRE DIVERSIFICACION	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA • MAPFRE VIDA PENSIONES • MAPFRE INVESTIMENTO • MAPFRE ASSET • BANKIA MAPFRE VIDA • CESVIMAP • CLUB MAPFRE • MULTIMAP 	66,9398	---	---
FONDMAPFRE BOLSA AMERICA	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA • MAPFRE VIDA PENSIONES • MAPFRE INVESTIMENTO • MAPFRE ASSET • MIRACETTI • BANKIA MAPFRE VIDA • CCM VIDA • MAPFRE RE • MAPFRE ASISTENCIA • CESVIMAP • MAPFRE GLOBAL RISK • MAPFRE ESPANHA • MAPFRE SEGUROS GERAIS 	31,6594	---	---

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO		2017	2016	2017	2016
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016				
	28.958	---	28.760	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---
	79.464	---	79.300	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---
	100.302	---	100.178	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---
	102.192	---	102.040	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---
	183.531	---	183.131	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
FONDMAPFRE RENTA DÓLAR	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA 6,4229 --- • MAPFRE VIDA PENSIONES 3,5469 --- • MAPFRE INVESTIMENTO 6,9274 --- • BANKIA MAPFRE VIDA 0,6491 --- • MAPFRE RE 13,2003 --- • MAPFRE ASISTENCIA 0,0908 --- • MAPFRE GLOBAL RISK 3,0396 --- • MAPFRE ESPANHA 17,6642 --- • VERTI 0,5413 --- • MAPFRE SEGUROS GERAIS 0,5809 --- • INDUSTRIAL RE MUSINI 4,8060 --- 		
FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA PENSIONES 35,0393 --- • MAPFRE INVESTIMENTO 0,3125 --- • MAPFRE ASSET 3,0161 --- • MIRACETTI 1,0090 --- • BANKIA MAPFRE VIDA 1,1377 --- • CCM VIDA 1,6104 --- • CESVIMAP 1,3929 --- • VERTI 0,0613 --- • MAPFRE PORTUGAL VIDA 0,2602 --- • MAPFRE VIDA PENSIONES 36,6311 --- • MAPFRE INVESTIMENTO 1,2487 --- • MAPFRE ASSET 1,3398 --- • MIRACETTI 0,4605 --- • BANKIA MAPFRE VIDA 2,1590 --- • MAPFRE VIDA PENSIONES 2,5910 --- 		
FONDMAPFRE BOLSA F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA PENSIONES 36,6311 --- • MAPFRE INVESTIMENTO 1,2487 --- • MAPFRE ASSET 1,3398 --- • MIRACETTI 0,4605 --- • BANKIA MAPFRE VIDA 2,1590 --- • MAPFRE VIDA PENSIONES 2,5910 --- 		
BRASIL						
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	Av. Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo. (Brasil)	45,00%	Seguros	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A. 	100,0000	100,0000
MAPFRE VERA CRUZ CONSULTORIA TÉCNICA E ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.	Av. Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	34,00%	Administração de fundos	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA 	100,0000	100,0000
BB MAPFRE SH1 PARTICIPAÇÕES, S.A.	Av. Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	34,00%	Holding	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. 	25,0100(*)	25,0100(*)
MAPFRE CAPITALIZAÇÃO	Av. Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	34,00%	Capitalização	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. 	100,0000	100,0000

DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)									MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO						
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
101.380	---	101.192	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---	
161.457	---	161.026	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---	
269.099	---	268.498	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(9)	---	
2.351.790	2.579.102	615.439	785.437	1.790.084	1.747.607	(23.614)	40.514	(A)	(A)	(7)	(7)	
19.284	22.441	14.213	17.829	291	1.327	(2.088)	2.377	(A)	(A)	(1)	(1)	
459.135	658.339	454.486	646.246	487.038	403.060	474.649	386.134	(A)	(A)	(1)	(1)	
33.732	28.762	5.575	5.115	8.782	7.699	1.275	1.194	(A)	(A)	(1)	(1)	

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
MAPFRE ASSISTENCIA, S.A.	Av. Mamoré 989, 3º Andar Allphaville Centro Industrial e Empresarial Barueri, São Paulo (Brasil)	34,00%	Serviços de assistência	• MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	100,0000	100,0000
MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A.	Av. Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	34,00%	Holding	• MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.	50,0000(*)	50,0000(*)
MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.	Av. Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	34,00%	Holding	• MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA	7,2653	7,2653
				• MAPFRE INTERNACIONAL	91,6570	91,6570
				• FANCY INVESTIMENT S.A.	1,0777	1,0777
CESVI BRASIL S.A. CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO E SEGURANÇA DE TRÂNSITO	Rua Amador Aguiar, 700-City Empresarial – São Paulo (Brasil)	34,00%	Pesquisa, formação e assessoramento	• MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA	100,0000	100,0000
MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA	Avda. dos Autonomistas, 701 Vila- Yara – Osasco SP CEP 06020-000(Brasil)	34,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL	98,7993	98,7993
				• MAPFRE, S.A.	0,3314	0,3314
				• FANCY INVESTIMENT S.A.	0,8693	0,8693
MAPFRE VIDA S.A.	Av. Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	45,00%	Seguros	• BB MAPFRE SH1 PARTICIPAÇÕES S.A.	100,0000	100,0000
MAPFRE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	Av. Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	34,00%	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	• MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA	99,9900	99,9900
				• MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA	0,0100	0,0100
MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A.	Avda. Mª Coelho Aguiar 215	45,00%	Seguros	• MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.	100,0000	100,0000
MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	Av. Nações Unidas, 11711 17. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	34,00%	Holding Insurance	• MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA	100,0000	100,0000
ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.	R. Manuel da Nóbrega, 12809. Andar, Rio de Janeiro (Brasil) São Paulo (Brasil)	45,00%	Seguros	• MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A.	100,0000	100,0000
BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS S.A.	R. Senador Dantas, 105 29 parte, 30 e 31 Andares	45,00%	Seguros	• MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A.	100,0000	100,0000
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL S.A.	R. Senador Dantas, 105 29 parte, 30 e 31 Andares	45,00%	Seguros	• BB MAPFRE SH1 PARTICIPAÇÕES S.A.	100,0000	100,0000
MAPFRE ADMINISTRAÇÕES DE CONSÓRCIO S.A.	Avenida das Nações Unidas, 12.495 11º andar - São Paulo-SP	34,00%	Administração de grupos de consorcios	• MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA	100,0000	100,0000
MAPFRE SAÚDE LTDA	Avenida das Nações Unidas, 12.495 São Paulo-SP	34,00%	Serviços de saúde	• MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA	100,0000	100,0000
PROTENSEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA	Avenida da Nações Unidas, 12.495 11º andar Sao Paulo (Brasil)	34,00%	Intermediação de seguros em todas as áreas	• MAPFRE VERA CRUZ CONSULTORIA TÉCNICA E ADMINIST.	100,0000	100,0000
AMÉRICA LATINA NORTE						
MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	Costa del Este, diagonal al Business Park Panamá (Panamá)	26,00%	Seguros	• MAPFRE AMÉRICA CENTRAL S.A.	100,0000	100,0000

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	3.277	3.796	1.540	1.519	2.125	2.220	336	338	(A)	(A)	(1)	(1)
	716.942	849.636	714.859	822.805	87.161	122.738	80.287	95.478	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.087.523	1.160.857	1.082.925	1.053.428	243.823	118.762	298.148	101.392	(A)	(A)	(1)	(1)
	5.050	7.561	4.121	5.204	7.993	8.429	(397)	310	(A)	(A)	(1)	(1)
	116.608	122.036	114.141	119.709	12.239	7.092	11.444	5.509	(A)	(A)	(1)	(1)
	292.974	344.815	97.451	125.648	234.506	227.404	9.701	24.454	(A)	(A)	(7)	(7)
	4.644	5.957	3.936	4.066	11.862	11.742	1.848	676	(A)	(A)	(9)	(9)
	912.467	1.047.347	23.705	28.470	261.399	320.533	(918)	537	(A)	(A)	(7)	(7)
	28.105	36.060	28.030	35.736	1.893	936	1.646	524	(A)	(A)	(1)	(1)
	241.251	329.134	60.722	82.669	180.748	196.452	1.712	24.307	(A)	(A)	(7)	(7)
	679.547	770.204	104.057	125.660	459.745	475.826	23.084	30.445	(A)	(A)	(7)	(7)
	3.014.831	3.529.157	357.046	466.032	2.060.071	1.960.117	409.701	431.217	(A)	(A)	(7)	(7)
	2.379	3.795	1.823	3.033	2.998	3.563	(3.337)	(3.781)	(A)	(A)	(1)	(1)
	7.423	6.982	6.104	5.218	2.453	4.918	(5.902)	(2.061)	(A)	(A)	(1)	(1)
	539	469	402	342	34	64	118	68	(A)	(A)	(1)	(1)
	55.215	61.086	38.152	40.538	3.651	3.667	2.738	2.525	(A)	(A)	(9)	(9)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
MAPFRE AMÉRICA CENTRAL S.A.	Costa del Este, diagonal al Business Park Panamá (Panamá)	26,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL	99,9000	99,9000
MAPFRE SEGUROS HONDURAS S.A.	Avenida Berlín y Calle Viena, piso 7 Lomas del Guijarro Sur Edificio Plaza Azul Tegucigalpa, M.D.C. (Honduras)	30,00%	Seguros	• MAPFRE HOLDING DE ACC S.A. • MAPFRE AMÉRICA CENTRAL S.A.	73,2569 25,1031	73,2600 25,0780
MAPFRE PANAMÁ	Costa del Este, diagonal al Business Park Panamá (Panamá)	26,00%	Seguros	• MAPFRE AMÉRICA CENTRAL S.A.	99,3452	99,3452
MAPFRE LA CENTRO AMERICANA S.A.	Alameda Roosevelt, 31-07 San Salvador (El Salvador)	20,00%	Seguros	• MAPFRE AMÉRICA CENTRAL S.A.	77,6129	78,0502
IMOBILIÁRIA AMERICANA S.A.	Alameda Roosevelt, 31-07 San Salvador (El Salvador)	20,00%	Imóveis	• MAPFRE AMÉRICA CENTRAL S.A.	78,9000	78,9000
MAPFRE SEGUROS COSTA RICA S.A.	Bairro Tournón, Edificio Alvasa, 2do. Piso Diagonal ao Jornal La República na intersección con Ctra de Guapiles (Ruta 32) San José (Costa Rica)	30,00%	Seguros	• MAPFRE HOLDING DE ACC S.A.	100,0000	100,0000
MAPFRE SEGUROS GUATEMALA S.A.	5a Avenida 5-55 Zona 14 Europlaza Europlaza Torre 4 Nivel 16 y PH. Cidade da Guatemala(Guatemala)	25,00%	Seguros	• MAPFRE HOLDING DE ACC S.A.	100,0000	100,0000
MAPFRE SEGUROS NICARAGUA S.A.	Edificio Invercasa, 1er. Piso Manágua (Nicarágua)	30,00%	Seguros	• MAPFRE HOLDING DE ACC S.A.	100,0000	100,0000
MAPFRE DOMINICANA S.A.	Ave Abraham Lincoln, 952 esq. José Amado Soler Ensanche Piantini, Santo Domingo (República Dominicana)	27,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL • CREDI PRIMAS, S.A.	99,9999 0,0001	99,9991 ---
MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	Ave Abraham Lincoln, 952 esq. José Amado Soler Ensanche Piantini, Santo Domingo (República Dominicana)	27,00%	Seguros	• MAPFRE DOMINICANA	51,0000	51,0000
CREDI PRIMAS S.A.	Ave Abraham Lincoln, 952 esq. José Amado Soler Ensanche Piantini, Santo Domingo (República Dominicana)	27,00%	Financiamento apólices	• MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS S.A.	100,0000	100,0000
MAPFRE TEPEYAC S.A.	Avenida Paseo de la Reforma 243	30,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	55,6602	55,6602
	Colônia Cuauhtémoc Delegação Cuauhtémoc México, Distrito Federal C.P. 06500			• GRUPO CORPORATIVO LML	44,3398	44,3398
GRUPO CORPORATIVO LML S.A. DE C.V.	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colônia Cuauhtémoc Delegação Cuauhtémoc México, Distrito Federal C.P. 06500	30,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL	100,0000	100,0000
MAPFRE UNIDAD DE SERVICIOS S.A. DE C.V.	Colônia Cuauhtémoc Delegação Cuauhtémoc México, Distrito Federal C.P. 06500	30,00%	Serviços médicos	• MAPFRE TEPEYAC	99,9982	99,9982

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	192.590	226.333	191.218	219.078	5.124	4.991	4.762	4.589	(A)	(A)	(1)	(1)
	92.417	97.919	20.147	20.020	76.690	77.962	5.109	5.839	(A)	(A)	(9)	(9)
	318.941	346.052	85.306	89.859	225.858	217.260	11.366	11.277	(A)	(A)	(1)	(1)
	68.396	72.217	18.566	19.145	61.095	59.229	2.337	2.138	(A)	(A)	(9)	(9)
	6.452	7.243	6.366	7.102	594	607	118	106	(A)	(A)	(9)	(9)
	34.136	29.876	10.046	10.726	36.632	27.128	889	381	(A)	(A)	(9)	(9)
	62.088	115.791	18.211	18.483	68.004	56.761	3.498	3.245	(A)	(A)	(9)	(9)
	17.678	23.926	7.727	8.885	16.013	15.845	858	1.326	(A)	(A)	(9)	(9)
	14.960	22.836	14.951	22.826	13	14	3	(2)	(A)	(A)	(9)	(9)
	202.388	199.966	59.719	62.339	139.535	132.256	17.771	16.009	(A)	(A)	(9)	(9)
	1.528	1.756	386	426	164	163	28	(15)	(A)	(A)	(9)	(9)
	1.906.906	1.461.737	174.914	214.197	1.231.410	756.547	1.389	2.979	(A)	(A)	(7)	(7)
	48.792	52.726	48.792	52.726	6	5	---	(37)	(A)	(A)	(1)	(1)
	3.017	2.886	2.199	2.211	7.402	8.235	113	11	(A)	(A)	(7)	(7)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
MAPFRE ASSET DEFENSA LEGAL MEXICANA S.A. DE C.V.	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colônia Cuauhtémoc Delegação Cuauhtémoc México, Distrito Federal C.P. 06500	30,00%	Assessoria jurídica	• MAPFRE TEPEYAC	100,0000	100,0000
MAPFRE TEPEYAC INC.	109 Este San Ysidro Blvd No. 65 San Isidro California, EEUU	30,00%	Seguros de carros turistas	• MAPFRE TEPEYAC	100,0000	100,0000
MAPFRE TEPEYAC ASESORES (Liquidada em 2.017)	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colônia Cuauhtémoc Delegação Cuauhtémoc México, Distrito Federal C.P. 06500	30,00%	Administração fundos	• MAPFRE INTERNACIONAL • MAPFRE TEPEYAC	---	51,0000 16,0000
MAPFRE SERVICIOS MEXICANOS	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colônia Cuauhtémoc Delegação Cuauhtémoc México, Distrito Federal C.P. 06500	30,00%	Serviços agentes com documento provisório	• MAPFRE TEPEYAC	99,9900	99,9900
CESVI MÉXICO S.A.	Calle 1 Sur No. 101 Parque Industrial Toluca 2000 Toluca México, Estado de México	30,00%	Centro de pesquisa	• MAPFRE TEPEYAC	16,6700	16,6700
MAPFRE FIANZAS S.A.	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colônia Cuauhtémoc Delegação Cuauhtémoc México, Distrito Federal C.P. 06500	30,00%	Seguros	• MAPFRE TEPEYAC	100,0000	100,0000

AMÉRICA LATINA SUL

MAPFRE ARGENTINA HOLDING S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	35,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL • APOINT	99,9997 0,0003	99,9996 0,0004
MAPFRE ARGENTINA SEGUROS S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	35,00%	Seguros	• MAPFRE ARGENTINA HOLDING	99,9988	99,9988
CLUB MAPFRE ARGENTINA	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	35,00%	Prestação de serviços	• MAPFRE ARGENTINA HOLDING • MAPFRE ARGENTINA VIDA	97,0000 3,0000	97,0000 3,0000
MAPFRE ARGENTINA SEGUROS DE VIDA S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	35,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL • MAPFRE ARGENTINA HOLDING	64,0000 36,0000	64,0000 36,0000
CESVI ARGENTINA, S.A.	Rua 9 e 17. Parque Ind. Pilar- Buenos Aires (Argentina)	35,00%	Pesquisa, formação e assessoramento	• MAPFRE ARGENTINA SEGUROS	60,6400	60,6400
MAPFRE CHILE SEGUROS S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16. Las Condes Santiago do Chile (Chile)	24,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL	100,0000	100,0000
MAPFRE CHILE ASESORIAS, S.A	Isidora Goyenechea 3520 p 16. Las Condes Santiago do Chile (Chile)	24,00%	Sociedade de investimentos	• MAPFRE CHILE SEGUROS • MAPFRE INTERNACIONAL	99,9999 0,0001	99,9999 0,0001

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	905	910	755	745	1.824	2.056	71	19	(A)	(A)	(7)	(7)
	10	24	10	24	---	---	(12)	(4)	(A)	(A)	(7)	(7)
	---	330	---	330	---	10	---	6	(H)	(A)	(H)	(9)
	77	19	27	16	225	17	13	1	(A)	(A)	(7)	(7)
	5.049	5.632	3.426	4.894	6.849	6.592	276	(132)	(D)	(D)	(9)	(9)
	18.658	20.196	6.326	6.035	9.535	10.686	811	1.017	(A)	(A)	(7)	(7)
	33.975	45.798	32.458	44.030	17	25	(541)	(9.879)	(A)	(A)	(1)	(1)
	285.917	277.422	39.181	40.726	296.583	282.890	10.411	7.857	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.387	607	780	51	1.351	787	878	---	(A)	(A)	(1)	(1)
	34.420	39.984	3.443	6.522	32.283	39.554	(1.706)	3.817	(A)	(A)	(9)	(9)
	12.087	10.661	7.949	5.954	16.830	14.025	4.148	3.378	(A)	(A)	(1)	(1)
	74.457	77.668	73.434	77.233	1.248	4.154	783	3.832	(A)	(A)	(1)	(1)
	8.559	8.956	8.549	8.946	136	66	---	---	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
MAPFRE COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS DO CHILE S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16. Las Condes Santiago do Chile (Chile)	24,00%	Seguros	• MAPFRE CHILE SEGUROS • MAPFRE CHILE ASESORIAS, S.A	87,2900 12,7100	87,2900 12,7100
MAPFRE CHILE VIDA S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16. Las Condes Santiago do Chile (Chile)	24,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL	100,0000	100,0000
MAPFRE COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA DO CHILE	Isidora Goyenechea 3520 p 16. Las Condes Santiago do Chile (Chile)	24,00%	Seguros	• MAPFRE CHILE VIDA • MAPFRE INTERNACIONAL	99,9968 0,0032	99,9968 0,0032
MAPFRE SEGUROS GERAIS DA COLÔMBIA S.A.	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	42,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL • APOINT	94,2731 5,7209	94,2731 5,7209
CREDIMAPFRE	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	42,00%	Imobiliária financeira	• GESTIMAP • MAPFRE SEGUROS GERAIS DA COLÔMBIA	---	5,0854 94,9144
GESTIMAP S.A. (Liquidada em 2.017)	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	42,00%	Informação sobre peças de veículos	• MAPFRE SEGUROS GERAIS DA COLÔMBIA • CREDIMAPFRE • SOLUNION COLOMBIA SEGUROS DE CREDITO • MAPFRE COLOMBIA VIDA S.A. • CESVI COLOMBIA, S.A.	---	3,6976 3,9854 0,0001 92,3168 0,0001
AUTOMOTORES CAPITAL LTDA (Liquidada em 2.017)	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	42,00%	Conserto, compra e venda de veículos.	• CREDIMAPFRE	---	100,0000
MAPFRE COLOMBIA VIDA S.A.	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	42,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL • APOINT	94,3541 5,6459	94,3541 5,6459
CESVI COLOMBIA, S.A.	Carrera 87, Num.15-87 Santa Fé de Bogotá(Colômbia)	42,00%	Pesquisa, formação e assessoramento	• MAPFRE SEGUROS GERAIS DA COLÔMBIA • MAPFRE COLÔMBIA VIDA	5,4434 62,3309	5,4434 62,3309
MAPFRE SERVICIOS EXEQUIALES SAS	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	42,00%	Prestação de serviços assistenciais	• CREDIMAPFRE	100,0000	100,0000
MAPFRE ALTAS COMPANHIAS DE SEGUROS S.A.	Kennedy e Norte, Justino Cornejo y Avda, Luis Orrantia. Edificio Torres Atlas Guayaquil (Equador)	22,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	60,0000	60,0000
MAPFRE PARAGUAI COMPANHIA DE SEGUROS S.A.	Av. Mariscal López, 910 Assunção (Paraguai)	10,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	89,5400	89,5400
MAPFRE PERÚ COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS	Av. Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	28,00%	Seguros e resseguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	99,2900	99,2900
MAPFRE PERU ENTIDADE PRESTADORA DE SAÚDE	Av. Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	28,00%	Atenção médica	• MAPFRE INTERNACIONAL • MAPFRE PERU CIA. SEGUROS E RESSEGUROS	98,5900 1,4100	98,5900 1,4100
MAPFRE PERU VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS S.A.	Av. Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	28,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	67,2725	67,2725
CORPORACIÓN FINISTERRE, S.A.	Av. Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	28,00%	Serviços funerários	• MAPFRE PERU VIDA	100,0000	100,0000

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	533.083	622.690	71.925	74.945	299.867	363.024	1.371	3.020	(A)	(A)	(1)	(1)
	15.328	16.164	15.328	16.088	340	340	(47)	487	(A)	(A)	(9)	(9)
	66.298	67.364	14.508	15.620	14.811	14.583	(194)	845	(A)	(A)	(9)	(9)
	481.238	452.514	75.385	61.834	274.933	295.947	9.555	1.919	(A)	(A)	(1)	(1)
	28.229	29.453	3.145	3.468	3.807	2.996	38	(567)	(A)	(A)	(1)	(1)
	---	---	---	---	---	---	---	---	(H)	(A)	(H)	(1)
	---	---	---	---	---	---	---	---	(H)	(B)	(H)	(9)
	952.979	994.259	66.716	73.217	184.452	181.307	687	(32.729)	(A)	(A)	(1)	(1)
	4.915	5.028	3.772	4.109	4.973	4.277	494	359	(A)	(A)	(1)	(1)
	3.087	5.135	773	1.361	14.145	12.920	(299)	770	(A)	(A)	(1)	(1)
	55.709	69.336	12.825	13.048	52.195	45.362	1.652	914	(A)	(A)	(9)	(9)
	92.661	108.992	40.853	41.975	73.555	67.836	6.103	4.966	(A)	(A)	(9)	(9)
	599.109	514.672	105.405	97.246	301.873	316.313	19.318	16.166	(A)	(A)	(1)	(1)
	13.018	12.023	4.823	4.167	45.595	38.598	978	1.200	(A)	(A)	(9)	(9)
	339.864	369.424	71.186	67.765	183.681	158.576	21.689	17.100	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.575	1.989	1.493	1.651	342	2.579	(7)	55	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
APOINT S.A.	Col. 993 Andar 3 Montevideo (Uruguay)	30,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL	100,0000	100,0000
MAPFRE LA URUGUAYA S.A.	Avda. 18 de Julio, 988 Montevideo (Uruguay)	30,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	100,0000	100,0000
MAPFRE LA SEGURIDAD S.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana, Chacao, Estado Miranda	40,00%	Seguros e resseguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	99,5159	99,5159
CEFOPROSEG C.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana, Chacao, Estado Miranda	40,00%	Educação	• MAPFRE A SEGURANÇA	100,0000	100,0000
INVERSORA SEGURIDAD C.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana, Chacao, Estado Miranda	40,00%	Financiamento de apólices	• MAPFRE A SEGURANÇA	100,0000	100,0000
CLUB MAPFRE S.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana, Chacao, Estado Miranda	40,00%	Prestação de serviços	• MAPFRE A SEGURANÇA	100,0000	100,0000
AUTOMOTRIZ MULTISERVICAR, C.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana, Chacao, Estado Miranda	40,00%	Oficina veículos	• MAPFRE A SEGURANÇA	100,0000	100,0000
AMA-ASISTENCIA MÉDICA ADMINISTRADA, C.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 12, Urbanización La Castellana, Chacao, Estado Miranda	40,00%	Serviços de saúde	• MAPFRE INTERNACIONAL	99,7000	99,7000
UNIDAD EDUCATIVA D.R FERNANDO BRAVO PEREZ CA	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 13, Urbanización La Castellana, Chacao, Estado Miranda	40,00%	Formação de aprendizes	• MAPFRE A SEGURANÇA	100,0000	100,0000
AMÉRICA DO NORTE						
MAPFRE INSURANCE COMPANY OF FLORIDA	5959 Blue Lagoon Drive, Suite 400, Miami (EUA)	40,00%	Seguros	• COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000
MAPFRE INSURANCE COMPANY	100 Campus Drive New Jersey 07932-2007 (EUA)	40,00%	Seguros e resseguros	• COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000
MAPFRE INTERMEDIARIES	5959 Blue Lagoon Drive, Suite 400, Miami (EUA)	40,00%	Serviços	• COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000
MAPFRE USA CORPORATION INC	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	40,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL	100,0000	100,0000

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	11.568	10.657	3.667	4.441	---	1	(239)	(182)	(A)	(A)	(9)	(9)
	147.913	157.441	30.921	26.837	125.168	111.504	6.453	6.946	(A)	(A)	(9)	(9)
	72.585	102.352	52.162	77.380	60.674	126.432	(8.035)	4.626	(A)	(A)	(9)	(9)
	---	1	---	---	1	6	---	---	(A)	(A)	(9)	(9)
	2.900	6.133	1.765	3.057	60	3.585	(974)	(3.222)	(A)	(A)	(9)	(9)
	7	1	7	1	---	1	(5)	(6)	(A)	(A)	(9)	(9)
	9	27	(5)	18	16	161	(17)	(24)	(A)	(A)	(9)	(9)
	13	15	9	9	20	59	3	(9)	(A)	(A)	(9)	(9)
	---	---	---	---	---	1	---	---	(A)	(A)	(9)	(9)
	87.889	98.009	29.465	34.140	61.565	63.705	(664)	803	(A)	(A)	(7)	(7)
	63.722	70.311	21.565	24.480	43.940	44.768	(48)	528	(A)	(A)	(7)	(7)
	515	641	508	565	---	---	13	39	(A)	(A)	(7)	(7)
	1.054.163	1.229.025	1.052.540	1.215.518	28.287	74.766	28.058	74.806	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
THE COMMERCE INSURANCE COMPANY	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	40,00%	Seguros	• MAPFRE USA CORPORATION	100,000	100,000
THE CITATION INSURANCE COMPANY	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	40,00%	Seguros	• MAPFRE USA CORPORATION	100,000	100,000
MAPFRE TECH USA CORPORATION	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	---	Informática	• MAPFRE USA CORPORATION	100,000	---
ACIC HOLDINGS COMPANY, INC.	215 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	40,00%	Holding	• MAPFRE USA CORPORATION	95,000	95,000
AMERICAN COMMERCE INSURANCE COMPANY	3590 Twin Creeks Drive, Columbus, OH 43204 (EUA)	40,00%	Seguros	• ACIC HOLDINGS	100,000	100,000
MM REAL ESTATE LLC	Blue Lagoon, Drive Suite, 200 Miami (EUA)	40,00%	Imóveis	• COMMERCE INSURANCE	100,000	100,000
THE COMMERCE WEST INSURANCE COMPANY	4301 Hacienda Drive, Suite 200, Pleasanton, CA 94588 (EUA)	40,00%	Seguros	• ACIC HOLDINGS	100,000	100,000
MAPFRE INSURANCE COMPANY OF NEW YORK	20 Main Street Hempstead, NY 11550 (EUA)	40,00%	Seguros	• ACIC HOLDINGS	100,000	100,000
BIGELOW & OLD WORCESTER LLC	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	40,00%	Imóveis	• COMMERCE INSURANCE	100,000	100,000
BFC HOLDING CORPORATION	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	40,00%	Serviços financeiros	• MAPFRE USA CORPORATION	100,000	100,000
MAPFRE LIFE INSURANCE CO.	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	40,00%	Seguros	• MAPFRE USA CORPORATION	100,000	100,000
VERTI INSURANCE COMPANY	211 Main St, Webster, MA 01570 (EE.UU)	40,00%	Seguros	• MAPFRE USA CORPORATION	100,000	100,000
MAPFRE PRAICO CORPORATION	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda. Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Porto Rico)	40,00%	Holding	• MAPFRE INTERNACIONAL	100,000	100,000
MAPFRE PRAICO INSURANCE COMPANY	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda. Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Porto Rico)	40,00%	Seguros	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,000	100,000
MAPFRE PAN AMERICAN INSURANCE COMPANY	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda. Carlos Chardón Hato Rey. San Juan (Porto Rico)	40,00%	Seguros	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,000	100,000
MAPFRE INSURANCE AGENCY OF PUERTO RICO, INC.	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda. Carlos Chardón Hato Rey. San Juan (Porto Rico)	40,00%	Mediação de seguros	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,000	100,000
MAPFRE FINANCE OF PUERTO RICO CORP	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda. Carlos Chardón Hato Rey. San Juan (Porto Rico)	40,00%	Financeira	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,000	100,000
MAPFRE LIFE INSURANCE COMPANY	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda. Carlos Chardón Hato Rey. San Juan (Porto Rico)	40,00%	Seguros e Resseguros	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,000	100,000
MAPFRE SOLUTIONS, INC	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda. Carlos Chardón Hato Rey. San Juan (Porto Rico)	40,00%	Contratos de Garantia Estendida e Proteção contra roubos	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,000	100,000
MULTISERVICAR INC	Rua Celestial Esq. Joaquina Bo. Cangrejo Arriba Carolina (Porto Rico)	40,00%	Oficina	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,000	100,000

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	2.495.061	2.695.476	723.917	771.957	1.676.310	1.738.877	52.752	45.840	(A)	(A)	(7)	(7)
	209.558	232.895	72.365	80.737	148.176	153.971	82	3.803	(A)	(A)	(7)	(7)
	34.757	---	28.915	---	55	---	4.137	---	(G)(A)	---	(G)(7)	---
	201.230	226.053	201.197	225.989	7.056	6.346	7.050	6.345	(A)	(A)	(1)	(1)
	282.649	318.290	100.759	118.348	179.162	184.478	1.051	3.408	(A)	(A)	(7)	(7)
	57.740	63.175	57.482	63.207	6.293	4.302	2.168	131	(A)	(A)	(7)	(7)
	148.562	161.923	53.812	57.072	104.911	105.680	3.375	4.462	(A)	(A)	(7)	(7)
	128.739	144.909	43.094	50.494	91.554	94.204	145	1.727	(A)	(A)	(7)	(7)
	1.716	2.121	1.715	1.958	---	421	(3)	233	(A)	(A)	(1)	(1)
	879	953	779	691	293	362	183	223	(A)	(A)	(1)	(1)
	21.154	34.387	20.671	24.867	(287)	---	1.799	(1.585)	(A)	(A)	(7)	(7)
	34.118	22.010	20.366	7.417	14.176	---	(224)	(43)	(A)	(A)	(7)	(7)
	118.855	120.676	118.480	126.768	70	8.426	(742)	5.239	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.113.147	360.793	133.617	143.201	238.808	204.479	(25.314)	17.317	(A)	(A)	(1)	(1)
	118.567	21.651	14.737	9.689	53.750	8.641	4.519	293	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.944	1.585	1.343	975	---	---	246	121	(A)	(A)	(1)	(1)
	4.973	6.943	3.022	3.647	412	470	44	113	(A)	(A)	(1)	(1)
	63.870	73.095	26.048	21.617	84.900	122.999	3.852	(9.471)	(A)	(A)	(1)	(1)
	13.490	15.535	1.574	1.132	2.855	1.566	423	471	(A)	(A)	(1)	(1)
	9.067	10.037	1.498	1.524	2.010	1.524	104	(322)	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
EURASIA						
VERTI VERSICHERUNG AG (Em 2016 DIRECT LINE VERSICHERUNG AKTIENGESELLSCHAFT)	Rheinstraße 7a 14513 Teltow Germany	29,72%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	100,0000	100,0000
DIRECT LINE INSURANCE S.P.A	Via Alessandro Volta, 16 20093 Cologno Monzese (MI) Itália	31,40%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	100,0000	100,0000
MAPFRE MIDDLESEA P.L.C. (Em 2016 MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.)	Middle Sea House Floriana JTL, 16 (Malta)	35,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	54,5627	54,5627
MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C. (Em 2016 M.S.V. LIFE P.L.C.)	Middle Sea House Floriana FRN 9010 (Malta)	35,00%	Seguros	• MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	50,0000	50,0000
BEE INSURANCE MANAGEMENT LTD	4th Floor Development House st.Anne Street Floriana FRN 9010 (Malta)	35,00%	Serviços de assessoramento e de gestão	• MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	100,0000	100,0000
GROWTH INVESTMENTS LIMITED	Pjazza Papa Giovanni XXIII, Floriana, FRN 1420, Malta	35,00%	Prestação de serviços de Investimento	• MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C.	100,0000	100,0000
CHURCH WARF PROPERTIES	Middle Sea House, St Publius Street Floriana FRN 1442 (Malta)	35,00%	Gestão ativos imobiliários	• MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C. • MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C.	50,0000 50,0000	50,0000 50,0000
EURO GLOBE HOLDINGS LIMITED	Middle Sea House, St Publius Street Floriana FRN 1442 (Malta)	35,00%	Financeira	• MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	100,0000	100,0000
EUROMED RISKS SOLUTIONS LIMITED	4th Floor Development House st.Anne Street Floriana FRN 9010 (Malta)	35,00%	Serviços de assessoramento e de gestão	• BEE INSURANCE MANAGEMENT LTD	100,0000	100,0000
MAPFRE SIGORTA, A.S.	Yenişehir Mah. Irmak Cad. No:11 34435 Salipazari Istambul (Turquia)	20,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	99,7450	99,7450
MAPFRE YASAM SIGORTA, A.S.	Yenişehir Mah. Irmak Cad. No:11 K.3 34435 Salipazari Istambul (Turquia)	20,00%	Seguros	• MAPFRE SIGORTA	99,5000	99,5000
GENEL SERVIS A.S.	Çevreyolu Caddesi No.2 34020 Bayrampaşa – Istambul (Turquia)	20,00%	Oficina de Veículos	• MAPFRE SIGORTA	51,0000	51,0000
MAPFRE INSULAR INSURANCE CORPORATION	Acacia Ave Mandrigal Business Park Ayala Alabarg, MuntinlupaCity (Filipinas)	30,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	74,9384	74,9384
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK	Plaza ABDA 27 Th floor Jl. Jend. Sudirman Kav. 59; JACARTA 12190 (Indonésia)	25,00%	Seguros	• MAPFRE INTERNACIONAL	62,3267	20,0000
GLOBAL RISKS						
MAPFRE GLOBAL RISKS	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)(2)	Seguros e resseguros	• MAPFRE, S.A. • MAPFRE INTERNACIONAL	99,9999 0,0001	100,0000

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	558.882	543.726	155.086	150.721	319.339	297.844	7.621	4.791	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.315.182	1.206.201	208.079	133.543	487.789	488.036	(10.580)	(43.053)	(A)	(A)	(1)	(1)
	111.380	103.425	26.367	20.845	70.447	63.709	9.296	1.311	(A)	(A)	(1)	(1)
	2.116.600	1.930.014	161.095	160.018	406.690	357.862	10.210	8.516	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.791	2.574	1.570	2.513	922	888	207	458	(A)	(A)	(1)	(1)
	691	1.006	583	770	569	572	88	76	(A)	(A)	(4)	(4)
	2.817	2.535	2.536	2.449	---	---	85	85	(B)	(B)	(9)	(9)
	1.120	1.194	1.118	1.123	(5)	---	(8)	1	(B)	(B)	(9)	(9)
	66	137	22	23	146	134	17	14	(B)	(B)	(1)	(1)
	914.010	958.412	174.534	185.765	713.783	889.438	49.688	33.170	(A)	(A)	(1)	(1)
	10.725	11.667	3.878	4.778	6.176	5.531	(22)	(1.065)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.874	2.058	462	654	1.905	2.327	150	401	(A)	(A)	(1)	(1)
	77.345	109.166	18.570	22.204	42.153	44.542	209	(3.050)	(A)	(A)	(9)	(9)
	179.578	195.870	82.339	81.373	85.168	88.449	10.730	12.114	(A)	(C)	(9)	(3)
	3.590.437	3.088.682	705.025	766.109	1.496.843	1.385.869	(16.145)	78.379	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
SERVIFINANZAS, S.A. SOCIEDADE UNIPERSONAL	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)	Financeira	• MAPFRE GLOBAL RISKS	100,0000	100,0000
INDUSTRIAL RE S.A.	23, Avenue Monterey L-2163 Luxembourg	30,00%	Resseguros	• MAPFRE GLOBAL RISKS	100,0000	100,0000
SOLUNION SEGUROS DE CRÉDITO S.A.	Avda.General Perón,40 (Madri) Espanha	25,00%	Seguros e resseguros	• MAPFRE GLOBAL RISKS	50,0000	50,0000
ASSISTÊNCIA						
MAPFRE ASISTENCIA COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Ctra, Pozuelo, 52 Majadahonda (Madri) Espanha	25,00% (1)(2)	Seguros e resseguros	• MAPFRE, S.A. • MAPFRE ESPANHA	99,9970 0,0030	99,9970 0,0030
IBERO ASISTENCIA S.A.	Edifício Europa, Av. José Malhoa, 16 F, 7º, 1070-159 Lisboa, PORTUGAL	27,50%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
BRASIL ASSISTENCIA S.A.	Alameda Ásia, 42. Tamboré Santana de Parnaíba São Paulo (Brasil)	34,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASSISTENCIA	99,9900	99,9990
MAPFRE SOLUTIONS DO BRASIL LTDA	Alameda Mamore 989. Alphaville Alphaville Barueri São Paulo (Brasil)	34,00%	Assistência em viagem	• BRASIL ASSISTÊNCIA •IBEROASISTENCIA	99,9900 0,0010	99,9900
AFRIQUE ASSISTANCE, S.A.	Immeuble Tamayouz, 4ème Etage, 1082 Centre Urbain Nord Tunis 1002 (Tunes)	35,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	49,0000	49,0000
VENEASISTENCIA, S.A.	4ta transversal de Motecristo, Edifício Axxa, Planta Baja, Los Dos Caminos, Caracas, (Venezuela)	34,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • MAPFRE RE	99,9980 0,0020	99,9980 0,0020
ANDIASISTENCIA COMPANHIA DE ASISTENCIA DOS ANDES S.A.	Carrera 14 N 96 -34 Piso 2 Bogotá (Colômbia)	40,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA •IBEROASISTENCIA	98,0900 1,9100	98,0900 1,9100
FEDERAL ASSIST Co.	7300 Corporate Center Drive, Suite 601 Miami Flórida 33126 (EUA)	37,60%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASSISTANCE USA INC.	100,0000	100,0000
IBEROASISTENCIA, ARGENTINA S.A.	Lavalle 344/346/348, PB y 3º Piso, Ciudad de Buenos Aires (Argentina)	35,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA •IBEROASISTENCIA	98,4200 1,5800	98,4200 1,5800
SUL ASISTENCIA S.A.	Av. Apoquindo 4499 Santiago do Chile (Chile)	25,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA •IBEROASISTENCIA	99,0000 1,0000	99,0000 1,0000
IBEROASISTENCIA S.A.	Ctra, Pozuelo, 52 Majadahonda (Madri) Espanha	25,00% (1)	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • MAPFRE ESPANHA	99,9300 0,0700	99,9300 0,0700
IRELAND ASSIST LTD	22-26 Prospect Hill Galway (Irlanda)	12,50%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
GULF ASSIST B.S.C.	Manama Centre Building Manama (Barhain)	--	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	74,6250	74,6250
INSURE AND GO	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	28,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	283	1.046	268	991	10	1	9	(3)	(A)	(A)	(1)	(1)
	41.896	44.172	28.194	28.417	5.066	7.298	1.138	3.557	(A)	(A)	(1)	(1)
	288.170	290.026	102.871	97.356	153.457	138.461	6.311	2.884	(E)	(E)	(3)	(3)
	716.533	684.507	276.013	287.142	542.834	556.877	(77.062)	(57.717)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.300	2.195	247	343	558	3.532	1	97	(A)	(A)	(1)	(1)
	20.455	22.698	11.986	13.846	35.413	43.234	52	561	(A)	(A)	(1)	(1)
	2.003	2.593	706	978	1.441	2.692	(138)	481	(A)	(A)	(1)	(1)
	3.181	4.670	2.456	2.547	3.134	3.166	629	706	(A)	(A)	(1)	(1)
	549	920	325	655	193	463	(204)	(180)	(A)	(A)	(1)	(1)
	9.191	11.708	3.947	3.982	10.127	18.191	(3.026)	(4.530)	(A)	(A)	(1)	(1)
	13.735	41.615	6.714	8.296	13.555	20.940	284	(177)	(A)	(A)	(1)	(1)
	19.097	16.566	4.807	4.005	37.378	30.671	2.597	685	(A)	(A)	(1)	(1)
	10.677	10.752	3.383	2.714	18.879	15.668	790	926	(A)	(A)	(1)	(1)
	8.745	13.358	2.402	2.573	4.770	5.603	(152)	(24)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.218	2.684	1.210	2.272	882	1.323	93	185	(A)	(A)	(1)	(1)
	5.786	4.363	4.074	2.973	6.532	5.248	1.544	116	(A)	(A)	(1)	(1)
	15.793	7.817	5.789	6.319	33.360	33.810	1.952	1.869	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
INSURE AND GO AUSTRÁLIA	19 Harris Street, Pymont, Sydney, NSW 2009 (Austrália)	30,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
TRAVEL CLAIMS SERVICES LIMITED	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	28,00%	Assistência em viagem	• INSURANCE AND GO	100,0000	100,0000
INSURE AND GO AUSTRALASIA (Liquidada em 2017)	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	28,00%	Assistência em viagem	• INSURANCE AND GO	---	100,0000
CIG SERVICES LIMITES (Liquidada em 2017)	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	28,00%	Assistência em viagem	• INSURANCE AND GO	---	100,0000
FRANCE ASSIST	16 Avenue Tony Garnier 69007 Lyon (França)	33,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE WARRANTY	100,0000 99,5000	100,0000
EUROSOS ASSISTANCE S.A.	473 Messogion Avenue 15343 Agia Paraskevi. Atenas (Grécia)	35,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	99,5000 0,5000	99,5000 0,5000
CARIBE ASISTENCIA S.A.	Avda. Tiradentes Esq.Pres. Gonzalez. Edif.La Cumbre. Ens. Naco. Domingo (República Dominicana)	27,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	83,5823	83,5823
ECUASISTENCIA S.A.	Avda. Doce de Octubre, 1942 Quito (Equador)	22,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • ANDIASISTENCIA	94,5400 5,4600	94,5400 5,4600
CONSULTING DE SOLUÇÕES E TECNOLOGIAS SIAM S.A.	Ctra, Pozuelo, 52 Majadahonda (Madri) Espanha	25,00% (1)	Consultoria	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	99,9259 0,0741	99,9259 0,0741
PERU ASISTENCIA S.A.	Av. 28 de Julio No. 873 URB. Leuro Lima - Miraflores Lima (Peru)	29,50%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	99,8639 0,1361	99,8639 0,1361
MÉXICO ASISTENCIA S.A.	Av. Insurgentes Sur no.2453 Piso 15, Col. Tizapán San Angel Deleg. Alvaro Obregon, C.P. 01090 México D.F. (México)	30,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	99,9998	99,9998
ALLMAP ASSIST GESELLSCHAFT FÜR BEISTANDSLEISTUNGEN MBH	Im Rosengarten, 256 61118 Bal Vilbel (Alemanha)	30,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	99,9500 0,0500	99,9500 0,0500
PANAMÁ ASISTENCIA S.A.	Costa del Este – Avenida la Rotonda, Torre GMT, Piso 1 Ciudad de Panamá – Edificio Mapfre (Panamá)	30,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	82,0700	82,0700
TUR ASSIST LTD.	19 Mayıs Cd.İsmet Öztürk Sk.Şişli Plaza Ofis Blokları E Blok B-2 Şişli İstanbul	20,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	97,0000 3,0000	97,0000 3,0000
URUGUAY ASISTENCIA, S.A.	Plaza Cagancha 1335, oficina 901 Montevideo (Uruguay)	30,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	97,9000 2,1000	97,9000 2,1000
QUETZAL ASISTENCIA S.A.	8a. Ave. 3-80 Zona 14 Edificio La Rambla II nivel 5 Of. 5-2 (Guatemala)	25,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	99,9920	99,9920

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	5.864	6.780	565	823	10.328	8.077	385	(1.533)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.321	945	191	72	2.661	2.358	189	26	(A)	(A)	(1)	(1)
	---	---	---	---	---	---	---	---	(H)	(A)	(H)	(1)
	---	---	---	---	---	---	---	---	(H)	(A)	(H)	(1)
	475	821	316	681	410	430	186	191	(A)	(A)	(1)	(1)
	691	1.890	(92)	88	153	1.007	(180)	174	(A)	(A)	(1)	(1)
	2.741	3.304	1.318	1.659	3.163	3.407	317	452	(A)	(A)	(1)	(1)
	6.785	5.286	1.792	973	14.843	15.463	(2.163)	(753)	(A)	(A)	(1)	(1)
	14.788	24.555	5.483	5.744	4.024	5.655	(262)	(2.240)	(A)	(A)	(1)	(1)
	2.038	2.496	621	639	2.040	1.852	42	(749)	(A)	(A)	(1)	(1)
	20.278	22.565	3.651	5.764	55.523	52.509	2.485	2.897	(A)	(A)	(1)	(1)
	147	66	91	(13)	74	---	(20)	---	(A)	(A)	(1)	(1)
	4.526	5.374	1.281	1.335	8.403	7.630	154	137	(A)	(A)	(1)	(1)
	14.574	26.967	6.716	4.507	51.666	58.785	(2.234)	(1.172)	(A)	(A)	(1)	(1)
	11.288	13.026	3.275	176	20.654	22.066	972	(2.867)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.284	1.329	503	515	3.510	3.434	255	224	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
EL SALVADOR ASISTENCIA S.A.	Alameda Roosevelt No. 3107 Edifício La Centro Americana, Nivel 7. San Salvador (El Salvador)	30,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	99,9900 0,0100	99,9900 0,0100
LLC MAPFRE WARRANTY	Denisovskiy Pereulok 26 105005, Moscou (Rússia)	20,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
NICASSIT S.A.	Edifício INVERCASA, Torre II, quinto piso, modulo # 501 (nueva) Manágua, (Nicarágua)	30,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
BENELUX ASSIST S.A.	Rue de Treves, 45 Bruxelas, (Bélgica)	34,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
MAPFRE WARRANTY S.P.A.	Strada Trossi 66 13971 Verona (Itália)	37,25%	Extensão de garantia	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	100,0000	100,0000
MAPFRE INSURANCE SERVICES S.L.R.	16 Avenue Tony Garnier 69007 Lyon (França)	33,00%	Garantia de veículos	• MAPFRE WARRANTY	100,0000	100,0000
MAPFRE WARRANTIES	Route des Trois Cantons 11 I- 18399 Windhoj (Luxemburgo)	--	Garantia de veículos	• MAPFRE WARRANTY	100,0000	100,0000
NORASIST, INC D/B/A ROAD CANADÁ	2445 Eagle St N, Cambridge, ON N3H 4R7, Canada	30,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
BRICKELL FINANCIAL SERVICES MOTOR CLUB INC.	7300 Corporate Center Drive, Suíte 601 Miami Flórida 33126 (EUA)	37,30%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
ROAD CHINA ASSISTANCE Co LTD	Suite 603, Zhongyu Plaza. A6 Gongti North Road. Chaoyang Beijing, PR (China)	25,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
MAPFRE ABRAXAS SOFTWARE LTD	9, Blenheim Court Beaufort Park Almondsbury, Bristol BS32 4NE (Reino Unido)	28,00%	Perdas monetárias	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
ABRAXAS INSURANCE	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	28,00%	Perdas monetárias	• MAPFRE ABRAXAS	100,0000	100,0000
MAPFRE WARRANTY UK LIMITED	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	28,00%	Perdas monetárias	• MAPFRE ABRAXAS	100,0000	100,0000
HOME 3	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	--	Assistência domicílio	• MAPFRE ABRAXAS	50,0000	50,0000
CENTRO INTERNACIONAL DE SERVICIOS Y ASISTENCIA, S.A. (Liquidada em 2017)	Edifício Biotec Plaza Local 010 Ruta 8 Km 17,500 Montevidéu (Uruguai)	30,00%	Call Center	• MAPFRE ASISTENCIA	---	100,0000
INDIA ROADSIDE ASSISTANCE PRIVATE LIMITED	205, Hyde Park, Sakivihar road, Andheri East Mumbai Maharashtra (India)-400072	35,54%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	99,6300 0,3700	99,6300 0,3700

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	1.397	1.564	409	492	3.713	3.022	(11)	42	(A)	(A)	(1)	(1)
	191	57	191	(3.145)	---	72	3.280	(1.290)	(A)	(A)	(1)	(1)
	528	487	299	278	1.166	1.141	72	89	(A)	(A)	(1)	(1)
	796	3.219	569	(786)	---	---	(170)	(377)	(A)	(A)	(1)	(1)
	28.638	22.898	4.777	(1.560)	20.236	19.311	3.094	(3.134)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.809	1.417	50	89	1.120	1.041	1	(32)	(A)	(A)	(1)	(1)
	5	5	(67)	(58)	---	---	(9)	(9)	(A)	(A)	(1)	(1)
	654	803	(1.323)	(425)	2.201	2.562	(949)	(169)	(A)	(A)	(1)	(1)
	31.956	31.966	874	(5.864)	64.765	70.324	(5.567)	(2.080)	(A)	(A)	(1)	(1)
	21.974	29.987	(1.211)	(6.011)	17.329	37.030	(3.875)	(3.346)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.121	1.289	1.121	1.237	---	11.529	---	---	(A)	(A)	(1)	(1)
	6.767	7.595	2.061	1.754	14.131	9.460	61	154	(A)	(A)	(1)	(1)
	371	361	371	501	---	---	---	---	(A)	(A)	(1)	(1)
	---	177	(910)	(788)	---	---	---	(38)	(C)	(C)	(3)	(3)
	---	(71)	---	49	---	49	---	(21)	(H)	(A)	(H)	(1)
	5.053	7.246	(1.492)	(6)	5.922	4.507	(477)	(14)	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
ARABA ASSIST FOR LOGISTIC SERVICES	Abdel Hamid Sharaf Street, The plenary Center, Bldg. Nº 74, 2nd floor - P.O. Box 5906 Amman (11953) - Jordania	25,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
ROADSIDE ASSIST ALGERIE SPA	45, Rue des Freres Adessalami 5eme étage. Vieux Kouba. Alger 16050 (Argelia)	26,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA • IBEROCONSULTING	60,3000 0,4000 0,3000	60,3000 0,4000 0,3000
NILE ASSIST	18th Floor, Apartment No. 1804 of Holiday Inn Maadi Hotel building Comeish Maadi Cairo - Egypt	20,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA • IBEROCONSULTING	98,0000 1,0000 1,0000	98,0000 1,0000 1,0000
MAPFRE ASISTENCIA LIMITED	RM 1101-02 8 Jordan Road Yaumatei, Kowloon - Hong Kong	35,00%	Assistência e riscos especiais	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
MAPFRE ASISTENCIA COMPANY LIMITED	10F, Nº73, Zhouzi ST -Neihu Dist. Taipei City114 - Taiwan	40,69%	Assistência e riscos especiais	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
MIDDLESEA ASSIST LIMITED	18ª, Europa Centre, John Lopez Str Floriana, FRN 1400, Malta	35,00%	Assistência e riscos especiais	• MAPFRE ASISTENCIA • MAPFRE MIDDLESEA P.L.C.	51,0000 49,0000	51,0000 49,0000
MAPFRE WARRANTY JAPAN KABUSHIKI KAISHA (Liquidada em 2017)	Nish-Shinjuku Mitsui Bldg. 2 FI Nishi-Shinjuku 6-24-1, Shinjuku, Tokyo,160-0023	17,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA	---	100,0000
INSURE & GO INSURANCE SERVICES USA CORP.	7300 Corporate Center Drive, Ste 601 Miami, FL 33126	37,60%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASSISTANCE USA INC	100,0000	100,0000
MAPFRE ASSISTANCE USA INC.	7300 Corporate Center Drive Miami FL 33026	40,00%	Holding	• MAPFRE ASISTENCIA	100,0000	100,0000
MAPFRE WARRANTY CORPORATION OF FLORIDA	5959 Blue Lagoon Drive, Ste.400 Miami FL 33126	---	Assistência em viagem	• MAPFRE ASSISTANCE USA INC	100,0000	---
CENTURY AUTOMOTIVE SERVICES COMPANY	10555 Montgomery Blvd. Bldg. 2 Suíte 120 Albuquerque, NM 87111	40,00%	Riscos especiais	• MAPFRE ASSISTANCE USA INC	100,0000	100,0000
PT MAPFRE ABDA ASSISTANCE	Plaza Kelapa Gading (Ruko Inkopal) Blok A, nº 9 Jalan. Rays Boulevard Barat Kelapa Gading 14240 Jakarta Utara	25,00%	Assistência em viagem	• MAPFRE ASISTENCIA • PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK	51,0000 49,0000	51,0000 49,0000
PARAGUAY ASISTENCIA CIA. DE SERVICIOS S.A.	Av. Mariscal López, 910 Assunção (Paraguai)	10,00%	Serviços de assistência	• MAPFRE ASISTENCIA • IBEROASISTENCIA	98,9500 1,0500	98,9500 1,0500
RESSEGURO						
MAPFRE RE COMPANHIA DE RESSEGUROS S.A.	Paseo de Recoletos, 25 (Madri) Espanha	25,00% (1)(2)	Resseguros	• MAPFRE, S.A. • MAPFRE ESPANHA	92,2454 0,0003	92,2454 0,0003
CIAR INVESTMENT	45, Rue de Trèves Bruxelas (Bélgica)	34,00%	Gestora Imobiliária	• MAPFRE RE • MAPFRE INTERNACIONAL	99,9900 0,0100	99,9900 0,0100
MAPFRE CHILE REASEGUROS, S.A.	Avda. Apoquindo, 4499 Santiago do Chile (Chile)	20,00%	Holding	• MAPFRE RE	100,0000	100,0000
CAJA REASEGURADORA DE CHILE S.A.	Avda. Apoquindo, 4499 Santiago do Chile (Chile)	20,00%	Resseguros	• MAPFRE CHILE REASEGUROS	99,8467	99,8467

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	2.015	2.672	750	854	404	2.654	3	204	(A)	(A)	(1)	(1)
	7.356	8.913	3.864	3.814	6.913	6.559	2.216	1.993	(A)	(A)	(1)	(1)
	189	498	(395)	(422)	379	633	(609)	(618)	(A)	(A)	(1)	(1)
	150	918	(141)	138	129	188	(1.160)	(376)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.034	1.160	(883)	(690)	1.465	1.680	(229)	(322)	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.468	1.509	747	807	2.258	2.073	147	207	(A)	(A)	(1)	(1)
	---	4.011	---	309	---	593	---	(2.027)	(H)	(A)	(H)	(1)
	4.167	4.863	(386)	(325)	1.142	8	(113)	(962)	(A)	(A)	(1)	(1)
	31.776	38.074	29.493	32.875	880	---	700	16	(A)	(A)	(1)	(1)
	1.937	---	669	---	2.749	---	2	---	(G)(A)	---	(G)(1)	---
	248.452	249.632	15.304	7.488	178.848	170.848	7.483	(84)	(A)	(A)	(1)	(1)
	974	1.293	110	308	914	550	(170)	(499)	(A)	(A)	(1)	(1)
	130	47	46	47	223	---	10	---	(A)	(F)(A)	(1)	(F)(1)
	6.191.213	5.212.436	1.260.672	1.232.308	5.116.860	4.811.042	159.567	188.078	(A)	(A)	(1)	(1)
	9.831	9.744	9.121	8.998	642	573	143	26	(A)	(A)	(1)	(1)
	166.441	169.181	40.445	41.096	33.000	39.333	809	(8.072)	(A)	(A)	(1)	(1)
	131.214	113.019	8.700	12.757	29.994	38.195	(533)	182	(A)	(A)	(1)	(1)

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
				TITULAR	PORCENTAJE	
					2017	2016
INMOBILIARIA COSTA DE MONTEMAR, S.A.	Avda. Apoquindo, 4499 Santiago do Chile (Chile)	20,00%	Imóveis	• MAPFRE CHILE REASEGUROS	31,4400	31,4400
C R ARGENTINA, S.A.	Bouchard 547 piso 14 Buenos Aires (Argentina)	35,00%	Serviços de assessoria	• MAPFRE CHILE REASEGUROS	99,9960	99,9960
MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS	Rua Olimpíadas, 242,5º andar, conjunto 52 Vila Olímpia; São Paulo (Brasil)	15,00%	Seguros e resseguros	• MAPFRE RE • BRASIL ASSISTÊNCIA	99,9999 0,0001	99,9999 0,0001
MAPFRE RE ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO COMPANHIA DE RESSEGUROS	Rua Olimpíadas, 242, 5º andar, conjunto 52 Vila Olímpia; São Paulo (Brasil)	15,00%	Atividades de representação	• MAPFRE RE • MAPFRE RE DO BRASIL	99,9999 0,0001	99,9999 0,0001
IMOBILIÁRIA PRESIDENTE FIGUEROA ALCORTA S.A.	Bouchard 547 piso 14 B. Aires (Argentina)	35,00%	Imóveis	• MAPFRE RE	99,9985	99,9985
MAPFRE MANDATOS Y SERVICIOS, S.A.	Bouchard 547 piso 14 B. Aires (Argentina)	35,00%	Serviços	• MAPFRE RE • MAPFRE ARGENTINA HOLDING	95,0000 5,0000	95,0000 5,0000
REINSURANCE MANAGAMENT INC.	100 Campus Drive 07932 New Jersey (USA)	35,00%	Serviços	• MAPFRE RE	100,0000	100,0000
MAPFRE EURO BONDS FUND	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. (Madri) Espanha		Gestão de ativos	• MAPFRE RE	100,0000	---
OUTRAS						
MAPFRE INTERNACIONAL S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)(2)	Holding	• MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000
MAQUAVIT INMUEBLES, S.L.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)	Imóveis	• MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000
PROVITAE CENTROS ASISTENCIALES S.L.	C/ Fuencarral, 123 (Madri) Espanha	25,00%	Serviços terceira idade	• MAQUAVIT INMUEBLES, S.L.	50,0000	50,0000
BIOINGIENERIA ARAGONESA, S.L.	C/ Monasterio de las Huelgas, nº 2 Nave 6 P.I. Alcalde Caballero 50014 Zaragoza (ESPANHA)	25,00% (1)	Tecnologia para idosos	• MAQUAVIT INMUEBLES, S.L.	100,0000	100,0000
FANCY INVESTMENT S.A.	Avda. 18 de Julio, 841 Montevideo (Uruguay)	--	Holding	• MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000
MAPFRE SOFT S.A. (Fusionada em 2017 com MAPFRE TECH)	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)(2)	Informática	• MAPFRE INTERNACIONAL • MAPFRE ESPANHA	--- ---	99,9991 0,0009
PREMINEN PRICE COMPARISON HOLDINGS LIMITED	Ty Admiral, David Street, Cardiff, CF10 2EH	---	Comparador online de preços de seguros	• MAPFRE, S.A.	50,0000	50,0000
MAPFRE AM INVESTMENT HOLDING, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. (Madri) Espanha	25,00% (1)	Holding	• MAPFRE, S.A.	100,0000	---
LA FINANCIERE RESPONSABLE	52, rue dePonthieu 75008 (Paris) Francia	---	Gestão de ativos	• MAPFRE AM INVESTMENT HOLDING, S.A.	24,9500	---

	DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
	ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	---	---	1.091	1.091	---	---	---	---	(B)	(B)	(9)	(9)
	1.204	71	912	54	---	---	---	---	(A)	(A)	(1)	(1)
	218.690	240.659	44.341	50.141	75.339	90.342	8.761	8.355	(A)	(A)	(1)	(1)
	47	47	47	47	---	---	---	---	(B)	(B)	(9)	(9)
	---	---	---	---	---	---	---	---	(B)	(B)	(9)	(9)
	20	20	20	20	---	---	(4)	(4)	(B)	(B)	(9)	(9)
	950	1.049	17	20	---	---	---	---	(A)	(A)	(1)	(1)
	86.475	---	86.368	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(1)	---
	4.634.123	4.367.328	4.173.298	3.940.528	264.459	135.113	196.514	(78.387)	(A)	(A)	(1)	(1)
	47.735	46.638	47.069	46.010	2.649	2.608	1.059	1.780	(A)	(A)	(1)	(1)
	7.305	7.306	5.300	5.353	---	---	(53)	(56)	(C)	(C)	(3)	(3)
	223	229	223	229	---	---	(6)	(9)	(A)	(A)	(1)	(1)
	11.191	12.830	11.189	12.830	1.102	827	1.091	818	(A)	(A)	(1)	(1)
	---	19.706	---	2.090	---	12.484	---	39	(H)	(A)	(H)	(1)
	---	4.574	---	4.571	---	---	---	---	(E)	(E)	(9)	(9)
	14.902	---	14.894	---	---	---	---	---	(G)(A)	---	(G)(1)	---
	---	---	---	---	---	---	---	---	(G)(C)	---	(G)(4)	---

Denominação	Domicílio	Taxa fiscal efetiva	TAXA FISCAL EFETIVA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL			
				TITULAR	PORCENTAJE		
					2017		2016

MÉTODO OU PROCEDIMENTO DE CONSOLIDAÇÃO

- (A) Sociedades dependentes consolidadas por integração global
- (B) Sociedades dependentes excluídas da consolidação
- (C) Sociedades associadas e participantes postas em equivalência
- (D) Sociedades associadas e participantes excluídas da consolidação
- (E) Negócios conjuntos consolidados por equivalência
- (F) Sociedades incorporadas no exercício de 2016 ao perímetro da consolidação
- (G) Sociedades incorporadas no exercício de 2017 ao perímetro da consolidação
- (H) Sociedades que saem no exercício de 2017 do perímetro da consolidação

MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA

- (1) Consolidação plena
- (3) Método da participação ajustado
- (4) Normas setoriais
- (7) Programas locais
- (9) Não incluído no âmbito da supervisão do grupo, conforme a definição contida no art. 2014 da Directiva 2009/138 / CE

DADOS FECHAMENTO EXERCÍCIO (MILHARES DE EUROS)								MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA	
ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RECEITAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO					
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016

GRUPO FISCAL

(1) Sociedade que faz parte do Grupo Fiscal número 9/85

(2) Sociedade que faz parte do Grupo de entidades IVA 87/10

(*) A MAPFRE possui a maioria dos direitos de voto da Assembleia Geral



3

Informe
de auditoría
de las cuentas
anuales
2017



MAPFRE, S.A. e Sociedades dependentes

Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2017

Relatório de Gestão Consolidado
Exercício de 2017

(Junto com o Relatório dos Auditores)

Tradução do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas originalmente emitido no idioma espanhol. Em caso de discordância, o relatório de auditoria original no idioma espanhol prevalece.



KPMG Auditores, S.L.
Paseo de la Castellana, 259 C
28046 Madrid

Tradução do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas originalmente emitido no idioma espanhol. Em caso de discordância, o relatório de auditoria original no idioma espanhol prevalece.

Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitido por um Auditor Independente

Aos acionistas da MAPFRE, S.A., por solicitação do Conselho de Administração

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas anuais da MAPFRE, S.A. (Controladora) e suas sociedades dependentes (Grupo), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mudanças do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas, todos consolidados, relativos ao exercício terminado naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anuais em anexas apresentam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do patrimônio e da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2017, bem como seus resultados e fluxos de caixa, todos consolidados, correspondentes ao exercício terminado naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros adotadas pela União Europeia (IFRS-EU) e outras disposições do marco normativo de informação financeira aplicáveis na Espanha.

Fundamento da opinião

Realizamos a nossa auditoria em conformidade com a regulamentação para a atividade de auditoria de demonstrações financeiras vigente na Espanha. As nossas responsabilidades de acordo com as referidas normas estão descritas abaixo na seção *Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas* do nosso relatório.

Somos independentes do Grupo em conformidade com os requisitos éticos, incluindo os de independência, aplicáveis à auditoria de demonstrações financeiras consolidadas na Espanha, de acordo com o exigido pela norma reguladora da atividade de auditoria de demonstrações financeiras. Neste sentido, não prestamos serviços que não os de auditoria de demonstrações financeiras, nem ocorreram situações ou circunstâncias que, de acordo com as disposições da referida norma reguladora, tenham afetado a independência necessária de modo a que a mesma tenha sido comprometida.

Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Questões-chave da auditoria

As questões-chave da auditoria são questões que, de acordo com o nosso julgamento profissional, foram de maior relevância na nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual. Estas questões foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, em seu conjunto, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, e não expressamos uma opinião sobre estas questões separadamente.

Mensuração das provisões matemáticas (23.063,43 milhões de euros)

Ver Notas 5.15 e 6.14 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo calcula as provisões matemáticas para compromissos assumidos com seus segurados, incluindo alguns a muito longo prazo. A estimativa das provisões matemáticas requer a utilização de métodos e cálculos atuariais nos quais são usadas hipóteses chave com um elevado grau de julgamento e incerteza, entre os quais se incluem a evolução futura da mortalidade, morbidade, despesas administrativas, taxas de juros, etc.</p> <p>Além disso, as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE exigem a realização de testes de adequação dos passivos de contratos de seguros, incluindo os correspondentes a seguros de vida, que visam determinar a adequação das provisões constituídas com base em projeções dos fluxos de caixa futuros associados aos contratos em vigor, tendo em conta as hipóteses mais atualizadas disponíveis. Para realização destes testes são usados igualmente métodos atuariais, nos quais há um impacto significativo das hipóteses utilizadas.</p> <p>A utilização de hipóteses inadequados nos métodos atuariais pode resultar em impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>No âmbito da nossa abordagem de auditoria, realizamos testes sobre o desenho e implementação dos controles-chaves estabelecidos pelo Grupo nos processos de estimativa das provisões matemáticas, incluindo os controles sobre a definição das hipóteses chave, bem como sobre a integridade e precisão das bases de dados utilizadas na estimativa destas provisões.</p> <p>Os nossos procedimentos substantivos relativos às provisões matemáticas, que foram realizados com a colaboração dos nossos especialistas atuariais e para uma amostra representativa dos contratos selecionada com base em nossa avaliação de riscos e relevância dos mesmos, consistiram, basicamente, nos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de testes à integridade e precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais. • Recálculo da provisão para seguro de vida, considerando as condições técnicas e econômicas contidas nos contratos de seguros e as estabelecidas pela regulamentação em vigor. • Em relação ao Teste de Adequação de Passivos, avaliação da metodologia utilizada pelo Grupo e das suas principais suposições econômicas (curvas de taxas de juro utilizadas para o desconto, despesas administrativas, entre outros) e técnicas (mortalidade, morbidade, taxas de queda, entre outros) para realizar a projeção dos fluxos futuros. Da mesma forma, avaliamos a razoabilidade dos fluxos futuros (prêmios, sinistros, despesas), em comparação com a informação financeira histórica do Grupo.

	Além disso, avaliamos a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas a provisões matemáticas, considerando os requisitos das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.
--	--

Mensuração da provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida (10.088,98 milhões de euros)

Ver Notas 5.15 e 6.14 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo reconhece a provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida para cobrir o custo estimado dos sinistros ocorridos até à data de encerramento do exercício. A estimativa da referida provisão é complexa e requer métodos e cálculos atuariais que se baseiam em julgamentos e hipóteses significativas, especialmente para as linhas de negócios nas quais o período de liquidação dos sinistros pode ser muito longo, como em automóvel, responsabilidade civil, incêndios, aviação e transportes.</p> <p>Na mensuração da provisão de sinistros são utilizadas estimativas caso a caso, bem como métodos de projeção atuarial baseados, tanto em informações históricas, quanto em hipóteses sobre a sua evolução futura. Estas estimativas incluem hipóteses relacionados com o montante de liquidação previsto e com os padrões de pagamentos dos sinistros, existindo, pela sua natureza, um grau de incerteza significativo, sendo que uma alteração das hipóteses pode ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre o desenho e implementação dos controlos-chave estabelecidos pelo Grupo nos processos de estimativa da provisão de sinistros incluindo os controlos sobre a definição dos hipóteses chave, bem como da integridade e precisão das bases de dados utilizadas na estimativa destas provisões.</p> <p>Os nossos procedimentos substantivos relativos à provisão de sinistros, que foram realizados com a colaboração dos nossos especialistas atuariais e para uma amostra representativa das linhas de negócio selecionada com base na nossa avaliação de riscos e relevância das mesmas, consistiram, basicamente, nos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de testes à integridade e precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais. • Com base no nosso conhecimento e experiência no setor, avaliamos a razoabilidade dos modelos atuariais e das hipóteses utilizados no cálculo da provisão de sinistros, em comparação com as melhores práticas atuariais, requisitos regulamentares, hipóteses de mercado e tendências históricas. • Efetuamos uma estimativa da provisão de sinistros e, com base na nossa experiência, determinamos um intervalo de valores para avaliar a sua razoabilidade.

Mensuração da provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida (10.088,98 milhões de euros)

Ver Notas 5.15 e 6.14 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
	Além disso, avaliamos a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas à provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida, considerando os requisitos das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.

Mensuração de ágios e gastos de aquisição de carteira (2.846,05 milhões de euros)

Ver Notas 5.1 e 6.1 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo mantém registrado ágios e gastos de aquisição de carteira por montantes relevantes procedentes da aquisição de entidades ou negócios. Existe um elevado grau de julgamento e complexidade na mensuração destes ativos intangíveis.</p> <p>A mensuração destes ativos requer a determinação de unidades geradoras de caixa (UGC), o cálculo da quantia escriturada de cada uma delas, a estimativa do montante recuperável das UGC e a identificação de fatos que possam determinar a existência de indícios de redução do valor recuperável destes ativos. A determinação do valor recuperável de cada UGC contempla, entre outras questões, projeções financeiras que consideram suposições sobre evoluções macroeconômicas, circunstâncias internas da entidade e de concorrentes, taxas de desconto ou a evolução futura do negócio. Dados e estimativas complexos, em geral, que pressupõem incerteza e julgamento, contendo um risco inerente significativo associado.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre o desenho e implementação dos controles-chave estabelecidos pelo Grupo relativamente ao processo seguido pelo Grupo para a identificação das unidades geradoras de caixa, avaliação de indícios de redução do valor recuperável, aprovação das projeções financeiras pelo Conselho de Administração e para a definição das suposições e métodos de cálculo utilizados na estimativa do valor recuperável das UGC.</p> <p>Com base no nosso conhecimento e experiência, avaliamos a razoabilidade dos métodos utilizados pelo Grupo para a estimativa dos valores recuperáveis das UGC, considerando o que está estabelecido nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE e as melhores práticas de mercado.</p> <p>Os nossos procedimentos substantivos que foram realizados para uma amostra de UGC, incluindo a MAPFRE USA e a Direct Line Itália, consistiram, basicamente, nos seguintes:</p>

Mensuração de ágios e gastos de aquisição de carteira (2.846,05 milhões de euros)

Ver Notas 5.1 e 6.1 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo realiza anualmente, ou quando se identificam indícios de redução do valor recuperável, uma avaliação para determinar se existe a redução do valor recuperável dos ágios e dos gastos de aquisição de carteira registrados. Neste sentido, a nossa avaliação centrou-se, principalmente, no ágio procedente de MAPFRE USA e da aquisição de Direct Line Itália, em consequência da evolução dos resultados obtidos pelas referidas entidades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da existência de indícios de redução do valor recuperável dos ágios e dos gastos de aquisição de carteira considerando fatores externos e internos, tais como indicadores macroeconômicos, expectativas do setor, histórico financeiro das UGC e expectativas da Administração. • Com a colaboração dos nossos especialistas em valoração, análise das taxas de desconto e crescimento utilizadas pelo Grupo na estimativa do valor recuperável das UGC. • Avaliação da razoabilidade das projeções financeiras elaboradas pela Administração, em comparação com as informações financeiras históricas das UGC, com os planos de negócio aprovados pelo Grupo e com as expectativas de mercado nos setores em que operam. • Análise de sensibilidade das principais hipóteses e projeções financeiras utilizados na estimativa do valor recuperável das UGC. <p>Além disso, avaliamos a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao ágio e aos gastos de aquisição de carteira, considerando os requisitos das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.</p>

Mensuração de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos e reconhecidos pelo valor justo (5.510,14 milhões de euros)

Ver Notas 5.5 e 6.4 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>A classificação dos instrumentos financeiros, para efeitos de mensuração, nas diferentes carteiras existentes na norma contábil aplicável determina os critérios a aplicar na sua mensuração posterior.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu, tanto a avaliação dos controlos-chave vinculados aos processos de mensuração das carteiras de instrumentos financeiros, quanto a realização de procedimentos substantivos sobre as mesmas.</p>

Mensuração de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos e reconhecidos pelo valor justo (5.510,14 milhões de euros)

Ver Notas 5.5 e 6.4 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>A maior parte dos instrumentos financeiros do Grupo MAPFRE são mensurados com base em preços de mercado em mercados ativos. Contudo, naqueles casos nos que não existe um preço cotado num mercado ativo, a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros realiza-se mediante técnicas de mensuração que podem considerar, entre outros aspectos, dados de mercado não observáveis ou métodos de mensuração complexos que requerem um elevado grau de julgamento. Além disso, quaisquer alterações nas hipóteses consideradas, eventos de mercado ou novas regulamentações podem ter um impacto significativo na mensuração.</p> <p>Consideramos que existe um risco inerente significativo associado à mensuração dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo e que se encontram classificados hierarquicamente para efeitos de mensuração pelo Grupo como instrumentos financeiros de nível 3 (utilização de alguma informação de entrada significativa que não está baseada em dados de mercado observáveis) e para certas carteiras classificadas como nível 2 (informação de entrada significativa baseada em dados de mercado observáveis direta ou indiretamente), em ambos os casos, mediante a utilização de métodos de mensuração complexos.</p>	<p>Com a colaboração dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, foram selecionadas amostras representativas da população de ativos financeiros do Grupo, cuja adequada mensuração foi avaliada mediante a realização de diversos procedimentos substantivos, que incluíram um recálculo do valor justo e a avaliação da razoabilidade dos dados de mercado utilizados nos modelos de mensuração.</p> <p>Além disso, avaliamos se as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos instrumentos financeiros refletem adequadamente a exposição do Grupo ao risco de mensuração dos instrumentos financeiros e se cumprem com os requisitos de divulgação estabelecidos nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.</p>

Política contábil de reconhecimento das diferenças de conversão das operações em Venezuela (832,85 milhões de euros)

Ver Nota 2.4 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo controla várias subsidiárias que operam na Venezuela para as quais vinha aplicando nos últimos anos o tratamento contábil estabelecido na IAS 29, por se tratar de uma economia hiperinflacionária. De acordo com esta norma, as demonstrações financeiras das subsidiárias no referido país são ajustados em função da inflação estimada em cada exercício.</p> <p>Por outro lado, o Grupo converte as demonstrações financeiras ajustadas destas subsidiárias, de acordo com a IAS 21, aplicando a taxa de câmbio de encerramento de exercício, cuja evolução está muito dependente da evolução da taxa de hiperinflação e tende a corrigir, em grande medida, os efeitos da mesma.</p> <p>Desde que Venezuela é considerada uma economia hiperinflacionária para efeitos das normas internacionais de relatórios financeiros, o Grupo adotou uma política contábil que apresenta os efeitos da hiperinflação através de uma conta de reservas e os efeitos das diferenças de conversão na "Demonstração do Resultado Abrangente", também incluída no patrimônio líquido.</p> <p>Contudo, em 2017 o Grupo decidiu modificar sua política contábil relativa à apresentação das diferenças de conversão, considerando que, de acordo com o estabelecido na IAS 8, é mais relevante e confiável apresentar numa única conta de reservas, tanto os efeitos da hiperinflação, quanto as diferenças de conversão geradas pela conversão a euros das demonstrações financeiras ajustadas das subsidiárias venezuelanas. Essa alteração, que levou a uma reexpressão dos valores comparativos, implica numa aplicação significativa de julgamento por parte do Grupo na avaliação da sua maior relevância e confiabilidade, motivo pelo qual foi considerada como questão-chave na nossa auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das considerações da regulamentação em vigor realizadas por parte do Grupo • A partir da análise das normas internacionais de relatórios financeiros, a avaliação da adequação da política contábil que o Grupo adotou. • Com base nas informações históricas disponíveis e no nosso conhecimento do Grupo, a análise dos elementos que, de acordo com a avaliação do Grupo, sustentam que a nova política oferece informações mais relevantes e confiáveis, de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 8. • Comprovação, através de testes de detalhes, do impacto quantitativo reconhecido nas demonstrações financeiras resultante da alteração de política contábil. • Avaliação das informações divulgadas nos demonstrativos financeiros sobre a modificação da política contábil, em relação aos requisitos do marco regulatório de relatório financeiro aplicável.

Outras informações: Relatório de Gestão Consolidado

As outras informações compreendem exclusivamente o relatório consolidado de gestão do exercício de 2017, cuja elaboração é da responsabilidade dos administradores da Controladora, não sendo parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas não cobre o relatório consolidado de gestão. A nossa responsabilidade pelas informações contidas no relatório consolidado de gestão está definida na regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras, que estabelece dois níveis diferentes de responsabilidade:

- a) Um nível específico aplicável aos demonstrativos de informações não financeiras, assim como a determinadas informações incluídas no Relatório Anual de Governo Corporativo (RAGC), de acordo com o estabelecido na alínea b) do número 2 do artigo 35º da Lei 22/2015, relativa à Auditoria de Demonstrações Financeiras, que consiste em verificar unicamente que a referida informação foi apresentada no relatório de gestão ou, no caso de de informações não financeiras, que foi incluído um relatório separado correspondente ao mesmo exercício a que se refere o relatório consolidado de gestão e, caso contrário, a reportar esse fato.
- b) Um nível geral aplicável ao resto das informações incluídas no relatório consolidado de gestão, que consiste em avaliar e informar sobre a concordância das referidas informações com as demonstrações financeiras consolidadas, a partir do conhecimento do Grupo obtido através da realização da auditoria das referidas demonstrações, excluindo informações que não são as obtidas como evidência durante a mesma, bem como em avaliar e informar se o conteúdo e apresentação desta parte do relatório consolidado de gestão estão em conformidade com a regulamentação aplicável. Se, com base no trabalho que realizamos, concluirmos que existem distorções materiais, somos obrigados a reportar esse fato.

Com base no trabalho realizado, de acordo com o descrito anteriormente, comprovamos que a informação específica mencionada na alínea a) anterior foi apresentada num relatório separado, "Relatório Integrado MAPFRE, S.A. 2017", na qual se inclui uma referência expressa ao relatório consolidado de gestão, que as informações do RAGC, mencionadas na referida alínea, estão incluídas no relatório consolidado de gestão e que o resto das informações contidas no relatório consolidado de gestão são coerentes com os das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 2017 e que o seu conteúdo e apresentação estão em conformidade com a regulamentação aplicável.

Responsabilidade dos Administradores e do Comitê de Auditoria e Compliance em relação às demonstrações financeiras consolidadas

Os Administradores da Controladora são responsáveis por elaborar as demonstrações financeiras consolidadas em anexo, de forma que expressem a imagem fiel do patrimônio, da posição financeira e dos resultados consolidados do Grupo, em conformidade com as IFRS-EU e outras disposições do marco regulatório de informações financeiras aplicáveis ao Grupo na Espanha, e pelo controle interno que considerem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devidas a fraudes ou erros.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores da Controladora são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento, divulgando, caso necessário, questões relacionadas com empresa em funcionamento e utilizando o princípio contábil de continuidade das operações, salvo se os referidos administradores tiverem a intenção de liquidar o Grupo ou de cessar as suas operações, ou caso não exista outra alternativa realista.

O Comitê de Auditoria e Compliance do Grupo é responsável pela supervisão do processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Os nossos objetivos consistem em obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas em seu conjunto estão isentas de distorções materiais devidas a fraudes ou erros e emitir um relatório de auditoria que contém nossa opinião.

Segurança razoável é um elevado grau de segurança, mas não garante que uma auditoria realizada em conformidade com a regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras em vigor na Espanha detecte sempre quaisquer distorções materiais que possam existir. As distorções podem dever-se a fraudes ou erros e, caso sejam consideradas materiais, individualmente ou de forma agregada, pode prever-se razoavelmente que influenciem as decisões econômicas que os usuários tomam com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

No âmbito de uma auditoria em conformidade com a regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras em vigor na Espanha, aplicamos o nosso julgamento profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, devidas a fraudes ou erros, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devida a fraude é mais elevado do que no caso de uma distorção material devida a erro, já que a fraude pode implicar conspiração, falsificação, omissões deliberadas, manifestações intencionalmente errôneas ou a de burlar os controles internos.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Controladora.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da Sociedade Dominante, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Grupo. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório de auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos subjacentes de maneira que expressem a imagem fiel.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo. Nós somos os únicos responsáveis pela nossa opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com o Comitê de Auditoria e Compliance do Grupo em relação com, entre outras questões, ao alcance e ao momento planejados para a realização da auditoria e a resultados significativos da auditoria, bem como a qualquer deficiência significativa de controle interno que identificamos durante a auditoria.

Também proporcionamos ao Comitê de Auditoria e Compliance do Grupo uma declaração de que cumprimos os requisitos de ética aplicáveis, incluindo os de independência, e que nos comunicamos com o mesmo para informar sobre questões que possam razoavelmente supor uma ameaça para a nossa independência e, conforme o caso, sobre as respectivas salvaguardas.

Entre questões que foram objeto de comunicação ao Comitê de Auditoria e Compliance, determinamos as que assumiram maior relevância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, conseqüentemente, as questões-chave da auditoria.

Descrevemos essas questões no nosso relatório de auditoria, exceto aquelas cuja divulgação pública seja proibida por disposições legais ou regulamentares.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Relatório Adicional para o Comitê de Auditoria e Compliance da Controladora

A opinião expressa no presente relatório é coerente com as afirmações constantes no relatório adicional para o Comitê de Auditoria e Compliance do Grupo datado de 08 de fevereiro de 2018.



Período de contratação

Na Assembleia Geral de Acionistas de MAPFRE, S.A. celebrada a 13 de março de 2015 fomos nomeados como auditores do Grupo por um período de 3 anos, contados a partir do exercício iniciado a 1 de janeiro de 2015.

KPMG Auditores, S.L.
Inscrito no R.O.A.C nº S0702

(Assinado no relatório de auditoria original emitido no idioma espanhol)

Hilario Albarracín Santa Cruz

Inscrito no R.O.A.C: 09144

8 de fevereiro de 2018



Diseño y maquetación:
Tau Diseño
www.taudesign.com

